

**Atividade. Consciência.
Personalidade.**

Alexei Nikolaevich Leontiev

ALEXEI NIKOLAEVICH LEONTIEV

ATIVIDADE. CONSCIÊNCIA. PERSONALIDADE.

Tradução: Marcelo José de Souza e Silva

2014

Título original: **Деятельность. Сознание. Личность.**

Original em inglês por ***Marxists Internet Archive***

Tradução para o português: **Marcelo José de Souza e Silva**

CC BY-SA (Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 3.0)

SUMÁRIO

Prefácio da Edição Brasileira	7
Prefácio da Edição em Inglês	9
Prefácio do Autor	11
Nota do Tradutor da Edição Brasileira	19
Capítulo 1. Marxismo e Ciência Psicológica	21
1.1. As Bases Gerais da Psicologia Marxista	22
1.2. A Teoria da Consciência	25
1.3. A Psicologia dos Processos Cognitivos	30
Capítulo 2. Reflexo Psíquico	39
2.1. Níveis de Investigação do Reflexo	40
2.2. A Atividade do Reflexo Psíquico	44
Capítulo 3. O Problema da Atividade e Psicologia	53
3.1. Duas Abordagens em Psicologia – Dois Planos de Análise	54
3.2. A Categoria de Atividade Objetivada	58
3.3. Atividade Objetivada e Psicologia	62
3.4. O Relacionamento da Atividade Interna e Externa	64
3.5. A Estrutura Geral da Atividade	68
Capítulo 4. Atividade e Consciência	81
4.1. A Gênese da Consciência	82
4.2. O Tecido Sensorial da Consciência	87
4.3. Significado como um Problema da Consciência Psicológica	90
4.4. Sentido Pessoal	95
Capítulo 5. Atividade e Personalidade	101
5.1. Personalidade como um Assunto da Investigação Psicológica	102
5.2. O Indivíduo e a Personalidade	109
5.3. Atividade como uma Base da Personalidade	114
5.4. Motivos, Emoções e Personalidade	118
5.5. Formação da Personalidade	127
Conclusão	141
Referências	145
Atividade e Consciência	157

Prefácio da Edição em Inglês

A crise metodológica que o mundo da psicologia tenta resolver nos últimos 100 anos destruiu o sistema unificado de conhecimento psicológico. Psicológicos se separaram em diversas escolas e direções e seus representantes discutem entre si sobre o assunto de sua ciência. Considerando formas de revolver a crise, A. N. Leontiev, Membro Ativo da Academia de Ciências Pedagógicas da U.R.S.S. e Nobel do Prêmio Lenin, em seu novo livro demonstra a primazia da metodologia marxista na resolução de problemas fundamentais da psicologia contemporânea.

O livro destina-se a filósofos, psicológicos e professores, e para todos os interessados nas questões teóricas da ciência que se preocupa com a origem, função e estrutura do reflexo psicológico da realidade.

Marie J. Hall
1978

Prefácio do Autor

Este pequeno livro teórico está há bastante tempo em preparação, e mesmo agora não posso considera-lo completo – um bocado dele está apenas observado e não explicado. Porque decidi publica-lo apesar disso? Vou admitir desde já que não foi por um amor à teorização.

Tentativas de investigar problemas metodológicos da psicologia sempre evocaram a necessidade constante por pontos de referência teórica sem os quais a investigação concreta está fadada a permanecer míope.

Faz quase cem anos desde que o mundo da psicologia tem se desenvolvido sob condições de crises em sua metodologia. Tendo se separado nessa época em ciência humanística e natural, descritiva e explicativa, o sistema do conhecimento psicológico apresenta sempre novas brechas nas quais parece que o próprio tema da psicologia desaparece. O assunto algumas vezes também é reduzido sob a guisa da necessidade de desenvolvimento de pesquisa interdisciplinar. Algumas vezes existem até mesmo vozes convidando abertamente “Varegues” para a psicologia. “Venham e nos governem”. O paradoxo consiste em que apesar das dificuldades teóricas, no mundo todo há agora um ímpeto excepcional em direção ao desenvolvimento da pesquisa psicológica sob pressão direta dos requisitos da própria vida. Como resultado, a contradição entre a massa de material fatural que a psicologia tem acumulado escrupulosamente em laboratórios excelentemente equipados e a condição pífia de suas bases teóricas e metodológicas se tornou mais nítida. Negligência e ceticismo em relação à teoria geral da psique, e a divulgação do factologismo e cientificismo característico da psicologia americana contemporânea (e não somente por isso) se tornaram uma barreira bloqueando a estrada da investigação dos principais problemas psicológicos.

Não é difícil ver a conexão entre este desenvolvimento e a desilusão resultante de alegações infundadas das maiores tendências do oeste europeu e americano de que eles efetuariam uma há muito esperada revolução na psicologia. Quando o behaviorismo surgiu, eles falaram sobre ele como um palito de fósforo quase acendendo e colocando fogo no pavio de uma dinamite; depois disso pareceu que não o behaviorismo, mas a psicologia Gestalt descobriu um princípio geral capaz de liderar a saída da ciência psicológica do beco cego ao qual foi levada pelas análises rudimentares, “atomísticas”; finalmente, muitos viraram suas cabeças para o freudismo, como se subconscientemente ele tivesse encontrado um fulcro que tornaria possível virar a psicologia de cabeça para cima e torna-la realmente viva. Outras direções psicológicas burguesas eram reconhecidamente menos pretenciosas, mas o mesmo destino as esperou; todas elas se encontraram na sopa eclética geral que agora está sendo cozinhada pelos psicólogos – cada um de acordo com sua própria receita – que têm reputações de “mente aberta”.

O desenvolvimento da ciência psicológica soviética, por outro lado, tomou um caminho totalmente diferente.

Cientistas soviéticos enfrentaram o pluralismo metodológico com uma metodologia marxista-leninista unificada que permitiu uma penetração na natureza real da psique, a consciência do homem. Uma busca persistente por resoluções dos principais problemas teóricos da psicologia com base no marxismo começou. Simultaneamente, continuou-se trabalhando na interpretação crítica baseada em conquistas positivas de psicólogos estrangeiros, e investigações específicas de uma ampla gama de problemas começou. Novas abordagens foram elaboradas, pois havia

um novo aparato conceitual que tornou possível trazer a psicologia soviética a um nível científico muito rápido, um nível incomparavelmente mais alto do que o nível daquela psicologia a qual era dado reconhecimento oficial na Rússia pré-revolucionária. Novos nomes apareceram na psicologia. Blonski e Kornilova, então Vigotski, Uznadze, Rubinstein, e outros.

O ponto principal era de que este era o caminho da contínua batalha intencional – uma batalha pelo domínio criativo do marxismo-leninismo, uma batalha contra conceitos biologizantes mecanicistas e idealistas de uma forma ou de outra. Enquanto desenvolvendo estes conceitos, era necessário também evitar o isolacionismo científico tanto quanto resistir ser identificado como uma escola psicológica existindo lado a lado com outras escolas. Todos nós entendemos que a psicologia marxista não é somente uma escola ou direção diferente, mas um novo estágio histórico apresentando em si mesmo o começo de uma psicologia autenticamente científica, consistentemente materialista. Também entendemos algo mais, e isso é que no mundo moderno a psicologia cumpre uma função ideológica e serve a interesses de classe; é impossível não contar com isso.

Questões metodológicas e ideológicas permaneceram no centro da atenção da psicologia soviética, particularmente no período inicial de seu desenvolvimento, que foi marcado pela publicação de livros, fundamentais em suas ideias, tais como *Pensamento e Linguagem* de L. S. Vigotski e *Bases da Psicologia Geral* de S. L. Rubinstein. É necessário, entretanto, reconhecer que nos anos seguintes a atenção da ciência psicológica aos problemas metodológicos se enfraqueceu de alguma maneira. Isso, naturalmente, não significa de forma alguma que as questões teóricas se tornaram de menor importância, ou que foi escrito menos sobre elas. Eu tenho outra coisa em mente: o reconhecido descuido em metodologia de muitas investigações psicológicas concretas, incluindo aquelas na psicologia aplicada.

Este fenômeno pode ser explicado por uma série de circunstâncias. Uma era de que gradualmente ocorreu um colapso nas conexões internas entre a elaboração dos problemas filosóficos da psicologia e a verdadeira metodologia daqueles conduzindo as investigações. Sobre as questões filosóficas da psicologia (e sobre o criticismo filosófico das tendências estrangeiras, não-marxistas) não foram escritos poucos livros volumosos, mas questões pertencentes aos meios concretos de investigar problemas psicológicos amplos dificilmente foram tocados neles. Eles quase deixam uma impressão de dicotomia: por um lado existe a esfera das problemáticas filosóficas, psicológicas, e por outro lado, a esfera das questões metodológicas, psicológicas específicas surgindo ao longo da investigação concreta. Naturalmente, a elaboração dos problemas estritamente filosóficos em uma área ou outra do conhecimento científico é indispensável. Aqui, entretanto, estamos preocupados com outra coisa: com a elaboração de uma base filosófica marxista dos problemas especiais da metodologia da psicologia como uma ciência concreta. Isso necessita penetração na “economia interna”, por assim dizer, do pensamento teórico.

Explicarei minha ideia usando um exemplo de um dos problemas mais difíceis que foi confrontado pela investigação psicológica por um longo tempo, isto é, o problema da conexão entre processos psicológicos e processos fisiológicos no cérebro. É dificilmente necessário convencer psicólogos agora de que a psique é uma função do cérebro e que os fenômenos e processos psíquicos devem ser estudados em conjunção com os processos fisiológicos. Mas o que significa estudá-los em conjunção? Para a investigação psicológica concreta esta questão é extremamente complexa. O fato é que

nenhuma correlação direta entre processos cerebrais psíquicos e fisiológicos resolveu o problema. Alternativas teóricas que surgem com tal abordagem direta são bem conhecidas: ou é uma hipótese de paralelismo, um retrato fatal que leva a um entendimento da psique como um epifenômeno; ou é uma posição de determinismo fisiológico ingênuo com uma redução resultando da psicologia na fisiologia; ou, finalmente, é uma hipótese dualista de interação psicofisiológica que permite a psique não-material afetar processos materiais ocorrendo no cérebro. Para o pensamento metafísico simplesmente não existe outra solução; somente a terminologia que cobre todas essas alternativas muda.

Além disso, o problema psicofisiológico tem um significado concreto e bastante real no mais alto grau para a psicologia porque o psicólogo deve constantemente ter em mente o trabalho dos mecanismos morfofisiológicos. Ele não deve, naturalmente, fazer julgamentos sobre os processos de percepção sem considerar os dados da morfologia e fisiologia. A forma de percepção como uma realidade psicológica é, entretanto, algo completamente diferente dos processos cerebrais e suas constelações as quais aparecem como sendo uma função. É aparente que temos aqui uma matéria com várias formas de movimento e isso necessariamente apresenta um outro problema sobre aquelas transições subjacentes que conectam essas formas de movimento. Embora este problema pareça ser mais que qualquer coisa um problema metodológico, sua resolução requer análise penetrando, como eu disse, nos resultados acumulados pelas investigações concretas nos níveis psicológicos e fisiológicos.

Por outro lado, na esfera das problemáticas psicológicas especiais, a atenção tem focado mais e mais na elaboração cuidadosa de problemas separados, em aumentar o arsenal técnico do laboratório experimental, em refinar o aparato estatístico, e em usar as linguagens formais. Sem isso, naturalmente, o progresso em psicologia seria agora simplesmente impossível. Mas é evidente que algo ainda está faltando. É indispensável que questões específicas não deveria passar por cima de questões gerais, e métodos de pesquisa não deveriam ocultar a metodologia.

O fato é que um psicólogo-pesquisador envolvido no estudo de questões específicas inevitavelmente continua a ser confrontado por problemas metodológicos fundamentais da ciência psicológica. Eles aparecem diante dele, entretanto, em uma forma oculta e assim a resolução de questões específicas parecem não ser dependentes deles e necessitam somente da proliferação e refinamento de dados empíricos. Uma ilusão da “desmitificação” da esfera dos resultados concretos da pesquisa, os quais aumentam ainda mais a impressão de um rompimento das conexões internas entre as bases marxistas teóricas fundamentais para a ciência psicológica e sua acumulação de fatos. Como resultado, um vácuo peculiar é formado no sistema de conceitos psicológicos nos quais conceitos gerados por visões que são essencialmente estranhas ao marxismo são espontaneamente traçadas.

Descuidos metodológico e teórico também aparecem algumas vezes na abordagem para resolver certos problemas psicológicos puramente aplicados. Mais frequentemente aparece nas tentativas de usar acriticamente métodos que não possuem bases científicas para propósitos pragmáticos. Ao fazer tentativas deste tipo, os investigadores frequentemente especulam sobre a necessidade de vincular a psicologia mais proximamente com os problemas verdadeiros que são revelados pelo nível contemporâneo de desenvolvimento da sociedade e revolução técnico-científica. A expressão mais flagrante de tais tentativas é a prática do uso irracional de testes psicológicos, mais frequentemente importados dos Estados Unidos. Estou falando aqui

sobre isso somente porque a prática crescente de testes expõe um dos “mecanismos” que gera direções metodológicas vazias na psicologia.

Testes, como é conhecido, são questionários curtos, cujo propósito é a revelação (e algumas vezes medição) de uma ou outra propriedade ou processo determinado cientificamente de forma preliminar. Quando, por exemplo, a reação do tornassol com ácido se torna conhecida, então os testes com “papel de tornassol” aparecem – uma mudança na cor serve como um simples indicador de acidez ou alcalinidade de um líquido que tocou o papel; o estudo de propriedades específicas da mudança de cor levaram a formação das bem conhecidas tabelas de Stilling, onde, de acordo com a diferença das figuras mostradas nelas, torna possível com suficiente precisão para fazer julgamentos sobre a presença ou ausência de uma cor anômala ou seu caráter. Testes dessa natureza são amplamente usados nas mais variadas áreas do conhecimento e podem ser chamados “bem fundamentados” no sentido de que eles são sustentados por conceitos convincentes das interdependências que conectam os resultados do teste com as propriedades sendo testadas, as condições ou os processos. Testes não estão emancipados da ciência e não são substitutos de uma pesquisa mais minuciosa.

Estes testes que servem para lograr as dificuldades de adquirir conhecimento psicológico verdadeiramente científico tem um caráter fundamentalmente diferente. Um exemplo típico de tais testes são os testes do desenvolvimento mental. Eles são baseados no seguinte procedimento: primeiro, a existência de qualquer tipo de “flogisto psicológico”, chamado dotação intelectual, é negado; em seguida, uma série de questões-problemas é concebida da qual são selecionadas aqueles que possuem a maior capacidade de diferenciação, e destes uma “bateria de testes” é inventada; finalmente, com base em análises estatísticas dos resultados de um grande número de ensaios, o número de problemas apropriadamente resolvidos incluídos em tal bateria é correlacionado com idade, raça ou classe social das pessoas sendo testadas. Uma percentagem fixada empiricamente determinada de soluções é usada como uma unidade, e um desvio dessa unidade é gravado como uma fração que expressa o “quociente de inteligência” do indivíduo ou grupo dado.

A fraqueza na metodologia de tais testes é óbvia. O único critério para os problemas do teste é validade do item, isto é, o grau de correlação entre os resultados dos problemas sendo resolvidos e uma ou outra expressão indireta das propriedades psicológicas sendo testadas. Isso trouxe à existência uma disciplina psicológica especial, a chamada testologia. Não é difícil ver que por trás de tal transformação da metodologia em uma disciplina independente espreita nada mais que uma substituição de pragmatismo flagrante por investigação teórica.

Estou dizendo aqui que devemos renunciar aos testes psicológicos? Não, não necessariamente. Tenho dado um exemplo de um teste de superdotação há muito desacreditado a fim de enfatizar mais uma vez a necessidade de uma séria análise teórica até mesmo ao decidir tais questões, que, à primeira vista, parecem estreitamente metódicas.

Tenho considerado aquelas dificuldades que a psicologia científica está experimentando, e não tenho dito qualquer coisa sobre suas realizações inquestionáveis e muito substanciais. Mas, é particularmente o reconhecimento destas dificuldades que criam, por assim dizer, o conteúdo crítico deste livro. Não é, entretanto, a única fundamentação nas quais as posições desenvolvidas nele são baseadas. Também tenho suportado minhas posições em muitos casos com resultados positivos de investigações

psicológicas concretas, minhas próprias assim como aquelas de outros cientistas. Os resultados dessas investigações tenho mantido constantemente em vista até mesmo se eles são mencionados diretamente somente raramente e como ilustrações passageiras. Isso é explicado pela necessidade de evitar longas digressões a fim de apresentar as concepções gerais do autor mais gráfica e obviamente.

Por essa razão esse livro não pretende ser uma revisão de literatura científica cobrindo as questões abordadas. Muitos trabalhos importantes que são conhecidos do leitor não são citados nele, embora eles são aludidos. Desde que isso pode levar a uma impressão errônea, devo enfatizar que mesmo se estes trabalhos psicológicos não são nomeados, não é, de forma alguma, porque eles, em minha opinião, não merecem menção. Sem dificuldade o leitor detectará julgamentos teóricos suportados misteriosamente por análise de algumas categorias não nomeadas da filosofia clássica pré-marxista. Tudo isso são perdas, que poderiam ser remediadas somente em um novo e maior livro, escrito de forma completamente diferente. Infelizmente neste momento eu não tenho oportunidade de fazer isso.

Quase todo trabalho teórico pode ser lido de formas diferentes, algumas vezes completamente diferente da forma que aparece para o autor. Por essa razão quero aproveitar essa oportunidade para dizer o que, na minha visão, é mais importante nas páginas deste livro. Acho que a coisa mais importante neste livro é a tentativa de compreender psicologicamente as categorias que são as mais importantes para construir um sistema psicológico incontestável como uma ciência concreta da origem, função e estrutura do reflexo psicológico da realidade que a vida do indivíduo medeia. Estas são a categoria da atividade subjetiva, a categoria da consciência do homem e a categoria de personalidade. A primeira delas não é somente primária, mas também a mais importante. Na psicologia soviética essa posição é expressa consistentemente, mas é demonstrada em formas essencialmente diferentes. O ponto central, formando algo como uma linha divisória de águas entre as várias compreensões da posição da categoria de atividade, consiste nisso: a atividade subjetiva deveria ser considerada somente como uma condição do reflexo psíquico e sua expressão, ou ela deveria ser considerada como um processo contendo em si mesma aquelas contradições, dicotomias e transformações impulsoras, internas, que dão à luz à psique, que é o momento indispensável de seu próprio movimento de atividade, seu desenvolvimento. Se a primeira dessas posições evocou uma investigação da atividade em sua forma básica – na forma da prática – para além dos limites da psicologia, então a segunda posição propõe que atividade, independentemente de sua forma, entra na ciência psicológica subjetiva, embora seja entendida em uma forma completamente diferente da forma que é entendida quando entra no assunto de outras ciências. Em outras palavras, a análise psicológica da atividade consiste, a partir do ponto de vista da segunda posição, não em isolá-la de seus elementos psicológicos, internos, para um estudo isolado seguinte, mas em trazer para a psicologia tais unidades de análise enquanto elas levam em si mesmas o reflexo psicológico em sua inseparabilidade dos momentos que dão origem a ele e o medeia na atividade humana. Esta posição que estou defendendo necessita, entretanto, de uma reconstrução de todo o aparato conceitual da psicologia, que neste livro é somente notado e, em um grau maior, é uma questão para o futuro. Até mesmo mais difícil na psicologia é a categoria de consciência. Todo o estudo da consciência como uma forma mais alta, especificamente humana de psique surgindo no processo de interação social e pressupondo o funcionamento da linguagem constitui o requisito mais importante para a psicologia do homem. O problema da investigação psicológica reside, portanto, em não

ser limitada pelo estudo dos fenômenos e processos na superfície da consciência, mas em penetrar em sua estrutura interna. Pois esta consciência deve ser considerada não como um campo contemplado pelo sujeito no qual suas imagens e concepções são projetadas, mas como um movimento interno específico gerado pelo movimento da atividade do homem. A dificuldade aqui é enfrentada até mesmo em isolar a categoria da consciência como uma categoria psicológica, isto é, em entender aquelas transições reais que interconectam as psiques dos indivíduos específicos e as formas da consciência social. Isso, entretanto, não pode ser feito sem análise preliminar dessas “formas” da consciência individual, o movimento que caracteriza sua estrutura interna. Um capítulo específico desse livro é dedicado a falar sobre um experimento de tal análise, a base a qual é análise do movimento da atividade. Não depende de mim, naturalmente, julgar se este experimento foi um sucesso ou não. Eu quero somente desviar a atenção do leitor para o fato de que o “segredo da consciência” psicológica permanece um segredo a qualquer método, exceto o método revelado por Marx, o que o torna possível para demonstrar a natureza das propriedades suprasensórias dos objetos sociais o qual o homem, como um objeto da consciência, é um. A visão que eu desenvolvi, que defende que a personalidade é um assunto de estudo estritamente psicológico, provavelmente evocará grande reação. Acho isso porque minhas visões definitivamente não estão em acordo com aqueles conceitos antropológicos, culturais e metafísicos da personalidade (baseado na teoria de sua determinação dual, hereditariedade biológica e ambiente social) que agora inunda o mundo da psicologia. Essa incompatibilidade é particularmente evidente ao revisar a questão da natureza das chamadas fontes internas da personalidade e a questão da conexão entre a personalidade do homem e suas características somáticas.

Muito difundida é a visão das necessidades e apetites do homem, de que as próprias necessidades e apetites determinam a atividade da personalidade, suas tendências; correspondentemente, a tarefa principal da psicologia é o estudo de quais necessidades são naturais do homem e quais experiências (apetites, desejos, sentimentos) elas evocam. A segunda visão, distinta da primeira, é entender como o desenvolvimento da própria atividade humana, seus motivos e meios, transforma as necessidades do homem e dá origem a novas necessidades de modo que a hierarquia das necessidades muda na extensão de que a satisfação de algumas delas é reduzida ao status somente de condições necessárias para a atividade do homem e sua existência como uma personalidade. Deve ser dito que os defensores do primeiro ponto de vista antropológico, ou, melhor dizendo, naturalista, produzem muitos argumentos, dentre eles aqueles que podem ser chamados metaforicamente argumentos “do intestino”. Naturalmente, preencher o estômago com comida é uma condição indispensável para qualquer atividade subjetiva, mas o problema psicológico é composto de algo mais: qual vai ser essa atividade? como segue seu desenvolvimento? E, em conjunção com isso existe o problema da transformação das próprias necessidades.

Se eu isolei a questão dada aqui, é porque nesta questão visões opostos se confrontam uma a outra na perspectiva do estudo da personalidade. Uma delas leva a construção de uma psicologia da personalidade baseada na primazia, no sentido amplo da palavra, das necessidades (na linguagem dos behavioristas, “reforço”); a outra, em direção a estrutura de uma psicologia da primazia da atividade na qual o homem confirma sua personalidade humana.

A segunda questão – a questão da personalidade do homem e suas características físicas – torna-se aguda em conexão com a posição de que uma teoria

psicológica da personalidade não pode ser construída principalmente com base na diferença da constituição do homem. Na teoria da personalidade, como é possível conviver sem as referências usuais à constituição de Sheldon, fatores de Eising e finalmente aos tipos de atividade nervosa superior de Pavlov? Esta questão também surge do desentendimento metodológico que em muitos casos se enraíza a partir da ambiguidade do conceito de “personalidade”. Essa ambiguidade, entretanto, desaparece se adotamos a posição marxista bem conhecida de que personalidade é uma qualidade particular que um indivíduo natural comanda em um sistema de relações sociais. O problema então muda inevitavelmente: propriedades antropológicas do indivíduo aparecem não como determinando a personalidade, ou como entrando em sua estrutura, mas como condições geneticamente atribuídas da formação da personalidade e, além disso, como aquela que determina não seus traços psicológicos, mas somente a forma e meios de sua expressão. Por exemplo, agressividade como um traço da personalidade será, naturalmente, manifestada em um colérico de uma forma diferente da forma que é manifestada em um fleumático, mas para explicar agressividade como uma propriedade do temperamento é tão absurdo cientificamente como olhar para uma explicação das guerras no instinto de combatividade que é natural às pessoas. Assim, o problema do temperamento, propriedades do sistema nervoso etc., não é “banido” da teoria da personalidade, mas aparece em uma forma diferente, não tradicional como uma questão de uso, se pode ser expresso pela personalidade dos traços e capacidades individuais, inatas. E esse é um problema muito importante para a caracterologia concreta que, como um número de outros problemas, não foi considerado neste livro.

Escorregões que ocorreram neste prefácio (e eles devem ter sido numerosos) são devido ao fato de que o autor viu seu problema não tanto como uma confirmação de uma ou outra posição psicológica concreta como uma busca por um método de extraí-las enquanto elas fluem do estudo materialista-histórico da natureza do homem, sua atividade, consciência e personalidade.

Concluindo, devo dizer algumas palavras sobre a composição do livro. Os pensamentos contidos nele já foram expressos em prévias publicações do autor, uma lista a qual é dada em notas nos capítulos. Aqui eles são apresentados sistematicamente pela primeira vez.

Em sua composição o livro é dividido em três partes. A primeira parte contém os capítulos 1 e 2, que analisam o conceito de reflexo e a contribuição total que o marxismo deu para a psicologia científica. Estes capítulos servem como uma introdução para a parte central na qual os problemas da atividade, consciência e personalidade são consideradas. A última parte do livro tem um lugar completamente diferente: ele não parece ser uma continuação dos capítulos acima mencionados, mas é um dos primeiros trabalhos do autor sobre a psicologia da consciência. Desde a publicação da primeira edição, que agora se tornou rara, mais de 20 anos se passaram, e muito nele se tornou desatualizado. Ele contém, entretanto, certos aspectos pedagógico-psicológicos do problema da consciência que não são tocados em outras partes deste livro, embora estes aspectos permanecem mesmo agora próximo ao coração do autor. Isso inspirou sua inclusão no livro.

*Alexei N. Leontiev
Moscou, junho de 1974*

Nota do Tradutor da Edição Brasileira

Existem alguns excertos de *Atividade. Consciência. Personalidade*, traduzidos em português por Maria Silvia Cintra Martins (especificamente o prefácio do autor, parte do capítulo 4.1, capítulo 5.3, 5.4 e 5.5 e a conclusão). A tradução atual é toda original, incluindo os capítulos supracitados, que não foram utilizados como base para a tradução.

Foram utilizadas as referências da versão original em russo, que em diversos momentos divergiam das referências da edição em inglês.

As notas da edição em inglês e português foram destacadas entre colchetes com as iniciais dos respectivos tradutores (M.H. e M.S.), permanecendo as notas originais de Leontiev sem destaque. Nesses casos, também foi utilizado a versão original em russo para diferenciar quando Leontiev citava algum autor ou quando ele colocava em nota uma observação para que o leitor procurasse algum trabalho específico.

*Marcelo J. S. Silva
Curitiba, 2014*

Capítulo 1. Marxismo e Ciência Psicológica

1.1. As Bases Gerais da Psicologia Marxista

Os ensinamentos de Karl Marx causaram uma revolução nas ciências sociais: na filosofia, na economia política, na teoria do socialismo. Como é conhecido, a psicologia permaneceu isolada da influência do marxismo por muitos anos. O marxismo não era admitido nos centros oficiais da psicologia científica, e o nome de Karl Marx permaneceu qual não mencionado nos trabalhos dos psicólogos por mais de 50 anos depois da publicação de seu trabalho base.

Somente no início da década de 1920 os cientistas de nosso país reconheceram pela primeira vez a necessidade de conscientemente estruturar a psicologia com base no marxismo⁰. Assim, foram aqueles cientistas soviéticos que descobriram Marx para o mundo da ciência psicológica.

Originalmente a tarefa de criar uma psicologia marxista foi entendida como uma tarefa de criticar visões filosóficas ideológicas acolhidas na psicologia e introduzir nela certas posições da dialética marxista. Característico a este respeito foi o título de um novo livro de psicologia de K. N. Kornilov, publicado em 1926. Era chamado *Um Livro de Psicologia a partir do Ponto de Vista do Materialismo Dialético*. Nele, assim como em outros trabalhos deste período, muitas ideias e entendimentos do marxismo e leninismo básico para psicologia, incluindo o conceito de reflexo, ainda não eram descobertos, embora Kornilov e outros autores daquela época enfatizaram sua posição na natureza social da psicologia do homem, era, entretanto, geralmente interpretado no espírito das representações ingênuas sobre o condicionamento biossocial do comportamento humano.

Somente depois do trabalho de L. S. Vigotski⁰, e de algum modo depois, S. L. Rubinstein⁰, que o significado do marxismo se tornou mais plenamente entendido.

A abordagem histórica da psicologia humana, uma ciência psicológica concreta da consciência como uma forma superior de reflexo da realidade, e o estudo da atividade e sua estrutura foi desenvolvido. O processo de gradualmente revisar a importância dos clássicos do marxismo criou uma ampla teoria que revelou a natureza e leis gerais da psicologia e consciência, e que a contribuição do marxismo para a ciência psicológica não sofrerá em importância em comparação com as maiores descobertas teóricas durante o período pré-marxista de seu desenvolvimento assim como desde Marx.

Isso foi percebido como resultado de grande trabalho teórico de muitos psicólogos-marxistas, incluindo aqueles de outros países⁰. Mas mesmo agora não deve ser dito que a psicologia exauriu o baú de tesouros das ideias marxista-leninistas. Por essa razão voltamos de novo e de novo para os trabalhos de Karl Marx, o que resolve até mesmo os mais profundos e complexos problemas teóricos da ciência psicológica.

Na teoria do marxismo o ensinamento sobre a atividade humana, sobre seu desenvolvimento e suas formas, tem importância decisivamente importante para a psicologia.

⁰ Veja Kornilov (1923).

⁰ Veja Vigotski (1924); veja também Vigotski (1934).

⁰ Veja Rubinstein (1934, cap. 1); ver também Rubinstein (1940).

⁰ Um dos primeiros autores estrangeiros que reconheceu a necessidade de estruturar a psicologia sobre uma base marxista foi G. Politzer (1929, cap. 1 e 2).

Como é conhecido, Marx começa suas notáveis *Teses sobre Feuerbach* com a indicação do “principal defeito de todo o materialismo existente até agora” (Marx e Engels, 2007, p. 533). Ele acredita que a realidade foi tomada por Feuerbach somente na forma de um objeto, na forma de contemplação, e não como uma atividade humana, não subjetivamente.

Falando da contemplação do velho materialismo, Marx tinha em mente o fato de que o conhecimento era considerado então somente como o resultado do efeito dos objetos no reconhecimento do sujeito, em seus órgãos do sentido, e não como um produto do desenvolvimento de sua atividade em um mundo objetivo. Assim, o velho materialismo isolou conhecimento da atividade sensorial, dos laços vivos e práticos do homem – com o mundo que está a seu redor.

Introduzindo o conceito de atividade na teoria do conhecimento, Marx deu a ele um sentido estritamente materialista: para Marx, atividade em sua forma básica e primária era sensorial, atividade prática na qual as pessoas entram em contato prático com objetos do mundo ao redor, testam suas resistências, e agem sobre eles, reconhecendo suas propriedades objetivas. Esta é a diferença radical do ensinamento marxista sobre atividade de forma distinta do ensinamento idealista que reconhece atividade somente em sua forma abstrata, especulativa.

Uma revolução profunda provocada por Marx na teoria do conhecimento é a ideia de que a prática humana é a base para o conhecimento humano; prática é aquele processo ao longo do qual o desenvolvimento dos problemas cognitivos surge, percepções humanas e pensamento se originam e desenvolvem, e na qual ao mesmo tempo contém em si mesma critérios de adequação e verdade do conhecimento. Marx diz que o homem deve provar a verdade, atividade e poder, e a universalidade de seu pensamento na prática⁰.

À luz dessas teses bem conhecidas de Marx, deve-se ser bem enfatizado que nenhuma delas pode ser tomada isolada, a parte do ensinamento marxista como um todo. Isso se refere especialmente à posição no papel de prática – uma posição que certos pervertedores contemporâneos do marxismo tentam tratar como se ela expressasse e provesse uma base para o ponto de vista pragmático.

Na realidade, a descoberta filosófica de Marx consiste não em identificar a prática com conhecimento, mas em reconhecer que o conhecimento não existe fora do processo da vida que em sua própria natureza é um processo material, prático. O reflexo da realidade surge e se desenvolve no processo do desenvolvimento de laços reais de pessoas cognitivas com o mundo humano envolvendo-os; é definida por esses laços e, por sua vez, tem um efeito em seu desenvolvimento.

“Os pressupostos de que partimos”, lemos em *A Ideologia Alemã*, “não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida [...]” (Marx e Engels, 2007, p. 86). Estes pré-requisitos também formam três características indispensáveis, três vínculos, laços dialéticos que formam um sistema único, de autodesenvolvimento.

Até mesmo a organização corporal dos indivíduos incorpora a necessidade que eles participem em um relacionamento ativo com o mundo externo; a fim de existir eles devem agir, produzir os meios necessários de vida. Agindo sobre o mundo externo, eles o mudam, ao mesmo tempo eles mudam a si mesmos. Isso é porque o que eles próprios

0 [A palavra “prática” é usada aqui no sentido que ocorre na frase “teoria e prática”. – M.H.]

representam é determinado por sua atividade, condicionado pelo nível já obtido de desenvolvimento, pelos meios e a forma de sua organização.

Somente ao longo do desenvolvimento dessas relações que o reflexo psicológico da realidade pelas pessoas também se desenvolve. “[...] mas os homens, ao desenvolverem a sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (Marx e Engels, 2007, p. 94). Em outras palavras, pensamento e consciência são determinados pela vida real, a vida das pessoas, e existe somente como sua consciência como um produto do desenvolvimento do sistema de relacionamento objetivo indicado. Em seu próprio autodesenvolvimento este sistema forma várias infraestruturas, relações e processos que podem se tornar os objetos de estudo de ciências separadas. A abordagem marxista, entretanto, requisita que estes sejam observados dentro de um sistema geral e não isolados dele. Este requisito, é entendido, se refere também ao estudo psicológico das pessoas e a ciência psicológica.

A velha psicologia metafísica conheceu somente indivíduos abstratos sendo sujeitados à ação de um ambiente que resistia a eles, que por sua vez exibiam capacidades psíquicas características: percepção, pensamento, vontade, sentimentos. Indiferentemente o indivíduo sob estas circunstâncias era pensado como sendo um tipo de máquina reativa (mesmo se uma máquina programada muito complexamente), ou a ele era atribuída uma força espiritual intrinsecamente desenvolvida. Como São Sancho, que acreditou ingenuamente que com um golpe de aço cortaríamos o fogo que está escondido na rocha e que foi ridicularizado por Marx⁰, o psicólogo-metafísico pensa que a psique pode ser extraída do próprio sujeito, de sua cabeça. Como Sancho, ele não suspeita que as faíscas de fogo são lançadas não pela pedra, mas pelo aço, e, o que é mais importante, que toda a questão toda é que no calor branco as faíscas são a interação da rocha com o aço. O psicólogo-metafísico também derruba o vínculo principal: os processos que medeiam os laços do sujeito com o mundo real, os únicos processos nos quais seu reflexo psíquico da realidade ocorre, a transição do material no ideal. E estes são os próprios processos da atividade do sujeito que sempre são primeiro externos e práticos e então assumem a forma de atividade interna, a atividade da consciência.

A análise da atividade também compreende o ponto decisivo e método principal do conhecimento científico do reflexo psíquico, consciência. No estudo das formas de consciência social é a análise da vida social, meios de produção característicos e sistemas de relacionamentos sociais; no estudo da psique individual é a análise da atividade dos indivíduos em dadas condições sociais e circunstâncias concretas que são o lote de cada um deles.

1.2. A Teoria da Consciência

Karl Marx lançou as bases para uma teoria psicológica concreta da consciência que abriu completamente novas perspectivas para a ciência psicológica. Embora a velha psicologia subjetiva-empírica rapidamente chamou a si mesma uma ciência da consciência, na verdade ela nunca foi isso. Os fenômenos da consciência foram estudados ou em um plano puramente descritivo, com epifenomenologia e posições

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 407).

paralelas, ou um plano que excluía completamente o conhecimento psicológico científico, como era requisitado pelos representantes mais radicais da chamada psicologia subjetiva (Watson, 1913)⁰. O sistema coerente do conhecimento psicológico, entretanto, não pode ser construído fora da teoria científica, concreta, da consciência. Isso é especificamente corroborado pelas crises teóricas que constantemente surgem na psicologia em proporção à acumulação de informação psicológica concreta, o volume que aumenta rapidamente começando com a segunda metade do último século.

O segredo central da psique humana, que a investigação psicológica científica não chegou, já compreendia a existência dos fenômenos psicológicos internos, o próprio fato da apresentabilidade ao sujeito de um retrato do mundo. Este segredo psicológico não poderia ter sido descoberto na psicologia pré-marxista, permanece desconhecido mesmo na psicologia contemporânea se desenvolvendo fora do marxismo.

A consciência invariavelmente aparecia na psicologia como algo estranho à principal preocupação, somente como uma condição para a ocorrência dos processos psicológicos. Particularmente tal era a posição de Wundt. Consciência, ele escreveu, é qualquer tipo de condição psíquica que encontramos em nós mesmos, e por essa razão não podemos experimentar a essência da consciência. “Todas as tentativas de definir consciência [...] levam somente a tautologia ou a definir atividade que ocorrem na consciência, e por essa razão não são realmente consciência, desde que consciência é um pré-requisito para elas” (Wundt, 1880, p. 738). A mesma ideia é ainda mais claramente expressa por Natorp: consciência não tem sua própria estrutura; é somente uma condição da psicologia, não seu assunto. Embora sua existência é um fato psicológico básico e plenamente verossímil, não pode ser definido, e é inferido somente de si mesmo (Natorp, 1888, p. 14, 112).

Consciência é não-qualitativa porque ela é em si mesma uma qualidade – a qualidade dos fenômenos e processos psíquicos; esta qualidade é expressa em sua “apresentabilidade” (*predstavlennost*) ao sujeito (Stout). Essa qualidade não pode ser descoberta; ela só pode ser ou não ser⁰.

A ideia da natureza não essencial da consciência está incluída também na comparação bem conhecida da consciência com um estágio o qual os eventos da vida mental se desenrolam. Um estágio é necessário para estes eventos acontecerem, mas o próprio estágio não participa neles.

Assim, consciência é de alguma forma estranha à psicologia, psicologicamente não qualitativa. Embora esta ideia não é sempre expressa diretamente, é sempre entendida. Ela não foi contradita por um único experimento no passado, que tentaram uma descrição psicológica da consciência que era mais diretamente expresso por Ledd: consciência é aquilo que encolhe ou cresce, que é parcialmente perdida no sono, e completamente perdida no desmaio⁰.

É uma “luminescência” sem igual, uma mudança de reflexão da luz, ou melhor ainda, um projetor, o raio que ilumina o campo interno ou externo. Sua mudança sobre este campo é expressa nos fenômenos da atenção através do qual somente a consciência recebe seu caráter psicológico, mas ainda é somente quantitativo e espacial. “O campo da consciência” (ou “o campo da atenção”, que é a mesma coisa) pode ser mais estreito

⁰ Mesmo antes, a necessidade de complete rejeição de conceitos e termos psicológicos foi promulgada por um grupo de zoopsicólogos (Beer e Uexküll, 1899).

⁰ Veja Stout (1920).

⁰ Em nossa literatura essa ideia encontrou sua expressão original na tentativa de sistematizar a psicologia proposta por P. P. Blonski (1927).

e mais concentrado ou mais amplo e mais disperso; pode ser mais ou menos estável, oscilante, mas reconhecido tudo isso, a descrição do próprio “campo da consciência” permanece não-qualitativo, não-estruturado. De acordo, as “leis da consciência” que foram elaboradas têm um caráter puramente formal, o mesmo pode ser dito das leis da relativa clareza da consciência, continuidade da consciência e fluxo da consciência.

Às leis da consciência algumas vezes também são referidas tais leis como a lei da associação ou as leis da totalidade e da pregnância, e assim por diante, desenvolvida pela psicologia Gestalt. Estas leis, entretanto, se referem aos fenômenos da consciência, e não à consciência como uma forma separada da psique, e, portanto, elas são tão aplicáveis ao seu “campo” como os fenômenos que ocorrem fora deste “campo” – no nível humana assim como no nível animal.

A teoria da consciência conduzindo à escola sociológica francesa (Durkheim, De Roberti, Halbwx, et al.)⁰ detém uma posição um tanto diferente. Como é conhecido, a principal ideia desta escola se refere ao problema psicológico da consciência e diz que a consciência individual é o resultado da ação sobre o homem da consciência da sociedade sob a influência da qual sua psique se torna socializada e intelectualizada; essa socialização e intelectualização da psique do homem é sua consciência. Mas até mesmo nessa concepção a não qualitatividade psicológica da consciência ainda é mantida; somente agora a consciência apresenta a si mesma como um tipo de plano sobre o qual ideias e conceitos são projetados, que constitui o conteúdo da consciência social. Assim, consciência é identificada com conhecimento: consciência é um “conhecendo com”, um produto do contato entre uma consciência e outra.

Outras tentativas de descrever a consciência psicologicamente consistiram em representa-la como uma condição da unificação da vida psíquica interna.

Uma unificação das funções, capacidade e propriedades psíquicas é também consciência; por essa razão, escreveu Lipps, isto é a um e ao mesmo tempo autoconsciência⁰. Mais simples que todo, James expressou essa ideia em uma carta para K. Stumpf: consciência é “o mestre geral de todas as funções psíquicas”. Mas, precisamente com base no exemplo de James é particularmente claro que este entendimento da consciência está completamente ausente no ensinamento sobre sua natureza indeterminável, não-qualitativa. Foi James que disse sobre si mesmo: “Já faz 20 anos desde que eu duvidei da existência de uma assim chamada consciência real. [...] Parece-me que chegou o tempo para todos renunciarem a ela abertamente” (James, 1910, cap. 4).

Nem a introspecção experimental dos wüzburgianos nem a fenomenologia de Husserl nem o existencialismo estava em uma condição de penetrar a estrutura da consciência. Pelo contrário, entendendo seu estado fenomenológico com suas relações ideias internas como consciência, eles insistiram na “despsicologização”, se isso pode ser dito, dessas relações internas. A psicologia da consciência se dissolve completamente na fenomenologia. É interessante notar que autores que se deram o objetivo de ver “para além” da consciência e que estão espalhando ensinamentos sobre a esfera não-consciente da psique preservam o mesmo entendimento da consciência como um “mensageiro da organização dos processos psíquicos” (Freud). Como outros representantes da psicologia profunda, Freud traz o problema da consciência de fora da esfera da psicologia apropriada. Naturalmente, o caso principal representando consciência, “superego”, é essencialmente metapsíquico.

⁰ Veja Rubinstein (1959, pp. 308-330).

⁰ Veja Lipps (1905).

Posições metafísicas sobre a consciência não poderiam trazer a psicologia para qualquer outro tipo de entendimento da consciência. Embora a ideia do desenvolvimento penetrou até mesmo o pensamento psicológico pré-marxista, particularmente durante o período pós-spenceriano, não foi amplamente usado para a solução dos problemas sobre a natureza da psique humana de modo que a psique continuou a ser considerada como algo preexistente e somente “sendo preenchido” com novo conteúdo. Estas eram as posições metafísicas que foram também destruídas pela visão materialista-dialética, que abriu perspectivas completamente novas diante da psicologia da consciência.

A posição básica do marxismo sobre consciência é que ela representa uma qualidade de uma forma específica de psique. Embora a consciência também tem sua própria história na evolução do mundo animal, ela aparece primeira no homem no processo de organização do trabalho e relações sociais. Consciência desde o início é um produto social⁰.

A posição marxista sobre a indispensabilidade e a função real da consciência exclui completamente a possibilidade da psicologia em considerar os fenômenos da consciência somente como epifenômenos acompanhando processos cerebrais e a atividade que eles realizam. Além disso, a psicologia não pode simplesmente postular a atividade da consciência. A tarefa da ciência psicológica consiste em explicar cientificamente o verdadeiro papel da consciência; isso é possível somente sob as condições da mudança radical na própria abordagem do problema, e mais do que qualquer coisa, sob condições que rejeitam a visão antropológica limitada da consciência que procura por sua explicação nos processos ocorrendo dentro da cabeça do indivíduo sob a influência dos estímulos agindo sobre ele, visões que inevitavelmente retornam a psicologia para a posição paralelística.

A explicação real da consciência reside não naqueles processos, mas nas condições e modos sociais daquela atividade que a torna indispensável – na atividade do trabalho. Essa atividade é caracterizada pelo fato de que sua materialização, sua “extinção”, de acordo com a expressão de Marx, resulta em um produto.

Marx escreve em *O Capital*, “o que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento⁰, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser” (Marx, 2013, p. 258). “Contudo”, lemos ainda, “o trabalho não é só consumido, mas é ao mesmo tempo fixado, materializado, da forma de atividade na de objeto, de repouso; como mutação do objeto, o trabalho modifica sua própria configuração e, de atividade, devém ser” (Marx, 2011, p. 233-234).

Nesse processo também ocorre uma objetivação daquelas ideias que evocam, direcionam e regulam a atividade do sujeito. Como resultado dessa atividade eles encontram uma nova forma de existência como objetos externos percebidos pelos sentidos. Agora, em sua forma externa, exteriorizada ou exotérica, os próprios produtos são objetos do reflexo. Também correlacionando com ideias iniciais está o processo de sua percepção pelo sujeito – um processo que resulta em sua própria reduplicação, sua própria existência teórica em sua cabeça.

Tal descrição do processo de percepção parece ser incompleta, entretanto. A fim de este processo ocorrer, o objeto deve aparecer diante do homem precisamente como registrando o conteúdo psíquico da atividade, isto é, seu lado teórico. Atividade isolada, entretanto, não pode ser entendida à parte dos laços sociais ou a partir dos

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 35).

⁰ [Na citação da versão em inglês, ao invés de movimento, a palavra usada é atividade (*activity*) – M.S.]

contatos um com o outro, pessoas também formulam uma linguagem que serve para representar os objetos, os meios e o próprio processo do trabalho. Os atos de significação são em essência nada mais que atos de isolar o lado teórico dos objetos, e a aquisição por indivíduos da linguagem e a aquisição de sua significação na forma de percepção. “Linguagem”, observam Marx e Engels, “é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo” (Marx e Engels, 2007, p. 34).

Essa posição, entretanto, não pode, de forma alguma, ser interpretada como significando que a consciência tem sua origem na linguagem. A linguagem não é seu demiurgo, mas uma forma de sua existência. Além disso, palavras, os sinais de linguagem, são não simples substituições para coisas, seus substitutos condicionais. Por trás dos significados filológicos está escondida a prática social, atividade transformada e cristalizada nelas; somente nos processos dessa atividade a realidade objetiva é revelada para o homem.

Naturalmente, o desenvolvimento da consciência em cada indivíduo não repete o processo sócio-histórico da formação da consciência. Nem o reflexo consciente do mundo brota no indivíduo como resultado de uma projeção direta em seu cérebro das ideias e conceitos elaborados pelas gerações anteriores. Sua consciência também é um produto de sua atividade em um mundo dos objetos. Nessa atividade, mediada pelo contato com outras pessoas, é realizado o processo da aquisição (*Aneignung*) do indivíduo das riquezas espirituais acumuladas pela raça humana (*Menschengattung*) e incorporada em uma forma sensória, objetiva (Marx e Engels, 2007). Assim, a existência objetiva da própria atividade humana (Marx diz indústria, explicando que até essa época o trabalho – isto é, indústria – era o todo da atividade humana) aparece como “*psicologia* humana presente sensivelmente [sensorialmente – M.S.]” (Marx, 2004, p. 111).

Assim, essa descoberta de Marx, radical para a teoria psicológica, consiste na ideia de que a consciência não é uma manifestação de algum tipo de capacidade mística do cérebro humano de gerar uma “luz de consciência” sob a influência de coisas colidindo com ele – estímulos – mas um produto das relações específicas – isto é, sociais – nas quais as pessoas entram e as quais são realizadas somente por meios de seus cérebros, seus órgãos do sentimento, e seus órgãos de ação. Os processos evocados por essas relações também levam à aceitação de objetos na forma de suas imagens subjetivas na cabeça do homem, na forma de consciência.

Em adição a esta teoria da consciência, Marx também desenvolveu as bases para a história científica da consciência humana. A importância disso para a ciência psicológica dificilmente pode ser exagerada.

Mesmo que na psicologia exista muito material sobre o desenvolvimento histórico do pensamento, memória e outros processos psíquicos, coletados principalmente por historiadores da cultura e etnográficos, o problema central, o problema dos estágios históricos da formação da consciência, permanecem não resolvidos.

Marx e Engels não somente formularam um método geral de investigação histórica da consciência, eles revelaram também aquelas mudanças fundamentais que a consciência humana sofreu ao longo do desenvolvimento da sociedade. Estamos falando aqui principalmente sobre o estágio da formação original da consciência e da linguagem e sobre o estágio da transformação da consciência em uma forma universal de psique especificamente humana quando reflexo na forma de consciência abrange toda a gama

de fenômenos do mundo ao redor do homem – sua própria atividade e o próprio homem⁰. De importância particularmente grande é o ensinamento de Marx sobre aquelas mudanças na consciência sofridas durante o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade, uma separação da maioria dos produtores dos meios de produção, e uma isolamento da atividade teórica da atividade prática. Engendrada pelo desenvolvimento da propriedade privada, a alienação econômica leva à alienação e desintegração da consciência humana. Essa desintegração é expressa na inadequação daquele sentido que dá significado objetivo para o homem, para sua atividade e para seus produtos. Essa desintegração da consciência é eliminada somente quando as atitudes em direção à propriedade privada que dão origem a ela são eliminadas com a transição de uma sociedade de classes para o comunismo. Marx escreveu, “comunismo já se sabe como reintegração ou retorno do homem a si, como supra-sunção do estranhamento-de-si humano [...]” (Marx, 2004, p. 105).

Essas posições teóricas de Marx tem um sentido particularmente real em nossa época. Elas orientam a psicologia científica em sua abordagem de problemas complexos de mudança de consciência do homem em uma sociedade socialista-comunista, em resolver aquelas tarefas psicológicas concretas que aparecem agora não somente na esfera da educação da nova geração, mas também na área da organização do trabalho, contatos humanos e outras esferas onde a personalidade humana é evidente.

1.3. A Psicologia dos Processos Cognitivos

O marxismo, ensinando sobre a natureza da consciência, produziu uma teoria geral da psique humana. Ao mesmo tempo ela encontrou sua corporeidade na resolução teórica de grandes problemas como o problema da percepção e pensamento. Em cada uma dessas áreas, Marx introduziu ideias que são básicas para a psicologia científica. Essas ideias anteciparam por muitos anos a direção principal de seu desenvolvimento na área do estudo psicológico da atividade de percepção e pensamento do homem.

O marxismo considera a percepção, isto é, reflexo sensorial direta da atividade, como um grau, assim como uma forma básica de conhecimento, que alcança um alto grau de perfeição no processo de desenvolvimento histórico do homem.

É entendido que os potenciais da percepção dependem da estrutura dos órgãos do sentido do homem, suas capacidades sensoriais, ou, usando a linguagem dos primeiros trabalhos de Marx, corresponde a seus poderes essenciais. Entretanto, a fim de que uma imagem auricular, visual ou sensorial de um objeto aparecer na cabeça do homem, é necessário que um relacionamento ativo seja estabelecido entre o homem e este objeto. A adequação e grau da completude da imagem também depende dos processos nos quais este relacionamento é realizado. Isso significa que a fim de explicar cientificamente o aparecimento e características de uma imagem sensorial, subjetiva, não é suficiente estudar a estrutura e trabalho dos órgãos sensoriais por um lado, e a natureza física do efeito que um objeto tem neles por outro. É necessário também penetrar na atividade do sujeito que media esses laços com o mundo objetivo.

Completamente diferente é a abordagem da maturação-sensorialista da percepção que foi acolhida pelos psicólogos pré-marxistas. Essa abordagem encontrou sua expressão na posição aparentemente evidente que foi formulada pelos psicólogos-

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 34-35).

sensorialistas: a fim de que uma imagem de um objeto seja formada na consciência do homem, é suficiente ter essa imagem diante dos olhos.

Conhecendo o homem a partir de suas propriedades morfofisiológicas por um lado, e o mundo de coisas confrontando-o por outro, a investigação psicológica da percepção foi confrontada por dificuldades teóricas insolúveis. Em particular, era impossível explicar a questão principal: a adequação de uma imagem subjetiva à realidade objetiva. Por essa razão a psicologia da percepção pareceu ser incapaz na verdade de escapar dos limites da interpretação do espírito do idealismo fisiológico e hieroglifismo, e foi forçado a recorrer a tais ideias como capacidade para estruturação, para a formação de “Gestalts”. Assim, muitos fatos na área da percepção foram deixados completamente não explicados. Proeminente dentre elas é o fato absolutamente fundamental de que os efeitos descobertos em nossos órgãos através da ação de objetos externos são percebidos não como nossa condição sem igual, mas como algo que existe fora de nós – um fato que foi oportunamente usado por Marx para explicar uma das características da conversão de consciência humana das relações humanas em relações com coisas encontradas para fora (Marx, 2013).

Somente sob a pressão dos mais recentes fatos, acumulados recentemente, especialmente, por assim dizer, durante os anos “pós-Gestalt”, os esforços dos investigadores foram direcionados ao estudo daquela atividade do sujeito durante a qual imagens de percepção eram formadas. Um grande número de trabalhos apareceu que investigaram a gênese da estrutura e conteúdo das ações perceptivas – tátil, visual, e, finalmente, auricular. Assim, um século inteiro foi necessário para a psicologia se livrar da abordagem que via a percepção como o resultado de uma ação unilateral de coisas externas sobre o sujeito passivo, contemplando o mundo, e para a introdução de uma nova abordagem aos processos perceptivos.

Naturalmente, no centro dessa nova abordagem linhas filosóficas opostas continuam a se confrontar uma a outra: linhas do materialismo e idealismo. A primeira requisita um entendimento da atividade da percepção como um processo incluído nos laços práticos e vivos do homem com a realidade objetiva, como um processo no qual o material é somente “traduzido”, de acordo com a expressão de Marx, no ideal. A segunda abordagem, a linha idealista, trata essa atividade da percepção como se ela fosse formada no mundo das coisas.

Ao que já foi dito devemos adicionar que dados da investigação experimental individual contemporânea das ações e operações perceptivas não dão em si mesmos uma solução teórica para o problema da percepção humana. Sua real importância pode ser entendida somente no contexto mais amplo do estudo da unidade do sujeito e objeto, da natureza histórica social das conexões entre homem e o mundo dos objetos.

Embora a atividade da percepção é uma atividade que é especial no sentido de que em suas formas desenvolvidas não está diretamente conectada com a ação prática do homem sobre o objeto, e tem como seus produtos uma imagem subjetiva do objeto (isto é, um produto ideal), é, não obstante, uma atividade objetivada autêntica submetendo a seu objeto enquanto incorpora em si mesmo a totalidade do costume social humano. “O olho”, diz Marx, “se torna um olho humano precisamente quando seu objeto se torna um objeto social, humano, feito pelo homem para o homem. Por essa razão os sentimentos diretamente em seu trabalho se tornam teóricos”. E mais além, “a *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui” (Marx, 2004, p. 110).

As posições citadas têm o homem social, homem como um ser social, e sua atividade social diretamente em vista, isto é, o processo histórico social. Mas um indivíduo separado não existe como um homem fora da sociedade. Ele se torna um homem somente como resultado do processo de execução da atividade humana. A atividade de percepção também é uma das formas nas quais este processo ocorre.

Para todas as antigas psicologias empíricas ideias similares permaneceram profundamente estranhas. Somente uns poucos dos mais perspicazes pensadores abordaram o entendimento de que por trás percepção reside, como se enrolada, a prática, e de que a mão que toca ou olho não é perdido em seu objeto somente porque aprendeu a realizar as ações e operações perceptivas que foram formuladas na prática. Essas ideias nos trazem especialmente mais próximo de um entendimento da verdadeira natureza da percepção humana.

Junto com bases teóricas para a psicologia científica da percepção, Marx também escreveu as bases para a psicologia científica dos processos do pensamento. Somente o ensinamento marxista nos permite superar a visão idealista do pensamento que o coloca acima do sentimento, e os limites do materialismo metafísico que reduz o pensamento aos processos elementares da análise e generalização de impressões sensoriais e a formação de ações entre elas. Em oposição a isso, o marxismo, como é conhecido, considera o pensamento humano como um produto do desenvolvimento histórico social, como uma forma teórica específica da atividade humana que nada mais é um derivado da atividade prática. Mesmo com esse grau de desenvolvimento, quando o pensamento se torna relativamente independente, a prática permanece sua base e um critério para sua verdade.

Como uma função do cérebro humano, o pensamento representa um processo natural, mas o pensamento não existe fora da sociedade, fora do conhecimento humano acumulado e os métodos de atividade do pensamento elaborados pela raça humana. Assim, cada pessoa separada se torna um sujeito do pensamento se somente controlando a linguagem, a compreensão e a lógica, que representa reflexões generalizadas da experiência da prática social: mesmo aquelas tarefas que ele dá a si mesmo no pensamento se originam nas condições sociais de sua vida. Em outras palavras, o pensamento humano como a percepção humana tem uma natureza histórico-social.

O marxismo enfatiza especialmente o laço primordial do pensamento com a atividade prática. “A produção das ideias”, lemos em *A Ideologia Alemã*, “está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material” (Marx e Engels, 2007, p. 93). Engels expressa isso de forma mais geral: “Mas é precisamente a *modificação da Natureza* pelos homens (e não unicamente a Natureza como tal) o que constitui a base mais essencial e imediata do pensamento humano” (Engels, 2000, p. 139).

Essas posições tem uma importância fundamental não somente para a teoria do conhecimento, mas também para a psicologia do pensamento. Eles não somente destroem as visões idealistas, naturalistas e ingênuas do pensamento que foram acolhidas na velha psicologia, mas formulam uma base para a consideração adequada dos numerosos fatos e conceitos científicos que apareceram como resultado do estudo psicológico dos processos do pensamento nas últimas décadas.

Análise da teoria psicológica do pensamento originada nas visões filosóficas burguesas mostra que ela não está em condição de dar respostas científicas genuínas

para as questões mais fundamentais; o fato de que essas questões não foram respondidas desacelera o desenvolvimento da pesquisa concreta sobre este problema real.

Dentre tais questões fundamentais, em primeiro lugar está a questão de como, tendo percepções sensoriais como sua única fonte, o pensamento penetra a superfície dos fenômenos que agem em nossos órgãos sensoriais. O ensinamento marxista dá a única solução verdadeira para este problema da origem e essência do pensamento humano.

Trabalho é o instrumento que coloca o homem não somente a frente dos objetos materiais, mas também a frente de sua interação, o qual ele mesmo controla e reproduz. Neste processo o conhecimento do homem dos objetos ocorre, excedendo as possibilidades do reflexo sensorial direto. Se na ação direta, “sujeito-objeto”, o último revela suas propriedades somente dentro de limites condicionados pelo tipo e grau de sutileza que o sujeito pode sentir, então no processo de interação mediada por um instrumento, o conhecimento vai além desses limites. Assim, no processamento mecânico de um objeto feito de um material com um objeto feito de outro, executamos um teste inequívoco de sua relativa dureza dentro dos limites completamente inacessíveis para nossos órgãos da sensorialidade pele-músculo: com base na mudança de forma de um dos objetos, tiramos uma conclusão sobre a maior dureza do outro. Neste sentido o instrumento é a primeira abstração real. Somente indo ainda mais ao longo dessa linha que podemos isolar as unidades objetivas, o uso o qual torna o conhecimento de uma dada propriedades dos objetos possível com precisão adequada, e, o que é mais importante, independentemente dos limites flutuantes da sensorialidade.

Inicialmente, o conhecimento das propriedades do mundo dos objetos que estão além dos limites do conhecimento sensorial direto é o resultado não premeditado das ações direcionadas a um propósito prático, isto é, ações incluídas na atividade de trabalho das pessoas. Subsequentemente, começa a se adaptar a tarefas específicas, por exemplo, a tarefa de avaliar a adequação ao material original por meios de testes práticos preliminares, um experimento simples. Ações deste tipo, servindo objetivos cognitivos, conscientes, já representam em si mesmos um pensamento real, embora preserve a forma de processos externos. Os resultados reconhecidos dessas ações, generalizados e fixados por meios da linguagem, diferem essencialmente dos resultados do reflexo sensorial direto, que são generalizados em respectivas formações sensoriais. Eles diferem do último não somente em que eles incluem propriedades, conexões e relações inacessíveis à avaliação sensorial direta, mas também naquilo, transmitido no processo de comunicação verbal com outras pessoas, que eles formam um sistema de conhecimento que compreende o conteúdo da consciência do coletivo, sociedade. Devendo a isso os conceitos, entendimento e ideias que são geradas em pessoas separadas são formadas, enriquecidas e sujeitas da seleção não somente ao longo de seu uso individual (inevitável estritamente limitado, e sujeito a mudança), mas também com base na experiência imensuravelmente mais ampla que eles obtêm no uso social.

Além disso, a expressão na linguagem do que é inicialmente uma forma objetiva externa da atividade do conhecimento formula uma condição que permite uma subsequente execução de seus processos separados no plano do discurso somente. Na medida em que o discurso perde sua função comunicativa aqui e preenche somente uma função de conhecimento, então sua pronúncia, faceta sonora, é gradualmente reduzida e processos correspondentes assumem tanto mais um caráter de processos internos executados por eles mesmos “na mente”. Entre as condições iniciais e a execução prática da ação, existe agora uma cada vez maior corrente de processos internos do

pensamento, comparação, análise etc., que finalmente assume relativa independência e a capacidade de estar separado da atividade prática.

Tal separação do pensamento da atividade prática ocorre historicamente, entretanto, não através de si mesmo e não somente através da força de sua própria lógica de desenvolvimento, mas é engendrada por uma divisão do trabalho que resulta em atividade mental e atividade material, prática, sendo assinada a pessoas diferentes. Quando a propriedade privada dos meios de produção se desenvolve e a sociedade é diferenciada em classes sociais antagonistas, a atividade do pensamento é separada do trabalho físico e contrastada com a atividade prática. Agora ela aparece completamente independente da última, que possui uma fonte diferente e uma natureza diferente. Tais representações da atividade do pensamento são também encontradas na teoria idealista do pensamento.

A separação da atividade do pensamento da atividade prática e a oposição entre elas não são, entretanto, permanentes. Com a destruição da propriedade privada dos meios de produção e das classes antagonistas, o precipício entre elas gradualmente desaparecerá. Em uma sociedade comunista desenvolvida a transição de uma forma de atividade para outra se tornará um meio natural de suas existências e desenvolvimento. Por essa razão, Marx observou que não existe agora necessidade de qualquer tipo de “truque complexo do reflexo” (Marx e Engels, 2007).

Naturalmente, tal união da atividade do pensamento e atividade prática não significa que a diferença qualitativa entre elas desaparecerá. Atividade do pensamento, perdendo certos traços que ela assumiu como resultado de sua separação da atividade prática, ainda preserva suas características específicas, mas essas características perdem sua mistificação. Elas são determinadas basicamente pelo fato de que em sua forma desenvolvida, a forma do pensamento teórico, a atividade do pensamento continua sem contato direto com objetos do mundo material. O pensamento teórico do homem individual desde o início não requisita nem ao menos uma base sensória-subjetiva; ela pode ser representada em sua cabeça em uma forma ideal, refletida: como o conhecimento já acumulado e ideias abstratas. Por essa razão, em distinção do pensamento que está objetivado na forma de atividade do trabalho ou em um experimento e isso é acentuadamente limitado por causa disso por condições objetivas reais, o pensamento teórico tem possibilidades essencialmente ilimitadas de entrar na realidade, incluindo uma realidade bastante inacessível a nossa influência.

Na medida em que o pensamento abstrato ocorre fora dos contatos diretos com o mundo objetivo, então, porque de sua relação com ele e o problema da prática como uma base e critério para a verdade do conhecimento, ainda outro problema surge. Isso diz respeito ao fato de que testar a verdade dos resultados teóricos do pensamento raramente podem ser realizados imediatamente depois que esses resultados são obtidos. O teste pode estar separado dos resultados por muitas décadas e não pode ser sempre direto, o que torna necessário que a experiência da prática social deva ser uma parte da própria atividade do pensamento. Tal requisito é cumprido pelo fato de que o pensamento é subordinado a um sistema lógico (e matemático) de leis, regras e regulações. Uma análise de sua natureza mostra como a experiência da prática social entre no próprio curso do processo do pensamento humano.

Em contraste às visões das leis da lógica como se elas surgissem a partir de princípios do trabalho da mente (ou, como se elas expressassem leis imanentes do espírito pensante, ou, finalmente, como se elas fossem evocadas pelo desenvolvimento da linguagem da própria ciência), a visão marxista considera as leis lógicas como

representando um reflexo generalizado daquelas relações objetivas da atividade que a atividade humana prática produz e à qual é assunto. “A atividade prática do homem”, nota V. I. Lenin, “teve que levar a consciência humana a repetir, milhares e milhares de vezes, as diferentes figuras lógicas *para que* estas pudessem adquirir o sentido de *axiomas*” (Lenin, 2011, p. 164). Assim, a atividade prática, a prática, é como um fio condutor para o pensamento teórico que o preveni de perder o caminho que leva ao conhecimento adequado.

Tais, no sentido mais geral, são as posições básicas dos ensinamentos marxista-leninistas sobre o pensamento; eles decisivamente mudam não somente as representações teóricas gerais sobre a natureza do pensamento, mas também nosso entendimento dos problemas psicológicos concretos. Por essa razão a visão que o ensinamento marxista é importante somente para a teoria geral do pensamento e a investigação psicológica experimental específica deveria de alguma forma permanecer sobre solo puramente empírico é um grande erro. O problema que confronta a psicologia científica mesmo hoje é que ela não pode ser limitada por posições materialistas, dialéticas gerais sobre a essência do pensamento humano, mas que ela define aquelas posições concretamente em conformidade com as verdadeiras questões envolvidas no estudo dos processos do desenvolvimento da atividade do pensamento do homem, formas diferentes dessa atividade, transições mútuas entre elas, e a influência sobre ele das novas condições e fenômenos sociais tais como o rápido progresso técnico, científico, distribuição mais ampla e mudanças de meios e forma de comunicação etc.

Atualmente grandes mudanças têm ocorrido na psicologia do pensamento. O desenvolvimento desta área da psicologia do conhecimento levou ao fato de que muitas ideias marxistas objetivamente encontraram sua corporificação e desenvolvimento concreto nela na medida em que alguns psicólogos, até mesmos aqueles que estão bem longe em suas próprias visões políticas do marxismo, começaram a citar Marx, mas não sem uma certa faceirice.

Em nossa época ninguém aceita as posições há muito desacreditadas da psicologia subjetiva-empírica que retrata o pensamento como um movimento na consciência de conceitos e ideias como se eles fossem um produto na experiência humana individual das impressões sensoriais e sua generalização – movimentos que estão direcionados por leis de associação e preservação. Tornou-se evidente que um entendimento dos processos de pensamento corresponderem somente aos fatos acumulados é entendê-los como provocando tipos específicos de atividades e operações direcionados a um objetivo adequado para as tarefas cognitivas.

Também deixamos no passado aquelas teorias psicológicas que conheciam o pensamento simplesmente em uma só forma – na forma do pensamento discursivo interno. A pesquisa genética⁰ contemporânea revelou o fato incontestável da existência dos processos do pensamento ocorrendo também na forma de atividade externa com objetos materiais. Além disso, foi demonstrado que processos do pensamento interno são nada mais que o resultado da interiorização e especificação da transformação da atividade prática externa, e que formas estáveis de transição de uma forma para outra existe. Sob condições do pensamento altamente desenvolvido essas transições aparecem particularmente distintivamente em uma investigação do chamado pensamento técnico – o pensamento de um trabalhador-regulador do aparato técnico complexo, o

⁰ [Genético para Leontiev tem o sentido de gênese, origem – M.S.]

pensamento de um experimentador científico – em estudos que eram necessitados pelos requisitos do nível contemporâneo do desenvolvimento tecnológico.

Junto com estas e outras realizações incontestáveis da psicologia do pensamento, entretanto, muitos de seus problemas radicais elaborados à parte da teoria marxista geral têm uma interpretação unilateral, e, por essa razão, distorcida, na psicologia contemporânea. Mesmo o conceito de atividade introduzido na psicologia do pensamento é tratado por psicólogos positivistas em um sentido muito distante daquele com o qual Marx imbuiu o conceito de atividade humana objetiva. Em muitas das investigações estrangeiras, a atividade do pensamento é apresentada a partir do ponto de vista de sua função adaptativa, e não como uma das formas através das quais o homem compreende a realidade e a muda. Por essa razão as operações que formam sua estrutura são apresentadas em primeiro lugar. Na verdade isso significa nada mais que um retorno a uma identificação no pensamento do lógico e do psicológico, e a um peculiar panlogismo.

A partir disso surge uma “autonomização” da operação lógica que é profundamente estranha ao ensinamento marxista sobre o pensamento, o que requisita que o pensamento seja considerado como uma atividade humana, viva, tendo a mesma estrutura básica que a atividade prática. Como a atividade prática, a atividade do pensamento responde a uma necessidade ou motivo ou outra e correspondentemente suscita o efeito regulador das emoções. Assim como a atividade prática, a atividade do pensamento consista de ação subordinada a propósitos conscientes. Finalmente, como a atividade prática, o pensamento é realizado por alguns meios, isto é, com a ajuda de determinadas condições no dado instante – lógico ou matemático. Mas quaisquer operações – não importa se elas são dirigidas externamente ou internamente, mental – representam em sua gênese somente o produto do desenvolvimento das ações correspondentes nas quais estão fixados, abstraídos e generalizados os relacionamentos objetivos caracterizando as condições objetivas da ação. Eles, portanto, tem uma existência relativamente independente e são capazes de serem corporificados em uma forma material ou outra – na forma de instrumentos, máquinas, tabelas de multiplicação, aritmética simples ou aparato computador-calculador complexo. Não obstante, eles não cessam de serem somente meios da atividade humana e seus objetos. Por essa razão, a atividade do pensamento do homem não é mais reduzida a um sistema de um tipo ou outro de operações lógicas, matemáticas ou outras que não a produção, por exemplo, é reduzida aos processos tecnológicos que a realizam.

Ignorar essas posições incontestáveis cria aquelas representações ilusionárias do pensamento nas quais tudo aparece de cabeça para baixo: operações do pensamento simbólico resultando a partir do desenvolvimento da atividade cognitiva do homem parece dar origem ao seu pensamento. Essas representações encontram sua expressão particularmente na atribuição às máquinas “pensantes” contemporâneas (as quais como quaisquer outras máquinas, nas palavras de Marx (2011), são somente “criadas pela mão do homem como órgãos da mente do homem”) das propriedades dos sujeitos pensantes genuínos. Parece que não são eles que servem ao pensamento do homem, mas pelo contrário, o homem os serve⁰.

Não é difícil ver que atribuir às máquinas as capacidades intelectuais do homem expressa mais uma vez a mesma alienação do pensamento da atividade sensorial somente em uma nova forma: agora as operações do pensamento em suas formas exteriorizadas são separadas da atividade humana e transferidas para as máquinas. Mas,

⁰ Veja Leontiev (1970a, pp. 3-12).

as operações em essência são somente formas e meios do pensamento, e não o próprio pensamento. Por essa razão, as consequências psicológicas da revolução científica-tecnológica que objetivamente dá origem a uma intelectualização do trabalho humano, uma unidade nela da atividade prática e mental, são aparentemente dependentes não da automação tecnológica nela mesma, mas daquele sistema social no qual essa tecnologia funcionará. Sob condições do materialismo, sob condições da alienação dos meios de produção, ela somente moverá a linha da fratura na esfera da atividade intelectual, separando a elitista de criadores de automação – daqueles que servem a esta automação; sob condições de uma sociedade socialista-comunista informar o pensamento humano, irá, por outro lado, garantir o desenvolvimento de um caráter criativo e intelectual do trabalho em todas as suas unidades e formas.

Naturalmente, este é um problema completamente separado, que requer consideração especial. Se o menciono aqui, é apenas para enfatizar mais uma vez a indivisibilidade do pensamento das condições reais de seu funcionamento na vida do homem. A investigação dos processos do pensamento, não isolados da variedade e formas nas quais eles existem, mas como meios dessa atividade, representa somente uma das tarefas mais importantes confrontando os psicólogos soviéticos, confrontando todos os psicólogos marxistas.

Neste capítulo somente certos problemas foram tocados; uma explicação mais detalhada será a tarefa de trabalho futuro. Mais do que qualquer coisa devemos considerar o problema do entendimento da psique como um reflexo da realidade.

Capítulo 2. Reflexo Psíquico

2.1. Níveis de Investigação do Reflexo

O conceito de reflexo é um conceito filosófico fundamental. Ele também tem um sentido fundamental para a ciência psicológica. Introduzindo o conceito de reflexo na psicologia como um conceito básico deu a fundação para seu desenvolvimento sobre uma nova base teórica marxista-leninista. A psicologia se desenvolveu por 50 anos desde aquela época, e suas apresentações concreto-científicas se desenvolveram e mudaram; a questão principal – a abordagem em direção à psique como uma imagem subjetiva da realidade objetiva – permaneceu e está inalterada.

Ao falar de reflexo alguém pode, primeiro de tudo, enfatizar o sentido histórico deste conceito. De importância primária é o fato de que seu conteúdo não está congelado. Pelo contrário, ao longo do progresso da ciência natural, do homem e sociedade, ela está se desenvolvendo e se tornando mais rica.

Em segundo lugar, também muito importante é a posição de que as ideias do desenvolvimento e ideias da existência de vários níveis e formas de reflexo sejam incluídas no conceito de reflexo. Estamos falando de vários níveis daquelas mudanças em refletir corpos que surgiram como resultado de ações experimentadas por eles e que são adequadas a eles. Estes níveis são bastante diferentes. Mas, todos esses níveis têm uma relação comum que é mostrada na natureza não-viva, no mundo dos animais, e, finalmente, no homem em formas qualitativamente diferentes.

Em conexão com isso surge um problema que tem uma importância primária para a psicologia: estudando as características e funções de vários níveis de reflexo, e traçando as transições de seus níveis e formas mais simples para níveis e formas mais complexas.

É conhecido que Lenin considerou o reflexo como uma propriedade já incorporada na “fundação do próprio edifício material”, que em um determinado grau de desenvolvimento, e particularmente no nível do material vivo altamente organizado, assume a forma de sensação, percepção, e no homem, também a forma de pensamento teórico, conceito. Tal entendimento histórico de reflexo, em um sentido amplo da palavra, impede a possibilidade de tratar os fenômenos psíquicos como removidos de um sistema comum de interação em um mundo indivisível em seu aspecto material. O significado mais amplo disso para a ciência é que o psíquico, o qual o idealismo postulou uma qualidade básica, é transformada em um problema para a investigação científica; o único postulado que permanece é a admissão da independência da realidade objetiva, existente, do sujeito cognitivo. Nisso reside a ideia da exigência de Lenin de que vamos não da sensação para o mundo interno como primário para os fenômenos psicológicos subjetivos como secundários (Lénine, 1982). É evidente que essa exigência também cobre plenamente o estudo científico concreto da psique e psicologia.

Investigar fenômenos sensoriais vindos do mundo externo, das coisas, é investiga-los objetivamente. Como é evidente na experiência do desenvolvimento da psicologia, existem muitas dificuldades teóricas nisso. Elas se tornam aparentes mesmo na conexão com as primeiras realizações concretas no estudo do cérebro e órgãos sensoriais pela ciência natural. O trabalho de fisiologistas e psicólogos, embora ele enriqueceu a psicologia científica com o conhecimento dos fatos e leis importantes que condicionam a existência dos fenômenos psíquicos, não revelariam, entretanto, diretamente a essências desses fenômenos eles mesmos; a psique continuou a ser considerada em isolamento, e o problema da relação psicológica com o mundo externo

foi resolvido no espírito do idealismo fisiológico de I. Muller, o hieroglifismo de G. Helmholtz, o idealismo dualista de W. Wundt etc. A mais ampla disseminação foi dada para a posição paralelística que na psicologia moderna é mascarada somente por uma nova terminologia.

Uma grande contribuição para o problema do reflexo foi feita pela teoria reflexa, o ensinamento de I. P. Pavlov, sobre a atividade nervosa superior. A principal ênfase na pesquisa estava substancialmente confusa: funções psíquicas, reflexivas do cérebro eram apresentadas como um produto e condição dos laços reais entre o organismo e o ambiente interferindo com ele. Isso levou a uma orientação basicamente nova de pesquisa expressa na abordagem dos fenômenos cerebrais a partir do ponto de vista da interação que as gera, manifestada no comportamento dos organismos em preparação, formulação e consolidação. Pareceu até mesmo que o estudo do trabalho do cérebro neste nível, de acordo com I. P. Pavlov, a “segunda parte da fisiologia”⁰, se separa completamente em perspectiva da psicologia descritiva, científica.

Uma dificuldade teórica principal, entretanto, permaneceu; era expressa na impossibilidade de levar o nível da análise psicológica para o nível da análise fisiológica, leis psicológicas, para as leis da atividade cerebral. Agora, quando a psicologia como uma área separada do conhecimento obteve ampla aceitação e assumiu uma importância prática para a resolução de muitos problemas apresentados pela vida, nova evidência foi encontrada para a posição da não-convergência do psíquico e o fisiológico – na prática da própria pesquisa psicológica. Uma suficientemente clara diferença foi formulada entre os processos psíquicos por um lado, e os mecanismos fisiológicos que executam esses processos por outro, uma distinção sem a qual, naturalmente, seria impossível resolver até mesmo os problemas de correlações e conexões entre eles; além disso, um sistema de métodos psicológicos objetivos foi formulado, particularmente métodos para a pesquisa psicológica-fisiológica limítrofe. Devido a isso, o estudo concreto da natureza e mecanismos dos processos psíquicos excedeu muito as fronteiras definidas pelas representações da ciência natural da atividade do órgão da psique, o cérebro. Naturalmente, isso não significa que todas as questões teóricas relacionadas ao problema do psicológico e do fisiológico foram respondidas. Pode ser dito que somente existia um movimento sério nesta direção. Novos problemas teóricos complexos também apareceram. Um desses foi apresentado pelo desenvolvimento da abordagem cibernética ao estudo dos processos de reflexo. Sob a influência da cibernética, a análise da regulação das condições dos sistemas vivos por meios de informação direcionada a eles tomou o centro das atenções. Assim, um novo passo foi dado no caminho já marcado para o estudo das interações de organismos vivos com o ambiente que agora apareceu a partir de uma perspectiva diferente, a perspectiva de transferir, processar e preservar informação. Além disso ocorreu um estreitamento teórico das abordagens a objetos, sistemas não-vivos, animais e homem qualitativos, direcionados diferentemente e auto direcionados. O próprio conceito de informação (um que é fundamental para a cibernética), embora ele tenha vindo da tecnologia de comunicação, parece ser a partir de sua gênese, por assim dizer, humano, fisiológico, e até mesmo psicológico; tudo começou com o estudo da transferência junto com canais técnicos de informação semântica de pessoa a pessoa.

Como é conhecido, a abordagem cibernética também foi aplicável implicitamente a partir do início da atividade psíquica⁰. Muito cedo ela pareceu

⁰ Veja Pavlov (1951, p. 28).

⁰ Veja Wiener (1968).

indispensável na própria psicologia, especialmente na engenharia da psicologia, investigando os sistemas “homem-máquina”, que eram considerados um caso específico de um sistema de regulação. Agora conceitos do tipo, “conexão reversível”, “regulação”, “informação”, “modelo” etc. são amplamente usados até mesmo em ramos da psicologia que não têm necessidade de aplicar linguagens formais capazes de descrever processos de regulação ocorrendo em dados sistemas, incluindo os sistemas tecnológicos.

Se introduzir na psicologia conceitos da neurofisiologia é baseado na posição da psique como uma função do cérebro, então o uso em psicologia da abordagem cibernética tem uma justificação científica diferente. A psicologia é uma ciência concreta lidando com a origem e desenvolvimento do reflexo da realidade pelo homem, que ocorre em sua atividade pelo qual mediando ela desempenha um papel real na atividade. Por sua parte, a cibernética, estudando os processos de interação intrasistema e intersistema no sentido da informação e similaridade, permite a introdução de métodos quantitativos no estudo dos processos de reflexão, e assim enriquece o estudo do reflexo como uma propriedade geral do material. Isso foi indicado em nossa literatura filosófica muitas vezes⁰, como foi o fato que resultados na cibernética tenham uma importância essencial para a pesquisa psicológica⁰.

A importância da cibernética para o estudo dos mecanismos do reflexo sensorial tomados deste aspecto parece incontestável. Entretanto, não devemos esquecer que a cibernética geral, dando uma descrição dos processos de regulação, se afasta de suas naturezas concretas. Por essa razão em quase todo campo específico surge uma questão da aplicação apropriada da cibernética. É conhecido, por exemplo, quão complicado a questão é quando processos sociais são considerados. Também é complicado para a psicologia. A abordagem cibernética para a psicologia, naturalmente, não consiste simplesmente de trocar termos psicológicos por termos cibernéticos; tal troca seria infrutífera como a tentativa realizada em seu tempo para substituir termos psicológicos com termos fisiológicos. Incorporar as posições e teoremas separados da cibernética mecanicamente na psicologia é ainda menos permitido.

O significado metodológico e concreto-científico do problema da imagem e modelos sensorial é especialmente importante entre os problemas que surgem na psicologia em conexão com o desenvolvimento da abordagem cibernética. Não obstante, nem uns poucos trabalhos de filósofos, fisiologistas, psicólogos e ciberneticistas foram dedicados a este problema, isso merece mais análise teórica à luz do estudo da imagem sensorial como um objeto do reflexo do mundo na consciência do homem.

Como é conhecido, o conceito de modelo tem recebido ampla aceitação e uso em significados muito diferentes. Para posterior consideração de nosso problema, entretanto, vamos usar a mais simples e menos refinada, isso quer dizer, sua definição. Chamaremos tal sistema (multiplicidade) um modelo, os elementos de outro sistema, o modelado. É absolutamente evidente que sob tal definição ampla de modelo a imagem sensorial está, naturalmente, incluída. O problema, entretanto, não é se alguém pode abordar a imagem psicológica como um modelo, mas se essa abordagem engloba suas características específicas essenciais, sua natureza.

A teoria de Lenin do reflexo considera as imagens sensorial na consciência humana como impressões, fotografias de uma realidade existindo independentemente.

⁰ Consulte Konstantinov (1967).

⁰ Veja o artigo Кибернетика [*Cibernética*] (Konstantinov, 1962).

Isso também é o que traz reflexos psíquicos perto das formas “relatadas” de reflexo, peculiar também ao material que não possui uma “capacidade claramente expressa de sensação” (Lénine, 1982). Mas isso forma apenas um lado da caracterização dos reflexos psíquicos; o outro lado consiste no fato de que o reflexo psíquico, distinto do espelho e outras formas de reflexo passivo, é subjetivo, e isso significa que ele é não passivo, não morto, mas ativo, que em sua definição entra a vida e prática humana, e que é caracterizado pelo movimento de um fluxo constante, objetivo no subjetivo.

Essas posições, tendo primariamente um sentido gnosiológico, são também básicas para as investigações psicológicas concreto-científicas. Especialmente no nível psicológicas surge o problema das características específicas daquelas formas de reflexo que são expressos pela presença no homem de imagens subjetivas – sensoriais e pensamento – da realidade.

A posição de que o reflexo psíquico da realidade é sua imagem subjetiva significa que a imagem pertence ao sujeito real da vida. Mas o conceito de subjetividade da imagem no sentido de seu pertencimento ao sujeito da vida inclui em si mesma uma indicação de seu ser ativo. Uma conexão da imagem com o que é refletido não é uma conexão de dois objetos (sistemas, multiplicidades) em relações similares mútuas um com o outro – seu relacionamento reproduz uma polarização de qualquer processo vivo em um polo no qual se encontra o sujeito ativo (“parcial”), e no outro, o objeto “indiferente” ao sujeito. É essa característica da relação da imagem subjetiva da realidade refletida que não está incluída no relacionamento “modelo-modelado”. O último relacionamento tem a propriedade de simetria, e, de acordo, os termos modelo e modelado têm sentidos relativos, dependendo em qual de dois objetos o sujeito que reconhece eles acredita teoricamente ou praticamente ser o modelo e qual o modelado. O processo de modelamento (isto é, a construção pelo sujeito de modelos de quaisquer tipos, ou até mesmo o reconhecimento pelo sujeito de conexões definindo tal mudança do objeto que transmite a ele características do modelo de um certo objeto) é uma questão completamente diferente.

Mesmo assim o conceito de subjetividade da imagem inclui o conceito de parcialidade do sujeito. A psicologia tem por um longo tempo descrito e estudado a dependência da percepção, representação e pensamento em “o que é necessário para o homem” – em suas necessidades, motivos, definições, emoções. É muito importante aqui enfatizar que tal parcialidade é ela mesma determinada objetivamente e é expressa não nas inadequações da imagem (embora possa ser expressa desta forma), mas em que ela permite uma penetração ativa na realidade. Em outras palavras, subjetividade ao nível do reflexo sensorial deve ser entendido não como seu subjetivismo, mas sim como sua “sujeitidade”, isto é, seu pertencimento a um sujeito ativo.

A imagem psíquica é o produto de laços e relações práticos, vivos, do sujeito com o mundo dos objetos; estes são incomparavelmente mais ampla e mais ricos que qualquer relacionamento modelo. Por essa razão, a descrição da imagem reproduzida na linguagem das modalidades sensoriais (em um “código” sensorial), os parâmetros do objeto agindo sobre os órgãos do sentido do sujeito, representa em essência o resultado da análise do nível físico. É exatamente nesse nível que a imagem sensorial revela si mesma como mais pobre em comparação com o possível modelo matemático ou físico do objeto. A situação é diferente quando consideramos a imagem no nível psicológico – como um reflexo psíquico. Nesta capacidade ela aparece, ao contrário, em toda sua riqueza, como tomando em si mesma aquele sistema de relações objetivas nas quais somente o conteúdo refletido por elas existe de verdade. Tudo o mais que foi dito se

refere à imagem sensorial consciente, à imagem ao nível de um reflexo consciente do mundo.

2.2. A Atividade do Reflexo Psíquico

Na psicologia duas abordagens têm sido concebidas, duas visões dos processos de geração de imagem sensorial. Uma delas reproduz o velho conceito sensualista da percepção, de acordo com a qual a imagem é resultado direto de um ato unilateral de objetos nos órgãos sensoriais.

O segundo entendimento do processo da formação da imagem é diferente em princípio e é atribuída a Descartes. Em seu notável *La Dioptrique*, comparando a visão com a percepção dos objetos pelo cego que “vê como se com suas mãos”, Descartes escreveu: “se você considerar que a diferença entre árvores, rochas, água e outros objetos similares vistos pela pessoa cega com a ajuda de sua bengala não parece menor para ele do que a que existe entre vermelho, amarelo, verde e quaisquer outras cores, então qualquer seja a não conformidade entre os corpos, aparece sendo nada mais que somente uma forma diferente de usar uma bengala ou resistir seu movimento” (Descartes, 1953, pp. 71-72). Subsequentemente, as ideias sobre as origens comuns básicas das imagens visuais e táteis foram desenvolvidas, como é conhecido, por Diderot, e particularmente por Sechenov.

Na psicologia moderna a posição é amplamente aceita de que a percepção representa um processo ativo que necessariamente inclui as ligações eferentes. Embora a detecção e registro dos processos eferentes apresenta significantes dificuldades metódicas, tanto que alguns fenômenos parecerem ser melhores evidências para a teoria “de tela” passiva da percepção, não obstante sua participação obrigatória deve ser considerada estabelecida.

Dados particularmente importantes foram obtidos na investigação ontogenética da percepção. Essas investigações têm a vantagem de que elas permitem o estudo dos processos ativos da percepção em suas formas, por assim dizer, desdobradas, abertas, isto é, em movimento para fora, não ainda interiorizada, não reduzida. Os dados obtidos são bem conhecidos e eu não citarei, mas simplesmente notarei que é nessas investigações que o conceito de ação perceptiva foi introduzido (Zaporozhets, Wenger, Zinchenko e Ruza, 1967).

O papel dos processos eferentes também foi estudado na investigação da percepção auricular, o órgão receptor o qual é, distinto da mão que toca e do aparato da visão, completamente ausente de atividade exterior. Para a audição do discurso isso foi demonstrado experimentalmente que a “imitação articulação” era necessária⁰, e para ouvir o som, uma atividade oculta do aparato da voz⁰.

Agora é quase banal repetir aquilo que para o aparecimento de uma imagem não é suficiente ter uma ação unilateral de um objeto sobre os órgãos sensoriais do sujeito, mas que é necessário ter um processo “antecipatório” ativo por parte do sujeito também. É natural que a direção principal na investigação da percepção foi o estudo dos processos perceptivos ativos, suas gêneses e estruturas. Apesar de todas as diferenças

⁰ Ver Chistovich, Alyakrinski e Abulyan (1960, cap. 1); ver também Chistovich, Klaas e Aleksin (1961, cap. 5); ver também Sokolov (1968, pp. 150-157).

⁰ Veja Gippenreiter, Leontiev e Ovchinnikov (1957-1959, Comunicação I-VII).

nas hipóteses concretas com as quais os pesquisadores abordaram o estudo da atividade perceptiva, eles são unidos na admissão de que ela é indispensável e na convicção de que particularmente nela é realizado o processo de “tradução” da sensação de objetos externos agindo nos órgãos sensoriais que recebe a imagem, mas o homem com a ajuda dos órgãos sensoriais. Todo psicólogo sabe que a imagem da retina (o “modelo” da retina) do objeto não é o mesmo que sua imagem aparente (psíquica), assim como, por exemplo, as chamadas imagens residuais podem ser chamadas imagens somente pela convenção, desde que elas não têm qualquer constância, seguem o movimento do olho e são sujeitas à lei de Emmert.

Não é necessário, naturalmente, discutir o fato de que os processos da percepção estão incluídos nos laços práticos, vivos, do homem com o mundo, com objetos materiais, e por essa razão eles são necessariamente sujeitos, direta ou indiretamente, pelas propriedades dos próprios objetos. Isso também determina a adequação do produto subjetivo da percepção, a imagem psíquica. Seja qual for a forma que a atividade perceptiva assuma, seja qual for o grau de redução ou automação ela possa ser sujeitada ao longo de sua formação e desenvolvimento, essencialmente ela é formada da mesma forma que a atividade da mão que toca “fotografias”, os contornos dos objetos. Como a atividade da mão que toca, toda atividade perceptiva encontra o objeto lá onde ele realmente está – no mundo externo, no espaço e tempo objetivo. É isso que constitui aquela característica psicológica mais importante da imagem subjetiva que é chamada sua objetividade ou, muito menos fortuitamente, sua objetivação.

Essa característica da imagem psicológica sensorial, em sua mais simples e mais elegante forma, emerge em conformidade com imagens subjetivas, extraceptivas. Um fato psicológico importante é que na imagem nos é dado não nossa condição subjetiva, mas a condição do objeto sozinho. Por exemplo, o efeito da luz de uma coisa sobre o olho é recebido exatamente como a coisa que está fora do olho. No ato da percepção, o sujeito não correlaciona sua própria imagem da coisa com a própria coisa. Para o sujeito, a imagem é como se imposta sobre a coisa. Assim, a objetividade dos laços que existem entre a consciência sensorial e o mundo externo, que Lenin enfatizou, é expressa psicologicamente (Lénine, 1982).

Copiando um objeto em uma pintura, devemos, naturalmente, comparar o retrato (modelo) do objeto com o objeto retratado (modelado), percebendo-os como duas coisas diferentes; mas não determinamos tal correlação entre nossa imagem subjetiva do objeto e o próprio objeto, entre nossa percepção da pintura e a própria pintura. Se o problema de tal correlação surge, então ele é somente secundário – a partir do reflexo da experiência da percepção.

Por essa razão não é necessário concordar com a convicção que algumas vezes é expressada de que a subjetividade da percepção é o resultado da “objetivação” da imagem psíquica, isto é, que o efeito da coisa, em primeiro lugar, provoca sua imagem sensorial, e então esta imagem é relacionada pelo sujeito com o mundo, “é projetada sobre o original”⁰. Psicologicamente tal ato específico de “projeção reversa” simplesmente não existe sob circunstâncias ordinárias. O olho afetado na periferia da retina por um aparecimento inesperado de um ponto de luz na tela instantaneamente se move até ele e o sujeito experimental imediatamente vê o ponto localizado no espaço objetivo; o que ele não percebe, de forma alguma, é sua confusão no que diz respeito à retina no momento do movimento do olho, e muda na condição neurodinâmica de seu sistema receptor. Em outras palavras, para o sujeito não existe estrutura que possa ser,

⁰ Veja Tyukhtin (1967, p. 3).

por sua vez, correlacionada por ele com o objeto externo da mesma forma em que, por exemplo, ele pode comparar seu próprio desenho com o original.

O fato de que a objetividade (objetivação) das sensações e percepções não é algo secundário é confirmada por muitos notáveis fatos bem conhecidos para a psicologia. Um destes é o chamado problema de sondagem. O fato é embaçado para o cirurgião sondando uma ferida, o final da sonda com a qual ele toca a bala parecer ser “sensível” – isto é, sua sensação parece estar paradoxalmente misturada com o mundo das coisas externas e não localizado na fronteira “sonda-mão”, mas na fronteira “sonda-objeto percebido” (a bala). A mesma coisa acontece em qualquer outra situação análoga, por exemplo, quando percebemos a aspereza do papel com a ponta de uma pena afiada, encontramos uma estrada na escuridão com a ajuda de uma bengala etc.

O principal interesse desses fatos reside no fato de que neles estão “exploradas” e frequentemente exteriorizadas as relações geralmente ocultas para a investigação. Uma dessas é a relação “mão-sonda”. O efeito que a sonda tem sobre o aparato receptor da mão evoca sensações que são integradas em uma imagem tátil-visual complexa dele, e que mais adiante completa um papel fundamental nos processos regulatórios de segurar a sonda na mão. A segunda relação é a relação “sonda-objeto”. Ela é estabelecida tão logo a ação do cirurgião coloca a sonda em contato com o objeto. Mas, mesmo nesse primeiro exemplo o objeto, sendo ainda indeterminado – como “algo”, como o primeiro ponto sobre a linha de uma futura imagem-“retrato” – aparece sendo relacionada com o mundo externo localizado no espaço objetivo. Em outras palavras, a imagem psíquica sensorial exibe a propriedade de relacionamentos objetivos já no momento de sua formação. Mas para realizar a análise da relação “sonda-objeto” um pouco mais, a localização do objeto no espaço expressa sua separação do sujeito, isso está “delineando as fronteiras” de sua existência independente do sujeito. Estas fronteiras aparecem somente enquanto a atividade do sujeito é forçada a se subordinar ao objeto, e ocorre até mesmo no caso quando a atividade leva à divisão do objeto ou até mesmo destruição. A característica notável do relacionamento considerado consiste no fato de que essa fronteira passa como uma fronteira entre dois corpos físicos: um dele, a ponta da sonda, realiza uma atividade cognitiva, perceptiva do sujeito, a outra é o objeto dessa atividade. Na fronteira entre estas duas coisas materiais estão localizadas as sensações que formam o “tecido” da imagem subjetiva do objeto: elas aparecem como ajustadas sobre o ponto que toca da sonda, o receptor distante artificial que forma uma extensão da mão do sujeito agindo.

Se sob as condições da percepção descrita, o guia para a ação do sujeito é um objeto material que se move, então na percepção realmente distante o processo da localização espacial do objeto é reconstruída e extremamente complicada. No caso da percepção por meios de uma sonda, a mão não move de verdade, mas na percepção visual o olho é móvel, “selecionando” os raios de luz que o objeto reflete e que chega em sua retina. Neste caso, entretanto, a fim de que possa resultar uma imagem subjetiva, é necessário observar as condições que transferem a fronteira “sujeito-objeto” para a superfície do próprio objeto. Estas são as mesmas condições que criam a chamada invariância do objeto visual, e particularmente a presença de tal deslocamento pela retina do faixo de luz relativamente refletido que cria, por assim dizer, uma “mudança de antenas” controlada pelo sujeito, ininterrupta, que apareceria como sendo o equivalente de seu movimento sobre a superfície do objeto. Agora as sensações do sujeito também estão ajustadas às fronteiras externas do objeto, não como um instrumento (sonda), mas junto com os raios de luz; o sujeito vê não a projeção do

objeto da retina, mudando continua e rapidamente, mas um objeto externo em sua relativa invariância, estabilidade.

É somente a ignorância dessa característica principal da imagem sensorial – a relação de nossas sensações com o mundo externo – que leva ao maior equívoco que prepara o caminho para as conclusões subjetiva-idealistas sobre o princípio da energia específica dos órgãos do sentido. Este equívoco consiste na ideia de que as reações subjetivamente experimentadas pelos órgãos do sentido suscitadas pela ação do estímulo foram identificadas por I. Muller com sensações incluídas na imagem do mundo externo. Na verdade, naturalmente, ninguém toma a luminescência resultante de uma excitação elétrica do olho como luz real, e somente Münchhausen⁰ poderia conceber a ideia de acender pólvora sobre o cartucho de uma pistola com faíscas saídas do olho. Usualmente dizemos completamente correto: “está escuro para o olho”, “ele soa nos ouvidos” – para os olhos, nos ouvidos, e não na sala ou na rua etc. Em defesa da natureza secundária do retrato subjetivo, devemos nos referir a Zenden, Hebb e outros autores que descrevem casos de restauração da visão em adultos depois da remoção de catarata congênita: em primeiro lugar, eles veem somente o caos dos fenômenos visuais subjetivos, que subsequentemente se torna correlacionado com objetos do mundo externo, se tornam suas imagens. Mas estas são pessoas que possuem uma percepção do objeto formulada em outra modalidade, que agora simplesmente recebe nova entrada a partir do aspecto da visão; por essa razão, falando estritamente, temos aqui não uma relação secundária da imagem com o mundo externo, mas uma incorporação de uma nova modalidade em um mundo externo de elementos.

Naturalmente, a percepção distante (visual, auricular) representa um processo de complexidade incomum, e sua investigação se depara com muitos fatos que parecem ser contraditórios e muitas vezes inexplicáveis. Mas a psicologia, como todas as outras ciências, não pode se desenvolver somente como uma soma de fatos empíricos. Ela não pode escapar a teoria, e todo o problema reside em qual tipo de teoria a guiará.

À luz da teoria do reflexo, o esquema “clássico” escolástico: *vela → sua projeção na retina do olho → imagem dessa projeção no cérebro, emitindo uma “luz metafísica”*, não é mais que uma apresentação grosseiramente unilateral (e, conseqüentemente, não verdadeira), superficial do reflexo psíquico. Essa fórmula leva diretamente à admissão de que nossos órgãos sensoriais, tendo “energias específicas” (o que é um fato), são uma barreira entre a imagem subjetiva e a realidade objetiva externa. É entendível que nenhuma descrição dessa fórmula do processo de percepção em termos de distribuição de excitação nervosa, informação, modelo de construção etc., será capaz de mudar sua essência.

Outro aspecto do problema da imagem subjetiva sensorial é a questão do papel da prática em sua formação. É conhecimento comum que introduzir a categoria de prática na teoria do conhecimento constitui a questão principal de diferente entre o entendimento marxista do conhecimento e o entendimento do conhecimento no materialismo pré-marxismo por um lado, e na filosofia idealista por outro. “O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o primeiro e básico ponto de vista da teoria do conhecimento”, diz Lenin (Lénine, 1982). Como primeiro e básico seu ponto de vista está preservado também na psicologia dos processos cognitivos sensoriais.

0 [Referente ao *Barão de Münchhausen*, militar e senhor rural alemão que viveu no século XVIII. Uma personagem que vivia entre a realidade e a fantasia, cujas histórias foram compiladas por Rudolf Eric Raspe e publicadas em Londres em 1785. – M.S.]

Já foi dito aqui que a percepção é ativa, que a imagem subjetiva do mundo externo é o produto da atividade do sujeito nesse mundo. Mas, essa atividade não pode ser entendida como outra coisa que não a realização da vida do sujeito físico, que é principalmente um processo prático. Naturalmente, na psicologia seria um equívoco sério considerar toda atividade perceptiva de um indivíduo como ocorrendo diretamente na forma de atividade prática ou resultando diretamente dela. Os processos da percepção auricular ou visual ativa são separados da prática direta na extensão de que o olho humano e o ouvido humano, de acordo com uma expressão de Marx (2010), são teóricos de órgãos. O toque sozinho sustenta o contato prático, direto do indivíduo com o mundo material-objetivo externo. Essa circunstância é extremamente importante a partir do ponto de vista do problema sob consideração, mas mesmo isso não o resolve completamente. O fato da questão é que a base para os processos cognitivos não é a prática individual do sujeito, mas “a totalidade da prática humana”. Por essa razão, não somente o pensamento, mas também a percepção do homem, em um grande grau, supera em suas riquezas a relativa pobreza de sua experiência pessoal.

Na psicologia uma declaração adequada da questão do papel que a prática desempenha como uma base e critério para a verdade requisita investigação de como a prática entra na atividade perceptiva do homem. Deve ser dito que a psicologia já acumulou muitos dados concreto-científicos, que levaram diretamente para a solução deste problema.

Como já foi dito, as investigações psicológicas tornam cada vez mais óbvio para nós que as ligações eferentes desempenham um papel decisivo nos processos de percepção. Em certos casos, particularmente quando estas ligações têm sua expressão nos sistemas motores ou sistemas micromotores, eles parecem bastante distintos. Em outros casos eles parecem “ocultos”, expressos na dinâmica das condições internas em andamento do sistema de recepção. Mas eles sempre existem. Sua função parece ser “assimilar” não somente no sentido estrito da palavra⁰, mas também no sentido mais amplo. Isso também cobre a função de incluir a experiência comum da atividade subjetiva do homem no processo de produzir a imagem. O fato é que tal inclusão não pode ser obtida como resultado de simples repetição de combinação de elementos sensoriais e atualização de laços temporários entre eles. É entendido que não estamos falando aqui sobre a reprodução associativa de elementos faltantes dos complexos sensoriais, mas sobre a adequação das imagens subjetivas produzidas pelas propriedades gerais do mundo real no qual o homem vive e age. Em outras palavras, estamos falando sobre a subordinação do processo de produzir uma imagem para o princípio da plausibilidade.

Para ilustrar este princípio, voltaremos mais uma vez para o antigo e bem conhecido fato psicológico, para o efeito da percepção visual “pseudoscópica”, o estudo que agora nós mais uma vez começamos. Como é conhecido, o efeito pseudoscópico é produzido por olhar para objetos através de binóculos compostos de dois prismas de Dove, que produzem uma distorção irregular da percepção: os pontos mais próximos do objeto parecem estar mais longe e vice-versa. Como resultado, por exemplo, uma máscara de gesso côncava de um rosto parece sob certo tipo de iluminação como uma representação de relevo convexo, e a representação de relevo, por outro lado, parece como uma máscara. Mas o principal interesse nos experimentos pseudoscópicos é que a imagem pseudoscópica aparente resulta somente quando é plausível (a máscara de gesso do rosto é tão “plausível” a partir do ponto de vista da realidade como sua apresentação

⁰ Veja Leontiev (1959, cap. 2).

escultural convexa de gesso), ou quando é possível por alguns meios bloquear a inclusão da imagem pseudoscópica aparente no retrato do mundo real sendo formado pelo sujeito.

É conhecido que se a cabeça de gesso é substituída pela cabeça de um homem real, então o efeito pseudoscópico desaparece completamente. Particularmente efetivo são os experimentos nos quais um sujeito com um pseudoscópio vê dois objetos aparecerem simultaneamente em um e mesmo campo visual, a cabeça real e sua representação de gesso convexa; então a cabeça do homem é vista como de costume, e a cabeça de gesso é vista pseudoscopicamente, isto é, como uma máscara côncava. Tais fenômenos são observados somente quando a imagem pseudoscópica é plausível. A segunda característica do efeito pseudoscópico é que ele aparece mais prontamente se um objeto é colocado contra um fundo não-objetivo abstrato, isto é, fora do sistema de laços concreto-objetivos. Finalmente, este mesmo princípio de plausibilidade é expresso no efeito completamente impressionante do aparecimento de tais “adições” à imagem pseudoscópica aparente enquanto torna sua existência objetivamente possível. Assim, se diante de uma superfície colocamos uma tela com aberturas através das quais partes da superfície podem ser vistas, na percepção pseudoscópica temos esse retrato: as porções da superfície que residem atrás da tela, vistas através de suas aberturas, são vistas pelo sujeito como estando mais perto dele do que a tela, isto é, como se elas estivessem penduradas diante da tela. A situação é na verdade bastante diferente. Sob condições adequadas, assim como na percepção pseudoscópica, o sujeito vê partes da superfície que estão por trás da tela na frente dela; elas não estão, entretanto, “penduradas” no ar (o que é improvável), mas são percebidas como um tipo de corpos físicos tridimensionais saindo através das aberturas na tela. Na imagem aparente as superfícies laterais parecem ser adicionadas para formar fronteiras destes corpos físicos. E, finalmente, o seguinte: como experimentos sistemáticos demonstraram, os processos de surgimento da imagem pseudoscópica assim como a eliminação de sua qualidade pseudoscópica, embora eles ocorram instantaneamente, não são, de forma alguma, automáticos ou auto direcionados. Eles aparecem como resultado das operações perceptivas executadas pelo sujeito. Isso é corroborado pelo fato de que o sujeito pode aprender a direcionar ambos os processos.

Não é o propósito dos experimentos com o pseudoscópio mostrar com a ajuda da óptica específica que ao produzir uma projeção distorcida sobre a retina do olho é possível, sob dadas condições, obter uma imagem visual subjetiva espúria. O verdadeiro propósito reside (como nos experimentos análogos, clássicos, “crônicos” de Stratton, I. Koler, e outros) na promessa de que estes experimentos mantenha para a investigação dos processos de transformação de informação tais como ocorrem na “entrada” sensorial e é sujeita às propriedades, conexões e regras gerais da atividade real. É uma expressão diferente, mais completa das objetividade da imagem subjetiva que aparece agora não somente em seu relacionamento inicial com o objeto refletido, mas também em seu relacionamento com o mundo objetivo como um todo.

É entendido que o homem deve já ter um retrato deste mundo. Este retrato, entretanto, é acumulado não somente diretamente no nível sensorial, mas também em níveis cognitivos superiores – como resultado da experiência do indivíduo com a prática social refletida na forma de linguagem no sistema de conhecimento. Em outras palavras, o “operador” da percepção não é simplesmente as associações previamente acumuladas de sensação, e não a percepção no sentido kantiano, mas prática social.

A psicologia inicial, desenvolvida junto com linhas metafísicas, se moveu na análise da percepção invariavelmente sobre o plano de dois tipos de abstração: a abstração do homem a partir da sociedade e a abstração do objeto percebido a partir de seus laços com a realidade objetiva. Uma imagem sensorial subjetiva e seu objeto eram tratados como duas coisas opostas uma a outra. Mas, a imagem psíquica não é uma coisa. Apesar da representação fisicalista, ela não existe na matéria do cérebro na forma de uma coisa, assim como não existe qualquer tipo de um “descobridor” desta coisa que possa ser somente uma alma, somente um “eu” espiritual. A verdade é que o verdadeiro e atuante homem com a ajuda de seu cérebro e seus órgãos percebe objetos externos; suas aparências para ele são suas imagens sensoriais. Enfatizaremos mais uma vez: o aparecimento de objetos, e não os estados fisiológicos evocados por eles.

Na percepção existe sempre um processo ativo de “extração” da atividade real as suas propriedades, relacionamentos etc., suas fixações em estados curtos ou longos de sistemas receptores, e reprodução destas propriedades em atos de formação de novas imagens, nos atos de reconhecimento e lembrança dos objetos.

Aqui nós novamente interrompemos nossas considerações com uma descrição de um fato psicológico que ilustra o que acabamos de dizer. Todos conhecem o que são figuras enigmas. Em tal figura é necessário encontrar uma representação de um objeto escondido indicado no enigma (por exemplo, “Onde está o caçador?” etc.). Uma explicação trivial do processo de percepção (reconhecimento) na figura do objeto escondido é que ela ocorre como resultado de comparações sucessivas da imagem visual do dado objeto que o sujeito tem com as combinações separadas de elementos da figura; uma correspondência dessa imagem com um dos elementos na figura leva ele a ser “adivinhado”. Em outras palavras, essa explicação é derivada da ideia de que existem duas coisas comparáveis: a imagem na cabeça do sujeito e sua representação na figura. A dificuldade aqui é uma insuficiente separação e completude da representação do objeto escondido na figura; isso requisita “comparações” múltiplas da imagem com ele. A improbabilidade psicológica de tal explicação sugeriu ao autor a ideia de um experimento simples consistindo em não dar indicação ao sujeito sobre o objeto escondido na figura. Foi dito ao sujeito: “diante de você estão figuras enigmas ordinárias para crianças; tente achar o objeto que está escondido em cada uma delas”. Sob essas condições o processo não poderia proceder sobre a base da comparação com a imagem do objeto que o sujeito tinha com sua representação contida nos elementos das figuras. Não obstante, as figuras enigmas foram resolvidas pelos sujeitos. Eles “extraíram” a representação da imagem da figura, e a imagem de um objeto que era familiar a eles se tornou aparente.

Chegamos agora a um novo aspecto do problema da imagem sensorial do problema da representação. Na psicologia, representação é normalmente a imagem generalizada que está “registrada” na memória. O antigo entendimento substantivo da imagem como um tipo de coisa levou também a um entendimento substantivo da representação. Isso é uma generalização resultante de uma superimposição de uma impressão sensorial sobre outra – da maneira da fotografia de Galton – na qual designações de palavras eram anexadas associativamente. Embora dentro dos limites de tal entendimento, existia a possibilidade de transformação das representações, da mesma forma, eles foram pensados como um tipo de representações “prontas”, armazenadas nas estantes de nossas memórias. É fácil ver que tal entendimento de representação está de acordo com o ensinamento formal-lógico sobre as ideias concretas, mas é

escandalosamente contraditório no que diz respeito ao entendimento materialista-dialético de generalização.

Nossas imagens generalizadas, sensoriais, como nosso entendimento, contêm em si mesmas movimento e, nos parece, contradição; elas refletem o objeto em suas várias conexões e indiretas. Isso significa que o conhecimento sensorial não é uma impressão definida. Embora ela esteja preservada na cabeça do homem, ainda não é uma coisa “pronta”, mas somente virtual – na forma de constelações do cérebro fisiológicas formuladas, que são capazes de realizar imagens subjetivas do objeto enquanto ele se torna aparente para o homem em um sistema ou outro de conexões objetivas. A representação sobre o objeto inclui não somente similaridade em objetos, mas também suas várias facetas, dentro delas algumas que não podem ser “superimpostas” uma sobre a outra e não são encontradas nos relacionamentos da similaridade estrutural ou funcional.

Não somente conceitos, mas também nossas representações sensoriais são dialéticas. Por essa razão elas são capazes de preencher uma função que não pode ser reduzida ao papel definido de modelos padrão correspondendo aos efeitos recebidos por receptores a partir de objetos isolados. Como a imagem psíquica, as representações existem inseparáveis da atividade do sujeito, e elas a preenchem com as riquezas acumuladas nelas e a tornam viva e criativa.

O problema das imagens e representações sensoriais confrontou a psicologia desde os primeiros passos de seu desenvolvimento. A questão da natureza de nossas sensações e percepções não poderia ser contornada por qualquer tendência psicológica, não importa qual sua base filosófica. É não uma surpresa, portanto, que um grande número de artigos, teóricos e experimentais, foram dedicados a esse problema. Seu número continua a crescer rapidamente em nossa época também. Como resultado, uma série de questões separadas parecem ter sido elaboradas de forma incomum, e material fatorial quase ilimitado tem sido coletado. Não obstante, a psicologia moderna está ainda longe da possibilidade de apresentar um conceito total, não eclético, de percepção que poderia incluir seus vários níveis e mecanismos. Isso é aplicável particularmente no nível da percepção consciente.

Em relação a isso a introdução na psicologia da categoria de reflexo psíquico abriu novas perspectivas. A produtividade científica da categoria de reflexo psíquico não necessita mais de prova. Essa categoria, entretanto, não pode ser tomada fora de sua conexão interna com outras categorias marxistas básicas. Por essa razão, introduzir a categoria de reflexo na psicologia científica inevitavelmente requisita uma reconstrução de todo o sistema de categorias. Problemas mais imediatos que surjam aqui são, em essência, problemas da atividade, problema da psicologia da consciência e da psicologia da personalidade. Exposição posterior é dedicada à análise teórica desses problemas.

Capítulo 3. O Problema da Atividade e Psicologia

3.1. Duas Abordagens em Psicologia – Dois Planos de Análise

Em anos recentes na psicologia soviética tem havido um desenvolvimento acelerado de seus ramos separados e da pesquisa aplicada. Ao mesmo tempo os problemas teóricos da psicologia geral receberam menos atenção. Além disso, a psicologia soviética, formulada sobre uma base filosófica marxista-leninista, sugeriu uma abordagem basicamente nova da psique e foi a primeira a introduzir na psicologia uma série de importantes categorias que precisam de mais desenvolvimento.

Dentre essas categorias, a categoria de atividade é de grande importância. Vamos lembrar a famosa tese de Karl Marx sobre Feuerbach, que dizia que a principal inadequação do antigo materialismo metafísico era de que ele considerava a sensorialidade somente na forma de contemplação, e não como atividade ou prática humana; em contraste com o materialismo, o idealismo entendeu a atividade abstratamente, e não como uma atividade sensorial verdadeira do homem⁰.

É assim que a questão permaneceu em toda psicologia pré-marxista. Além disso, na psicologia moderna que está sendo desenvolvida fora do marxismo, a situação permanece inalterada. Nela a atividade é interpretada ou dentro da estrutura dos conceitos idealistas ou junto das linhas das tendências materialista e ciência natural – como uma resposta às ações externas de um sujeito passivo condicionado por sua organização inata e treinamento. Mas, é somente isso que divide a psicologia em uma ciência natural por um lado, e psicologia como uma ciência do espírito, em psicologia comportamental e “mentalista” por outro. As crises que isso causou na psicologia continua mesmo agora, elas somente “retrocederam nas profundezas” e começaram a ser expressas em formas menos abertas.

Característico de nossa época é o desenvolvimento intensivo da pesquisa interdisciplinar conectando psicologia com neurofisiologia, com cibernética e disciplinas lógico-matemáticas, e com sociologia e história cultural; isso em si mesmo não pode levar à resolução dos problemas metodológicos fundamentais da ciência psicológica. Deixando-os não resolvidos somente aumenta a tendência em direção a um reducionismo fisiológico, cibernético, lógico ou sociológico perigoso e ameaça a psicologia com a perda de seu objeto, sua especificidade. Nenhuma é a circunstância que o conflito de várias tendências psicológicas tenha perdido sua evidência nítida anterior do progresso teórico; o behaviorismo militante se rendeu ao comprometedor neobehaviorismo (ou alguns autores dizem, “behaviorismo subjetivo”), gestaltismo, neogestaltismo, freudismo, neofreudismo e antropologia cultural. Embora o termo eclético assumiu um significado de quase o maior elogio dentro os autores estadunidenses, posições ecléticas ainda não levou ao sucesso. É entendido que a síntese de combinações heterogêneas dos fatos e generalizações psicológicas que foram feitas não podem ser alcançadas por meio de simples combinações e entrelaçamento comum. Necessita-se maior desenvolvimento do sistema conceitual da psicologia, a busca por novas teorias científicas capazes de reunir os laços soltos da estrutura da ciência psicológica.

Com toda a diversidade das tendências sobre as quais estamos falando, o que elas têm em comum a partir do ponto de vista metodológico é que elas são derivadas de um plano binomial de análise: ação sobre os sistemas receptores do *sujeito* → *resposta resultante* → *fenômenos (subjetivos e objetivos)* evocados pela ação dada.

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 533).

Esse plano apareceu com a clareza clássica na psicofísica e na psicologia fisiológica mesmo durante o último século. O principal problema que se apresentou naquela época era estudar a dependência dos elementos da consciência sobre os parâmetros dos estímulos os provocando. Mais tarde no behaviorismo, isto é, em conformidade com o estudo do comportamento, esse plano binomial encontrou sua primeira expressão direta na famosa fórmula $S \rightarrow R$.

A inadequação deste esquema é que ele exclui do campo da pesquisa o processo irrefutável no qual conexões reais do sujeito com o mundo dos objetos, sua atividade objetivada, são feitas (em alemão, *Tätigkeit*, distinto de *Aktivität*). Tal abstração da atividade do sujeito é justificada somente dentro de laços estreitos do experimento laboratorial, que é traçado para revelar mecanismos psicofisiológicos elementares. É necessário somente ir além dessas fronteiras a fim de descobrir que não é suportável tal abstração. Isso fez ela necessária para os primeiros investigadores, ao explicar fatos psicológicos, para admitir a intervenção de forças especiais tais como a apercepção ativa, intenção interna etc., isto é, apelar tudo na atividade do sujeito, mas somente em sua forma idealista, mistificada.

As principais dificuldades colocadas pelo plano binomial de análise e pelo “postulado do imediatismo”⁰, que se esconde por trás dele, deu origem as tentativas persistentes de superá-lo. Uma dessas linhas ao longo das quais estas tentativas foram realizadas, enfatizou o fato de que os efeitos da ação externa dependem de suas interpretações pelo sujeito, sobre aquelas “variáveis intervenientes” psicológicas (Tolman *et al.*) que caracterizam seu estado interno. Em sua época, S. L. Rubinstein expressou isso na fórmula que diz que “motivos externos agem através de condições internas” (Rubinstein, 1957, p. 226). Essa fórmula, naturalmente, parece ser incontestável. Se, entretanto, entendemos como condições internas a condição em curso do sujeito exposto ao efeito, então ela contribuirá em nada essencialmente novo para a fórmula $S \rightarrow R$. Mesmo objetos não-vivos, quando sua condição é mudada, revelam si mesmos em várias formas na interação com outros objetos. Sobre um solo amaciado, úmido, trilhas serão fortemente impressas, mas em solo endurecido, seco, não irão. Até mais clara é essa aparência em animais e no homem: a reação de um animal faminto ao estímulo do alimento será diferente da de um animal bem alimentado, e a informação sobre uma partida de futebol evocará uma reação completamente diferente em um homem que está interessado em futebol do que em um homem que é completamente indiferente a isso.

A introdução do conceito de variáveis intervenientes sem dúvida enriqueceu a análise do comportamento, mas não remove o postulado do imediatismo que foi mencionado. O importante é que mesmo se as variáveis sobre quais estamos falando são intervenientes, é somente no sentido de condições internas do próprio sujeito. O que foi dito se refere também aos “fatores de motivação”, necessidades e desejos. A elaboração do papel desses fatores procedeu, como é conhecido, junto com diferentes linhas – no behaviorismo, na escola de K. Lewin, e particularmente na psicologia profunda. Em todas essas escolas, entretanto, tão diferentes como suas direções possam ser, e tão diferentes como elas podem ser no entendimento da própria motivação e seu papel, o principal permaneceu inalterado: a oposição da motivação às condições objetivas da atividade, ao mundo externo.

As tentativas de resolver o problema sobre a parte da chamada culturologia deve ser mencionada especificamente. O reconhecido fundador desta tendência, L.

⁰ Ver Uznadze (1966, p. 158).

White (1949), desenvolveu a ideia da “determinação cultural” dos fenômenos na sociedade e no comportamento dos indivíduos. O surgimento do homem e sociedade humana levou ao seguinte: conexões entre o organismo e o ambiente que antes eram diretas e naturais e se tornam mediadas pela cultura se desenvolvendo sobre a base da produtividade material. Assim, a cultura aparece, para os indivíduos, na forma de significado transmitido pelo discurso sinais-símbolos. Baseado nisso, L. White propôs uma fórmula de três membros para o comportamento do homem: *organismo do homem + estímulo cultural + comportamento*.

Essa fórmula cria a ilusão de superar o postulado do imediatismo e a fórmula resultante dela, $S \rightarrow R$. Entretanto, introduzindo a cultura comunicada por sistemas de signo nesta fórmula como um vínculo de mediação inevitavelmente prende a pesquisa psicológica em um círculo de fenômenos da consciência, social e individual. Uma simples substituição resulta: o mundo de objetos é agora substituído por um mundo de signos e significados desenvolvidos pela sociedade. Assim, mais uma vez estamos diante da fórmula binomial, $S \rightarrow R$, mas agora o estímulo é interpretado como um “estímulo cultural”. Isso também é expresso pela fórmula posterior de White através da qual ele explica a diferença na determinação das reações psíquicas (*mindings*)⁰ de animais e homem. Ele escreve estas fórmulas assim:

$Vm = f(Vb)$ em animais,

$Vm = f(Vc)$ no homem,

onde V – variável, m – mente, b – estado corporal (*body*), c – cultura.

Distinta do conceito sociológico e psicologia derivada de Durkheim, que de uma forma ou de outra preserva a ideia da primazia da interação do homem com o mundo dos objetos, a culturologia americana contemporânea conhece somente o efeito sobre o homem dos “objetos extrassomáticos”, que formam uma série contínua se desenvolvendo de acordo com suas próprias leis “suprassociológicas”, “suprapsicológicas” (o que torna necessária uma ciência específica – culturologia). A partir do ponto de vista culturoológico, os indivíduos humanos aparecem como somente “agentes catalizadores” e “meios de expressão” do processo cultural (White, 1949, p. 181). Nada mais.

Uma linha completamente diferente que surgiu a partir do postulado do imediatismo e junto a complicação da análise procedida foi o resultado da descoberta da regulação do comportamento por meios de conexões reversas, evidentemente formulada algum tempo antes por N. N. Lange (1893).

Mesmo as primeiras investigações da estrutura dos processos complexos de movimento no homem tornaram possível entender o mecanismo de um amplo círculo de fenômenos em uma nova luz. Aqui o trabalho de N. A. Bernstein, que mostrou o papel do anel reflexo com a conexão reversa, deve ser mencionado⁰.

Durante o tempo que nos separa dos primeiros trabalhos realizados na década de 1930, teorias da regulação e informação assumiram importância científica geral e englobaram processos em sistemas vivos assim como em sistemas não-vivos.

⁰ A declaração de White de que a sociedade era organizada com base no relacionamento de propriedade serviu algumas vezes como uma base para colocar White de alguma forma entre os partidários do materialismo histórico; é verdade, um de seus apologistas declara que o materialismo histórico nele vem não de Marx, mas de uma “mente sã”, da ideia de vida (*business of living*) (Barnes, 1960).

⁰ Veja Bernstein (1934); veja também Bernstein (1947).

É interessante que os conceitos da cibernética de durante esses anos foram mais tarde aceitos pela maioria dos psicólogos como completamente novos. Eles tinham algo como um segundo nascimento na psicologia – uma circunstância que causou certos entusiastas pela abordagem cibernética a pensar que afinal novas bases metodológicas foram encontradas para uma teoria psicológica que englobava tudo. Muito logo, entretanto, desenvolveu-se que a abordagem cibernética da psicologia também tinha seus limites, que poderiam ser rompidos somente ao preço de substituir a cibernética científica com algum tipo de “mitologia cibernética”; é verdade que realidades psicológicas tais como a imagem psíquica, consciência, motivação e propósito na verdade pareciam perdidas. Neste sentido surgiu ainda uma bem conhecida renúncia dos primeiros trabalhos nos quais foi desenvolvido o princípio de atividade e ideias sobre níveis de regulação entre os quais nível de efeito objetivo e níveis cognitivos superiores podem ser mencionados especialmente.

Ideias da cibernética teórica contemporânea formam um plano muito importante de abstração, que permite uma descrição das características da estrutura e movimento de uma classe mais ampla de processos que não poderiam ser descritos com a ajuda do aparato ideacional anterior. Mas, investigações ocorrendo neste plano de abstração, não obstante sua incontestável produtividade, elas mesmas não eram capazes de revolver o problema metodológico fundamental de uma ou outra área específica do conhecimento. Por essa razão, não existe qualquer coisa paradoxal no fato de que na psicologia a introdução de conceitos sobre regulação, processos informacionais e sistemas de auto regulação não mudam o postulado de imediatismo mencionado acima.

A conclusão é que evidentemente nenhuma complicação da fórmula original vinda deste postulado, por assim dizer, “de dentro”, pode eliminar aquelas dificuldades metodológicas que ele produz na psicologia. A fim de removê-las, é necessário substituir a fórmula de análise binomial por uma fórmula basicamente diferente, e isso não pode ser feito sem abandonar o postulado do imediatismo.

A tese principal, a fundamentação que será apresentada em um trabalho subsequente, é que a forma real de superar este postulado, que, de acordo com D. K. Uznadze, é “fatal” para a psicologia, é através da introdução na psicologia da categoria de atividade objetivada.

Trazendo essa proposta, é necessário imediatamente especificá-la: a questão é uma de atividade e não uma de comportamento, e não uma de processos neurofisiológicos que produz atividade. O fato é que as “unidades” isolados pela análise e linguagem, com a ajuda com os quais os processos comportamentais, cerebrais ou lógicos são descritos por um lado, e a atividade objetivada por outro, não concordam uma com a outra.

Assim, na psicologia a seguinte alternativa foi concebida: ou manter a fórmula binomial básica: ação do objeto \rightarrow mudança na condição em curso do sujeito (ou o que é essencialmente a mesma coisa, a fórmula $S \rightarrow R$), ou conceber uma fórmula trinomial incluindo um vínculo médio (“termo médio”) à atividade do sujeito e, correspondentemente, condições, objetivos e meios dessa atividade – um vínculo que medeia os laços entre eles.

A partir do ponto de vista do problema de determinação da psique, essa alternativa pode ser formulada assim: tomaremos ou a posição de que a consciência é determinada pelos objetos e fenômenos ao redor, ou a posição de que a consciência é

determinada pela existência social das pessoas, que, na determinação de Marx e Engels, é nada mais que o processo real de suas vidas⁰.

Mas, o que é a vida humana? É aquela totalidade, mais precisamente, aquele sistema de atividades substituindo uma a outra. Na atividade não ocorre uma transferência de um objeto em sua forma subjetiva, em uma imagem; também na atividade uma transferência de atividade em seus resultados objetivos, em seus produtos, se realiza. Tomada deste ponto de vista, a atividade aparece como um processo no qual mútuas transferências entre os polos “sujeito-objeto” são alcançadas. “Na produção a personalidade é objetivada; na necessidade a coisa é subjetivada”, observou Marx (2011).

3.2. A Categoria de Atividade Objetivada

Atividade é uma unidade molar, não uma unidade aditiva da vida do sujeito físico, material. Em um sentido estreito, isto é, no nível psicológico, é uma unidade de vida, mediada pelo reflexo psíquico, a função real a qual é aquela que orienta o sujeito no mundo objetivo. Em outras palavras, a atividade não é uma reação e não uma totalidade de reações, mas um sistema que tem estrutura, suas próprias transições e transformações internas, seu próprio desenvolvimento.

Introduzir a categoria de atividade na psicologia muda todo o sistema conceitual do conhecimento psicológico. Mas, para isso é necessário tomar essa categoria como um todo com suas dependências e determinações mais importantes: a partir do aspecto de sua estrutura e em suas dinâmicas específicas, em seus vários aspectos e formas. Em outras palavras, o que estamos preocupados aqui é responder a questão de como exatamente a categoria de atividade entra na psicologia. Essa questão apresenta uma série de problemas teóricos que estão longe de serem resolvidos. É evidente que eu posso tocar somente alguns desses problemas.

A psicologia humana está preocupada com a atividade dos indivíduos concretos que ocorre ou em condições de associação aberta, no meio das pessoas, ou olho no olho com o mundo dos objetos ao redor – diante da roda de oleiro ou atrás de uma mesa de trabalho. Sob qualquer tipo de condições e formas a atividade humana ocorre, seja qual for o tipo de estrutura que ela assume, não se deve considerá-la como isolada das relações sociais, da vida da sociedade. Em todo seu imediatismo, a atividade do indivíduo humano representa um sistema incluído no sistema de relacionamentos da sociedade. Fora desses relacionamentos a atividade humana simplesmente não existe. Como ela existe é determinado por aquelas formas e meios materiais e espirituais (*Verkehr*) que resulta de um desenvolvimento da produção e não pode ser realizado de outra forma que não na atividade concreta das pessoas⁰.

É evidente que a atividade de todo homem individual depende de seu lugar na sociedade, nas condições que são seu quinhão, e em como este quinhão é trabalhado em circunstâncias individuais, únicas.

É particularmente importante se proteger contra o entendimento de que a atividade humana como um relacionamento existe entre o homem e uma sociedade

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 34-35).

⁰ Ver Marx e Engels (2007, p. 35).

oposta. Isso deve ser enfatizado porque a psicologia está agora sendo inundada com concepções positivistas que estão de toda forma impondo a ideia de oposição do indivíduo humano à sociedade. Para o homem a sociedade constitui somente aquele ambiente externo ao qual ele é forçado a se acomodar, a fim de não aparecer “não adaptado”, e para sobreviver exatamente da mesma forma como um animal é forçado a se adaptar a um ambiente natural, externo. A partir deste ponto de vista a atividade humana é formada como resultado de seu reforço, mesmo se não for reforço direto (por exemplo, através da avaliação expressa por um grupo “revisor”). Nisto a questão principal é perdida – o fato de que na sociedade um homem encontra não simplesmente condições externas as quais ele deve acomodar sua atividade, mas que essas mesmas condições sociais carregam em si mesma motivos e objetivos de sua atividade, seus meios e métodos; em uma palavra, a sociedade produz a atividade dos indivíduos a formando. Naturalmente, isso não significa, de forma alguma, que sua atividade somente personifica os relacionamentos da sociedade e sua cultura. Existem transformações e transições complexas que os conecta de modo que nenhuma informação direta de um ou outro é possível. Para uma psicologia que está limitada pelo conceito “socialização” da psique do indivíduo sem maiores análises, essas transformações permanecem um segredo genuíno. Este segredo psicológico é revelado somente nas investigações da gênese da atividade humana e sua estrutura interna.

Uma característica básica, ou como algumas vezes é dito, uma característica constituinte da atividade é sua objetividade. Corretamente, o conceito de seu objeto (*Gegenstand*) já está implicitamente contido em todo conceito de atividade. A expressão “atividade sem objeto” é destituída de qualquer significado. A atividade pode parecer sem objeto, mas a investigação científica da atividade necessariamente requisita o descobrimento de seu objeto. Assim, o objeto da atividade é duplo: primeiro, em sua existência independente como subordinado a si mesmo e transformando a atividade do sujeito; segundo, como uma imagem do objeto, como um produto de sua propriedade do reflexo psicológico que é realizado como uma atividade do sujeito e não pode existir de outro modo.

No começo da atividade e reflexo psicológico, suas naturezas objetivas são reveladas. Assim, foi mostrado que a vida de organismos em um meio homogêneo, mesmo que em mudança, pode desenvolver somente na forma de complicação daquele sistema de funções elementares que sustentam suas vidas. Somente em uma transição da vida em um meio discreto – isto é, da vida em um mundo de objetos que afetam os processos, que tem uma importância biótica direta são processos desenvolvidos resultantes das atividades que podem ser neutras e abióticas em si mesmas, mas que a orientam em relação à atividade de primeiro tipo. A formação desses processos que facilitam as funções vitais fundamentais ocorre porque as propriedades bióticas do objeto (por exemplo, suas propriedades nutricionais) estão como se ocultas por trás de outras propriedades “superficiais”. Essas propriedades são superficiais no sentido de que antes dos efeitos da atividade biótica possa ser testada, é necessariamente, falando de maneira figurada, passar através dessas propriedades (por exemplo, propriedades mecânicas de um corpo rígido em relação com suas propriedades químicas).

Naturalmente, estou omitindo aqui qualquer declaração das bases científicas, concretas, para as posições teóricas referidas, assim como eu fiz na avaliação dos problemas de suas conexões internas com o ensinamento de I. P. Pavlov sobre a função

de sinal dos estímulos condicionais e sobre os reflexos orientadores; eu expliquei ambos estes pontos em outros artigos⁰.

Assim, a pré-história da atividade humana começa quando os processos vivos adquirem objetividade. Isso implica também no aparecimento de formas elementares de reflexo psíquico – a transformação da irritabilidade (*irribilitas*) em sensibilidade (*sensibilitas*), na “capacidade de sensação”.

A evolução posterior do comportamento e psique dos animais pode ser adequadamente entendida especificamente como uma história do desenvolvimento do conteúdo objetivo da atividade. A cada novo estágio apareceu uma cada vez mais completa subordinação ao efeito ou processos da atividade das conexões e relações objetivas das propriedades dos objetos com os quais os animais interagem. O mundo objetivo parecia cada vez mais “intrometendo-se” na atividade. Assim, o movimento de um animal ao longo de uma cerca é subordinado à “geometria”, se torna assimilada por ela, e a carrega dentro de si mesma; o movimento de um salto é subordinado às medidas objetivas do ambiente e seleção de um retorno, para relacionamentos interobjetivos.

O desenvolvimento do conteúdo objetivo da atividade encontra sua expressão em desenvolvimento subsequente do reflexo psíquico, que regula a atividade no ambiente objetivo.

Toda atividade tem uma estrutura circular: *aferição inicial* → *processos efetores regulando contatos com o ambiente objetivo* → *correção e enriquecimento por meios de conexões reversas da imagem aferente original*. Agora o caráter circular dos processos que realizam a interação do organismo com o ambiente aparece sendo universalmente reconhecidos e suficientemente bem descritos na literatura. A questão principal, entretanto, não é a estrutura circular em si mesma, mas sim que o reflexo psíquico do mundo dos objetos é gerado diretamente não por forças externas (incluindo entre elas as forças “reversas”), mas por aqueles processos através dos quais o sujeito entre no contato prático com o mundo dos objetos, e que, por essa razão, são necessariamente subordinados as suas propriedades, conexões e relações independentes. Isso significa que o “aferidor” que direciona os processos da atividade inicialmente é o próprio objeto e somente secundariamente sua imagem como um produto subjetivo da atividade que fixa, estabiliza e carrega em si mesma seu conteúdo objetivo. Em outras palavras, uma transferência dupla é realizada: a transferência *objeto* → *processos da atividade*, e a transferência *atividade* → *seu produto subjetivo*. Mas, a transferência do processo na forma de produto não ocorre somente no polo do sujeito. Até mesmo mais claramente ela ocorre no polo do objeto transformado pela atividade humana; neste caso a atividade do sujeito controlando a imagem psíquica é transferida em uma “propriedade dormente” (*ruhende Eigenschaft*) de seu produto objetivo.

À primeira vista, parece que a representação sobre a natureza objetiva da psique se refere somente à esfera dos processos cognitivos apropriados; este conceito parece não ser aplicado à esfera das necessidades e emoções. Isso, entretanto, não é assim.

As visões da esfera necessidade-emocional como uma esfera de estados e processos, a natureza a qual reside no próprio sujeito e a qual somente muda suas aparências sob a pressão de condições externas, são baseadas em uma fusão em essência de várias categorias, uma fusão que torna si mesma evidente especialmente no problema das necessidades.

⁰ Ver Leontiev (1972b).

Na psicologia das necessidades é necessário desde o início proceder da seguinte distinção fundamental: a distinção das necessidades de uma condição interna, como uma condição interna, como um dos precursores necessários da atividade, e necessidade como aquela que direciona e regula a atividade concreta do sujeito em um ambiente objetivo. “A fome é capaz de deixar um animal de pé, capaz de dar à caçada um caráter mais ou menos fervoroso, mas não existe elemento na fome que direcionaria a caçada de uma forma ou de outra ou a modificaria para torna-la conforme os requisitos do local ou a chance de encontros”, escreveu Sechenov (1952, p. 581). Necessidade é um objeto do conhecimento psicológico especialmente em sua função diretiva. Em primeiro lugar, a necessidade aparece somente como uma condição da necessidade do organismo e não é em si mesma capaz de evocar qualquer tipo de atividade positivamente direcionada, sua função é limitada à ativação da função biológica apropriada e excitação geral da esfera motora aparente em movimento de busca não direcionados. Somente como resultado de seu “encontro” com um objeto que a responda que ela primeiro torna-se capaz de direcionar e regular a atividade.

O encontro da necessidade com o objeto é um ato extraordinário. Charles Darwin observou em sua época; certos dados de I. P. Pavlov apoiam isso; D. N. Uznadze fala sobre isso como uma condição para o início do propósito; e etiólogos contemporâneos dão a ele uma brilhante descrição. Este ato extraordinário é um ato objetivando necessidade, “preenchendo” ela com conteúdo derivado do mundo ao redor. Isso é que traz a necessidade ao verdadeiro nível psicológico.

O desenvolvimento da necessidade neste nível ocorre na forma de desenvolvimento de seu conteúdo objetivo. Incidentalmente, pode ser dito que essa condição torna possível entender que o aparecimento no homem de novas necessidades, incluindo aquelas que não possuem análogas nos animais, não está “conectado” com necessidades biológicas do organismo, e, neste sentido, parecem “autônomas” (Allport, 1961). Sua formação é explicada pelo fato de que na sociedade humana objetos necessários são produzidos e devido a isso as próprias necessidades são produzidas⁰.

Assim, necessidades dirigem a atividade na parte do sujeito, mas elas são capazes de preencher essa função somente sob condições que elas são objetos. A partir disso surge a possibilidades de reversão dos termos que permitem K. Lewin (1928) falar sobre a força motivacional dos próprios objetos (*Aufforderungschrakter*).

Não diferente é a situação com emoção e sentimentos. Aqui também é necessário distinguir, por um lado, condições autênticas não objetivas, estéticas e outras emoções e sentimentos apropriados despertados pelo relacionamento entre a atividade objetivada do sujeito e suas necessidades e motivos. Mas é necessário falar sobre isso separadamente. Em conexão com a análise da atividade, é suficiente indicar que a objetividade da atividade é responsável não somente pelo caráter objetivo das imagens, mas também pela objetividade das necessidades, emoções e sentimentos.

Naturalmente, o processo de desenvolvimento do conteúdo objetivo das necessidades não é unilateral. Seu outro lado consiste no fato de que o objeto da atividade em si mesmo aparece ao sujeito como preenchendo uma de suas necessidades ou outra. Assim, a necessidade desperta a atividade e a direciona na parte do sujeito, mas são incapazes de preencher aquelas funções de tal forma que elas parecem objetivas.

⁰ Ver Marx, (2011).

3.3. Atividade Objetivada e Psicologia

Atividade externa, prática sensorial, é uma forma geneticamente original e básica da atividade humana e tem um significado especial para os psicólogos. A psicologia tem, naturalmente, estudado a atividade – por exemplo, atividade do pensamento, a atividade da imaginação, a memória, e assim por diante. Somente tal atividade interna enquanto sob a categoria cartesiana de cogito foi apropriadamente considerada psicológica, pertencente somente ao campo dos psicólogos. A psicologia, assim, retirou-se do estudo da atividade sensorial prática.

Se a atividade externa realmente figurou na velha psicologia, então ela o fez somente como expressa na atividade interna, a atividade da consciência. A rebelião dos behavioristas contra essa psicologia mentalista, que ocorreu no começo deste século, fez mais para aprofundar do que eliminar a quebra entre consciência e atividade externa, somente agora a situação foi revertida: atividade externa foi removida da consciência.

A questão que foi preparada pelo caminho objetivo do desenvolvimento do conhecimento psicológico agora surge com toda urgência: o estudo da atividade prática externa é um problema da psicologia? Em lugar algum a atividade foi marcada como de qual ciência ela pertence. Além disso, os experimentos científicos mostram que isolar a atividade como um objeto da esfera de conhecimento específica de alguém, “praxiologia”, não pode ser justificada. Assim como toda realidade empiricamente dada, a atividade é estudada por várias ciências; é possível estudar a fisiologia da atividade, mas de forma tão apropriada como estudar na economia política ou na sociologia, por exemplo. Também não pode a atividade prática, externa, ser isolada da investigação psicológica apropriada. Essa situação pode, entretanto, ser entendida de maneiras essencialmente diferentes.

Mesmo na década de 1930, S. L. Rubinstein⁰ indicou o importante significado teórico para a psicologia do pensamento de Marx sobre o fato de que no trabalho material ordinário temos diante de nós um livro aberto das forças essenciais humanas, e que uma psicologia para a qual este livro permanece fechado não pode se tornar uma ciência real e substancial: a psicologia não pode ignorar a riqueza da atividade humana.

Além disso, em suas publicações subsequentes, S. L. Rubinstein enfatizou que, embora a atividade prática por meios os quais as pessoas mudam a natureza e sociedade também entra na esfera da psicologia, o objeto do estudo psicológico “é somente seu conteúdo especificamente psicológica, sua motivação e regulação, por meios dos quais as ações são trazidas em conformidade com as sensações, percepções e consciência refletidas pelas condições objetivas nas quais elas foram formadas” (Rubinstein, 1959, p. 40).

Assim, a atividade prática, de acordo com o autor, é uma questão de estudo para a psicologia, mas somente aquele conteúdo específico que aparece na forma de sensação, percepção, pensamento e em geral na forma de processos e condições psíquicas internas do sujeito. Mas essa convicção é, em algum grau, unilateral na medida em que é abstraída do grande fato de que a atividade – em uma forma ou outra – é parte do próprio processo de reflexo psíquico, parte do conteúdo deste processo, e seu começo.

Vamos considerar o caso mais simples: o processo de perceber a resiliência de um objeto. Este é um processo motor externo por meios os quais o sujeito torna um

⁰ Ver Rubinstein (1934, cap. 7).

contato prático, uma conexão prática com um objeto externo; o processo pode ser direcionado a realizar mesmo uma tarefa não-cognitiva, mas muito prática, por exemplo, a deformação do objeto. A imagem subjetiva que surge aqui é, naturalmente, psíquica e, correspondentemente, inquestionavelmente uma questão para o estudo psicológico. A fim de entender a natureza da imagem dada, entretanto, devo estudar o processo que dá origem a ela, e isso, no caso sob consideração, é um processo prático externo. Se eu quero isso ou não, se ele concordou com minhas visões teóricas ou não, sou do mesmo jeito obrigado a incluir na questão da minha investigação psicológica a ação objetiva, externa do sujeito.

Isso significa que é incorreto pensar que embora a atividade objetivada, externa, apresenta si mesma para a investigação psicológica, ela o faz somente à medida que inclui os processos psíquicos internos e que a investigação psicológica avança sem estudar a própria atividade externa ou sua estrutura.

Pode-se concordar com isso somente se for aceito uma dependência unilateral da atividade externa sobre a imagem psíquica de representação dos objetivos ou um plano mental direcionando a atividade. Mas isso não é assim. A atividade necessariamente entra em contato prático com objetos que confrontam o homem, que a divergem, mudam ou a enriquecem. Em outras palavras, especialmente na atividade externa ocorre uma abertura do círculo de processos psíquicos externos como se para encontrar o mundo objetivo dos objetos imperiosamente introduzido neste círculo.

Assim, a atividade entra no assunto da psicologia, não em seu próprio “lugar” ou “elemento” especial, mas através de sua função específica. Essa é a função de confiar o sujeito a uma realidade objetiva e transformar essa realidade em uma forma de subjetividade.

Vamos retornar, entretanto, ao caso de iniciação do reflexo psíquico de uma propriedade elementar de um objeto material sob condições de contato prático com ele. Este caso foi citado somente como um exemplo ilustrativo, muito simplificado. Ele tem, entretanto, um sentido genético real. É dificilmente necessário agora provar que nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, a atividade necessariamente tem a forma de processos externos e que, correspondentemente, a imagem psíquica é um produto desses processos conectando o sujeito em uma forma prática com a realidade objetiva. É evidente que em vários estágios genéticos a explicação científica da natureza e características específicas do reflexo psíquico é impossível a não ser com base no estudo desses processos externos. Ao mesmo tempo isso não significa substituir o estudo da psique com o estudo do comportamento, mas somente uma desmistificação da natureza da psique. Do contrário ficaremos com nada mais que tendo que reconhecer a existência de uma “faculdade psíquica” secreta, que consiste nisso: que sob a influência dos estímulos externos caindo sobre os receptores do sujeito, em seu cérebro – a fim de um fenômeno paralelo aos processos fisiológicos – surge um tipo de luz interna que ilumina o mundo para o homem, que algo como uma irradiação de imagens ocorre que subsequentemente está localizada ou “objetivada” pelo sujeito no espaço ao redor.

É evidente que a realidade com a qual o psicólogo lida é incontroversamente mais complexa e rica do que é retratado pelo esboço bruto dado aqui da produção de uma imagem como resultado do contato prático com um objeto. Entretanto, não importa quão longe a realidade psicológica deve se afastar deste esboço bruto, não importa quão profunda a metamorfose da atividade deva ser, sob todas as condições ela permanecerá como um fator que realiza a vida para o sujeito físico, e isso, em sua essência, é em si mesmo um processo prático, sensorial.

Complicação da atividade e, correspondentemente, complicação de sua regulação psíquica apresenta um círculo extraordinariamente amplo de problemas psicológicos científicos dos quais é necessário, primeiro de tudo, isolar a questão das formas de atividade humana e suas interconexões.

3.4. O Relacionamento da Atividade Interna e Externa

A velha psicologia tinha a ver somente com processos internos, com o movimento das representações, suas associações na consciência, com suas generalizações e o movimento de seus substitutos – palavras. Estes processos, assim como as experiências internas não-cognitivas, eram considerados como constituindo exclusivamente o assunto para o estudo psicológico.

Uma reorientação da velha psicologia começou com o levantamento do problema da origem dos processos psíquicos internos. Um passo decisivo a este respeito foi dado por I. M. Sechenov, que indicou 100 anos atrás que a psicologia ilegalmente extrai do processo total vínculos que foram forjados pela própria natureza, seu centro, o “psíquico”, e o contrasta com o “material”. Tão logo a psicologia nasceu dessa (de acordo com Sechenov) operação não natural, em seguida “nenhum dispositivo aglutinaria estes vínculos quebrados”. Tal abordagem da questão, escreveu Sechenov, precisa ser mudada. “A psicologia científica e todos os seus conteúdos não podem ser qualquer coisa que não uma série de ensinamentos sobre a origem da atividade psíquica” (Sechenov, 1952, p. 2009).

É uma questão para o historiador traçar os estágios do desenvolvimento desta ideia. Eu vou somente observar que o estudo aprofundado da filogênese e ontogênese do pensamento que começou tem, na verdade, estendido os limites da investigação psicológica. Na psicologia entraram tais conceitos paradoxais, a partir do ponto de vista subjetivo-empírico, como o conceito sobre o intelecto prático ou pensamento manual. A posição de que a ação intelectual interna é geneticamente precedida pela ação externa se tornou quase universalmente aceita. Por outro lado, isto é, começando a partir do estudo do comportamento, uma hipótese foi desenvolvida sobre a transição mecanicamente compreensível direta dos processos externos para processos internos ocultos; podemos lembrar, por exemplo, a fórmula de Watson (1928): *comportamento do discurso* → *sussurro* → *discurso completamente silencioso*.

O papel principal no desenvolvimento das visões psicológicas concretas sobre a origem das operações do pensamento internas, entretanto, foi desempenhado pela introdução na psicologia do conceito de interiorização.

Interiorização é, como é conhecido, uma transição que resulta em processos externos em forma, com objetos materiais externos, sendo transformados em processos que ocorrem no plano mental, no plano da consciência; aqui eles sofrem uma transformação específica – eles são generalizados, verbalizados, condensados e, o mais importante, eles se tornam capazes de maior desenvolvimento, que excede as fronteiras das possibilidades da atividade externa. Essa é uma transição, se podemos fazer uso da curta fórmula de J. Piaget, “levando do plano motor sensorial para o pensamento” (Piaget, 1965, p. 33).

O processo de interiorização é agora estudado em detalhes no contexto de muitos problemas, ontogenéticos, psicológico-pedagógicos e na psicologia geral. Aqui

sérias diferenças estão aparecendo nas bases teóricas de investigação deste processo assim como em sua interpretação teórica. Para J. Piaget, a base mais importante para investigação da origem da operação do pensamento interno a partir dos atos motores sensoriais consiste aparentemente na impossibilidade de introduzir esquemas operativos do pensamento diretamente a partir da percepção. Tais operações como unificação, ordenamento e centralização originaram inicialmente ao longo da realização de ações externas com objetos externos e subsequentemente continua a se desenvolver no plano da atividade mental interna, de acordo com suas próprias leis lógicas-genéticas⁰. Outras posições originais sobre a transição a partir da ação do pensamento foram determinadas pelas visões de P. Janet, A. Vallon e J. Bruner.

Na psicologia soviética o conceito de interiorização (“virada”) é normalmente conectado com o nome L. S. Vigotski e seus seguidores, que realizaram importante pesquisa sobre este processo. Em anos recentes, sucessivos estágios e condições de intenção, transformação “não espontânea” das ações externas (materializadas) em ações internas (mentais) têm sido estudadas especialmente de forma cuidadosa por P. Ya. Galperin⁰.

As ideias originais que levaram Vigotski ao problema da origem da atividade psíquica interna na atividade externa diferem principalmente dos conceitos teóricos de outros autores que foram seus contemporâneos. Essas ideias vieram a partir da análise das características da atividade especificamente humana – atividade de trabalho, atividade produtiva executada com ferramentas, atividade que é autóctone social, isto é, se desenvolve somente sob condições de cooperação e divisão pelas pessoas. São essas características que determinam as características dos processos psicológicos no homem. Equipamento medeia a atividade conectando o homem não somente com o mundo de coisas, mas também com outras pessoas. Devido a isso, sua atividade desenha em si mesma a experiência da humanidade. Essa também é a base para o fato de que os processos psicológicos no homem (suas “funções psicológicas superiores”) assumem uma estrutura que tem como seu vínculo obrigatório meios e métodos formados sócio-historicamente transmitidos para ele pelas pessoas ao seu redor no processo de trabalho cooperativo em comum com elas. Mas, para transmitir um meio ou um método de executar um processo ou outro é impossível senão em uma forma externa – em uma forma de ação ou na forma de discurso externo. Em outras palavras, os processos psicológicos superiores, especificamente humanos, podem originar somente na interação do homem com o homem, isto é, como ações intrapsicológicas e somente subsequentemente eles começam a ser terminados pelo indivíduo independentemente; neste processo, certos deles continuam a perder sua forma externa original e se transformam em processos interpsicológicos⁰.

À proposição de que as atividades psicológicas internas originam a partir da atividade prática, historicamente acumulada como resultado da educação do homem baseada no trabalho em sociedade, e de que em indivíduos separados de cada nova geração eles são formados ao longo do desenvolvimento ontogenético, é anexada mais uma proposição muito importante. Ela consiste em que simultaneamente ocorre uma mudança na própria forma do reflexo psicológico da realidade: a consciência aparece como um reflexo pelo sujeito da realidade, sua própria atividade, e si mesmo. Mas, o que é consciência?

⁰ Ver Piaget (1969).

⁰ Ver Galperin (1959, pp. 441-469).

⁰ Ver Vigotski (1960, pp. 198-199).

Consciência é co-saber, mas somente naquele sentido de que a consciência individual pode existir somente na presença de consciência social e de linguagem, que é seu substrato real. No processo de produção material, as pessoas também produzem linguagem, e isso serve não somente como um meio de informação, mas também como um veículo de significados socialmente desenvolvidos fixados nele.

A velha psicologia considerou a consciência como um tipo de plano metapsicológico de movimento dos processos psíquicos. Mas, a consciência não é concebida inicialmente e não é originada pela natureza. A consciência é originada pela sociedade; ela é produzida. Por essa razão, a consciência não é um postulado e não é uma condição da psicologia, mas seu problema, uma questão para a investigação psicológica concreta.

Assim, o processo de interiorização não é uma ação externa transferida em um “plano de consciência” interno pré-existente; é o processo no qual esse plano interno é formado.

Como é conhecido, como resultado do primeiro ciclo de trabalhos dedicados ao estudo do papel dos meios externos e suas “viradas”, L. S. Vigotski se voltou ao estudo da consciência, suas “células” – significados verbais, sua formação e estrutura. Embora nessas investigações o significado apareceu em seu, por assim dizer, movimento reverso e, por essa razão, como se fosse algo que reside por trás da vida e dirige a atividade, para Vigotski uma tese oposta permaneceu inabalável: não o significado, não a consciência reside por trás da vida, mas a vida reside por trás da consciência.

Uma investigação da formação de processos e significados mentais (ideais) pode expressar somente uma parte do movimento total da atividade, mas esta pode ser uma parte muito importante: a assimilação pelo indivíduo de métodos do pensamento elaborados pela humanidade. Mas isso não cobre apenas a atividade cognitiva, sua formação ou sua função. O pensamento psicológico (e consciência individual como um todo) é mais amplo do que aquelas operações lógicas e aqueles significados cujas estruturas eles estão encerrados. Significados em si mesmos não dão origem ao pensamento, mas mediam ele – assim como ferramentas não geram atividade.

Em um estágio posterior de sua pesquisa, L. S. Vigotski declarou essa proposição mais importante muitas vezes em várias formas. Ele viu o último remanescente plano “secreto” do pensamento oral em sua motivação, na esfera afetivo-volitiva. A visão determinista da vida psíquica, ele escreveu, exclui “atribuir ao pensamento um poder mágico de determinar o comportamento do homem através de um sistema específico” (Vigotski, 1956, p. 54). O programa positivo resultante disso, tendo preservado a função ativa de significado e pensamento, requer que o problema seja considerado mais uma vez. E para isso foi necessário se voltar à categoria de atividade objetivada, aplicando ela também aos processos internos, os processos da consciência.

É exatamente nesse caminho do movimento do pensamento teórico junto com essa linha que a principal comunidade de atividade externa e interna é descoberta como mediando as inter-relações do homem com o mundo no qual sua vida real é realizada.

Correspondendo a isso, a principal distinção residindo na base da psicologia cartesiana-lockeana clássica – a distinção, por um lado, do mundo externo, o mundo do espaço no qual a atividade física externa também pertence, e, por outro lado, o mundo dos fenômenos e processos internos da consciência – deve ceder seu lugar a outra distinção: por um lado, a realidade objetiva e suas formas transformadas (*verwandelte Formen*), idealizadas, e, por outro lado, a atividade do sujeito, incluindo os processos externos e internos. Isso significa que divisão a atividade em suas partes ou lado como

se eles pertencessem a duas esferas completamente diferentes é eliminada. Isso também apresenta um novo problema, o problema de investigar o relacionamento e conexão concreta entre as várias formas de atividade humana.

Esse problema existiu mesmo no passado. Somente em nossa época, entretanto, ele assumiu um significado completamente concreto. Agora, diante de nossos olhos, existe um entrelaçamento e intimidade cada vez mais forte entre a atividade interna e externa: o trabalho físico realizando uma transformação prática de objetos materiais, cada vez mais “intelectualizado”, incorpora em si mesmo a execução de atos mentais mais complexos; ao mesmo tempo, o trabalho do pesquisador contemporâneo, atividade que é especificamente cognitiva, intelectual por excelência, está cada vez mais preenchida com processos que em sua forma são ações externas. Tal unificação de processos de atividade, que varia de acordo com suas formas, mesmo agora não pode ser interpretada como resultado somente daquelas transições que são descritas pelo termo interiorização da atividade externa. Ela necessariamente pressupõe a existência de transições ocorrendo regularmente também na direção oposta, da interna para a atividade externa.

Nas condições sociais que garantem um desenvolvimento bem equilibrado das pessoas, a atividade intelectual não está separada da atividade prática. Seu pensamento se torna reproduzível na medida da necessidade do momento na vida integral dos indivíduos⁰.

Avançando um pouco, devemos dizer de uma vez que as transições mútuas sobre as quais estamos falando forma um movimento mais importante da atividade humana objetiva em seu desenvolvimento histórico e ontogenético. Essas transições são possíveis porque a atividade interna e externa tem uma estrutura geral similar. A revelação de características comuns de suas estruturas parece para mim ser uma das descobertas mais importantes da ciência psicológica contemporânea. Assim, a atividade que é interna em sua forma, originando a partir da atividade prática externa, não está separada dela e não fica acima dela, mas continua a preservar uma conexão essencial, dupla, com ela.

3.5. A Estrutura Geral da Atividade

A comunidade da macroestrutura da atividade prática externa e atividade interna teoricamente permite analisá-la, abstraindo ela inicialmente da forma na qual ocorre.

A ideia de analisar a atividade como um método da psicologia humana científica foi proposta, como eu já disse, nos primeiros trabalhos de L. S. Vigotski. O conceito de operações utilizando ferramentas (“instrumentais”), o conceito de propósito, e mais tarde o conceito de motivo (“esfera motivacional da consciência”) foram introduzidos. Anos se passaram, entretanto, antes que fosse possível descrever, em uma primeira abordagem, a estrutura comum da atividade humana e consciência individual⁰. Essa primeira descrição aparece agora, depois de um quarto de século, em muitas formas insatisfatórias e muito abstratas. Mas, é devido exatamente ao seu caráter

⁰ Ver Engels (1847, §20, p. 353).

⁰ Veja Leontiev (1947a).

abstrato que ela pode ser tomada como um ponto de partida inicial para posterior investigação.

Até esse ponto estávamos falando sobre a atividade em um significado coletivo geral do conceito. Na verdade, entretanto, devemos sempre lidar com atividades específicas, cada uma das quais responde uma necessidade definida do sujeito, está direcionada a um objeto dessa necessidade, é extinguida como resultado de sua satisfação, e é produzida novamente, talvez em outras condições, completamente novas.

Tipos concretos separados de atividade podem diferir entre si mesmos de acordo com várias características: de acordo com sua forma, de acordo com os métodos de executá-los, de acordo com sua intensidade emocional, de acordo com seus requisitos de tempo e espaço, de acordo com seus mecanismos fisiológicos etc. A questão principal que distingue uma atividade de outra é, entretanto, a diferença de seus objetos. É exatamente o objeto de uma atividade que dá a ela uma direção determinada. De acordo com a terminologia que propus, o objeto de uma atividade é seu verdadeiro motivo⁰. É entendido que o motivo pode ser tanto material como ideal, presente na percepção ou exclusivamente na imaginação ou no pensamento. A questão principal é que por trás da atividade deve sempre estar uma necessidade, ela deve sempre responder uma necessidade ou outra.

Assim, o conceito de atividade está necessariamente conectado com o conceito de motivo. A atividade não existe sem um motivo; atividade “não motivada” não é atividade sem um motivo, mas atividade com um motivo subjetivamente e objetivamente oculto. Básico e “formulando” parecem ser as ações que realizam atividades humanas separadas. Chamamos de processo uma ação se ela está subordinada à representação do resultado que devem ser atingido, isto é, se está subordinada a um propósito consciente. Similarmente, assim como o conceito de motivo está relacionado ao conceito de atividade, o conceito de propósito está relacionado ao conceito de ação.

O aparecimento de processos ou ações direcionados a um objetivo na atividade surgiu historicamente como o resultado da transição do homem para a vida em sociedade. A atividade de participantes no trabalho comum é evocada por seu produto, que inicialmente responde diretamente a necessidade de cada um deles. O desenvolvimento, entretanto, até mesmo da mais simples divisão técnica do trabalho necessariamente leva ao isolamento dos, por assim dizer, resultados parciais intermediários, que são alcançados por participantes separados da atividade de trabalho coletiva, mas que em si mesmos não podem satisfazer as necessidades dos trabalhadores. Suas necessidades são satisfeitas não por esses resultados “intermediários”, mas pela partilha dos produtos de suas atividades coletivas, obtidos por cada um deles através de formas de relacionamento ligando eles um com o outro, o que se desenvolve no processo de trabalho, isto é, relacionamentos sociais.

É fácil entender que o resultado “intermediário” ao qual os processos de trabalho do homem estão subordinados devem também ser isolados para ele subjetivamente, na forma de representações. Isso também é um isolamento do objetivo que, de acordo com a expressão de Marx, “determina como uma lei o método e caráter de sua ação [...]” (Marx, 2011).

Isolando os propósitos e formulando ações subordinadas a eles leva a uma aparente divisão de funções que foram anteriormente fundidas uma com a outra no

⁰ Tal entendimento restrito do motivo como aquele objeto (material ou ideal) que evoca e direciona a atividade em direção a si mesma difere do entendimento geralmente aceito; mas aqui não é o lugar para entrar em polêmicas sobre a questão.

motivo. A função da excitação é, naturalmente, plenamente preservada no motivo. A função de direção é outra questão: as ações que realizam a atividade são provocadas por seu motivo, mas parecem ser direcionadas para o objetivo. Vamos supor que a atividade do homem é provocada pela comida; isso também constitui seu motivo. Para satisfazer a necessidade de comida, entretanto, devemos executar ações que não estão direcionadas diretamente a conseguir comida. Por exemplo, o propósito de um dado indivíduo pode ser preparar o equipamento para pescar; não importa se ele mesmo irá usar o equipamento que ele preparou no futuro ou dá-lo para outros e obter parte do total obtido, aquilo que provocou sua atividade e aquilo ao qual suas ações foram direcionadas não são idênticos; a coincidência deles representa um caso pessoal especial, o resultado de um processo específico, que vamos discutir.

Isolamento de ações direcionadas a um objetivo constituindo o conteúdo da atividade concreta naturalmente apresenta uma questão sobre os relacionamentos interno que os unem. Como já foi dito, isso não é um processo aditivo. Correspondentemente, ações não são “unidades” especiais que estão incluídas na estrutura da atividade. A atividade humana não existe exceto na forma de ação ou uma cadeia de ações. Por exemplo, atividade de trabalho existe nas ações de trabalho, atividade escolar nas ações escolares, atividade social nas ações (atos) da sociedade etc. Se as ações que constituem a atividade são mentalmente subtraídas dela, então absolutamente nada ficará da atividade. Isso pode ser expresso de outra forma. Quando um processo concreto está ocorrendo diante de nós, externo ou interno, então a partir do ponto de vista de sua relação com o motivo, ele aparece como atividade humana, mas quando está subordinado ao propósito, então ele aparece como uma ação ou acumulação de uma cadeia de ações.

Além disso, atividade e ação representam uma realidade genuína e não coincidente. Uma e mesma ação pode realizar várias atividades e pode transformar de uma atividade para outra, mostrando sua relativa independência desta maneira. Vamos nos voltar novamente para uma ilustração desajeitada. Vamos supor que eu tenho um objetivo – chegar ao ponto N – e eu faço isso. É entendido que a dada ação pode ter motivos completamente diferentes, isto é, realizar atividades completamente diferentes. O oposto é também óbvio, especificamente, que a um ou outro motivo pode ser dado uma expressão concreta em vários propósitos e, correspondentemente, pode provocar várias ações.

Em conexão com isolar o conceito de ação como principal e “formulando” a atividade humana (seu movimento), é necessário levar em consideração que atividade mal iniciada pressupõe a realização de uma série de propósitos concretos dentre os quais alguns estão interconectados por uma sequência estrita. Em outras palavras, a atividade normalmente é realizada por certo complexo de ações subordinadas a objetivo particular que pode ser isolado do objetivo geral; sob essas circunstâncias, o que acontece que é característico para o grau superior de desenvolvimento é que o papel do propósito geral é preenchido por um motivo percebido, que é transformado devido a ele ser percebido como um motivo-objetivo.

Uma das questões que surge a partir disso é a questão da formação do objetivo. Esse é um problema psicológico importante. O fato é que somente a área dos propósitos objetivamente adequados depende do motivo da atividade. Esse isolamento subjetivo dos objetivos, entretanto (isto é, percepção do resultado imediato, a conquista a qual realiza uma dada atividade que é capaz de satisfazer uma necessidade objetivada em seu motivo), apresenta em si mesmo um processo especial que praticamente nunca foi

estudado. Sob condições laboratoriais ou em experimentos pedagógicos sempre colocamos diante do sujeito um objetivo, por assim dizer, “pronto”; por essa razão o próprio processo de formação do objetivo normalmente escapa a investigação. É somente nos experimentos que coincidem em método com os experimentos bem conhecidos de F. Hoppe que esse processo é revelado mesmo se ele é uma apresentação unilateral, mas adequadamente distinta, de seu lado dinâmico qualitativo. É outra questão na vida real onde a formação do objetivo aplica-se como um caso importante de uma atividade ou outra do sujeito. A este respeito, vamos comparar o desenvolvimento da atividade científica de Darwin e Pasteur, por exemplo. Essa comparação é instrutiva não somente a partir do ponto de vista da existência de grandes diferenças na forma em que isolar os propósitos é subjetivamente realizado, mas também a partir do ponto de vista do conteúdo psicológico dos processos de seu isolamento.

Primeiro de tudo, em ambos os casos está muito claro que os propósitos não são inventados, não são colocados pelo sujeito arbitrariamente. Eles são dados nas circunstâncias objetivas. Além disso, isolamento e percepção de objetivos, de modo algum, ocorrem automaticamente, nem é um ato instantâneo, mas um processo relativamente longo de aprovação de objetivos pela ação e por seu preenchimento objetivo, se isso pode ser expresso dessa forma. O indivíduo, justamente observa Hegel (1959, §387), “não pode determinar o objetivo de sua ação enquanto ele não tiver agido [...]”.

Outro aspecto importante do processo de formação do objetivo consiste na concretização do objetivo, em isolar as condições de sua realização. Mas isso deve ser considerado separadamente.

Todo propósito, até mesmo um como “alcançar o ponto *N*”, é alcançado objetivamente em uma certa situação objetiva. Naturalmente, para a consciência do sujeito, o objetivo pode aparecer na abstração dessa situação, mas sua ação não pode ser abstraída dela. Por essa razão, apesar de seu aspecto intencional (o que deve ser alcançado), a ação também tem seu aspecto operacional (como, por quais meios isso pode ser alcançado), que é determinado não pelo próprio objetivo, mas pelas condições objetivas do objeto de sua realização. Em outras palavras, a ação sendo executada é adequada para a tarefa; a tarefa então é um objetivo atribuído em circunstâncias específicas. Por essa razão, a ação tem uma qualidade específica que “formula” ela especificamente, e particularmente métodos pelos quais ela é alcançada. Chamo os métodos para realizar ações, operações.

Frequentemente não existe diferença entre os termos ação e operação. No contexto da análise psicológica da atividade, entretanto, distinguir entre eles é absolutamente necessário. Ações, como já foi dito, são relacionados a objetivos, operações a condições. Vamos assumir que o objetivo permaneça o mesmo; as condições nas quais ele é atribuído, entretanto, mudam. Então é especificamente e somente o conteúdo operacional da ação que muda.

Na forma especificamente visual, a não coincidência da ação e operação aparece nas ações com ferramentas. Obviamente, uma ferramenta é um objeto material no qual estão cristalizados métodos e operações, e não ações ou objetivos. Por exemplo, um objeto material pode ser fisicamente desmontado por meios de várias ferramentas, sendo que cada uma determina o método de executar a ação dada. Sob certas condições, vamos dizer, uma operação de cortar será mais adequada, em outras, uma operação de serrar; é assumido aqui que o homem sabe como lidar com as ferramentas correspondentes, a faca, a serra etc. A questão é essencialmente a mesma em casos mais

complexos. Vamos assumir que um homem foi confrontado com o objetivo de representar graficamente algum tipo de dependência que ele descobriu. A fim de fazer isso, ele deve aplicar um método ou outro de construção de gráficos – ele deve realizar uma operação específica, e para isso ele deve conhecer como fazê-la. Neste caso não faz diferença como ou sob que circunstâncias ou usando qual material ele aprendeu a fazer essas operações; algo mais é importante – especificamente, que a formulação dessa operação procede inteiramente diferente da formulação do objetivo, isto é, a iniciação da ação.

Ações e operações possuem várias origens, várias dinâmicas e vários destinos. Suas gêneses residem nos relacionamentos de troca de atividades; cada operação, entretanto, é o resultado de uma transformação de ação que ocorre como resultado de sua inclusão em outra ação e sua subsequente “tecnização”. Uma ilustração mais simples desse processo pode ser a formação de uma operação, a execução a qual, por exemplo, requer dirigir um carro. Inicialmente cada operação, tal como mudar de marcha, é formada como uma ação subordinada especificamente para este objetivo e tem sua própria “base de orientação” consciente (P. Ya. Galperin). Subsequentemente essa ação está incluída em outra ação, que tem uma composição operacional complexa na ação, por exemplo, mudar a velocidade do carro. Agora mudar de marcha se torna um dos métodos de atingir o objetivo, a operação que efetiva a muda de velocidade, e mudar marcha agora cessa de ser alcançada como um processo orientado a um objetivo específico: seu objetivo não está isolado. Para a consciência do motorista, mudar de marcha em circunstâncias normais é como se não existisse. Ele faz outra coisa: ele move o carro de um lugar a outro, sobe rampas íngremes, dirige o carro rápido, para em um determinado lugar etc. Na verdade, essa operação pode, como é conhecido, ser removida inteiramente da atividade do motorista e ser executada automaticamente. Geralmente, o destino da operação mais cedo ou mais tarde se torna a função da máquina⁰.

Não obstante, uma operação não constitui, de forma alguma, qualquer tipo de “separatismo” em relação a ação, assim como é o caso com ação em relação a atividade. Mesmo quando uma operação é executada por uma máquina, ela ainda realiza a ação do sujeito. Em um homem que resolve um problema com uma calculadora, a ação não é interrompida nesse vínculo extracerebral; ela encontra nele sua realização assim como em seus outros vínculos. Somente uma máquina “louca” que escapou da dominação do homem pode executar operações que não realizam qualquer tipo de ação direcionada a um objetivo do sujeito.

Assim, no fluxo total da atividade que forma a vida humana, em suas manifestações superiores mediadas pelo reflexo psíquico, análises isolam atividades separadas (específicas) em primeiro lugar de acordo com o critério de motivos que as provocam. Então as ações são isoladas – processos que estão subordinados a objetivos conscientes, finalmente, operações que dependem diretamente das condições de alcance dos objetivos concretos.

As “unidades” da atividade humana também formam sua macroestrutura. A característica especial da análise que serve para isolá-las é que ela o faz não por meio de rompimento da atividade humana em elementos, mas por revelar suas relações internas características. Essas são as relações que escondem as transformações que ocorrem enquanto a atividade se desenvolve. Os próprios objetos podem se tornar estímulos, objetivos ou ferramentas somente em um sistema de atividade humana; privados de

⁰ Veja Leontiev (1970a, pp. 8-9).

conexões dentro deste sistema eles perdem suas existências como estímulos, objetivos ou ferramentas. Por exemplo, uma ferramenta considerada à parte de um objetivo se torna o mesmo tipo de abstração como uma operação considerada à parte da ação que ela realiza.

A investigação da atividade requer uma análise específica de suas conexões sistêmicas internas. Caso contrário não estaremos em posição de resolver até mesmos os mais simples problemas – tal como fazer um julgamento sobre se temos ou não uma ação ou uma operação em um caso dado. A este respeito, a atividade representa um processo que é caracterizado pelas transformações continuamente procedentes. A atividade pode perder o motivo que a provoca, sobre a qual ela é convertida em uma ação realizando, talvez, uma relação inteiramente diferente para o mundo, uma atividade diferente; inversamente, uma ação pode se tornar uma força estimulante independente e pode se tornar uma atividade separada; finalmente, uma ação pode se transformar em um meio de alcançar um objetivo, em uma operação capaz de realizar várias ações.

A mobilidade dos sistemas separados “formadores” de atividade é expressa, por outro lado, no fato de que cada um deles pode se tornar uma fração menor ou, inversamente, pode incorporar em si mesmo unidades que eram anteriormente relativamente independentes. Assim, ao longo da conquista de um objetivo geral isolado, pode ocorrer uma separação dos objetivos intermediários como resultado o qual a ação como um todo é dividida em uma série de ações sequenciais separadas; isso é especialmente característico para os casos onde a ação ocorre sob condições que a inibem ser executada por meios de operações já formuladas. O processo oposto consiste em consolidar as unidades isoladas da atividade. Esse é o caso quando resultados intermediários objetivamente obtidos fluem um no outro e o sujeito perde a percepção consciente deles.

Em uma maneira correspondente existe um fracionamento ou, inversamente, uma consolidação também de “unidades” de imagens psíquicas: um texto copiado pela mão inexperiente de uma criança se dispersa em sua percepção em letras separadas ou até mesmo em seus elementos gráficos; mais tarde neste processo as unidades de percepção se tornam para ele palavras completas ou até mesmo sentenças.

Diante do olho nu o processo de fracionamento ou consolidação de unidades de atividade e reflexo psíquico – na observação externa assim como na introspectiva – é dificilmente distinguível. Este processo pode ser investigado somente por meios de análise especial e indicadores objetivos. Dentre esses indicadores está, por exemplo, o chamado nistagmo optocinético⁰, a mudança de ciclos que, como as investigações mostraram, torna possível determinar a quantidade de “unidades” de movimento entrando na composição de ações gráficas. Por exemplo, escrever palavras em uma linguagem estrangeira é dividida em unidades significativamente menores do que escrever palavras ordinárias na linguagem nativa. Pode ser considerado que tal separação, aparecendo distintivamente em oculogramas⁰, corresponde à divisão de ação em operações que a fazem, que são evidentemente mais simples e mais primárias⁰.

0 [Um fenômeno ocular rítmico, involuntário, inconsciente e automático, representando uma resposta exteroceptiva, que compensa os movimentos do meio ambiente por impulsos psico-ópticos. – M.S.]

0 [Também chamado eletro-oculograma, é o resultado de uma técnica chamada eletro-oculografia, utilizada para medir o potencial permanente córneo-retinal que existe entre a parte da frente e a parte de trás do olho humano. – M.S.]

0 Veja Gippenreiter e Peak (1973); veja também Gippenreiter, Romanov e Samsonov (1975).

Isolar as “unidades” que formam a atividade tem uma importância primordial para resolver uma série de problemas principais. Um desses problemas, sobre o qual eu já falei, é o problema de unir os processos de atividade que são internos e externos em suas formas. O princípio ou lei dessa união é que ela sempre ocorre precisamente junto com as “emendas” da estrutura descrita.

Existem atividades separadas, todos os vínculos que aparecem sendo essencialmente internos; por exemplo, a atividade cognitiva pode ser tal atividade. Mais comum, a atividade interna que serve um motivo cognitivo é executada por processos que são essencialmente externos; isso pode ser através tanto de ações externas quanto operações motoras externas, mas nunca através de seus elementos separados. A mesma coisa se aplica também à atividade externa: algumas das ações e operações que realizam atividade externa podem ter uma forma interna, como processos mentais, mas, novamente, especificamente somente como ações ou como operações, em suas integridades e indivisibilidades. A base para tal posição primariamente fatural das coisas reside na própria natureza dos processos de interiorização e exteriorização. Nenhum tipo de transformação de “lascas” separadas de atividade é possível em geral desde que isso significa não uma transformação da atividade, mas sua destruição.

Separar ações e operações na atividade não exausta sua análise. Por trás da atividade e regulando suas imagens psíquicas existe o trabalho fisiológico grandioso do cérebro. Essa situação em si mesma não requer prova. O problema é outra coisa: encontrar aqueles relacionamentos verdadeiros que conectam a atividade do sujeito, mediados pela imagem psíquica e os processos fisiológicos do cérebro.

O relacionamento do psíquico e fisiológico é considerado em muitos trabalhos psicológicos. Em conexão com o estudo da atividade nervosa superior é explicada teoricamente em maior detalhe por S. L. Rubinstein, que desenvolveu a ideia de que o fisiológico e o psíquico são um e o mesmo e especificamente uma atividade reflexiva, refletindo, mas considerada a partir de vários ângulos, e que sua investigação psicológica é uma continuação lógica de sua investigação fisiológica⁰. Consideração dessas posições assim como as posições de outros autores nos leva longe, entretanto, do plano de análise pretendido. Por essa razão, ao lembrar algumas das posições declaradas vou me limitar aqui somente a questões sobre o lugar da função fisiológica na estrutura da atividade objetivada do homem.

Observarei que a antiga psicologia subjetiva-empírica era limitada pela convicção do paralelismo dos fenômenos psíquicos e fisiológicos. Com base nisso surgiu aquela estranha teoria das “sombras psíquicas” que em qualquer de suas variantes em essência significava a renúncia da resolução do problema. Com a reserva bem conhecida, isso se refere também as subseqüentes tentativas teóricas de descrever a conexão do psicológico e fisiológico baseado em ideias de suas morfologias e interpretação das estruturas psíquicas e fisiológicas por meios de modelos lógicos⁰.

Outra alternativa é renunciar a um confronto direto entre o psíquico e o fisiológico e continuar a análise da atividade no nível fisiológico. Aqui, entretanto, é necessário superar a oposição ordinária da psicologia e fisiologia como estudando “coisas” diferentes.

Embora as funções e mecanismos do cérebro constituem um assunto inquestionável da fisiologia, não segue a partir disso que essas funções e mecanismos

⁰ Veja Rubinstein (1957, pp. 219-221).

⁰ Ver, por exemplo, Piaget (1966).

deveriam permanecer fora da esfera das investigações psicológicas, que “a César o que é de César”.

Essa fórmula conveniente, enquanto salva do reducionismo fisiológico, leva a um pecado maior, o pecado do isolamento da psique do trabalho do cérebro. Relações verdadeiras conectando psicologia e fisiologia são mais como as relações entre fisiologia e bioquímica; progresso em fisiologia necessariamente leva a uma análise fisiológica mais profunda ao nível dos processos bioquímicos; por outro lado, somente o desenvolvimento da fisiologia (em um sentido mais amplo, biologia) dá origem àquelas problemáticas especiais que compõe a esfera específica da bioquímica.

Continuando esta analogia, que é completamente condicional, pode ser dito que a problemática psicofisiológica (fisiológica superior) tem sua origem no desenvolvimento da ciência psicológica, que até mesmo tal conceito fundamental para a fisiologia como o conceito de reflexo condicional tem sua origem nos experimentos “psíquicos”, como I. P. Pavlov originalmente os chamou. Subsequentemente, como é conhecido, sobre esse assunto I. P. Pavlov diz que a psicologia em sua fase de aproximações explica “as construções gerais das formações psíquicas, e fisiologia por sua vez tenta levar o problema mais adiante, para entender essas formações como uma interação especial dos fenômenos fisiológicos” (Pavlov, 1934, pp. 249-250). Assim, a investigação continua não a partir da fisiologia para a psicologia, mas da psicologia para a fisiologia. “Primeiro de tudo”, escreveu Pavlov, “é importante entender psicologicamente e então traduzir para a linguagem fisiológica” (Pavlov, 1954, p. 275).

O mais importante é que a transição da análise da atividade para a análise de seus mecanismos psicofisiológicos reflete transições reais entre elas. Agora não podemos mais abordar os mecanismos (psicofisiológico) do cérebro que não como um produto do desenvolvimento da atividade objetivada. É necessário ter em mente que estes mecanismos são formados variavelmente na filogênese e sob condições de desenvolvimento ontogenético (particularmente funcional) e, portanto, nem sempre aparecem da mesma forma.

Mecanismos constituídos filogeneticamente são pré-requisitos prontos para atividade e reflexo psíquico. Por exemplo, os processos de percepção visual são como se inscritos nas características da estrutura do sistema visual do homem, mas somente em uma forma virtual, como suas possibilidades. O último, entretanto, não liberta a investigação psicológica da percepção de penetrar nessas características específicas. O fato é que nós geralmente podemos dizer nada sobre a percepção sem se referir a essas características específicas. A outra questão é, devemos tornar essas características morfofisiológicas um assunto independente de estudo ou devemos observar seu funcionamento dentro da estrutura de ações e operações? A diferença nessas abordagens é aparente tão logo nós comparemos dados das investigações da, por assim dizer, duração das imagens residuais visuais e os dados das investigações de integração pós-positiva dos elementos visuais sensoriais ao resolver várias tarefas perceptivas.

A situação é de algum modo diferente quando a formação dos mecanismos do cérebro ocorre durante o desenvolvimento funcional. Sob essas condições, os mecanismos dados aparecem como novos “órgãos fisiológicos móveis” (A. A. Ukhtomski), novos “sistemas funcionais” (P. K. Anokhin), tomando forma, por assim dizer, diante de nossos olhos.

No homem a formação dos sistemas funcionais que são específicos para ele ocorrem como resultado de seu domínio de ferramentas (meios) e operações. Esses sistemas representam nada mais do que operações motoras e mentais exteriores – por

exemplo, lógicas – depositadas, materializadas no cérebro. Isso não é um simples “decalque) deles, mas sim sua alegoria fisiológica. A fim de ler esta alegoria, é necessário usar outra linguagem, outras unidades. Essas unidades são funções do cérebro, seu conjunto – sistemas funcionais.

Incluindo na investigação a atividade ao nível das funções do cérebro (psicofisiológicas) torna possível envolver realidades muito importantes a partir das quais o estudo da psicologia experimentais realmente começa seu desenvolvimento. É verdade que os primeiros trabalhos dedicados, como foi então dito, às “funções psicológicas” – sensorial, mnemônica, eletiva, tônica – eram teoricamente inúteis não importa a importância da contribuição concreta que fizeram. Este era o caso porque essas funções foram investigadas isoladas da atividade objetivada do sujeito que elas eram realizadas, isto é, como fenômenos de certas faculdades – faculdades do espírito ou do cérebro. A essência da questão reside em que em ambos os casos eles foram considerados não como provocados pela atividade, mas como provocando-a.

O fato da inconstância da expressão concreta das funções psicofisiológicas dependendo do conteúdo da atividade do sujeito se torna aparente muito rápido. O problema científico, entretanto, não era para determinar essa dependência (ela foi há muito tempo determinada nos inúmeros trabalhos de psicólogos e fisiologistas), mas investigar aquelas transformações da atividade que levam a uma reconstrução do conjunto das funções psicofisiológicas do cérebro.

A importância das investigações psicofisiológicas é que elas revelam aquelas condições e consequências da formação dos processos de atividade que requerem uma reconstrução ou formação de novos conjuntos de funções psicofisiológicas, novos sistemas do cérebro funcionais, para sua realização. Um exemplo simples é a formação e consolidação das operações. A iniciação de uma operação ou outra é, naturalmente, determinada pela presença de condições, meios e métodos de ação que são criados ou assimilados a partir de fora; a junção, entretanto, de um vínculo elementar com outra formando a composição da operação, sua “compressão” e sua transferência para níveis neurológicos inferiores, ocorre em subordinação às leis fisiológicas com as quais a psicologia não pode deixar de considerar. Até mesmo para o estudo, por exemplo, de hábitos motores ou mentais exteriores, nós sempre dependemos intuitivamente de representações empiricamente compostas sobre a função mnemônica do cérebro (“repetição é a mãe da aprendizagem”), e só parece para nós que o cérebro normal é psicologicamente mudo.

É outra questão quando a investigação requer uma qualificação precisa dos processos da atividade estudados, particularmente a atividade que ocorre sob condições de tempo deficitárias, demandas aumentadas, e precisão, seleção etc. Aqui a investigação psicológica da atividade não pode deixar de incluir como um problema especial a análise da atividade no nível psicofisiológico.

Na psicologia de engenharia o problema de separar a atividade em seus elementos, determinando suas características de tempo e carregando a capacidade de recepção separada e “aparatos” de saída, se torna muito urgente. O conceito de operações elementares foi introduzido, mas em um sentido inteiramente diferente, não em um sentido psicológico, mas em um, por assim dizer, sentido lógico-técnico, que ditou a necessidade de estender o método de análise dos processos de máquinas para os processos humanos participantes no trabalho da máquina. Este tipo de fracionamento da atividade para os propósitos de descrevê-la formalmente e aplicando medidas teórica-informacionais, entretanto, foi confrontada pelo fato de que ela resultou em um

desaparecimento completo do campo de investigação das atividades formadoras principais; seus fatores e atividades determinantes principais eram, em uma maneira de dizer, desumanizados. Além disso, foi errado desistir do estudo da atividade que poderia ter ido além dos limites da análise de sua estrutura geral. Assim, uma controvérsia peculiar surgiu: por um lado, enquanto suas várias conexões com o mundo servem como uma base para isolar as “unidades” da atividade, um indivíduo entrando em relações sociais neste mundo poderia iniciar a atividade com seus objetivos e condições objetivas antes que as unidades pudessem ser divididas posteriormente dentro dos limites do dado sistema de análise; por outro lado, o problema de estudar processos intracerebrais, que requer posterior divisão dessas unidades, ainda persistiu.

A este respeito, em anos recentes foi desenvolvida a ideia de análise “microestrutural” da atividade, um problema que consiste em unir abordagens genéticas (psicológicas) e quantitativas (informacional) da atividade⁰. Foi necessário introduzir conceitos de “blocos funcionais”, de conexões direta e reversa entre eles formando a estrutura dos processos que realizam a atividade fisiologicamente. Aqui é assumido que essa estrutura corresponde totalmente à macroestrutura da atividade e que isolando os “blocos funcionais” separados permite uma análise mais penetrante continuando em unidades menores. Aqui, entretanto, somos confrontados com um problema teórico complexo: entender aqueles relacionamentos que conectam entre eles as estruturas intracerebrais e a estrutura da atividade que eles realizam. Desenvolvimento posterior da microanálise da atividade necessariamente trará este problema à frente. O próprio procedimento, por exemplo, de investigar as conexões reversas de elementos excitados da retina do olho e estruturas do cérebro responsáveis pela construção de imagens visuais primárias é baseado no registro dos fenômenos que ocorrem somente por causa de um tratamento subsequente dessas imagens primárias em tais “blocos semânticos” hipotéticos, a função que é determinada por um sistema de relações que em sua própria natureza parecem ser extracerebrais – e isso significa não-fisiológico.

De acordo com o caráter de sua mediação, as transferências sobre as quais estamos falando são comparáveis às transferências que conectam a tecnologia de produção e a própria produção. Naturalmente, a produção é realizada com a ajuda de ferramentas e máquinas, e neste sentido a produção parece ser uma consequência de seu funcionamento; entretanto, ferramentas e máquinas originam na produção, que já é uma categoria não técnica, mas socioeconômica.

Eu me permiti introduzir esta comparação com somente uma coisa em mente: destacar a ideia de que a análise da atividade no nível psicofisiológico, embora ela prove a possibilidade de uso adequado de indicadores precisos, a linguagem da cibernética, e as medidas teórica-informacionais, ainda inevitavelmente abstrai si mesmo da consideração da atividade como um sistema iniciado por relações da vida. Falando de forma mais simples, a atividade objetivada, assim como imagens psíquicas, não é produzida pelo cérebro, mas é sua função, que consiste nas imagens sendo realizadas por meios de órgãos físicos do sujeito.

Como já foi dito, uma análise da estrutura dos processos intercerebrais, seus blocos ou constelações, apresenta uma posterior divisão da atividade, seus momentos. Tai divisão não é somente possível, mas frequentemente inevitável. É necessário somente estar claramente consciente do fato de que ela transfere a investigação da atividade para um nível especial, ao nível do estudo de uma transição a partir das unidades da atividade (ações, operações) para unidades dos processos do cérebro que as

⁰ Ver Zinchenko (1972).

realizam. Quero especialmente enfatizar que estou falando particularmente sobre o estudo das transições. Isso distingue a análise chamada microestrutural da atividade objetivada do estudo da atividade nervosa superior em conceito de processos do cérebro fisiológicos e mecanismos neurais, os dados que só podem ser comparados com os correspondentes fenômenos psicológicos.

Por outro lado, a investigação de processos intercerebrais que realizam atividade leva a uma desmistificação do conceito de “funções psíquicas” em seu antigo significado clássico – aquele de um pacote de faculdades. Torna-se aparente que isso é uma manifestação das propriedades fisiológicas (psicofisiológicas) funcionais comuns que geralmente não existem como unidades separadas. Pode se pensar, por exemplo, sobre a função mnemônica como separada da sensorial, ou vice-versa. Em outras palavras, somente sistemas fisiológicos da função realizam operações perceptivas, mnemônicas, motoras e outras. Mas deixe-me repetir, operações não podem ser reduzidas a estes sistemas fisiológicos. Operações sempre são assunto para relações objetivas-subjetivas, isto é, extracerebrais.

Como observado por L. S. Vigotski, a neuropsicológica e patopsicológica são outras formas muito importantes de penetrar na estrutura da atividade do cérebro. A importância psicológica geral delas é de que elas permitem a observação da atividade em sua degeneração, dependendo da exclusão de porções separadas do cérebro ou do caráter daqueles distúrbios mais gerais de sua função que são expressos na doença mental.

Vou observar somente certos dados obtidos da neuropsicologia. Tão distinto das representações psicomorfológicas ingênuas de acordo com as quais os processos psicológicos externos são identificados com a função de centros do cérebro separados (centros do discurso, escrita, pensamento por conceitos etc.), as investigações neuropsicológicas indicaram que estes processos complexos da origem sócio-histórica, formada ao longo da vida, tem uma localização dinâmica e sistêmica. Como resultado de comparar a análise dos extensos dados coletados em experimentos com indivíduos doentes com vários distúrbios de centros localizados do cérebro, um retrato aparece de como vários “componentes” da atividade humana são especificamente “depositados” em sua morfologia⁰.

Assim, a neuropsicologia em sua parte – isto é, a partir da perspectiva das estruturas do cérebro – permite uma penetração nos “mecanismos de performance” da atividade.

A perda de partes separadas do cérebro, que leva a um distúrbio de um ou outro processo, apresenta outra possibilidade: investir nestas condições absolutamente perfeitas o desenvolvimento funcional dessas partes, que aparece aqui na forma de seu reestabelecimento. Mais precisamente, isso se relaciona ao reestabelecimento de ações externas e mentais, a execução que se torna impossível para o paciente como resultado do fato de que o distúrbio central excluiu um dos vínculos de uma ou outra operação que essas ações executaram. A fim de evitar um defeito preliminar cuidadosamente diagnosticado do paciente, o investigador projeta uma nova composição de operações capazes de executar a ação dada e então ativamente formula no paciente a nova composição na qual o vínculo danificado não participa, mas, ao invés, que inclui um link que, sob condições normais, é redundante ou até mesmo não participante.

Não existe necessidade de falar da importância psicológica geral dessa direção da investigação; é evidente.

⁰ Ver Luria (1969); ver também Tsvetkov (1972).

Naturalmente, as investigações neuropsicológicas, assim como investigações da psicofisiologia, necessariamente apresentam o problema de transição das relações extracerebrais para intracerebrais. Como já disse, este problema não pode ser resolvido por meios de comparações diretas. Sua resolução reside na análise do trabalho do sistema de atividade objetivada como um todo, no qual está também incluído o funcionamento do sujeito físico – seu cérebro, seus órgãos de percepção e movimento. As leis que controlam os processos desse funcionamento são, naturalmente, aparentes somente enquanto não procedemos para a investigação das ações objetivas que são realizadas por estes processos ou de imagens que podem ser analisadas somente ao investigar a atividade humana no nível psicológico. A situação em uma transição não é diferente do nível psicológico de investigação do todo social: somente aqui a transição para leis novas, isto é, sociais, ocorre como uma transição dos processos de investigação que realizam relacionamentos de indivíduos, para uma investigação de relacionamentos que são realizados pela atividade comum de indivíduos na sociedade, o desenvolvimento que é subordinado a leis objetivas-históricas.

Assim, um estudo sistêmico da atividade humana deve também ser uma análise de acordo com níveis. É somente tal análise que tornará possível superar a oposição do fisiológico, do psicológico e do sociológico, assim como a redução de qualquer um desses em outro.

Capítulo 4. Atividade e Consciência

4.1. A Gênese da Consciência

A atividade do sujeito, externa e interna, é mediada e regulada pelo reflexo psíquico da realidade. O que o sujeito vê no mundo de objetos são motivos e objetivos, e condições de sua atividade devem ser recebidas por ele de uma ou outra forma, apresentada, entendida, retida e reproduzida em sua memória; isso se aplica também aos processos de sua atividade e ao próprio sujeito – a sua condição, características e idiossincrasias. Assim, a análise da atividade nos leva aos temas tradicionais da psicologia. Agora, entretanto, a lógica da investigação está virada: o problema do aparecimento dos processos psíquicos está voltado para o problema de sua origem, sua provocação por aquelas conexões sociais nas quais o homem entra no mundo de objetos.

A realidade psíquica que nos é revelada diretamente é o mundo subjetivo da consciência. Um século foi necessário para nos libertarmos da identificação do psíquico com o consciente. O que foi surpreendente foi a variedade de caminhos na filosofia, psicologia e fisiologia que levaram a distinção sendo feita entre o consciente e o psíquico: é suficiente nomear Leibnitz, Fechner, Freud, Sechenov e Pavlov.

O passo decisivo foi uma confirmação da ideia de vários níveis de reflexo psíquico. A partir do ponto de vista histórico, genético, isso indicou uma admissão da existência de uma psique pré-consciente de animais e o aparecimento no homem de sua forma qualitativamente nova – consciência. Assim, novas questões surgiram: sobre aquela indispensabilidade objetiva que é servida pela consciência surgindo, sobre aquilo que dá origem a ela, e sobre sua estrutura interna.

A consciência em sua imediatez é um retrato do mundo, se abrindo diante do sujeito, no qual ele próprio, suas ações e suas condições estão incluídos. Diante do homem simples, naturalmente, esse retrato subjetivo não apresenta qualquer tipo de problema teórico; diante dele está o mundo e não o mundo e um retrato do mundo. Neste realismo elementar está incorporada uma verdade real, embora ingênua. Identificar o reflexo psíquico e consciência é outra questão; não é qualquer coisa a mais que uma ilusão de nossa introspecção.

Ela decorre da aparentemente ilimitada amplitude da consciência. Se perguntamos a nós mesmos se estamos conscientes de um ou outro fenômeno, estamos levantando um problema de percepção, e, naturalmente, o resolvemos praticamente instantaneamente. Pode ser necessário elaborar uma metodologia taquistoscópica⁰ a fim de dividir “o campo de percepção” do “campo da consciência” experimentalmente.

Por outro lado, os fatos que indicam que o homem é capaz de realizar processos adaptativos complexos para acomodar peças de mobília, dificilmente tomando a imagem delas em consideração, são bem conhecidos e facilmente testado sob condições laboratoriais; ele contorna obstáculos e até mesmo manipula coisas como se ele não as “visse”.

É outra questão se é necessário fazer ou mudar algo de acordo com um modelo ou um retrato de certo conteúdo objetivo. Quando eu curvo arame ou desenho, vamos dizer, um pentágono, então eu necessariamente comparo a representação que tenho com condições objetivas, com estágios dele sendo realizado no produto, e meço internamente um contra o outro. Tal comparação requer que minha representação deva aparecer para

⁰ [Taquistoscópio é um dispositivo que mostra uma imagem por um certo período de tempo, utilizado para aumentar a velocidade de reconhecimento, mostrar alguma coisa muito rápido para ser reconhecido conscientemente, ou testar quais elementos de uma imagem são memorizáveis. – M.S.]

mim como se estivesse no mesmo plano com o mundo objetivo mas não, entretanto, fundindo com ele. Isso é particularmente claro nos problemas cuja solução requer uma visualização preliminar “na mente” das relações espaciais mútuas que as imagens dos objetos têm um para o outro; tal problema, por exemplo, pode requerer uma virada mental de uma figura desenhada em outra figura.

Historicamente, a necessidade de tal “expectativa” (apresentabilidade) de uma imagem psíquica ao sujeito ocorre somente em uma transição da atividade adaptativa de animais para atividade de trabalho produtivo específico do homem. O produto ao qual a atividade está direcionada ainda não existe. Por essa razão, ela pode dirigir a atividade somente se é apresentada ao sujeito em uma forma que permita ser comparada com o material original (o objeto do trabalho) e suas transformações intermediárias. Além disso, a imagem psíquica do produto como um objetivo deve existir para o sujeito, a fim de que ele possa trabalhar com a imagem, i.e., modifica-la em relação as condições presentes. Tais imagens são em essências imagens conscientes, representações conscientes – em uma palavra, a essência dos fenômenos da consciência.

Em si mesma, a inevitabilidade do desenvolvimento no homem dos fenômenos da consciência, é entendido, ainda diz nada sobre os processos de sua geração. Essa inevitabilidade, entretanto, claramente coloca o problema de investigar esse processo, um problema que simplesmente não apareceu na antiga psicologia. O fato é que dentro da estrutura do esquema dual tradicional, objeto + sujeito, o fenômeno da consciência no sujeito foi aceito sem explicações, se não se considerar as interpretações que assumem a existência sob o teto de nosso crânio de algum tipo de observador contemplando retratos que processos neurofisiológicos tecem em nossos cérebros.

O método da análise científica da origem e função da consciência humana, tanto social quanto individual, foi descoberto, em primeiro lugar, por Marx. Como resultado, como um autor moderno enfatizou, o assunto de investigação da consciência mudou do indivíduo subjetivo para os sistemas sociais de atividade de tal forma que “o método de observação interna e entendimento de introspecção que por um longo tempo monopolizou a investigação da consciência, começou a ranger nas emendas” (Mamardashvili, 1968, p. 14). Em poucas páginas é impossível, naturalmente, tratar em grande extensão até mesmo as questões principais da teoria marxista da consciência. Não fingindo fazer isso, vou me limitar somente a certas posições que indicam o caminho para resolver o problema da atividade e consciência na psicologia.

É evidente que uma explicação da natureza da consciência reside nas mesmas características da atividade humana como aquelas que fazem a consciência inevitável: em seu caráter produtivo objetivo-subjetivo.

A atividade do trabalho imprime si mesma em seu produto. Lá ocorre, nas palavras de Marx, uma transição da atividade em uma qualidade satisfatória. Essa transição representa um processo de corporificação material do conteúdo objetivo da atividade que agora se apresenta ao sujeito, isto é, está diante dele na forma de uma imagem do objetivo percebido.

Em outras palavras, na própria primeira abordagem da origem da consciência aparece assim: uma representação direcionando a atividade corporificada em um objeto tem sua existência secundária “objetivada”, que é acessível à percepção sensorial; como resultado, é como se o sujeito visse sua própria representação no mundo externo; tendo sido duplicado, é percebido. Esse esquema, entretanto, é insustentável. Ele nos leva de volta para o ponto de vista subjetivo-empírico e, em essência, idealista, que precisamente desta, primeiro de tudo, a condição que a transição indicada tem

consciência como seu pressuposto indispensável – a presença no sujeito de representações, intenções, planos ideacionais, esquemas ou “modelos”, que estes fenômenos psíquicos são objetivados na atividade e em seus produtos. Na medida em que diz respeito a atividade do próprio sujeito, a atividade direcionada pela consciência realiza, em relação ao conteúdo da consciência, somente uma função de transmissão e uma função de “confirmação-nãoconfirmação”.

A questão principal, entretanto, não é que o papel diretivo ativo da consciência deveria ser indicado. O problema principal é entender a consciência como um produto subjetivo, como uma forma transformada de uma manifestação daquelas relações, sociais em sua natureza, que são realizadas pela atividade do homem em um mundo de objetos.

A atividade não é, de forma alguma, simplesmente algo que expressa e que transmite a imagem psíquica objetivada em seu produto. Não é uma imagem que é impressa no produto, mas especificamente atividade, o conteúdo objetivo que ela carrega objetivamente em si mesma. Transições sujeito → atividade → objeto formam um tipo de movimento circular, e por essa razão podem parecer não fazer diferença quais de seus vínculos ou momentos são tomados como o inicial. Entretanto, isso não é, em forma alguma, um movimento em um círculo mágico. Este círculo pode ser quebrado e é quebrado precisamente na própria atividade sensorial-prática.

Aparecendo na contiguidade direta com a realidade objetiva e subordinada a ela, a atividade é modificada e enriquecida, e nesse enriquecimento é cristalizada em um produto. A atividade realizada é mais rica e mais verdadeira do que a consciência que a precede. Assim, para a consciência do sujeito, contribuições que são introduzidas por sua atividade permanecem ocultas; disso segue que a consciência pode parecer uma base da atividade.

Vamos expressar isso de outra forma. O reflexo dos produtos da atividade objetivada que realiza conexões e relações de indivíduos sociais aparece para eles como fenômenos de suas consciências. Na verdade, entretanto, por trás desses fenômenos residem as mencionadas conexões e relações objetivas, embora não em suas formas abertas, mas escondidas do sujeito. Ao mesmo tempo, os fenômenos da consciência constituem um momento real no movimento da atividade. Esse é o significado delas, não suas “epifenomenologias”. Como V. P. Kuzmin acertadamente observou, a imagem consciente aparece como um padrão ideal, que é materializado na atividade⁰.

A abordagem da consciência que estamos falando muda radicalmente a afirmação do problema que é de maior importância para a psicologia – o problema da relação entre a imagem subjetiva e o objeto externo. Ela destrói aquela mistificação do problema que o postulado da imediaticidade, que eu mencionei muitas vezes, cria na psicologia. Se vamos proceder a partir da suposição de que as atividades externas evocam diretamente em nós – em nossos cérebros – uma imagem subjetiva, então a questão surge de como acontece dessa imagem aparecer como se existindo fora de nós, fora de nossa subjetividade – nas coordenadas do mundo externo.

Dentro da estrutura do postulado da imediaticidade é possível responder essa questão somente ao aceitar o processo de, por assim dizer, projeção secundária da imagem psíquica exterior. A inconsistência teórica de tal suposição é óbvia (Rubinstein, 1957, p.34; Lektorsky, 1965; Brushlinski, 1969, pp. 148-254); ela está em clara oposição aos fatos que indicam que a imagem psíquica até mesmo desde o início “está relacionada” com uma realidade que é externa no que diz respeito ao cérebro do sujeito

⁰ Consulte Rosenthal (1971, pp. 181-184).

e não é projetada no mundo externo, mas mais provável é que é extraída dele⁰. Naturalmente, quando falo de “extrair”, isso é somente uma metáfora. Ela expressa, entretanto, um processo real acessível à investigação científica – um processo de assimilação pelo sujeito do mundo de objetos em sua forma ideal, na forma de reflexo consciente.

Esse processo aparece inicialmente naquele sistema de relações objetivas no qual uma transição do conteúdo objetivo da atividade em seu produto ocorre. A fim de que esse processo possa ser realizado, entretanto, não é suficiente para o produto da atividade, tendo absorvido a atividade em si mesmo, aparece diante do sujeito com suas propriedades materiais; ele precisa ser transformado de tal maneira que aparece reconhecível ao sujeito, isto é, idealmente. Essa transformação ocorre através do funcionamento da linguagem, que é um produto e meio de comunicação dentre os participantes na produção. A linguagem carrega em seus significados (conceitos) um ou outro conteúdo objetivo, mas um conteúdo plenamente liberado de sua materialidade. Assim, comida, entretanto, não contém em si mesmo nem ao menos um grama de substância nutricional. Aqui até mesmo a própria linguagem tem sua existência material, seu material; mas a linguagem, tomada em relacionamento com a realidade significada, é somente uma forma de seu ser, assim como são aqueles processos materiais do cérebro dos indivíduos que realizam sua percepção⁰.

Assim, a consciência individual como uma forma especificamente humana de reflexo subjetivo da realidade objetiva pode ser entendida somente como um produto daquelas relações e mediações que surgem ao longo do estabelecimento e desenvolvimento da sociedade. Fora dos sistemas desses relacionamentos (e fora da consciência social) a existência da psique individual e a forma de reflexo consciente, imagens conscientes, não é possível.

Um entendimento claro disso é ainda mais importante para a psicologia, desde que até essa época a psicologia não desistiu conclusivamente de explicar os fenômenos da consciência a partir da perspectiva do antropologismo ingênuo. Até mesmo a abordagem da atividade do estudo psicológico dos fenômenos da consciência permite um entendimento dele somente sob a condição indispensável de que a própria atividade humana seja considerada como um processo incluso no sistema de relacionamentos que realizam seu ser social, que é seu método de existência também como uma essência natural e física.

Naturalmente, as condições e relacionamentos indicados, que dão origem à consciência humana, caracterizam somente seus primeiros estágios. Subsequentemente, em conexão com o desenvolvimento da produção material e contato social, uma distinção e então um isolamento da produção espiritual e a resultante tecnicização da linguagem, a consciência das pessoas é liberta da conexão direta com sua atividade de trabalho prática direta. O círculo de consciência se torna mais amplo de modo que a consciência no homem se torna um universal, embora não a única forma de reflexo psíquico. No processo ela sofre uma série de mudanças radicais.

Em primeiro lugar, a consciência existe somente na forma de imagem psíquica, que revela para o sujeito o mundo ao seu redor, mas a atividade permanece, como antes, prática, externa. Em um estágio muito depois a atividade também se torna um assunto da consciência: ações de outras pessoas são percebidas e através delas também as ações do próprio sujeito. Agora elas são comunicadas, significadas por meios de gestos ou

⁰ Veja Leontiev (1970b, cap. 2).

⁰ Ver Ilienkov (1962).

discurso oral. Este é um pressuposto para a gênese das ações e operações internas que ocorrem na mente, sobre o “plano da consciência”. A consciência-imagem se torna também consciência-atividade. É somente nessa plenitude que a consciência começa a aparecer como sendo emancipada da atividade prática-sensorial externa e, mais do que isso, parece direcioná-la.

Outra grande mudança que a consciência sofre ao longo do desenvolvimento histórico é o rompimento da fusão inicial na consciência do trabalho coletivo e a consciência dos indivíduos formando ele. Isso ocorre porque um círculo amplo de fenômenos é percebido que inclui em si mesmos fenômenos pertencentes à esfera de tais relações de indivíduos como compõem o pessoal na vida de cada um deles. Sob essas circunstâncias a estratificação de classe da sociedade leva as pessoas a encontrar si mesmas em relações opostas, díspares, opondo um ao outro no que diz respeito aos meios de produção e ao produto comum; suas consciências trazem sobre si mesmos também um efeito correspondente dessa disparidade, dessa oposição. Além disso, representações ideológicas de seus relacionamentos vivos reais são elaboradas por indivíduos concretos e incluídos no processo de consciência.

O resultado é um retrato mais complexo das conexões internas, entrelaçamentos e interconexões geradas pelo desenvolvimento de contradições internas, que em seus aspectos abstratos aparecem até mesmo na análise dos relacionamentos mais simples que caracterizam o sistema de atividade humana. À primeira vista a investigação imergindo neste retrato mais complexo pode parecer ser uma distração dos problemas do estudo concreto-psicológico da consciência para uma substituição da sociedade por psicologia. Mas não é isso. Pelo contrário, características psicológicas da consciência individual podem ser entendidas somente através de suas conexões com aqueles relacionamentos sociais nos quais o indivíduo é arrastado.

4.2. O Tecido Sensorial da Consciência

O desenvolvimento da consciência de indivíduos é caracterizado pela multiplicidade psicológica.

Nos fenômenos da consciência descobrimos, primeiro de tudo, o tecido sensorial. Esse tecido forma a composição sensorial das imagens concretas da realidade verdadeiramente percebida ou surgindo na memória, relacionada ao futuro ou até mesmo somente imaginada. Essas imagens diferem de acordo com suas modalidades, tons sensoriais, graus de clareza, maior ou menor estabilidade etc. Muitos milhares de páginas foram escritos sobre isso. A psicologia empírica, entretanto, consistentemente se esquivou da questão mais importante a partir da perspectiva do problema da consciência: a questão de que a função especial que os elementos sensoriais servem na consciência. Mais precisamente, essa questão foi abordada indiretamente nos problemas tais como o problema da sensibilidade da percepção ou o problema do papel do discurso (linguagem) na comunicação de dados sensoriais.

A função especial das imagens sensoriais da consciência é que elas dão realidade ao retrato consciente do mundo que se abre diante do sujeito. Em outras palavras, devendo especialmente ao conteúdo sensorial da consciência, o mundo

aparece para o sujeito como existindo não na consciência, mas fora de sua consciência – como um “campo” objetivo e o objeto de sua atividade.

Essa convicção pode parecer paradoxal porque a investigação dos fenômenos sensoriais tem, por muito tempo, se originado a partir de posições que levam na direção oposta, à ideia de suas “subjetividades puras”, suas “hieroglificidades”. Correspondentemente, o conteúdo sensorial das imagens foi apresentado não como realizando uma conexão direta da consciência com o mundo externo (Lénine, 1982), mas sim como se o particionando.

No período pós-Helmholtz⁰ o estudo experimental do processo de percepção foi marcado por grandes sucessos, de modo que a psicologia da percepção está agora inundada com uma grande multidão de vários fatos e hipóteses privadas. O que é surpreendente é que, não obstante esses sucessos, a posição teórica de Helmholtz permaneceu inabalável.

É verdade que na maioria dos trabalhos psicológicas sua presença é invisível, nos bastidores, a não ser que o use seriamente e abertamente, como faz, por exemplo, R. Gregory, o autor de alguns dos livros contemporâneos mais persuasivos sobre percepção visual⁰.

A força da posição de Helmholtz é que no estudo da fisiologia da visão ele entendeu a impossibilidade de derivar imagens de objetos diretamente das sensações, de identifica-los com aqueles “padrões” que os raios de luz desenharam sobre a retina do olho. Dentro da estrutura do sistema ideacional da ciência natural daquela época, a resolução do problema sugerido por Helmholtz (especificamente, aquela de que ao trabalho dos órgãos sensoriais se junta necessariamente o trabalho do cérebro e isso forma uma hipótese sobre a realidade objetiva sobre a base das dicas sensoriais) era a única possível.

O fato é que as imagens objetivas da consciência foram pensadas como algum tipo de coisas psíquicas dependentes de outras coisas compondo a causa externa. Em outras palavras, a análise foi junto de um plano de dupla extração, que foi expressa, por um lado, com o recuo dos processos sensoriais do sistema de atividade do sujeito e, por outro lado, com o recuo das imagens sensoriais do sistema de consciência humana. A própria ideia de sistemática do objeto do conhecimento científico permaneceu inexplorado.

Distinto da abordagem que considerou os fenômenos em seu isolamento, a análise sistêmica da consciência requer a investigação das formas de consciência em seus relacionamentos internos provocados pelo desenvolvimento das formas de conexão entre o sujeito e a realidade, isso significa investigação, primeiro de tudo, a partir do aspecto daquela função que toda “forma” preenche nos processos de apresentação (representação) ao sujeito um retrato do mundo.

Conteúdos sensoriais tomados no sistema de consciência não revelam diretamente sua função; subjetivamente são expressos somente indiretamente – em uma experiência instintiva de um “sentimento de realidade”. Eles se revelam, entretanto, sempre que um distúrbio ou distorção da recepção de efeitos externos ocorre. Porque os fatos que confirmam isso têm um significado importante para a psicologia, citarei alguns deles.

⁰ [Hermann von Helmholtz (1821 – 1894) foi um cientista alemão que, na fisiologia e psicologia estudou matematicamente o olho, desenvolveu teorias da visão, ideias sobre a percepção visual do espaço, pesquisas sobre a visão colorida, sobre a sensação do tom e percepção do som. – M.S.]

⁰ Ver Gregory (1972).

Encontramos uma manifestação muito clara da função das imagens sensoriais na consciência do mundo real nas investigações do reestabelecimento das ações objetivas em mineiros feridos que estavam completamente cegos e tinham simultaneamente perdido ambos as mãos. Porque eles sofreram uma operação cirúrgica reabilitativa que incluiu um massivo deslocamento de tecido mole dos antebraços, eles também perderam habilidade tátil para perceber objetos com suas mãos (os fenômenos de assimbolia⁰). Desenvolveu-se que, desde que o controle visual era impossível, essa função não poderia ser reestabelecida para eles; correspondentemente, o movimento objetivo da mão também não poderia ser estabelecido. Como resultado, muitos meses após o acidente, os pacientes tinham queixas incomuns: apesar do fato de que a comunicação oral com aqueles ao redor deles não foi inibida de qualquer forma e que seus processos intelectuais não foram danificados, o mundo objetivo, externo, gradualmente se foi “desaparecendo” para eles. Embora as ideias verbais (o significado das palavras) retiveram suas conexões lógicas para eles, eles gradualmente perderam suas atribuições objetivas. Realmente, desenvolveu-se um retrato trágico do dano à sensação de realidade dos pacientes. “Era como se eu estivesse lendo sobre tudo e não vendo isso [...] tudo parecia mais distante de mim”, assim um dos amputados cegos descreveu sua condição. Ele se queixou que quando as pessoas o cumprimentavam, era “como se existisse qualquer homem lá” (Leontiev e Zaporozhets, 1945, p. 75).

Um fenômeno similar de perda da sensação de realidade foi encontrado também em sujeitos normais sob condições de inversão artificial das impressões visuais. Desde o final do século passado, Stratton, em seus experimentos clássicos com óculos especiais que invertiam a imagem sobre a retina, observou que sob essas condições existe uma sensação de irrealidade do mundo percebido (Stratton, 1897, cap. 4).

Foi necessário entender a essência dessas reconstruções qualitativas da imagem visual, que apareceram ao sujeito como experimentando uma irrealidade do retrato visual. Mais tarde foram divulgadas tais peculiaridades da visão invertida como dificuldade em identificar objetos familiares (Gaffron, 1963), particularmente rostos humanos (Yin, 1969), “regularidade visual”⁰ etc.

A ausência de diretamente relacionar a imagem visual invertida com o mundo objetivo dos objetos é evidência de que no nível de consciência que reflete, o sujeito é capaz de diferenciar entre percepções do mundo real e seu campo fenomenal interno. O primeiro foi apresentado pelas imagens “significantes” perceptíveis, o segundo pelo material sensorial verdadeiro. Em outras palavras, o material sensorial da imagem pode ser representado na consciência de duas formas: ou como algo que tem um conteúdo objetivo para o sujeito (e isso é o habitual, fenômeno “normal”) ou como si mesmo. Distinto de casos normais quando o material sensorial e o conteúdo objetivo fundem, sua não conformidade é revelada tanto como resultado de introspecção especialmente direcionada⁰ quanto sob condições experimentais especiais – particularmente notável em experimentos com uma longa adaptação à visão invertida⁰. Imediatamente após colocar prismas de inversão, o sujeito vê somente o material sensorial da imagem visual sem conteúdo objetivo. O fato é que, ao perceber o mundo através dos acessórios

⁰ [Inabilidade de usar ou compreender determinados símbolos ou sinais. – M.S.]

⁰ Veja Logvinenko e Stolin (1973).

⁰ Isso levou à introdução do conceito de “campo visual”, em oposição ao conceito de “mundo visível” (Gibson, 1950).

⁰ Veja Logvinenko (1974, cap. 5).

ópticos que mudam a projeção, as imagens aparentes são transformadas na direção de suas maiores verossimilhanças; em outras palavras, ao adaptar à distorção óptica o que ocorre não é simplesmente uma “decodificação” diferente da imagem projetada, mas um processo complexo de estruturação do conteúdo objetivo percebido, que possui uma lógica objetiva determinada diferente da “lógica projetada” da imagem da retina. Por essa razão, a impossibilidade de perceber o conteúdo objetivo no começo de um experimento longo com inversões está vinculada ao fato de que na consciência do sujeito a imagem é apresentada somente em seu material sensorial. Mais tarde, a adaptação perceptiva ocorre como um processo único de reestabelecimento do conteúdo objetivo da imagem visual em seu material sensorial invertido⁰.

A possibilidade de diferenciação entre o campo fenomênico e objetivo, imagens “significativas”, evidentemente é uma propriedade somente da consciência humana; devido a isso, o homem está liberado da escravidão das impressões sensoriais quando elas estão distorcidas por condições incidentais da percepção. Nessa conexão, experimentos com macacos com óculos invertendo a imagem da retina são interessantes; desenvolveu-se que, distinto do homem, nos macacos isso completamente rompeu seus comportamentos e eles entraram em um longo período de inatividade (Foley, 1940).

Eu poderia acrescentar aqui dados consideráveis pertencentes à contribuição particular que a sensibilidade adiciona à consciência individual; alguns fatos importantes obtidos sob condições de privação sensorial prolongada, por exemplo, foram omitidos completamente (Mendelson *et al.*, 1961). Mas, o que foi dito é uma base suficiente para colocar a questão que é central para posterior análise do problema que estamos considerando.

A natureza profunda das imagens sensoriais psíquicas reside em suas objetividades, em que elas têm suas origens nos processos de atividade conectando o sujeito de forma prática com o mundo objetivo externo. Apesar de quão complicadas essas conexões e as formas de atividade que as realizam, as imagens sensoriais retêm suas relações objetivas originais.

Naturalmente, quando comparamos a vasta riqueza dos resultados cognitivos da atividade mental humana com aquelas contribuições que nossa sensibilidade introduz diretamente nela, então essas contribuições são quase insignificantes e suas limitações extremas são bastante óbvias; a isso é adicionado o fato de que as impressões sensoriais constantemente contradizem o significado mais completo. A partir disso vem a ideia de que as impressões sensoriais servem somente como um estímulo trazendo para a ação nossas capacidades cognitivas, e que as imagens de objetos são geradas por operações mentais internas – conscientes ou inconscientes – que, em outras palavras, não perceberíamos o mundo de objetos se não pensássemos nele. Mas como poderíamos pensar este mundo se ele não se revelar inicialmente para nós especificamente, em sua objetividade, percebida sensorialmente?

4.3. Significado como um Problema da Consciência Psicológica

As imagens sensoriais representam uma forma universal de reflexo, tendo sua origem na atividade objetivada do sujeito. No homem, entretanto, as imagens sensoriais

⁰ Veja Logvinenko (1975).

assumem uma nova qualidade, especificamente, suas significações. Significados são os mais importantes “formadores” da consciência humana.

Como é conhecido, a perda no homem dos sistemas sensoriais mais importantes da visão e audição – não destrói a consciência. Mesmos em crianças surdas-cegas, que dominaram especificamente operações humanas envolvendo ações objetivas e linguagem (que, naturalmente, só pode ocorrer sob condições de educação especial) uma consciência normal é formada diferente da consciência das pessoas que enxergam e ouvem somente em seu tecido sensorial extremamente pobre⁰. É outra questão quando por causa dessa ou outras circunstâncias uma “humanização” da atividade e contato social não ocorre. Neste caso, apesar de quão completa a preservação das esferas motoras sensoriais está, a consciência não se desenvolve. Este fenômeno (o chamaremos “o fenômeno de Kaspar Hauser”⁰) é hoje amplamente conhecido.

Assim, significados interpretam o mundo na consciência do homem. Embora a linguagem apareça como sendo o transportador do significado, a linguagem não é seu demiurgo. Por trás dos significados linguísticos se escondem métodos socialmente desenvolvidos de ação (operações) no processo o qual as pessoas mudam e percebem a realidade objetiva. Em outras palavras, os significados representam uma forma ideal de existência do mundo objetivo, suas propriedades, conexões e relacionamentos, revelados pela prática social cooperativa, transformada e oculta no material da linguagem. Por essa razão, os significados em si mesmos, isto é, em abstração de seu funcionamento na consciência individual, não são tão “psicológicos” quanto a realidade socialmente reconhecida que reside por trás deles⁰.

Significados constituem o assunto para o estudo em linguística, semiótica e lógica. Também, como um dos “formadores” da consciência individual, os significados entram necessariamente no círculo de problemas da psicologia. A principal dificuldade do problema psicológico do significado é que no significado surgem todas aquelas contradições que confrontam o problema mais amplo do relacionamento do lógico e psicológico no pensamento, na lógica e na psicologia da compreensão.

Dentro da estrutura da psicologia subjetiva-empírica este problema foi resolvido no sentido de que conceitos (respectivamente, significados literais) aparecem como sendo um produto psicológico – um produto da associação e generalização, de impressões na consciência do sujeito individual, os resultados que são fixados em palavras. Este ponto de vista encontrou sua expressão, como é conhecido, não somente na psicologia, mas também nos conceitos da lógica psicologizante.

Outra alternativa é reconhecer que conceitos e operações com conceitos são direcionados por leis lógicas, objetivas e que a psicologia tem a ver somente com desvios dessas leis que são encontradas no pensamento primitivo, sob condições de patologia ou emoções fortes e, finalmente, que o problema da psicologia inclui o estudo do desenvolvimento ontogenético de conceitos e pensamento. A investigação desse

⁰ Veja Meshcheriakov (1974); veja também Gurgenidze e Ilienkov (1975, cap. 6).

⁰ [Kaspar Hauser foi uma criança que passou os primeiros anos de vida aprisionado em uma cela, sem contato verbal com qualquer pessoa, não aprendendo qualquer idioma. Anos mais tarde foi encontrada em uma praça em Nuremberg, Alemanha. Depois de seu resgate lhe ensinaram palavras e ele aprendeu a falar, como uma criança normal. Sua exclusão social lhe privou, além da fala, de conceitos e raciocínios, fazendo com que ele, por exemplo, não consegue diferenciar sonhos de realidade no período em que passou aprisionado. Com 15 anos, em 1833, Kaspar Hauser foi assassinado com uma facada no peito, sem que se saibam os motivos – M.S.]

⁰ Neste contexto não existe necessidade de distinguir nitidamente entre conceitos e significados literais, operações lógicas e operações de significado.

processo não ocupou o lugar principal na psicologia do pensamento. É suficiente indicar o trabalho de Piaget e Vigotski e o grande número de artigos soviéticos e estrangeiros sobre a psicologia do aprendizado.

Pesquisa sobre a formação em crianças de conceitos e operações lógicas (mentais) contribuiu significativamente para a ciência. Foi mostrado que conceitos não são, de forma alguma, formados na cabeça de uma criança da mesma forma que as imagens genéricas sensoriais são formadas, mas que eles representam o resultado de um processo de apropriação do significado “pronto”, historicamente desenvolvido, e que esse processo ocorre na atividade da criança sob condições de comunicação com pessoas a sua volta. Ao aprender como executar uma ou outra ação ele domina as operações correspondentes, que em sua forma idealizada, comprimida, está presente também no significado.

É entendido que, em primeiro lugar, o processo de domínio dos significados ocorre na atividade externa da criança com objetos materiais e em contatos simpráticos [симпраксическом]. Em estágios iniciais a criança adquire significados concretos relacionados diretamente a objetos; mais tarde a criança também domina operações puramente lógicas, mas estas estão também na forma exteriorizada, externa – porque, naturalmente, caso contrário elas simplesmente não poderiam se comunicar. Sendo interiorizado, eles formam significados e conceitos abstratos e seus movimentos constituem uma atividade mental interna, uma atividade no “plano da consciência”.

Esse processo foi estudado em detalhe em anos recentes por P. Ya. Galperin, que desenvolveu uma teoria elegante que ele chamou “a teoria da formação de ações e conceitos mentais por níveis”; ao mesmo tempo, ele estava desenvolvendo um conceito sobre a base de orientação de ações, as características dessa base e tipos adequados de treinamento⁰.

A produtividade prática e teórica dessas e numerosas subsequentes investigações é inquestionável. Ao mesmo tempo, o problema sob investigação foi, desde o começo, estritamente limitado; é o problema da formação “não espontânea”, objetivo direcionado, dos processos mentais sobre “matrizes” ou “parâmetros” externamente impostos. Correspondentemente, e análise concentrada na realização de ações atribuídas; na medida em que suas origens foram causa de preocupação, isso é o processo de formação e motivação do objetivo da atividade que eles realizaram (no caso dado, treinamento), que permaneceu além dos limites da investigação direta. É entendido que sob essas condições não existe necessidade de distinguir precisamente no sistema de atividade entre ações e meios de executá-las; não existe necessidade de análise sistêmica da consciência individual.

A consciência como uma forma de reflexo psíquico, entretanto, não pode ser reduzida ao funcionamento de significados aprendidos a partir de fora, que, desdobrando-se, dirige a atividade interna e externa do sujeito. Significados e as operações contidas dentro deles em si mesmos, isto é, em suas abstrações das relações internas do sistema de atividade e consciência, não são o assunto da psicologia. Eles se tornam seu assunto somente se forem tomados naqueles relacionamentos, no movimento do sistema de relacionamentos.

Isso segue a partir da própria natureza da psique. Como já foi dito, o reflexo psíquico surge como resultado da divisão dos processos da vida do sujeito em processos que executam suas relações bióticas diretas e processos “de sinais” que as medeiam. O desenvolvimento das relações internas, provocadas por esta divisão, encontra sua

⁰ Veja Galperin (1959); veja também Galperin (1966).

expressão no desenvolvimento da estrutura da atividade e, sobre esta base, também no desenvolvimento das formas de reflexo psíquico. Posteriormente, no nível do indivíduo ocorre tal transformação dessas formas que, tendo sido fixada na linguagem (linguagens), elas assumem uma existência quase independente como um fenômeno ideal, objetivo. E elas são constantemente repetidas por processos ocorrendo nas cabeças de indivíduos concretos. Isso constitui o “mecanismo” interno de suas transmissões de geração em geração e a condição de seus enriquecimentos por meios de contribuições individuais.

Aqui abordamos a sério o problema que é um verdadeiro obstáculo para a análise psicológica da consciência. Este é o problema das características de funcionamento do conhecimento, conceitos e modelos mentais, por um lado, no sistema de relações sociais na consciência social, e, por outro lado, na atividade do indivíduo realizando suas conexões sociais, em sua consciência.

Como já foi dito, a consciência está vinculada por sua gênese ao isolamento de ações que ocorrem no trabalho, os resultados cognitivos que são abstraídos da atividade humana proposital real e são idealizados na forma de significados da linguagem. Comunitarizados [Коммуницируясь], eles se tornam a propriedade da consciência dos indivíduos. Aqui eles não perdem, no mínimo, seu caráter abstrato; eles carregam em si mesmos métodos, condições objetivas e resultados de ações independentemente da motivação subjetiva da atividade humana na qual eles são formados. Em estágios iniciais quando ainda existe uma vulgaridade de motivos da atividade entre os participantes do trabalho coletivo, significados como um fenômeno da consciência individual são encontrados em relações de adequação direta. Essa relação, entretanto, não é preservada. Ela se decompõe junto com a decomposição das relações iniciais de indivíduos para condições materiais de trabalho e meios de produção, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e propriedade privada⁰. Como resultado, significados socialmente desenvolvidos começa a ganhar vida na consciência dos indivíduos como se com uma vida dupla. Ainda outra relação interna se desenvolve, ainda outro movimento de significados no sistema da consciência individual.

Essa relação interna única é evidente nos fatos psicológicos mais simples. Assim, por exemplo, todos que estudaram algum tempo atrás sabem muito bem o significado das notas das provas e os resultados que as seguem. Não obstante, para a consciência de cada indivíduo a nota pode ter um significado essencialmente diferente: vamos dizer, como um passo (ou um obstáculo) no caminho em direção à profissão escolhida, ou como um meio de ganhar a aprovação aos olhos daqueles a sua volta, ou talvez em alguma outra forma. É essa circunstância que faz necessário para a psicologia distinguir o significado objetivo reconhecido a partir de sua importância para o sujeito. A fim de evitar a duplicação de termos eu prefiro falar no último caso sobre o sentido pessoal. Então o exemplo dado pode ser expresso assim: o significado da nota pode adquirir um sentido pessoal diferente na consciência dos estudantes.

Embora o entendimento proposto por mim da relação dos conceitos de significado e sentido foi explicado mais de uma vez, ainda não é raramente interpretado de forma completamente errônea. Obviamente, é necessário retornar mais uma vez à análise do conceito de sentido pessoal.

Primeiro, vamos dizer algumas palavras sobre as condições objetivas que levaram a uma diferenciação na consciência individual de significado e sentido. Em seu artigo bem conhecido, uma crítica a A. Wagner, Marx observou que objetos do mundo

⁰ Ver Marx (2011).

externo assimilados por pessoas apareciam para eles inicialmente como meios de satisfação de suas necessidades, como algo que apareceu para elas como “bênçãos”. “Elas atribuem a um objeto um caráter positivo como se ele pertencesse ao próprio objeto”, escreveu Marx (1881). Essa ideia desencadeia uma característica muito importante da consciência em vários estágios de desenvolvimento, especificamente que objetos são refletidos na linguagem e consciência fundidos com as necessidades humanas concretizadas (objetivadas) neles. Essa fusão, entretanto, mais tarde é destruída. A inevitabilidade de sua destruição reside nas contradições objetivas da produção de bens, que dá origem à oposição do trabalho abstrato ao concreto e leva à alienação da atividade humana.

Esse problema inevitavelmente confronta a análise, que entende a limitação da representação que o significado na consciência individual é somente uma projeção mais ou menos plena e completa do significado “supraindividual” existente na dada sociedade. Ele não é, de forma alguma, eliminado por referência ao fato de que os significados são interpretados pelas características concretas do indivíduo, por sua experiência anterior, pela singularidade de suas circunstâncias, temperamento etc.

O problema sobre o qual estamos falando surge a partir da dualidade real de existência de significados para o sujeito. Essa dualidade consiste no fato de que os significados aparecem diante do sujeito em suas existências independentes, como objetos de sua consciência, e, ao mesmo tempo, como meios e “mecanismos” de percepção, isto é, funcionando em processos que apresentam uma atividade objetivada. Neste funcionamento, os significados necessariamente entram em relações internas que os conectam com outras formas de consciência individual; é somente nessas relações internas que eles formam suas características psicológicas.

Vamos expressar isso de outra forma. Quando no reflexo psíquico do mundo do sujeito individual entram produtos da prática sócio-histórica idealizada em seus significados, então esses significados assumem novas qualidades sistêmicas. A revelação dessas qualidades constitui uma das tarefas da ciência psicológica.

O ponto mais difícil aqui é que os significados levam uma vida dupla. Eles são produzidos pela sociedade e possuem sua própria história de desenvolvimento da linguagem, no desenvolvimento de formas de consciência social; significados expressam o movimento do conhecimento humano e seus meios cognitivos bem como uma representação ideológica da sociedade – religiosa, filosófica, política. Nisso, suas existências objetivas, eles estão subordinados às leis sócio-históricas e também à lógica interna de seu desenvolvimento.

Em toda sua inexaurível riqueza, em toda a natureza multifacetária dessa vida do significado (basta pensar: toda ciência está preocupada com isso!), o significado tem uma outra vida completamente oculta, outro movimento: seu funcionamento no processo de atividade e consciência dos indivíduos concretos, embora seja apenas através desses processos que os significados podem existir.

Em sua segunda vida, os significados são individualizados e subjetivados, mas somente no sentido de que indiretamente seu movimento no sistema de relações da sociedade não é mais contido neles; eles entram em outro sistema de relações, em outro movimento. Mas é isso que é notável: eles não perdem, de forma alguma, sua natureza sócio-histórica, sua objetividade.

Uma das facetas do movimento de significados na consciência dos indivíduos concretos é seu “retorno” ao mundo de objetos sensoriais sobre os quais falávamos anteriormente. Enquanto em seu caráter abstrato, em sua “supraindividualidade”, os

significados são indiferentes às formas sensoriais nas quais o mundo é revelado para o sujeito concreto (pode ser dito que em si mesmos os significados são desprovidos de sensorialidade), seu funcionamento em estabelecer conexões de vida real necessariamente pressupõe seu parentesco com as impressões sensoriais.

Naturalmente, o parentesco sensório-objeto de significados na consciência do sujeito pode ser indireto, pode ser realizado através de cadeias bastante complexas de operações do pensamento, entrelaçadas neles, particularmente quando os significados refletem a atividade que aparece somente em suas formas oblíquas distantes. Mas, em circunstâncias normais, essa relatividade sempre existe e desaparece somente nos produtos de seu movimento, em sua exteriorização.

Outra faceta do movimento dos significados no sistema de consciência individual reside em suas subjetividades especiais, que é expressa na parcialidade que eles adquirem. Essa faceta, entretanto, é revelada somente na análise das relações internas que conectam significados com ainda outro “formador” da consciência – sentido pessoal.

4.4. Sentido Pessoal

A psicologia tem, por um longo tempo, descrito a subjetividade, a parcialidade da consciência humana. Suas manifestações eram vistas na seletividade da atenção, na coloração emocional das representações, na dependência dos processos cognitivos sobre necessidades e inclinações. Em sua época, Leibniz expressou essa dependência no aforismo bem conhecido: “[...] se a geometria fosse contradizer nossas paixões e nossos interesses como a moral o faz, então nós discutiríamos contra ela e a violaríamos apesar de toda evidência de Euclides e Arquimedes [...]” (Leibniz, 1936, p. 88).

A dificuldade reside na explicação psicológica da parcialidade da consciência. Os fenômenos da consciência pareceram ter uma determinação dual, externa e interna. Correspondentemente, eles eram tratados como pertencentes às duas esferas diferentes da psique: a esfera dos processos cognitivos e a esfera das necessidades e afetividade. O problema de relacionar essas duas esferas – resolvido no espírito das concepções racionalistas ou no espírito da psicologia da experiência profunda – foi invariavelmente interpretado a partir de um ponto de vista antropológico, a partir do ponto de vista de uma interação de vários fatores – forças diferentes em suas naturezas.

A natureza real da dualidade dos fenômenos da consciência individual, entretanto, não reside em sua subordinação a estes fatores independentes.

Não entraremos aqui naquelas características que distinguem as várias formações sócio-econômicas a este respeito. Para a teoria geral da consciência individual, a questão principal é que a atividade dos indivíduos concretos sempre permanece “espremida” (*insere*) nas formas disponíveis de manifestações desses opostos objetivos, que encontram sua expressão fenomenal, oblíqua, na consciência, em seu movimento interno específico.

A atividade do homem não muda historicamente em sua estrutura geral, sua “macroestrutura”. Em todos os estágios do desenvolvimento histórico ela é realizada por ações conscientes nas quais uma transição de objetivos em produtos objetivos é alcançada e que está subordinada aos motivos que a provocaram. O que muda

radicalmente é o caráter dos relacionamentos que conectam objetivos e motivos da atividade.

Estes relacionamentos são psicologicamente decisivos. O fato é que para o próprio sujeito, percepção e realização por ele de objetivos concretos, domínio meios e operações de ação é um método de conformar sua vida, satisfazendo e desenvolvendo suas necessidades materiais e espirituais, que estão objetivadas e transformadas nos motivos de sua atividade. Não importa se estes motivos são ou não são percebidos pelo sujeito, eles sinalizam si mesmos na forma dele experimentando um interesse ou uma paixão; suas funções, tomadas a partir do aspecto da consciência, é que eles “avaliam”, a importância da vida para o sujeito das circunstâncias objetivas e suas ações nessas circunstâncias, dando a elas significado pessoal que não corresponde diretamente com seus significados objetivos. Sob certas condições, a falta de correspondência de sentido e significado na consciência individual pode assumir o caráter de uma alienação real entre eles, até mesmo sua oposição.

Em uma sociedade de produção, esta alienação aparece inevitavelmente, e em pessoas nos dois extremos sociais. O trabalhador empregado responde por si mesmo, naturalmente, nos produtos que ele produz; em outras palavras, o produto aparece diante dele no significado objetivo (*Bedeutung*) na maior parte dentro de limites necessários para ele ser capaz de desempenhar suas funções laborais de forma racional. Mas o sentido (*Sinn*) de seu trabalho para ele próprio reside não nisso, mas sim no salário pelo qual ele trabalha. “As doze horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar etc., mas representam unicamente o meio de *ganhar* o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama” (Marx, 2010, p. 36). Esta alienação aparece também no polo social oposto: para o comerciante de minerais, Marx observa, minerais não possuem o sentido de minerais⁰.

Destruir as relações de propriedade privada destrói esta oposição entre significados e sentido na consciência dos indivíduos; sua não conformidade, entretanto, é preservada.

A necessidade de sua não conformidade foi estabelecida na pré-história da consciência humana, na existência nos animais de dois tipos de sensibilidade que medeiam seus comportamentos no ambiente de objetos. Como é conhecido, a percepção dos animais é limitada pelas influências notavelmente conectadas com a satisfação de suas necessidades, embora somente eventualmente, potencialmente⁰. Mas, necessidades podem desempenhar uma função de regulação psíquica aparecendo somente na forma de objetos motivacionais (e, correspondentemente, de meios de dominá-los ou se defender deles). Em outras palavras, na sensibilidade dos animais, as propriedades externas dos objetos e suas habilidades para satisfazerem uma ou outra necessidade não estão separadas uma da outra. Vamos lembrar, um cachorro em resposta à ação de um estímulo condicionado por comida se estica em direção a ela e a lambe⁰. A inseparabilidade da percepção por animais da aparência externa de objetos a partir de suas necessidades não significa, entretanto, que elas coincidem. Pelo contrário, ao longo da evolução suas conexões se tornam cada vez mais móveis e extremamente complexas, preservando somente a impossibilidade de serem isolados. Eles podem ser distinguidos

⁰ Ver Marx (2004, p. 110).

⁰ Este fato deu a certos escritores alemães terreno para fazerem uma distinção entre ambiente (*Umwelt*), como aquele que é percebido por animais, e o mundo (*Welt*) que é percebido somente pela consciência humana.

⁰ Ver Pavlov (1951, p. 151).

somente no nível humano, quando significados verbais são forçados nas conexões internas em ambos esses tipos de sensorialidade.

Digo que os significados são forçados (embora talvez tenha sido melhor dizer “entram” ou “estão imersos em”), somente a fim de acentuar o problema. Na verdade, como se sabe, em seus significados objetivos, isto é, como fenômenos da consciência social, para o indivíduo, interpretam os objetos independentemente de suas relações com sua vida, com suas necessidades e motivos. Até mesmo para a consciência do homem se afogando, a palha na qual ele se agarra preserva seu significado como uma palha. Seria outra questão se aquela palha fosse apenas uma ilusão – se tornaria naquele momento em um salva-vidas.

Embora nos estágios iniciais da formação da consciência os significados aparecem fundidos com o sentido pessoal, nesta fusão suas não conformidades já estão implicitamente contidas; mais tarde isso inevitavelmente assume sua própria forma explícita óbvia. Isso faz com que seja necessário na análise isolar o sentido pessoal como ainda outro sistema formador da consciência individual. Estas são as coisas que constituem aquele plano “oculto”, de acordo com uma expressão de L. S. Vigotski, da consciência que é frequentemente interpretado na psicologia não como um elemento formado durante a atividade do sujeito, durante o desenvolvimento de sua motivação, mas como se indiretamente expressando as forças motoras internas que estão, desde o início, incorporadas na própria natureza do homem.

Na consciência individual, os significados assimilados de fora na verdade parecem se separar e simultaneamente se unirem entre eles os dois tipos de sensibilidade, as impressões sensoriais da realidade externa na qual a atividade do sujeito ocorre, e as formas de experiência sensorial dos motivos da atividade, a satisfação ou falta de satisfação das necessidades ocultas por trás deles.

Distinto do significado, o sentido pessoal, como o tecido sensorial da consciência, não tem sua própria existência “supraindividual”, “não-psicológica”. Se na consciência do sujeito a sensibilidade externa conecta os significados com a realidade do mundo objetivo, então o sentido pessoal os conecta com a realidade de sua própria vida neste mundo, com seus motivos. O sentido pessoal também cria a parcialidade da consciência humana.

Foi mencionado acima que na consciência individual os significados são “psicologizados”, retornando para a realidade do mundo sensorialmente apresentado ao homem. Outra circunstância decisiva convertendo significados em uma categoria psicológica é que funcionando no sistema de consciência individual, os significados realizam não si mesmos, mas um movimento corporificando neles o sentido pessoal dos significados – aquele sujeito concreto sendo-por-ele-mesmo.

Psicologicamente, isto é, no sistema de consciência do sujeito e não como seu objeto ou produto, os significados geralmente não existem, exceto realizando um ou outro sentido, assim como as ações e operações do sujeito não existem, exceto realizando um ou outra de suas atividades evocadas por um motivo ou uma necessidade. Outro aspecto é que o sentido pessoal é sempre um sentido de algo: “puro”, sentido não objetivo é o mesmo tipo de absurdo como uma criatura não objetiva.

Corporificando sentido nos significados é um processo psicologicamente significante, profundamente íntimo e, de forma alguma, automático ou momentâneo. Na criação de trabalhos literários de arte, na prática da educação moral e política, este processo aparece em toda sua plenitude. A psicologia científica conhece este processo somente em sua expressão parcial: nos fenômenos da “racionalização” por pessoa em

seus motivos verdadeiros, ao experimentar o tormento da transição do pensamento para a palavra (“Eu esqueci a palavra que eu queria dizer / [...] / e o pensamento imaterial ao salão de sombras retorna.” – cita o poeta⁰, L. S. Vigotski).

Em suas formas mais nuas o processo sobre o qual estamos falando aparecem em condições da sociedade de classe e luta pela ideologia. Sob essas condições os significados pessoais refletindo os motivos engendrados pelas ações dos relacionamentos da vida do homem pode não corporificar adequadamente seus significados objetivos, e então eles começam a viver como se nas roupas de outro alguém. É necessário imaginar a maior contradição que dá origem a este fenômeno. Como é conhecido, distinto da vida da sociedade, a vida do indivíduo não “fala por si mesma”, isto é, o indivíduo não tem sua própria linguagem com significados desenvolvidos dentro dela; a percepção por ele dos fenômenos da realidade pode ocorrer somente através de sua assimilação de significados externamente “prontos” – significados, percepções, visões que ele obtém a partir do contato com uma ou outra forma de indivíduo ou comunicação de massa. Isso torna possível introduzir na consciência do indivíduo e impor sobre ele representações e ideias fantásticas ou distorcidas, incluindo aquelas que não possuem base em sua experiência de vida prática real. Privado dessa base eles encontram suas fraquezas reais na consciência do homem; e se tornando estereótipos, como qualquer estereótipo, eles são tão resistentes que somente confrontos da vida real sérios podem dispersá-los. Mas até mesmo dispersando-os não leva à prevenção da desintegração da consciência ou sua inequidade, nele mesmo cria somente uma devastação capaz de se tornar uma catástrofe psicológica. É necessário em adição a isso que na consciência do indivíduo ocorra uma reformulação dos significados pessoais subjetivos em outros significados mais adequados.

Uma análise mais intensa de tal reformulação dos significados pessoais em significados adequados (mais adequados) indica que ela ocorre sob condições de luta na sociedade pela consciência das pessoas. Aqui quero dizer que o indivíduo não “fica” simplesmente diante de certa “janela” exibindo significados dentro os quais ele tem que fazer uma escolha, que estes significados – representações, conceitos, ideias – não esperam passivamente por sua escolha, mas energeticamente cavam si mesmos em suas conexões com pessoas formando o círculo de seus contatos reais. Se o indivíduo em dadas circunstâncias de vida é forçado a fazer uma escolha, então aquela escolha não está entre significados, mas entre posições sociais colidindo que são expressas e reconhecidas através desses significados.

Na esfera das representações ideológicas este processo é inevitável e tem um caráter universal somente em uma sociedade de classes. Ele persiste, entretanto, também em condições de uma sociedade socialista, comunista, na extensão de que aqui também aparecem características do homem individual, características incluindo suas relações pessoais e situações de vida e sociais; este processo é preservado também por causa de suas próprias características únicas, aquelas do ser física, e por causa de circunstâncias externas concretas, que não podem ser idênticas para todos.

O que não desaparece e não poderia desaparecer é a constantemente recorrente não conformidade dos significados pessoais que carregam dentro de si mesmos a intencionalidade e parcialidade da consciência do sujeito, e significados que são “indiferentes” para ele através dos quais significados pessoais podem ser expressos. Por

0 [Leontiev refere-se a uma citação de Vigotski utilizada como epígrafe do capítulo 7, *Pensamento e Palavra*, em seu livro *Pensamento e Linguagem*, de um poema chamado ЛАСТОЧКА [*Andorinha*] (1920), de autoria de Ossip Mandelstam – M.S.]

essa razão, o movimento interno de um sistema desenvolvido de consciência individual é também cheio de efeito dramático. Ele é criado por sentidos que não podem “expressar si mesmos” em significados adequados, sentidos que perderam sua base de vida real e por essa razão, algumas vezes agonizantemente desacreditam si mesmos na consciência do sujeito; ele é criado finalmente pela existência de motivos-objetivos conflitando um com o outro.

Não é necessário repetir que este movimento interno da consciência individual tem sua origem no movimento da atividade objetivada do homem, que por trás de seus efeitos dramáticos se escondem os efeitos dramáticos de sua vida real, que por essa razão a psicologia científica da consciência não é possível fora da investigação da atividade do sujeito, as formas de sua existência direta.

Em conclusão, não posso deixar de tocar no problema da chama psicologia da vida, a psicologia da experiência, que tem recentemente mais uma sido discutida em nossa literatura⁰. A partir do que foi dito, segue diretamente que embora a psicologia científica não deva excluir de seu campo de consideração o mundo interno do homem, ainda seu estudo não pode estar separado da investigação da atividade e não constitui qualquer tipo de direção especial da investigação psicológica científica. Aquilo que chamamos experiências internas é a essência do fenômeno, ocorrendo sobre a superfície do sistema de consciência, e é nesta forma que a consciência aparece diretamente para o sujeito. Por essa razão, as experiências, interesses, tédio, inclinações ou remorso não revelam sua natureza para o sujeito; embora eles pareçam ser forças internas se movendo através de sua atividade, a função real deles é somente levar o sujeito para a fonte real deles na qual eles sinalizam o sentido pessoal de eventos ocorrendo em sua vida, eles fazem ele parecer parar o fluxo de sua atividade por um instante para contemplar os valores da vida que ele construiu a fim de encontrar si mesmo neles, ou talvez de revisá-los.

Assim, a consciência do homem, como a própria atividade, não é aditiva. Não é um plano, nem mesmo um volume, preenchido com imagens e processos. Não são conexões de suas “unidades” separadas, mas um movimento interno de suas atividades anteriores incluídas no movimento total realizando a vida real do indivíduo na sociedade. A atividade do homem torna-se a substância de sua consciência.

A análise psicológica da atividade e consciência revela somente suas qualidades sistêmicas gerais e compreensivelmente abstrai si mesma das características dos processos psíquicos especiais – processos de percepção e pensamento, memória e aprendizagem, comunicação oral. Mas estes processos existem em si mesmos somente nas relações descritas do sistema em um ou outro nível. Por essa razão, apesar das investigações desses processos constituírem um problema específico, de forma alguma eles aparecem independentes de como os problemas da atividade e consciência são resolvidos, pois isso determina a metodologia.

E, finalmente, a questão principal. A análise da atividade e consciência individual é, naturalmente, derivada da existência de um sujeito físico real. Inicialmente, entretanto, isto é, *antes e dentro* dessa análise, o sujeito aparece somente como um tipo de abstração, um todo psicologicamente “não preenchido”. Somente como resultado de passos tomados pela pesquisa que o sujeito revela si mesmo, concretamente-psicologicamente, como uma pessoa. Além disso, se desenvolve que a análise da consciência individual por sua vez deve recorrer à categoria de personalidade. Por essa razão, foi necessário introduzir nesta análise tais conceitos como o conceito de

⁰ Consultar **Вопросы психологии** [Questões Psicológicas] (1971, cap. 4 e 5; 1972, cap. 1, 2, 3 e 4).

“parcialidade da consciência” e “sentido pessoal”, por trás das quais reside um problema que ainda não foi tocado – *o problema da investigação psicológica sistêmica da personalidade*.

Capítulo 5. Atividade e Personalidade

5.1. Personalidade como um Assunto da Investigação Psicológica

A fim de superar o esquema dual que dominava a psicologia, foi necessário, primeiro de tudo, isolar aquele “vínculo do meio” mediando as conexões do sujeito com o mundo real. Por essa razão, começamos com a análise da atividade e sua estrutura geral. Imediatamente, entretanto, encontramos que um conceito de seu sujeito necessariamente entre em uma determinação de atividade, que a atividade por causa de sua própria natureza é subjetiva.

O conceito do sujeito da atividade é outra questão. Em primeiro lugar, isto é, antes dos momentos mais importantes que formam o processo de atividade serem explicados, o sujeito permanece como se além dos limites da investigação. Ele aparece somente como um pré-requisito para a atividade, uma de suas condições. Somente análise posterior do movimento da atividade e as formas de reflexo psíquico provocadas por ela torna necessário introduzir o conceito de sujeito concreto, de personalidade como de um momento interno da atividade. A categoria de atividade é agora revelada em toda sua plenitude verdadeira como englobando ambos os polos, o polo do objeto e o polo do sujeito.

Um estudo da personalidade como um momento da atividade e seu produto constitui um problema psicológico especial, embora não isolado. Este problema é um dos mais complexos. Dificuldades sérias surgem mesmo na tentativa de explicar qual tipo de realidade é descrita na psicologia científica pelo termo personalidade.

A personalidade parece ser não somente um assunto da psicologia, mas também um assunto para o conhecimento filosófico, sócio-histórico; finalmente, em um dado nível de análise, a personalidade aparece a partir do aspecto de suas características biológicas naturais como um assunto da antropologia, somatologia e genética humana. Intuitivamente sabemos muito bem onde residem as diferenças. Não obstante, nas teorias psicológicas da personalidade sérios desentendimentos e oposições injustificáveis a estas abordagens ao estudo da personalidade constantemente surgem.

Somente algumas posições gerais sobre personalidade, com certas reservas, são aceitas por todos os autores. Uma dessas posições é que a personalidade representa algum tipo de unidade única, algum tipo de totalidade. Outra posição reconhece como personalidade o papel dos poderes de integração superiores que dirigem os processos psicológicos (James chamou a personalidade de um “gerente” das funções psíquicas; G. Allport, “um determinador do comportamento e pensamento”). Entretanto, tentativas de posterior interpretação dessas posições levou a uma série de ideias falsas e uma mistificação do problema da personalidade na psicologia.

Primeiro de tudo, esta é uma ideia que coloca em oposição a “psicologia da personalidade” e a psicologia que estuda os processos concretos (a psicologia da função). Uma tentativa de evitar esta oposição foi expressa no desejo de fazer da personalidade um “ponto de partida para explicar quaisquer fenômenos psíquicos”, “centro, e somente por começar por ele é possível resolver todos os problemas da psicologia”, de modo que a necessidade de uma divisão especial na psicologia – psicologia da personalidade – não mais existe⁰. É possível concordar com este desejo, mas somente se é possível ver nele somente uma expressão de algum tipo de

⁰ Ver Shorokov (1969, pp. 29-30). Essa questão foi colocada de outra maneira por S. L. Rubinstein: tornar a personalidade um aspecto isolado significa bloquear o caminho para a investigação da atividade psíquica (Rubinstein, 1973, p. 248).

pensamento geral superior que é desviado dos problemas e métodos concretos da investigação psicológica. Apesar de todas a persuasão do velho aforisma de que é “o homem que pensa, não o pensamento”, este desejo parece ser metodologicamente ingênuo pela simples razão de que o sujeito inevitavelmente aparece diante do estudo analítico de suas manifestações de vida superiores ou como uma abstração, como um todo “não preenchido”, ou como um “eu” metapsicológico (*persone*), possuindo disposições ou objetivos depositados nele desde o início. Isso, como é conhecido, é postulado pelas teorias personalistas. Assim, não importa se a personalidade é considerada a partir das posições orgânicas biologizantes ou como um início puramente espiritual ou, finalmente, como algum tipo de “neutralidade psicofisiológica”⁰. Além disso, o requisito da “abordagem da personalidade” para a psicologia algumas vezes é entendido no sentido de que ao estudar processos psicológicos separados a atenção do investigador deve, primeiro de tudo, estar concentrada sobre as características individuais. Mas isso não resolve, de maneira alguma, o problema, na medida em que como *a priori* somos capazes de julgar qual desses traços caracteriza a personalidade e quais não. Por exemplo, a velocidade de uma reação do homem, a extensão de sua memória ou o conhecimento de como digitar, entram na caracterização psicológica da personalidade?

Um dos métodos de contornar esta grande questão da teoria psicológica é pelo entendimento do conceito de personalidade como o homem em sua totalidade empírica. A psicologia da personalidade assim se torna um tipo especial de antropologia que inclui tudo em si mesmo – da investigação de características dos processos metabólicos até a investigação das diferenças individuais em funções psíquicas separadas⁰.

Naturalmente, uma abordagem complexa do homem não é somente possível, mas também necessária. Um estudo complexo do homem (“o fator humano”) tem assumido agora uma importância de primeiro nível, mas é somente esta circunstância que torna o problema psicológico da personalidade um problema especial. É conhecido que nenhum sistema de conhecimento sobre um assunto todo nos dá seu entendimento verdadeiro se uma das especificações essenciais de suas características está faltando. É assim que a questão está com o estudo do homem: a investigação psicológica do homem como uma personalidade não pode, de qualquer maneira, ser substituído por um complexo de comparações de dados funcionais-científicos morfológicos, fisiológicos ou isolados. Dissolvido neles, no final será reduzido a representações biológicas ou sociológicas abstratas, culturológicas sobre o homem.

Até essa época um verdadeiro obstáculo na investigação da personalidade tem sido o problema das relações da psicologia geral e diferencial. A maioria dos autores seleciona a direção diferencial-psicológica. Tomando seu início a partir de Galton e Spearman, essa direção inicialmente se limitou a uma investigação das capacidades mentais e subsequentemente entendeu o estudo da personalidade como um todo. Spearman já havia disseminado a ideia de fatores nas características da vontade e aferência, isolando lado a lado com o fato geral “g”, o fator “s” (Eysenck, 1947). Passos posteriores foram tomados por Cattell, que propôs uma medida múltipla e modelo hierárquico de fatores (traços) da personalidade, que incluía a consideração de tais fatores como estabilidade emocional, expansividade e autoconfiança (Cattell, 1950).

⁰ Na psicologia moderna, as visões personalistas estão se desenvolvendo em direções muito diferentes, incluindo a sócio-antropológica (Ver, por exemplo, Maslow (1954)).

⁰ Ver, por exemplo, Annaniev (1968).

O método de pesquisa desenvolvido por esta tendência consiste, como é conhecido, em estudar conexões estatísticas entre traços separados da personalidade (suas propriedades, potenciais ou comportamentos) revelados pelos testes. As correlações estabelecidas entre eles servem como base para isolar fatores hipotéticos e “superfatores”, que causem essas conexões. Por exemplo, tais são os fatores de introversão e neurose formando, de acordo com Eysenck, o ápice da estrutura fatorial, hierárquica que é identificada por ele com um tipo psicológico de personalidade (Eysenck, 1960). Assim, por trás do conceito de personalidade aparece algo “geral”, que é isolado por meios de um conjunto de procedimentos ou outro de análise estatística das expressões quantitativas de características selecionadas de acordo com critérios estatísticos. Por essa razão, na medida em que os dados empíricos são base da caracterização deste “algo geral”, ainda permanece em essência metapsicológico, não requisitando explicação psicológica. Se são realizadas tentativas de explica-lo, então eles seguem a linha da busca por correlatos morfofisiológicos correspondentes (tipos de atividade nervosa superior de Pavlov, a constituição de Kretchmer-Sheldon, as variáveis de Eysenck), e isso nos retorna às teorias organicistas.

O empirismo que é característico dessa direção na verdade não pode fornecer mais. O estudo das correlações e análise fatorial lidam com variações de características que são isoladas somente na extensão de que elas são expressas nas diferenças individuais ou de grupo capazes de serem medidas. Os dados quantitativos correspondentes, sejam eles relacionados ao tempo de reação, à estrutura esquelética, às características da esfera vegetativa, ou ao número e caráter das imagens produzidas pelos sujeitos no estudo de manchas de tinta, são todos sujeitados ao processamento sem consideração pela relação que os traços medidos possuem sobre as características que realmente caracterizam a personalidade humana.

Naturalmente, o que foi dito não significa, no mínimo, que é geralmente impossível aplicar o método de correlação na psicologia da personalidade. Estamos falando de outra coisa: do fato de que em si mesmo o método de correlação de uma coleção empírica de traços individuais é insuficiente para a revelação psicológica da personalidade, na medida em que isolando esses traços requer bases que não podem ser derivadas a partir desses próprios traços.

A tarefa de encontrar essas bases surge tão logo rejeitamos o conceito de personalidade como um tipo de um todo que incorpora a totalidade de todas as características do homem – “desde as visões políticas até a digestão da comida” (Cattell, 1950). A partir do fato da multiplicidade dos traços e características do homem, simplesmente não segue que a teoria psicológica da personalidade deva buscar uma inclusão global deles. Como é conhecido, o homem como um todo empírico exhibe suas propriedades em todas as formas de interação nas quais ele é atraído. Caindo de uma janela de uma casa de vários andares, ele, naturalmente, exhibe propriedades pertencentes a ele como um corpo físico que possui massa, volume etc.; é possível que, batendo no pavimento, ele será aleijado ou morto, e nisso também suas propriedades serão reveladas, especificamente as propriedades de sua morfologia. Ninguém, entretanto, irá pensar em incluir propriedades similares em uma caracterização da personalidade desde que não são estabelecidas conexões estatisticamente confiáveis entre o peso do corpo ou as características individuais do esqueleto e, vamos dizer, memória para figuras⁰.

Quando na vida cotidiana damos uma descrição da personalidade de um homem, incluímos sem qualquer hesitação especial tais traços como, por exemplo, força

⁰ Ver Shorokov (1969, p. 117).

de vontade (“um personalidade forte”, “um caráter fraco”), relações com pessoas (“benevolente”, “indiferente”) etc., mas normalmente não incluímos tais traços ao descrever a personalidade como, por exemplo, forma dos olhos ou habilidade de usar um ábaco; fazemos isso sem usar qualquer tipo de critério perceptível para diferenciação entre características da “personalidade” e “não personalidade”. Se fossemos pelo caminho de selecionar e comparar características psicológicas e outras características separadas, então tal critério simplesmente não seria encontrado. O fato é que as mesmas características do homem podem ser relacionadas a sua personalidade variavelmente. Em um caso elas aparecem como indiferentes e em outro caso as mesmas características entre essencialmente na caracterização.

A última circunstância torna especialmente aparente que ao contrário das visões amplamente defendidas, nenhuma investigação de diferenciação empírica pode resolver o problema psicológico da personalidade, que, ao contrário, a própria investigação de diferenciação é possível somente com base em uma teoria psicológica geral da personalidade. Factualmente, é assim que a questão fica: por trás de qualquer investigação diferencial-psicológica da personalidade – testologia ou clínica – sempre reside um ou outra concepção teórica geral claramente ou não claramente expressa.

Não obstante a aparente diversidade e até mesmo mútua intransigência das teorias psicológicas contemporâneas da personalidade, a maioria delas preserva o esquema dual de análise que foi característico da psicologia pré-marxista e extra-marxista, e eu já falei sobre a insolubilidade disso. Agora este esquema está sendo estendido em uma nova roupagem: como uma teoria de dois fatores da formação da personalidade: hereditariedade e ambiente. Qualquer que seja a característica do homem que tomemos, é explicada, de acordo com esta teoria, por um lado, pela ação da hereditariedade (instintos depositados no genótipo, inclinações, potenciais ou até mesmo categorias *a priori*) e, por outro lado, pela influência do ambiente externo (natural e social, linguagem, cultura, aprendizagem etc.). A partir do ponto de vista do senso comum nenhuma outra explicação pode ser propriamente feita. Entretanto, o senso comum ordinário, de acordo com as perspicazes observações de Engels, é uma companhia completamente respeitada na prática do dia a dia, sobrevivendo as aventuras mais notáveis se somente se atrever a ir para fora na expansão da investigação⁰.

A aparente insuperabilidade da teoria de dois fatores levou ao fato de que argumentos eram elaborados basicamente ao redor das questões do significado de cada um desses fatores: alguns insistiam que o determinante principal é hereditário e que o ambiente externo e ações sociais servem somente como possibilidades e formas para o aparecimento do programa com o qual o homem nasceu; outros extraem as características mais importantes da personalidade diretamente do ambiente social específico, das “matrizes socioculturais”. Com todas as diferenças no sentido ideacional e político das visões expressas, entretanto, todas elas mantêm a posição de uma determinação dual da personalidade na medida em que simplesmente ignorar um dos fatores sobre o qual estamos falando significaria ir contra os efeitos empiricamente substanciados de ambos⁰.

⁰ Ver Engels (1990, p. 20-21).

⁰ A teoria dos dois fatores nessa forma, por assim dizer, nua não mereceria atenção se não fosse pelo fato de que algumas vezes “dialética” são atribuídas a ela. Em um livro que já citamos, lemos que o homem é uma união dialética do natural e do social. “Tudo nele, tendo sido produzido por dois fatores (o social e o biológico), deve carregar uma impressão deles em si mesmo, somente um em um maior grau e o outro em um menor grau, dependendo do conteúdo do fenômeno psíquico” (Shorokov, 1969, pp. 76-77).

As visões das relações entre os fatores biológico e sociológico como simplesmente combinando ou dividindo a psique do homem em endoesferas e exoesferas coexistindo cedeu a representações mais complexas. Elas surgiram porque o movimento de análise pareceu se girar: o problema da própria estrutura interna da personalidade, os níveis que a formam e seus relacionamentos se tornaram o problema maior. Assim, em particular, apareceu uma representação desenvolvida por Freud das relações do consciente e inconsciente que caracteriza a personalidade. A “libido” isolada por ele representa não somente uma fonte bioenergética da atividade, mas um caso especial na personalidade – “isso” (id), um oposto “eu” (ego) e um “super eu” (superego); conexões genéticas e funcionais entre esses casos, realizados por meios de mecanismos específicos (deslocamentos, censura, simbolização, sublimação) formam também a estrutura da personalidade.

Aqui não existe necessidade de entrar em um criticismo do freudismo, as visões de Adler, Jung e seus seguidores modernos. É absolutamente aparente que essas visões não somente não superam, mas, pelo contrário, aprimoram a teoria dos fatores, girando a ideia de sua convergência, no sentido de V. Stern ou J. Dewey, em uma ideia de confronto entre eles.

Outra direção na qual a abordagem da personalidade a partir do aspecto de sua construção interna se desenvolveu foi representada pela concepção antropológica cultural. Dados etnológicos mostrando que as características psicológicas essenciais são determinadas pelas diferenças não da natureza humana, mas da cultura humana, serviu como um ponto de partida para isso. De acordo com essa concepção, o sistema de personalidade não é qualquer coisa que não uma individualização do sistema de cultura no qual o homem é incluído no processo de sua “aculturalização”. É preciso ser dito que nessa conexão muitas observações são citadas, começando com os trabalhos bem conhecidos de Margaret Mead, que mostrou, por exemplo, que até mesmo um fenômeno estável como a crise psicológica na adolescência não pode ser explicado pelo começo da maturidade sexual, desde que em certas culturas essa crise não existe (Mead, 1963). Argumentos também são traçados a partir do estudo das pessoas movidas inesperadamente em culturas ao redor, e, finalmente, das investigações experimentais de tais fenômenos especiais como o efeito dos objetos predominantes em uma dada cultura sobre a resolução do conflito em campos visuais (Bagby, 1957, pp. 331-344).

Para a psicologia, a importância da interpretação cultural-antropológica da personalidade é, entretanto, ilusória. Essas interpretações inevitavelmente levam a um anti-psicologismo. Já na década de 1940 Linton indicou a dificuldade que surgia aqui, que é de que a cultura realmente existe somente em sua forma conceitualizada como um “construto” generalizado. Seus transportadores são, naturalmente, pessoas concretas, cada uma assimilando parcialmente ela; neles ela está personificada e individualizada, mas ao mesmo tempo ela forma não aquilo que é a personalidade no homem, mas, pelo contrário, aquilo que parece ser sem personalidade como, por exemplo, uma linguagem comum, conhecimento, preconceitos que são comuns ao ambiente social dado, modas etc. (Linton, 1945). Por essa razão, para a psicologia da personalidade a importância de um conceito (construto) generalizado de cultura é, de acordo com a expressão de Allport, “enganosa” (Allport, 1961). O psicólogo está interessado no indivíduo como uma personalidade, e personalidade não é simplesmente uma cópia de uma personificação parcial de uma cultura ou outra. A cultura, embora ela existe em suas personificações, é um assunto para a história e sociologia, e não para a psicologia.

Neste conexão as teorias culturoológicas introduzem uma distinção entre a personalidade própria como produto de uma adaptação individual a situações externas e sua “base” geral ou arquétipo, que é aparente no homem desde a infância sob a influência de traços peculiares de determinada raça, grupo étnico, nacionalidade ou classe social. Introduzindo essa distinção, entretanto, não resolve qualquer coisa porque a formação do próprio arquétipo ainda precisa ser explicada posteriormente e permite várias interpretações, particularmente psicoanalíticas. Assim, o esquema “dois-fatores” geral permanece, embora em um aspecto de alguma forma transformado. O conceito de genótipo (hereditariedade) agora é complicado pela introdução do conceito de uma personalidade básica, um arquétipo, ou configurações primárias, e o conceito de ambiente externo pela introdução de conceitos de situação e papel. O último tem agora quase se tornado central na psicologia social da personalidade.

De acordo com uma determinação muito difundida, o “papel” é um problema que responde ao comportamento esperado do homem que ocupa um lugar determinado na estrutura de um ou outro grupo social; é um método estruturado de sua participação na sua da sociedade. A personalidade representa nada mais que um sistema de “papeis” assimilados (internalizados). Em um grupo social que forma uma família, esse é o papel de um filho, um pai etc.; no trabalho é o papel, vamos dizer, de um médico ou um professor. Em indefinidas situações um papel pode aparecer, mas neste caso os traços dos arquétipos e experiência individualmente adquirida são muito mais nitidamente traçadas no papel. Cada um de nós, é entendido, assume ou conjunto ou outro de funções sociais (por exemplo, profissional) e, neste sentido, papeis. A ideia, entretanto, de uma redução direta da personalidade a uma coleção de papeis que uma pessoa lavra é – não obstante cada reserva possível de seguidores desta ideia – uma das mais monstruosas. Naturalmente, uma criança aprende, vamos dizer, como ela deve se comportar com sua mãe, que é necessário ouvi-la, e a criança escuta, mas pode ser dito que desta forma a criança desempenha um papel de um filho ou uma filha? É tão absurdo falar, por exemplo, sobre o “papel” do explorador polar “aceito” por Nansen: para ele, não era um papel, mas uma missão. Algumas vezes um homem realmente desempenha um papel ou outro, mas, apesar disso, permanece para ele somente um papel, não importa a extensão que está internalizada. Um papel não é uma personalidade, mas sim uma representação atrás da qual ela se esconde. Se fossemos usar a terminologia de P. Janet, o conceito de um papel corresponde não ao conceito de personalidade (*personnalité*), mas ao conceito de personagem (*personnage*) (Janet, 1929; Berger, 1959, pp. 69-71).

As objeções mais importantes às teorias do “papel” não são aquelas que perseguem a linha do criticismo de um ou outro entendimento do lugar dado aos papeis nas estruturas da personalidade, mas aqueles que são diretamente contra a própria ideia, que conecta a personalidade com seu comportamento pré-programado (Gunderson) mesmo se o programa do comportamento prevê seu auto redirecionamento e formação de novos programas e subprogramas (Gunderson, 1968). O que você diria, pergunta o autor citado, se você descobrisse que “ela” estava somente artisticamente desempenhando um papel diante de você?

O destino do conceito de papel é o mesmo que aquele de outros conceitos culturais-antropológicos, “sociológicos”, que são assunto da teoria de dois-fatores: a fim de salvar o psicológico na personalidade, é forçado a apelar ao temperamento e potenciais contidos no genótipo do indivíduo, e retornamos mais uma vez à questão espúria sobre o que é a questão principal, as características genotípicas do homem ou a

influência do ambiente social. Além disso, somos alertados sobre o perigo de ambos os tipos de unilateralidade. É melhor, é nos dito, preservar um “equilíbrio razoável” ao resolver este problema (Allport, 1961, p. 194).

Assim, na verdade, a sabedoria metodológica desses conceitos leva à fórmula do ecletismo vulgar: “tanto um quanto o outro”, “por um lado, e por outro lado”. A partir da posição dessa sabedoria inevitavelmente vem um julgamento também sobre os psicológicos marxistas: eram eles que eram culpados (junto com os defensores da culturologia) de subestimar o interno na personalidade, sua “estrutura interna” (Allport, 1961, p. 194)⁰. É entendido que as declarações deste tipo podem surgir somente como resultado das tentativas irrefletidas para colocar as visões do marxismo sobre a personalidade em um esquema conceitual que é profundamente estranho a elas.

O problema não é determinar que o homem é tanto um ser natural quando social. Essa posição inquestionável indica somente as várias qualidades sistêmicas evidentes no homem, e nada ainda foi dito sobre a essência de sua personalidade, sobre o que dá origem a ela. Isso é exatamente onde o problema científico reside. Este problema requer o entendimento da personalidade como uma neoformação psicológica que é formada nas relações da vida do indivíduo como resultado de uma transformação de sua atividade. Mas para isso é necessário desde o início rejeitar a representação sobre a personalidade como o problema da ação coletiva de várias forças, uma das quais está escondida como se em um saco, “sob a superfície da pele” do homem (e qualquer coisa poderia ser colocada neste saco), e a outra que reside no ambiente externo (como se nós não considerássemos esta força como uma força de influência das situações estimulantes, matrizes culturais ou “expectativas” sociais). Naturalmente, nenhum desenvolvimento vem diretamente do que compreende somente os pré-requisitos necessários para ele, não importa o quão detalhado nós o descrevemos. O método da dialética marxista requer que vamos além e investigamos o desenvolvimento como um processo de “auto movimento”, isto é, investigar suas relações motoras internas, contradições e transições mútuas de modo que seus pré-requisitos apareçam nele como seus próprios momentos de mudança⁰.

5.2. O Indivíduo e a Personalidade

Estudando os processos de vida de classes separadas, a psicologia científica necessariamente os considera como manifestações da vida de um sujeito material. Nessas condições, quando um sujeito separado está sob consideração (não um tipo, não uma associação, não sociedade), dizemos, pessoas, ou se queremos enfatizar também suas diferenças de outros representantes da espécie, indivíduo.

O conceito “indivíduo” expressa indivisibilidade, totalidade, e características específicas de um sujeito concreto evidente já em estágios iniciais do desenvolvimento da vida. Um indivíduo como um todo é produto da evolução biológica ao longo da qual ocorre não somente o processo de diferenciação de órgãos e funções, mas também sua integração, sua mutual “coordenação”. O processo de tal coordenação interna é bastante

⁰ Entre as áreas caracterizadas pelo reducionismo sociológico, J. Piaget menciona a psicologia soviética (Piaget, 1966, p. 172).

⁰ A principal incompatibilidade da teoria psicológica burguesa da personalidade com o marxismo é minuciosamente explicada por L. Sève (1972b).

conhecido; foi observado por Darwin e descrito em termos de adaptação correlativa por Cuvier, Platte, Osborn e outros. A função das mudanças correlativas secundárias dos organismos que cria uma totalidade em suas organizações foi particularmente enfatizada por A. N. Severtsov em sua “hipótese de correlação”.

O indivíduo é, primeiro de tudo, uma formação genotípica. Mas, o indivíduo não é somente uma formação genotípica; sua formação continua, como é conhecido, também na ontogênese enquanto ele vive. Por essa razão, as propriedades e suas integrações se reunindo ontogeneticamente também entram na caracterização de um indivíduo. Estamos falando sobre as resultantes “ligas” de reações inatas e adquiridas, sobre as mudanças de conteúdo objetivo de necessidades, sobre os dominantes formando o comportamento. A regra mais geral aqui é que quando mais alto subimos na escada da evolução biológica, mais complexa se tornam as manifestações da vida dos indivíduos, e quanto mais a organização deles expressa as diferenças em suas características inatas e adquiridas, tanto mais, se isso pode ser dito, os indivíduos são individualizados.

Assim, como base para o entendimento do indivíduo, reside o fato da indivisibilidade da totalidade do sujeito e a presença de características peculiares a ele. Apresentando em si mesmo o produto do desenvolvimento filogenético e ontogenético em dadas circunstâncias externas, o indivíduo, entretanto, não é, de forma alguma, uma simples “camada” dessas condições; ele é especificamente um produto do desenvolvimento da vida interagindo com um ambiente e não um ambiente tomado por si mesmo.

Tudo isso é bastante conhecido, e se começo com o conceito de indivíduo, é somente porque na psicologia ele é usado em um sentido muito amplo, que leva a uma não diferenciação das características do homem como um indivíduo e suas características como uma personalidade. É exatamente aqui que a distinção nítida deles, e, correspondentemente, também a distinção dos conceitos “indivíduo” e “personalidade” que é sua base, é um pré-requisito indispensável para a análise psicológica da personalidade.

Nossa linguagem reflete muito bem a não conformidade desses conceitos: a palavra personalidade é usada por nós somente em relação a uma pessoa e então começando somente a partir de um certo estágio de seu desenvolvimento. Não dizemos, “a personalidade do animal” ou “a personalidade do recém-nascido”. Ninguém, entretanto, acha difícil falar sobre um animal ou sobre um recém-nascido como indivíduos, de suas características individuais (emotivo, calmo, animal agressivo; o mesmo, naturalmente, é dito sobre o recém-nascido). Não falamos seriamente da personalidade mesmo de uma criança de dois anos de idade, embora a criança exiba não somente suas características genotípicas, mas também um grande número de características adquiridas sob a influência do entorno social; incidentalmente, pode ser dito que esta circunstância é outro pedaço de evidência para o entendimento da personalidade como produto de um cruzamento entre os fatores biológico e social. É curioso, finalmente, que na psicologia casos de dupla personalidade sejam descritos, e que isso não é, de forma alguma, somente uma expressão figurativa; mas nenhum processo patológico pode levar a uma divisão do indivíduo: um indivíduo duplicado, “duplo” é uma absurdidade, uma contradição em termos.

O conceito de personalidade, assim como o conceito de indivíduo, é expresso pela totalidade da vida do sujeito; a personalidade não consiste de pequenas peças, não é um “conjunto de pólipos”; a personalidade representa uma formação total de um tipo

específico. Personalidade não é um todo, condicionado genotipicamente: uma pessoa não nasce personalidade, uma pessoa não se torna uma personalidade. Por essa razão, não falamos da personalidade de um recém-nascido ou da personalidade de uma criança, embora traços de individualidade apareçam nos estágios iniciais da ontogênese não menos nítido do que em estágios mais avançados do crescimento. A personalidade é um produto relativamente tardio do desenvolvimento sócio-histórico e ontogenético do homem. S. L. Rubinstein escreveu sobre isso em detalhes⁰.

Essa posição, entretanto, pode ser interpretada variamente. Uma das interpretações possível é a seguinte: o indivíduo inato, se pode ser expresso dessa forma, não é ainda um indivíduo plenamente “pronto”, e inicialmente muitos de seus traços são somente virtuais, uma possibilidade, o processo de sua formação continua ao longo do desenvolvimento ontogenético até que todas as suas características são estendidas, formando um estrutura relativamente estável; a personalidade aparece como se fosse o resultado do processo de amadurecimento dos traços genotípicos sob a influência do ambiente social. É somente essa interpretação que é peculiar em uma forma ou outra com relação a maioria das concepções modernas.

Outra concepção é que a formação da personalidade é um processo *sui generis*, que não corresponde diretamente com o processo de mudança vital das características naturais do indivíduo ao longo de sua adaptação ao ambiente externo. O homem como um ser natural é um indivíduo com uma ou outra constituição física, tipo de sistema nervoso, temperamento, forças dinâmicas das necessidades biológicas, efetividade e muitas outras características que, ao longo do desenvolvimento ontogenético, ou se revelam e se tornam óbvias ou são suprimidas, em uma palavra, mudam de muitas maneiras. As características inatas que não mudam são aquelas que determinam a personalidade do homem.

A personalidade é uma formação humana específica que não pode ser provocada a partir de sua atividade adaptativa assim como sua consciência ou suas necessidades humanas não podem ser provocadas ela. Assim como a consciência humana, assim como as necessidades do homem (Marx diz: a produção da consciência, a produção das necessidades), a personalidade do homem também é “produzida” – é criada pelos relacionamentos sociais nos quais o indivíduo entra em sua atividade. O fato de que ao longo disso, certas características suas como um indivíduo são transformadas ou mudadas, constitui não uma razão, mas uma consequência da formação de sua personalidade.

Expressaremos isso de outra forma: traços caracterizando uma unidade (indivíduo) não entram simplesmente nas características de outra unidade, outra formação (personalidade) de modo que a primeira é eliminada; os traços são preservados, mas, precisamente como características de um indivíduo. Assim, as características da atividade nervosa superior do indivíduo não compreendem as características de sua personalidade e não a determinam. Embora o funcionamento do sistema nervoso é, naturalmente, um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento da personalidade, ainda assim seu tipo não aparece como sendo este “esqueleto” sobre o qual a personalidade é “construída”. A força ou fraqueza dos processos nervosos e seus balanços são evidentes somente no nível dos mecanismos através dos quais o sistema realiza os relacionamentos do indivíduo com o mundo. Isso também governa a não-identidade de do papel desses processos na formação da personalidade.

⁰ Veja Rubinstein (1940, pp. 515-516).

A fim de enfatizar o que foi dito, vou me permitir uma certa digressão. Quando estamos falando sobre personalidade, geralmente associamos sua caracterização psicológica com o, por assim dizer, substrato mais próximo da psique – os processos nervosos centrais. Vamos imaginar o seguinte caso: uma criança nasce com um quadril deslocado, que a condena a mancar. Tal exceção anatômica grosseira está muito longe daquela classe de características incluídas na lista de características da personalidade que entram na sua chamada estrutura; não obstante, sua importância para a formação da personalidade é incomparavelmente maior que, vamos dizer, um tipo fraco de sistema nervoso. Imagine, quando seus pares correm atrás de uma bola no jardim, a criança manca fica parada; então quando ele se torna mais velho e chega o tempo para dançar, ele não pode fazer mais que “segurar a parede”. Como sua personalidade vai se desenvolver sob essas condições? Isso não pode ser predito; não pode ser predito especialmente porque apesar da própria excepcionalidade severa do indivíduo, a formação da personalidade não é determinada identicamente. Em si mesma ela não pode gerar, vamos dizer, um complexo de inferioridade, reticência, ou, pelo contrário, uma atenção especial pelas pessoas, ou, em geral, qualquer tipo de características genuinamente psicológicas do homem como uma personalidade. O paradoxo reside em que os requisitos para o desenvolvimento da personalidade, na própria essência deles, são inumeráveis.

A personalidade, como o indivíduo, é produto da integração dos processos que realizam os relacionamentos da vida do sujeito. Existe, entretanto, uma diferença fundamental dessa formação específica, que chamamos personalidade. Ela é determinada pela natureza dos mesmos relacionamentos que a formam: as relações sociais específicas para o homem no qual ele entra em sua atividade objetivada. Como já vimos, na variedade de seus tipos e formas, elas são caracterizadas pela semelhança de suas estruturas internas e pressupõem suas regulações conscientes, isto é, a presença de consciência e, em estágios conhecidos, o desenvolvimento também da auto consciência do sujeito.

Como essas próprias atividades, o processo de sua unificação – origem, desenvolvimento e desintegração das conexões entre elas – é um processo de tipo específico, sujeito a leis específicas.

O estudo do processo de unificação conectando as atividades do sujeito como resultado pelo qual sua personalidade é formada representa um problema maior para a investigação psicológica. Sua resolução, entretanto, não é possível dentro da estrutura da psicologia subjetiva-empírica ou dentro da estrutura da psicologia comportamental ou “profunda”, incluindo suas variantes mais novas. Os problemas requerem uma análise do objeto atividade do sujeito, sempre, naturalmente, mediada pelos processos da consciência, que “juntam” as atividades separadas. Por essa razão, a desmistificação das representações da personalidade é possível somente em uma psicologia, a base que é um estudo da atividade, sua construção, seu desenvolvimento e suas transformações, um estudo de seus vários tipos e formas. Somente sob essas condições que a contradição da “psicologia da personalidade” e a “psicologia da função”, que mencionamos, será eliminada, na medida em que não é possível entreter a contradição da personalidade dando origem a sua própria atividade. Também completamente eliminado será o fetichismo que domina a psicologia: atribuindo as propriedades do “ser uma personalidade” à própria natureza do indivíduo, de modo que sob a influência do ambiente externo sozinho as manifestações dessa propriedade mística mudem.

O fetichismo sobre o qual estamos falando é o resultado de ignorar aquela posição mais importante que o sujeito, ao entrar na sociedade em um novo sistema de relacionamentos, também adquire novas – sistêmicas – qualidades que sozinhas formam o caráter real da personalidade: psicológico quando o sujeito é considerado dentro do sistema de atividades que realizam sua vida em sociedade, social quando consideramos ele no sistema de relacionamentos objetivos na sociedade como a “personificação” delas⁰.

Aqui abordamos o problema metodológico principal, que está escondido por trás da distinção entre o conceito “indivíduo” e “personalidade”. Estamos falando sobre o problema da dualidade das qualidades dos objetos sociais, que estão engendrados pela dualidade dos relacionamentos objetivos nos quais eles existem. Como é conhecido, a descoberta dessa dualidade pertence a Marx, que mostrou a dualidade do caráter do trabalho, do produto produzido e, finalmente, a dualidade do próprio homem como um “sujeito da natureza” e um “sujeito da sociedade”⁰. Para a psicologia científica da personalidade esta descoberta metodológica fundamental tem uma importância decisiva. Ela muda radicalmente o entendimento de seu assunto e destrói os esquemas que criaram raiz nele, nos quais estão incluídos os vários traços ou “subestruturas” como, por exemplo, qualidades morais, conhecimento, hábitos e costumes, formas de reflexo psicológico e temperamento. A fonte de “esquemas da personalidade” similares é a representação do desenvolvimento da personalidade como resultado da adição de camadas de aquisições da vida de algum tipo de base metapsicológica pré-existente. Mas, personalidade como uma formação especificamente humana não pode, absolutamente, ser entendida a partir deste ponto de vista.

A verdadeira forma de investigar a personalidade reside no estudo daquelas transformações do sujeito (ou, usando as palavras de L. Sève, “revoluções fundamentais”) que são o resultado do auto movimento de sua atividade no sistema de relações sociais⁰. Neste caminho, entretanto, nos encontramos com a necessidade de repensar certas posições teóricas gerais desde o início.

Uma dessas, a posição sobre a qual a formulação inicial do problema da personalidade depende, nos gira na direção de uma teoria que já foi mencionada, que circunstância externa age através do interno. “A posição que efeitos externos estão conectados com o efeito psíquico deles mediados através da personalidade é aquele centro que serve como base para a abordagem teórica para todos os problemas da psicologia da personalidade [...]” (Rubinstein, 1959, p. 118). O fato de que os atos externos através do interno é verdade, e é inquestionavelmente verdade também em casos onde consideramos o efeito de uma influência ou outra. É outra questão se vemos essa posição como a chave para entender o interno como personalidade. O autor explica que esse interno em si mesmo depende de influências internas prévias. Mas nisso, o aparecimento da personalidade como um todo específico, não coincidindo diretamente com o todo do indivíduo, ainda não foi revelado, e por essa razão, a possibilidade de entender a personalidade somente como um ser enriquecido pela experiência prévia do indivíduo ainda permanece como antes.

Parece para mim que a fim de encontrar uma abordagem para o problema, deve-se desde o início reverter essa tese inicial: os atos internos (sujeito) através do externo e isso em si mesmo o muda. Essa posição tem sentido completamente real.

⁰ Ver Marx (2011; 2013).

⁰ Ver Marx (2011; 2013).

⁰ Veja Sève (1972, p. 413).

Afinal, em primeiro lugar, o assunto da vida geralmente aparece somente como tendo, se podemos usar a expressão de Engels, “um poder independente de reação”, mas este poder pode agir somente através do externo e neste externo sua transição do potencial para o verdadeiro ocorre: sua concretização, seu desenvolvimento e enriquecimento – em uma palavra, sua transformação, que é essencialmente uma transformação também de seu veículo, o próprio sujeito. Agora, como um sujeito transformado, ele aparece como interpretando influências externas em suas condições passageiras.

Naturalmente, o que foi dito representa somente uma abstração teórica. Mas, o movimento geral que foi descrito é preservado em todos os níveis do desenvolvimento do sujeito, e repetirei mais uma vez: afinal, não importa que tipo de organização morfofisiológica, qual o tipo de necessidades e instintos um indivíduo possa ter desde o nascimento, eles aparecem somente como pré-requisitos de seu desenvolvimento que imediatamente para de ser aquilo que eles eram virtualmente “em si mesmos” tão logo o indivíduo comece a agir. Entendendo essa metamorfose é especialmente importante quando nos movemos para o homem e o problema de sua personalidade.

5.3. Atividade como uma Base da Personalidade

O problema principal é revelar os verdadeiros “formadores” da personalidade, esta unidade mais elevada do homem, mutável como sua própria vida é mutável, mas preservando dentro de si mesmo uma estabilidade, sua auto identidade. Afinal, apesar da experiência, o homem acumula os eventos que mudam sua situação de vida, e, finalmente, apesar das mudanças físicas que ele sofre como uma personalidade, ele permanece o mesmo aos olhos de outras pessoas e também em seus próprios. Ele é identificado não somente por seu nome; até mesmo a lei o identifica, pelo menos, nos limites da responsabilidade por seus atos.

Assim, existe uma contradição óbvia entre a aparente mutabilidade física, psicofisiológica do homem e sua estabilidade como uma personalidade. Isso dá origem ao problema do “eu” como um problema específico da psicologia da personalidade. Surge porque os traços que estão incluídos na caracterização psicológica da personalidade expressaram claramente a mutabilidade e “intermitência” no homem, isto é, a qual estabilidade e continuidade de seu “eu” estão exatamente contrastados. O que forma esta estabilidade e continuidade? O personalismo em todas as suas variantes responde essa questão afirmando a existência de algum tipo de começo especial, que forma o núcleo da personalidade. Isso então é coberto por numerosas aquisições de vida, que são capazes de mudar, mas não de essencialmente afetar esse núcleo.

Em outra abordagem da personalidade sua base é a categoria de atividade humana objetiva, a análise de sua estrutura integral, sua mediação e as formas de reflexo psíquico que ela gera.

Tal abordagem, desde o início, permite uma resolução preliminar da questão de o que forma uma base estável para a personalidade, assim como o que entra e o que não entra na caracterização do homem especialmente como uma personalidade também depende disso. Essa decisão é realizada sobre a posição de que a base real para a personalidade humana é o agregado de seus relacionamentos com o mundo que são sociais em suas naturezas, mas relacionamentos que são realizados, e eles são realizados

pela atividade dele, ou, mais precisamente, pelo agregado de suas atividades multifacetadas.

Aqui temos em mente especialmente as atividades do sujeito que são “unidades” originais da análise psicológica da personalidade, e não ações, não operações, não funções psicofisiológicas ou blocos dessas funções; a última caracteriza a atividade e não a personalidade diretamente. À primeira vista essa posição parece contrária com as representações empíricas da personalidade e, além disso, parece empobrecê-las. Não obstante, ela sozinha revela o caminho para entender a personalidade em seu verdadeiro caráter concreto psicológico.

Mais que qualquer coisa, essa forma elimina a principal dificuldade: determinar quais processos e características do homem são aqueles que caracterizam sua personalidade psicologicamente e aquelas que são neutras nesse sentido. O fato é que tomadas em si mesmas, em uma abstração do sistema de atividade, elas geralmente revelam nada sobre suas relações com a personalidade. Por exemplo, operações de escrever ou a habilidade fazer caligrafia pode dificilmente ser consideradas sensivelmente como “personalidade”. Mas aqui temos diante de nós um retrato do herói da história de Gogol, *O Capote*, Akaki Akikievich Bashmachkin. Ele estava trabalhando em algum departamento como um funcionário, copiando papéis oficiais, e ele viu nessa operação o mundo diverso e fascinante. Terminando o trabalho, Akaki Akikievich imediatamente foi para casa. Tão logo ele comeu, ele pegou um tinteiro e começou a copiar papéis que ele havia levado para casa com ele, e se haviam notas para serem copias, ele fez cópias para si, como recreação, para sua satisfação pessoal. “Tendo escrito até ficar satisfeito”, nos conta Gogol, “ele foi dormir sorrindo em antecipação pelo próximo dia: o que quer que Deus enviaria para ser copiado amanhã”.

Como isso aconteceu, como aconteceu de copiar papéis oficiais ocupou um papel central em sua personalidade, se tornou o sentido de sua vida? Não sabemos as circunstâncias concretas, mas de uma forma ou de outra, essas circunstâncias levaram a isso: que ocorreu um deslocamento de um dos motivos principais para operações que são normalmente completamente indiferentes, que foram tornadas em uma atividade independente por causa disso, e nesta forma eles aparecem como caracterizando a personalidade.

É possível, naturalmente, fazer um julgamento diferente, simples: de que neste desenvolvimento foi revelado algum tipo de “potencial caligráfico”, com a qual a natureza agraciou Bashmachkin. Mas esse julgamento é exatamente no espírito dos superiores de Akaki Akikievich que constantemente viram nele o funcionário mais diligente para escrever, “de modo que depois eles se tornaram convencidos que ele aparentemente havia nascido desse jeito [...]”.

Algumas vezes o caso é de alguma forma diferente. O que parece de fora serem ações que possuem seus próprios significados para o homem são revelados pela análise psicológica como sendo outra coisa, e especificamente que eles são apenas meios de alcançar objetivos, o motivo real o qual reside como se em um plano completamente diferente de vida. Neste caso, por trás da aparência de uma atividade, se esconde outra atividade. E é especificamente aquela atividade que entra diretamente no aspecto psicológico da personalidade, não importa o que o agregado de ações concretas que a realizam é. O último constitui como se somente um envelope dessa outra atividade, que realiza um ou outro relacionamento do homem com o mundo – um envelope que depende das condições que são algumas vezes acidentais. Essa é a razão, por exemplo, de que o fato em si mesmo de que um determinado homem trabalho como um técnico

pode ainda dizer nada sobre sua personalidade; suas características são reveladas não nisso, mas naqueles relacionamentos nos quais ele inevitavelmente entra, talvez no processo de seu trabalho e talvez fora desse processo. Todas essas coisas são quase banalidades, e estou falando sobre isso somente para enfatizar mais uma vez que começando de uma coleção de características psicológicas ou sócio-psicológicas do homem, é impossível chegar a qualquer tipo de “estrutura da personalidade”, que a base real para a personalidade humana reside não nos programas genéticos depositados nele, nem nas profundezas de sua disposição e inclinações naturais, nem ao menos nos hábitos, conhecidos e sabedoria adquirida por ele, incluindo o aprendizado profissional, mas naquele sistema de atividades que é realizada através desde conhecimento e sabedoria.

A conclusão geral a partir do que foi dito é que a investigação da personalidade não deve ser limitada a uma explicação de pré-requisitos, mas deve proceder a partir do desenvolvimento da atividade, seus tipos e formas concretos e aquelas conexões nas quais eles entram com cada um, na medida em que o desenvolvimento deles muda radicalmente a importância dos próprios pré-requisitos. Assim, a direção da investigação gira não a partir de hábitos, habilidades e conhecimento adquiridos da atividade caracterizada por eles, mas a partir do conteúdo e conexões de atividades e quais tipos de processos os realizam e os tornam possíveis.

Até mesmos os primeiros passos na direção indicada levam à possibilidade de isolar um fato muito importante. É que ao longo do desenvolvimento do sujeito, suas atividades separadas aparecem entre si mesmas em um relacionamento hierárquico. No nível da personalidade eles não formam um conjunto simples, os raios que possuem seu início e centro no sujeito. Uma representação das conexões entre atividades como enraizadas na individualidade e totalidade de seu sujeito é confirmada somente no nível do indivíduo. Nesse nível (em animais e em crianças) a gama de atividades e suas intraconexões são determinadas diretamente pelas propriedades do sujeito – geral e individual, inata e adquirida. Por exemplo, uma mudança na seletividade e mudança na atividade são diretamente dependentes da atual composição de necessidades do organismo e sobre uma mudança de seu domínio biológico.

Os relacionamentos hierárquicos da atividade que caracterizam a personalidade são outra questão. Suas características é a frouxidão deles em relação à condição do organismo. Essas hierarquias da atividade são engendradas pelo próprio desenvolvimento deles, e são eles que formam o núcleo da personalidade.

Em outras palavras, “nós” que conectam atividades separadas são enlaçados não pela ação das forças biológicas ou espirituais do sujeito que residem dentro dele, mas por aquele sistema de relacionamentos nos quais o sujeito entra.

A observação facilmente revela aquele primeiro “nó” a partir da formação que inicia o estágio mais inicial da formação da personalidade na criança. Em uma forma muito bem expressada este fenômeno uma vez foi observado em experimentos com crianças na pré-escola. O experimentador que estava conduzindo os testes apresentou a uma criança um problema: pegar um objeto que estava fora de alcance sem sair do lugar. Tão logo a criança começou a resolver o problema, o experimentador foi até uma sala vizinha de onde ele continuou a observação, usando o aparato óptico que é normalmente usado para tais observações. Após uma série de tentativas infrutíferas a criança levantou, se aproximou do objeto, o pegou e silenciosamente retornou ao seu lugar. O experimentador imediatamente foi até a criança, a parabenizou pelo sucesso e ofereceu a ela um pedaço de chocolate como recompensa. A criança, entretanto, recusou

e quando o experimentador começou a questionar o jovem começou silenciosamente a chorar.

O que está por trás desse fenômeno? No processo que foi observado é possível isolar três momentos: 1) a conversa da criança com o experimentador que explica o problema; 2) a solução do problema; e 3) a conversa com o experimentador após a criança pegar o objeto. As ações da criança foram uma resposta, assim, a dois motivos diferentes; isto é, elas realizaram dois tipos de atividade: uma em relação ao experimentador, a outra em relação ao objeto (recompensa). Como a observação indica, na hora que a criança estava pegando o objeto ela não experimenta a situação como conflito, como uma situação de “colisão”. A conexão hierárquica entre as duas atividades foi evidente somente no momento de renovação da conversa com o experimentador, por assim dizer, *post factum*: o doce pareceu amargo, amargo em seu sentido pessoal subjetivo.

O fenômeno descrito pertence a um estágio transicional muito inicial. Apesar de toda ingenuidade dessas primeiras coordenações dos vários relacionamentos de vida de uma criança, precisamente esses relacionamentos que são evidência do começo do processo de formação dessa formação específica que chamamos personalidade. Coordenações similares nunca são observadas em estágios iniciais do crescimento, mas elas constantemente se revelam em posterior desenvolvimento em suas formas incomparavelmente mais complexas e “entrelaçadas”. Tal fenômeno da personalidade como tormento da consciência não se desenvolve analogicamente?

O desenvolvimento e multiplicação de um tipo de atividade do indivíduo não leva simplesmente a uma expansão do “catálogo” delas. Simultaneamente, ocorre uma centralização delas ao redor de diversas atividades maiores as quais as outras estão subordinadas. Esse processo complexo e longo de desenvolvimento da personalidade possui seus estágios e paradas. Não vamos separar este processo a partir do desenvolvimento da consciência e auto consciência, mas a consciência não constitui seu início: ela somente a medeia e é, por assim dizer, um resumo dela.

Assim, como base da personalidade existem relacionamentos coordenando a atividade humana gerada pelo processo do desenvolvimento deles. Mas como essa subordinação, essa hierarquia da atividade, é expressada psicologicamente? De acordo com a definição que aceitamos, chamamos atividade um processo que é provocado e dirigido por um motivo – aquele no qual uma ou outra necessidade é objetivada. Em outras palavras, por trás do relacionamento de atividade existe um relacionamento de motivos. Assim, chegamos a necessidade de girar para uma análise de motivos e de considerar o desenvolvimento deles, sua transformação, o potencial para dividir sua função e deslocamentos seus que ocorrem dentro do sistema de processos que formam a vida de um indivíduo como uma personalidade.

5.4. Motivos, Emoções e Personalidade

Na psicologia contemporânea o termo motivo (motivação, fatores motivacionais) podem representar fenômenos completamente diferentes. Aqueles impulsos instintivos, inclinações biológicas e apetitas, assim como experimentar emoções, interesses e desejos, são todos chamados motivos; nessa enumeração

misturada de motivos podem ser encontradas tais coisas como objetivos de vida e ideais, mas também tais coisas como um choque elétrico⁰. Não existe necessidade de investigar todos esses conceitos e termos confusos que caracterizam a atual condição do problema dos motivos. O problema da análise psicológica da personalidade requer consideração de somente as questões maiores.

Primeiramente, esta é uma questão dos relacionamentos de motivos e necessidades. Eu já disse que a verdadeira necessidade é sempre uma necessidade de algo, que no nível psicológico as necessidades são mediadas pelo reflexo psíquico e de duas maneiras. Por um lado, os objetos respondendo as necessidades do sujeito aparecem diante dele em suas características de signo objetivo. Por outro lado, as condições das necessidades em casos mais simples sinalizam si mesmos e são refletidos sensorialmente pelo sujeito como resultado das ações dos estímulos receptores internos. Aqui a mudança mais importante caracterizando a transição para o nível psicológico consiste no início da conexão ativa de necessidades com objetos que as satisfazem.

O fato é que na própria condição necessitada do sujeito o objeto que é capaz de satisfazer a necessidade não é nitidamente delineado. Até o momento de sua primeira satisfação a necessidade “não conhece” seu objeto; ele ainda precisa ser revelado. Somente como resultado de tal revelação que a necessidade adquire sua objetividade e o objeto percebido (representado, imaginado), seu estímulo e a atividade dirigente da função; isto é, ela se torna um motivo⁰.

Este tipo de entendimentos dos motivos parece, em alguma extensão, ser unilateral, e necessidades parecem ser eliminadas da psicologia. Mas, isso não é assim. Não são as necessidades que desaparecem da psicologia, mas somente suas abstrações “nuas”, necessidades não objetivamente satisfeitas do sujeito. Essas abstrações aparecem no palco como resultado de necessidades isoladas da atividade objetivada do sujeito na qual sozinha eles adquirem seu caráter concreto psicológico.

É entendido que o sujeito como um indivíduo nasce com uma cota de necessidades. Mas deixe-me repetir mais uma vez, as necessidades como uma força interna podem ser realizadas somente na atividade. Em outras palavras, as necessidades aparecem, em primeiro lugar, somente como uma condição, como um pré-requisito para a atividade, mas, tão logo o sujeito comece a agir, ocorre imediatamente a transformação da necessidade, e ela deixa de ser aquilo que era virtualmente, “em si mesma”. Quanto mais o desenvolvimento da atividade prossegue, mais este pré-requisito é convertido em seu resultado.

A transformação das necessidades aparece distintamente até mesmo no nível da evolução dos animais: como resultado da mudança ocorrendo e a ampliação do círculo de objetos que respondem as necessidades e métodos de sua satisfação, as próprias necessidades se desenvolvem. Isso acontece porque as necessidades são capazes de serem concretizadas em uma gama potencialmente muito ampla de objetos, que se tornam estímulos da atividade para um animal, dando a atividade uma direção determinada. Por exemplo, quando novos tipos de comida aparecem no ambiente e velhos tipos são eliminadas, a necessidade por comida continua a ser satisfeita, e, além disso, incorporou em si mesma um novo conteúdo, isto é, se tornou diferente. Assim, o desenvolvimento de necessidades de animais ocorre por meios do desenvolvimento de

⁰ Na literatura soviética existe uma perspectiva bastante completa de pesquisa sobre motivos em um livro de P. M. Yakobson (1969). O livro publicado mais recente fazendo uma análise comparativa da teoria da motivação é o de K. Madsen (1974).

⁰ Ver Leontiev (1972a).

suas atividades em relação a um círculo em contínua ampliação de objetos; é entendido que mudando o conteúdo concreto-objetivo das necessidades também leva a uma mudança nos métodos de sua satisfação.

Naturalmente, essa posição geral requer muitas estipulações e muitas explicações, particularmente em conexão com questões sobre as chamadas necessidades funcionais. Mas agora não estamos falando disso. A questão principal aqui é o isolamento do fato da transformação das necessidades através de objetos no processo de seu consumo. E isso possui uma importância chave para o entendimento da natureza das necessidades humanas.

Distinto do desenvolvimento das necessidades nos animais, que depende de um círculo cada vez mais amplo de objetos naturais que eles consomem, as necessidades humanas são geradas pelo desenvolvimento da produção. Afinal, a produção é também diretamente consumo, que cria necessidade. Em outras palavras, o consumo é mediado pela necessidade de um objeto, sua percepção ou sua apresentação mental. Nisso, em sua forma refletida, o objeto aparece como o motivo ideal, gerado internamente⁰.

Na psicologia, entretanto, necessidades são frequentemente consideradas abstraídas da coisa principal, que é a dualidade da produção consumidora que as gera; isso leva a uma explicação unilateral das ações humanas baseada diretamente nas necessidades humanas. Aqui muito frequentemente o dizer de Engels é citado como uma fundamentação, mas é abstraída do contexto geral, que lida somente com o papel do trabalho na formação do homem, incluindo também suas necessidades, naturalmente. O entendimento marxista está longe de considerar as necessidades como o ponto inicial e principal. Aqui é que Marx escreve neste contexto:

O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo o processo transcorre novamente. O indivíduo produz um objeto e retorna a si ao consumi-lo, mas como indivíduo produtivo e que se autorreproduz (Marx, 2011, p. 49).

Assim, temos diante de nós dois grandes esquemas expressando a conexão entre necessidade e atividade. O primeiro produz a ideia de que o ponto inicial é a necessidade, e por essa razão o processo como um todo é expresso no ciclo: necessidade → atividade → necessidade. Nele, como observa L. Sève, é realizado o “materialismo de necessidades”, que corresponde a representação pré-marxista da esfera do consumo como básico. O outro esquema que contradiz o primeiro é um esquema cíclico: atividade → necessidade → atividade. Este esquema, que corresponde ao conceito marxista de necessidades, é também fundamental para a psicologia, na qual “nenhuma concepção baseada na ideia de um único movimentador, em essência procedendo da própria atividade, pode desempenhar um papel iniciante capaz de servir como uma base adequada para a teoria científica da personalidade humana” (Sève, 1972a, p. 49).

A posição de que as necessidades humanas são produzidas tem, naturalmente, um sentido materialista histórico. Além disso, é extremamente importante para a psicologia. Isso deve ser enfatizado porque algumas vezes, especialmente para a psicologia, a abordagem do problema só é considerada em explicações que se originam a partir das próprias necessidades, mais precisamente experiências emocionais que as

⁰ Ver Marx (2011, pp. 44-45).

necessidades provocam, que parece explicar porque o homem põe objetivos diante de si mesmo e cria novos objetos⁰. Naturalmente, existe alguma verdade nisso, e seria possível concordar com isso se não fosse por uma condição: afinal, como determinantes da atividade concreta, as necessidades podem aparecer somente em seu conteúdo objetivo, e este conteúdo não está incorporado diretamente nelas, e conseqüentemente não podem ser isolados delas.

Outra grande dificuldade surge como o resultado de uma aceitação parcial da natureza sócio-histórica das necessidades humanas, que é expressa em algumas das necessidades sendo consideradas como sociais em suas origens e outras como sendo puramente biológicas e comum a homem e animais. Ela não requer, naturalmente, qualquer rudeza particular do pensamento para notar o caráter comum de certas necessidades no homem e animais. Afinal, o homem, como os animais, possui um estômago e experimenta fome – uma necessidade que ele deve satisfazer a fim de sustentar sua existência. Mas o homem também possui outras necessidades, que são determinadas não biologicamente, mas socialmente. Elas são “funcionalmente automáticas” ou “anastáticas”. A esfera das necessidades humanas, assim, aparece como dividida em duas. Esse é um resultado inevitável de considerar “necessidades nelas mesmas” em seu isolamento das condições e meios objetivos de serem satisfeitas, e, correspondentemente, isoladas da atividade nas quais sua transformação ocorre. Mas, transformar necessidades no nível humana envolve também (e, acima de tudo) necessidades que aparecem no homem como sendo homólogas das necessidades animais. “Fome”, observa Marx, “é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua mão, unha e dente” (Marx, 2011, p. 47).

O pensamento positivista, naturalmente, não vê qualquer coisa a mais nisso que uma diferença superficial. Afinal, um homem morrendo de fome é um exemplo suficiente para revelar o caráter “profundamente” comum da necessidade de comida no homem e no animal. Mas, isso nada mais é que um sofisma. Para um homem morrendo de fome, a comida, na verdade, para de existir em sua forma humana e correspondentemente a necessidade por comida é “desumanizada”; mas, se isso mostra alguma coisa, então é somente que o homem pode ser reduzido pela fome a uma condição animal, e diz exatamente nada sobre a natureza de suas necessidades humanas.

Embora as necessidades humanas, a satisfação que constitui uma condição necessária para manutenção da existência física, difira das necessidades do homem, que não possui um homólogo nos animais, este desenvolvimento não parece absoluto, e a transformação histórica engloba toda a esfera de necessidades.

Além disso, para a mudança e enriquecimento do conteúdo objetivo das necessidades humanas, também ocorre uma mudança na forma de seu reflexo psíquico como resultado o qual elas são capazes de adquirir em caráter ideacional, e devido a isso elas se tornam psicologicamente invariantes; assim, a comida permanece comida para a pessoa que está com fome assim como para aquele que não está. Além disso, o desenvolvimento da produção mental gera necessidades como que podem existir somente na presença de um “plano de consciência”. Finalmente, é formado um tipo especial de necessidades – necessidades que são objetivas-funcionais, tais como a necessidade de trabalho, criação artística etc. A questão principal é que no homem as necessidades entram em novos relacionamentos uns com os outros. Embora a satisfação de necessidades vitais permaneça uma questão de “primeira importância” para o homem

⁰ Veja Bozovich (1972, pp. 14-15).

e condição inegável de sua vida, necessidades superiores, especificamente humanas, não formam, de forma alguma, somente formações superficiais em camadas sobre essas necessidades vitais. Por essa razão, pode acontecer que quando em um prato da balança são colocadas as necessidades vitais fundamentais do homem e na outra, suas necessidades superiores, então as necessidades superiores podem muito bem ter mais importância que as necessidades vitais. Isso é usualmente conhecido e não requer evidência.

É verdade, naturalmente, que o caminho geral que o desenvolvimento das necessidades humanas toma começa da ação do homem para satisfazer suas necessidades vitais elementares; mas mais tarde isso muda, e o homem satisfaz suas necessidades vitais a fim de agir. Essa é a forma principal de desenvolvimento das necessidades humanas. Essa forma, entretanto, não pode ser diretamente deduzida do movimento das próprias necessidades, porque por trás desse movimento se esconde o desenvolvimento de seu conteúdo objetivo, isto é, motivos concretos para a atividade do homem.

Assim, a análise psicológica das necessidades necessariamente se torna uma análise de motivos. Para isso, entretanto, é necessário superar o entendimento subjetivo tradicional de motivos que levam a uma confusão de fenômenos completamente diferentes e níveis completamente diferentes de regulação da atividade. Aqui nos encontramos com uma contradição genuína: Não está claro, eles dizem, que o homem age porque ele quer? Mas experiências subjetivas, vontades, desejos etc., não constituem motivos porque neles mesmos eles não são capazes de gerar atividade direcionada e, conseqüentemente, o principal problema psicológico é entender o que o objeto de determinado desejo, vontade ou paixão é.

Ainda menos, naturalmente, é uma base para chamar tais fatores como tendências de produzir estereótipos de comportamento, a tendência de concluir uma ação iniciada etc., motivos para ação. Ao longo da realização da atividade surge, naturalmente, uma multidão de “forças dinâmicas”. Essas forças, entretanto, podem ser relegadas à categoria de motivos com uma base não maior que, por exemplo, a inércia do movimento do corpo humano, a ação que faz com que alguém saiba imediatamente quando, por exemplo, um corredor rapidamente se vê diante de um obstáculo que aparece inesperadamente.

Um lugar especial na teoria dos motivos da atividade pertence às concepções abertamente hedonistas, cuja essência é que toda atividade do homem é, de alguma forma, subordinada ao princípio da maximização positiva e minimização negativa das emoções. A partir disso, a realização da satisfação e liberdade do sofrimento compreende motivos subjacentes que movem o homem. Especificamente, na concepção hedonista, como no foco de uma lente, são coletadas todas as representações ideologicamente pervertidas sobre o sentido da existência do homem e sobre sua personalidade. Como todas as grandes mentiras, essas concepções são baseadas em verdade que elas falsificaram. Essa verdade é que o homem na verdade se esforça para ser feliz. Mas, o hedonismo psicológico de uma vez entra em uma contradição com esta grande verdade real, permutando-a pela pequena moeda de “reforço” e “auto reforço” no espírito do behaviorismo de Skinner.

A atividade humana não é, de forma alguma, gerada e não é direcionada, como o comportamento de ratos de laboratório, com eletrodos implantados nos “centros de satisfação” no cérebro. Quando ratos foram treinados para ligar a energia e estimular

esses centros, eles continuam sem fim nessa atividade⁰. É possível também, naturalmente, citar fenômenos similares no homem tais como a necessidade por narcóticos ou hiperbolização do sexo, por exemplo; entretanto, esses fenômenos dizem absolutamente nada sobre a verdadeira natureza dos motivos, sobre a vida humana confirmando a si mesma. Pelo contrário, essas ações arruinam a vida.

A insustentabilidade das concepções hedonistas da motivação reside, é entendido, não em que elas exageram o papel das experiências emocionais na regulação da atividade, mas em que elas reduzem e pervertem os relacionamentos reais. Emoções não estão subordinadas à atividade, mas aparecem como seu resultado e o “mecanismo” de seu movimento.

Em sua época, John Stuart Mill escreveu: “Entendo que a fim de ser feliz o homem deve colocar diante de si algum tipo de objetivo; então se esforçando na direção dele, ele vai experimentar a felicidade sem se preocupar sobre isso”. Tal é a “sagaz” estratégia da felicidade. Essa, ele disse, é a lei psicológica.

Emoções preenchem as funções de signos internos, internos no sentido de que eles não aparecem diretamente como reflexo psíquico da própria atividade objetivada. A característica especial das emoções é que elas refletem relacionamentos entre motivos (necessidades) e sucesso, ou a possibilidade de sucesso, de realizar a ação do sujeito que responde a esses motivos⁰. Aqui não estamos falando do reflexo desses relacionamentos, mas sobre um reflexo sensorial direto deles, sobre experimentação. Assim, eles aparecem como resultado da realização de um motivo (necessidade), e diante de uma avaliação racional pelo sujeito de sua atividade.

Não posso parar aqui para uma análise das várias hipóteses que, de uma forma ou de outra, expressam o fato da dependência das emoções sobre os inter-relacionamentos entre “a realidade objetiva e aquilo que deve ser”. Vou observar somente que o fato a ser considerado, primeiro de tudo, é que as emoções são relevantes para a atividade e não para as ações ou operações que a realizam. Por essa razão um e mesmos processos realizando várias atividades podem adquirir, várias e até mesmo contraditórias colorações emocionais. Em outras palavras, o papel de uma “sanção” positiva ou negativa é executada pelas emoções em relação aos efeitos atribuídos aos motivos. Mesmo uma realização de sucesso de uma ou outra ação nem sempre leva a emoções positivas; isso pode engendrar uma experiência nitidamente negativa sinalizando que, enquanto o motivo principal é a preocupação, o sucesso obtido é psicologicamente uma derrota para a personalidade. Isso também é verdade no nível das reações adaptativas mais simples. O próprio ato de espirrar, isto é, apesar de qualquer tipo de relacionamento que possa existir, provoca satisfação, eles nos dizem; entretanto, um sentimento completamente diferente é a experiência de um herói de Tchekhov, que espirrou no teatro: isso provocou nele uma emoção de horror e ele executou uma série de ações que resultaram em sua morte.

A variedade e complexidade dos estados emocionais é o resultado da quebra da sensibilidade primária na qual os momentos cognitivos e afetivos fundem. Essa quebra não deve, naturalmente, ser pensada de tal forma que estados emocionais adquirem uma existência independente do mundo objetivo. Surgindo em condições objetivas, eles “marcam” em suas próprias marcas atribuídas as próprias coisas ou as pessoas,

⁰ Veja Gellhorn e Loofbourrow (1966).

⁰ Uma situação similar foi descrita em detalhes por P. Fraisse: “Uma situação gerando uma emoção não existe enquanto tal. Ela depende do relacionamento entre a motivação e as possibilidades do sujeito” (Fraisse, 1965).

indivíduos para formar os chamados complexos afetivos etc. Aqui estamos falando sobre outra coisa, especificamente, sobre a diferenciação que resulta na forma do conteúdo objetivo e coloração emocional. As condições de mediação complexa da atividade humana e afetividade de objetos é capaz de mudar (um encontra inesperado com um urso normalmente provoca terror, mas se um motivo especial obtém, por exemplo em uma situação de caça, o encontro pode provocar prazer). A questão principal é que os processos e estados emocionais possuem desenvolvimentos positivos especiais próprios no homem. Isso deve ser especialmente enfatizado tanto quanto as concepções clássicas de emoções humanas como “rudimentos” vindos a partir de Darwin, considerar a transformação delas no homem como a involução delas, que gera um falso ideal de educação, levando ao requisito de “subordinar os sentimentos à razão fria”.

Eles possuem sua própria história e seu próprio desenvolvimento. Isso leva a uma mudança de níveis e classes. Estes são afetos que ocorrem inesperadamente e involuntariamente (dizemos, “a raiva me dominou, mas eu estava feliz”); emoções posteriores são devidamente aqueles estados – predominantemente ideacionais e situacionais e os sentimentos objetivos conectados com eles, isto é, firme e “cristalizado”, de acordo com a expressão figurativa de Stendhal, no objeto da experiência emocional; finalmente, eles são atitudes – fenômenos do sujeito muito importantes em sua função “personalidade”. Não entrando em uma análise dessas várias classes de estados emocionais, vou observar somente que eles entram em relacionamentos complexos entre si mesmos: o jovem Rostov está com medo antes da batalha (e isso é uma emoção) que ele vai superar pelo susto (afeto); uma mãe pode estar realmente zangada com sua criança maldosa sem, por um minuto, deixar de amá-la (sentimento).

A variedade de fenômenos emocionais e a complexidade de suas inter-relações e fontes é muito bem entendida subjetivamente. Entretanto, tão logo a psicologia deixa o plano da fenomenologia, então parece que é permitido investigar somente os estados mais óbvios. É assim que ficou a questão nas teorias periféricas (James disse diretamente que sua teoria não tinha a ver com as emoções superiores); é assim que a questão permanece também nas concepções psicofisiológicas contemporâneas.

Outra abordagem do problema da emoção é investigar os relacionamentos “intermotivacionais” que tomados em conjunto caracterizam a estrutura da personalidade e, junto a isso, a esfera das experiências emocionais que refletem e medeiam seu funcionamento.

Geneticamente, o ponto de partida para a atividade humana é a não-coincidência de motivos e objetivos. A coincidência deles é um fenômeno secundário: tanto o resultado de obter um objetivo de força estimuladora independente ou o resultado de reconhecer os motivos e convertê-los em motivos-objetivos. Distinto dos objetivos, os motivos na verdade não são reconhecidos pelo sujeito. Quando executamos uma ou outra ação, no momento nós geralmente não nos damos conta dos motivos que provocam a ação. É verdade que não é difícil para nós atribuir motivação a elas, mas a motivação nem sempre contém em si mesma uma indicação de seu motivo verdadeiro.

Os motivos, entretanto, não estão separados da consciência. Até mesmo quando os motivos não são reconhecidos, isto é, quando o homem não leva em conta para si mesmo de o que faz com que ele execute uma ou outra ação, eles ainda encontram seu reflexo psíquico, mas em uma forma especial – na forma de coloração

emocional da ação. Essa coloração emocional (sua intensidade, sua marca e seu caráter qualitativo) preenche uma função específica, que também requer distinguir o conceito de emoção do conceito de sentido pessoal. A não coincidência deles não é, entretanto, nativa; evidentemente, em níveis inferiores os objetos da necessidade são exatamente e diretamente “marcados” pela emoção. A não conformidade aparece somente como resultado da quebra da função dos motivos que ocorrem ao longo do desenvolvimento da atividade humana.

Tal quebra é o resultado do fato de que a atividade necessariamente se torna multi-motivacional, isto é, responde simultaneamente a dois ou mais motivos⁰. Afinal, as ações do homem objetivamente sempre realizam uma certa coletividade de relacionamentos: em direção à sociedade e em direção à própria pessoa. Assim, a atividade do trabalho é socialmente motivada, mas é direcionada também em direção a tais motivos como, vamos dizer, recompensa material. Ambos estes motivos, embora eles coexistam, residem como se em planos diferentes. Sob condições dos relacionamentos socialistas, o sentido do trabalho é engendrado para o trabalhador por motivos sociais; na medida em que diz respeito a recompensa material, este motivo, naturalmente, também existe para ele, mas somente como uma função de estímulo da atividade, embora o motivo também induz a atividade, tornando-a “dinâmica”, mas a recompensa material como um motivo é privada de sua função principal, a função da formação de sentido.

Assim, certos motivos induzindo a atividade também dão a ela sentido pessoal; vamos chamar estes de *motivos formadores de sentido* [смыслообразующими мотивами]. Outros, coexistindo com eles, preenchendo um papel de estimular fatores (positivos ou negativos), algumas vezes nitidamente emocional e afetivo, não possuem função formadora de sentido; chamaremos esses motivos literalmente *motivos-estímulos*⁰ [мотивами-стимулами]. Caracteristicamente, quando uma atividade, importante em seu próprio sentido pessoal para o homem, encontra ao longo de sua realização um estímulo negativo provocando até mesmo uma experiência emocional forte, então seu sentido pessoal não é mudado por causa disso; mais frequentemente outra coisa acontece; especificamente, ocorre um descrédito psicológico rapidamente crescente, único, da emoção provocada. Esse fenômeno bem conhecido nos faz pensar mais uma vez sobre o problema dos relacionamentos das experiências emocionais e o sentido pessoal⁰.

Uma divisão da função da formação do sentido e simples estimulação entre motivos de uma e mesma atividade torna possível entender os relacionamentos principais caracterizando a esfera motivacional da personalidade: os relacionamentos da hierarquia dos motivos. Essa hierarquia não é construída sobre uma escala de sua proximidade com necessidades vitais (biológicas) de uma maneira similar daquela que Maslow, por exemplo, imagina: a necessidade de manutenção da homeostase fisiológica é a base para a hierarquia; os motivos para autopreservação são superiores, próximos à confiança e prestígio; finalmente, no topo de hierarquia, motivos da cognição e estética (Maslow, 1954). O problema principal que surge aqui não é em qual extensão a

⁰ Este conjunto tem a estrutura básica da atividade de trabalho, que realiza dois relacionamentos: em direção ao resultado do trabalho (seu produto), e em direção ao homem (outras pessoas).

⁰ Muitos autores têm indicado a diferença entre motivos e estímulos, mas sobre uma base diferente: por exemplo, como motivos eles entendem as motivações internas, e como estímulos, as externas (veja Zdravomislov, Rozhii e Yadov, 1967, p. 38).

⁰ Veja Bassin (1973, cap. 6).

dada escala (ou outra similar a ela) está correta, mas como adequar o princípio de tal escala em si mesmo. O fato é que nem o grau de proximidade com necessidades biológicas, nem o grau de capacidade de estimular, nem a afetividade de um ou outro motivo determina o relacionamento hierárquico entre eles. Esses relacionamentos são determinados pelas conexões que a atividade do sujeito acarreta, por suas mediações, e, por essa razão, eles são relativos. Isso se refere também à correlação principal – à correlação entre os motivos formados de sentido e motivos-estímulo. Na estrutura de uma atividade um dado motivo pode preencher a função de formação de sentido, em outra, a função de estimulação suplementar. Motivos formados de sentido, entretanto, sempre ocupam um lugar hierárquico superior mesmo se eles não governam diretamente a gênese afetiva. Aparecendo serem dominantes na vida da personalidade, para o próprio sujeito eles podem permanecer “nos bastidores” no que diz respeito à consciência e afetividade direta.

O fato da existência de motivos realmente inconscientes não expressa em si mesmo um começo especial escondido nas profundezas da psique. Motivos inconscientes possuem a mesma determinação como todo o reflexo psíquico: uma existência real, atividade do homem em um mundo objetivo. Inconsciente e consciente não se opõem um ao outro; eles são apenas formas e níveis diferentes de reflexo psíquico encontrados em relação estrita com o lugar que é refletido ocupa na estrutura da atividade, no movimento de seu sistema. Se os objetivos e ações respondendo a eles são por necessidade reconhecidos, então a questão é outra no que diz respeito ao reconhecimento de seus motivos, de que é devido a seleção e alcance de determinados objetivos. O conteúdo objetivo de motivos sempre, naturalmente, de uma forma ou de outra, se apresenta e é percebido. Sobre isso o objeto que estimula a ação e o objeto que age como um implemento ou obstáculo são, por assim dizer, equivalentes. É uma questão diferente se o objeto é reconhecido como um motivo. O paradoxo reside em que os motivos são revelados para a consciência somente objetivamente por meios de análise da atividade e sua dinâmica. Subjetivamente, eles aparecem somente em sua expressão oblíqua, na forma de experimentar vontades, desejos ou se esforçar em direção a um objetivo. Quando um ou outro objetivo aparece diante de mim, então eu não apenas o reconheço, apresento suas condicionalidades objetivas para mim mesmo, os meios de sua realização e os resultados eventuais a que eles levam, mas eu quero alcançá-lo (ou, pelo contrário, ele pode me repelir). Essas experiências diretas preencher o papel dos signos internos por meios dos quais os processos são regulados ao longo de serem realizados. Subjetivamente, expressando si mesmo nesses signos internos, o motivo não é diretamente contido por eles. Isso cria a impressão de que eles surgem endogenamente e que eles são a força que move o comportamento.

Reconhecimento dos motivos é um fenômeno secundário surgindo somente no nível da personalidade e continuamente sendo produzido durante o curso de seu desenvolvimento. Para crianças muito pequenas este problema simplesmente não existe. Até mesmo no estágio de transição para a idade escolar, quando um desejo de ir para a escola aparece na criança, os motivos subjacentes por trás desse desejo está escondido dela, embora ela não possua dificuldades com motivações que normalmente apresentam algo familiar para ela. É possível explicar esse motivo subjacente somente estudando objetivamente (obliquamente), por exemplo, jogos de crianças brincando de “indo para a escola”, de modo que na dramatização é fácil ver o sentido pessoal das ações desempenhadas e, correspondentemente, seus motivos⁰. Para reconhecer os motivos

⁰ Veja Leontiev (1947b, cap. 9); veja também Bozovich, Borozova e Slavina (1951).

reais de sua atividade, o sujeito deve também proceder junto com um “modo indireto”, com essa diferença, entretanto, de que junto com essa forma ela será orientada por “marcas” emocionais, signos-experiências do viver.

Um dia preenchido com uma variedade de ações, aparentemente completamente bem sucedido, pode, não obstante, estragar o humor da pessoa, deixando-a com algum tipo de resíduo emocional desagradável. Contra o fundo das preocupações do dia, este resíduo é dificilmente notado. Mas, então chega um minuto quando a pessoa olha para trás e mentalmente classifica o dia que ele viveu; neste momento vem à tona em sua memória uma determinada experiência, e seu humor adquire a referência objetiva: surge um signo afetivo indicando que especificamente esta experiência deixou ele com o resíduo emocional. Pode acontecer, por exemplo, que essa é sua reação negativa para com o sucesso de outra pessoa em alcançar um objetivo comum somente porque pareceu para ele ser somente seu; e aqui parece que isso não era exatamente assim, e que realmente o motivo principal para ele era alcançar o sucesso para si mesmo. Ele é confrontado com um “problema de sentido pessoal”, mas não é resolvido em si mesmo porque agora se tornou um problema de motivos correlatos que o caracterizam como uma personalidade.

O trabalho interno específico é necessário para resolver tal problema e, talvez, erradicar o que foi exposto. Afinal, é muito ruim, disse Pirogov, se você não notar isso em tempo e não pará-lo. Herzen também escreveu sobre isso, e a vida toda de Tolstói é um grande exemplo de tal trabalho interno.

O processo de penetrar na personalidade aparece aqui a partir do lado do sujeito, fenomenalmente. Mas mesmo nisso, sua aparência fenomênica, é aparente que ela consiste em uma classificação de relações hierárquicas de motivos. Subjetivamente, eles parecem expressar uma “valência” psicológica pertencente aos próprios motivos. A análise científica, entretanto, deve ir além, porque a formação dessas formações necessariamente pressupõe uma transformação dos próprios motivos, que ocorre no movimento desse sistema total de atividade do sujeito no qual sua personalidade é formada.

5.5. Formação da Personalidade

A situação do desenvolvimento do indivíduo humano revela suas características especiais mesmo nos primeiros estágios. O princípio disso é o caráter mediado das conexões da criança com o mundo ao redor. No começo, as conexões biológicas diretas, criança-mãe, são muito logo mediadas por objetos: a mãe alimenta a criança a partir de uma xícara, a veste com roupas e, divertindo ela, manipula brinquedos. Além disso, as conexões da criança com coisas são mediadas por pessoas a sua volta: a mãe coloca a criança perto de coisas que são atrativas para ela, os leva para perto dela, ou talvez remove elas da criança. Em uma palavra, a atividade da criança aparece mais e mais como realizando suas conexões com o homem através das coisas e conexões com coisas através do homem.

O resultado desse desenvolvimento é que as coisas aparecem para a criança não somente em suas propriedades físicas, mas também naquela qualidade especial que elas adquirem na atividade humana – no significado funcional delas (uma xícara é algo pelo qual alguém bebe, uma banqueta é algo sobre a qual alguém senta, um relógio é algo

que as pessoas usam em seus pulsos etc.) – e as pessoas aparecem como estando “encarregadas” das coisas sobre as quais seus relacionamentos com as pessoas depende. A atividade objetivada da criança adquire uma estrutura implementada e a comunicação se torna oral, mediada pela linguagem⁰.

Nessa situação inicial do desenvolvimento da criança existe também o núcleo daqueles relacionamentos, o revelar posterior que constitui uma corrente de experiências que levam a sua formação como uma personalidade. Em primeiro lugar, os relacionamentos com o mundo de coisas e com pessoas ao redor fundem para a criança, mas mais tarde eles se separam e forma várias, embora interconectadas, linhas de desenvolvimento se fundindo uma com a outra.

Na ontogênese dessas transições são expressas em fases alternantes: a fase da predominância do desenvolvimento da atividade objetivada (prática e cognitiva) com fases do desenvolvimento de inter-relacionamentos com pessoas, com a sociedade⁰. O mesmo tipo de transições caracteriza o movimento de motivos dentro de cada fase. Como resultado, aparecem aquelas conexões hierárquicas de motivos que forma os “nós” da personalidade.

A amarração desses nós representa um processo oculto que é expresso de diferentes formas em diferentes estágios do desenvolvimento. Eu descrevi acima um dos fenômenos que caracterizam o mecanismo desse processo no estágio quando combinando a ação objetiva de uma criança e sua relação com um adulto que está ausente em determinado momento; embora isso mude o sentido do resultado obtido, ainda assim deixa a própria ação ainda completamente uma ação de “campo”. Como mudanças posteriores ocorrem? Fatos obtidos na investigação das crianças pré-escolares de várias idades indicam que essas mudanças estão sujeitas a regras definidas.

Uma delas é aquela que em uma situação onde a motivação surge em várias direções, existe primeiro uma subordinação de conexões inter-objeto. Outra regra descoberta ao longo dos experimentos parece de alguma forma paradoxal: parece que sob condições de atividade duplamente motivada o motivo objeto-material pode preencher uma função, tendo antes subordinado outro motivo, quando ele é dado para uma criança na forma de somente uma representação, mentalmente, e somente depois aparece na verdade campo da percepção.

Embora essas regras expressem hereditariedade genética, elas também têm uma importância geral. O fato é que em criar uma situação tal como aquela descrita mais precisamente, o fenômeno de deslocamento (*decalage*) aparece como resultado que estes relacionamentos diretivos mais simples são revelados; é conhecido, por exemplo, que é mais fácil atacar depois de um comando direto do comandante do que um auto direcionado. Na medida em que diz respeito a forma na qual os motivos aparecem, em circunstâncias complexas de atividade voluntária é muito claramente revelado que somente um motivo ideal, isto é, um motivo residindo dentro dos vetores do campo interno, é capaz de subordinar a si mesmo ações dos motivos externos direcionados na direção oposta. Falando figurativamente, o mecanismo psicológico da façanha de vida pode ser encontrado na imaginação humana.

A partir do ponto de vista de mudanças sobre os quais estamos falando, o processo de formação da personalidade pode ser representado como um desenvolvimento da vontade, e isso não é acidental. Ação impulsiva involuntária é ação que é impessoal, embora pode-se falar sobre a perda de vontade somente com relação à

⁰ Veja Leontiev (1972b, pp. 368-378).

⁰ Veja Elkonin (1971, cap. 4).

personalidade (afinal, é impossível perder o que não se tem). Por essa razão, autores que consideram a vontade como o traço mais importante da personalidade a partir do ponto de vista empírico estão corretos⁰. A vontade, entretanto, não parece ser nem o começo, nem o “pivô” da personalidade, é somente uma de suas expressões. A base real da personalidade é que a estrutura específica de toda a atividade do sujeito que ocorre em um determinado estágio do desenvolvimento de suas conexões humanas com o mundo.

O homem vive como se em um círculo cada vez mais amplo de atividade para ele. No começo é um círculo pequeno de pessoas e objetos que o rodeiam diretamente, interação com eles, uma percepção sensorial deles, e uma aprendizagem do que pode ser conhecido sobre eles, uma aprendizagem da importância deles. Mas depois, diante dele começa a se abrir a atividade que reside muito além dos limites de sua atividade prática e contato direto: os limites cada vez mais amplos do que ele pode conhecer, apresentado para ele pelo mundo. O “campo” real que agora determina suas ações não é aquele que é simplesmente apresentado, mas aquele que existe para ele, existe objetivamente ou, algumas vezes, somente como uma ilusão.

O conhecimento do sujeito daquilo que existe sempre ultrapassa sua conversão em algo que determina a atividade dele. Tal conhecimento preenche um papel muito importante na formação de motivos. Em um nível conhecido do desenvolvimento de motivos, à primeira vista aparece como somente “conhecido”, como possível, mas não ainda realmente estimulando qualquer tipo de ação. Para entender o processo de formação da personalidade, é necessário considerar isso sem falhas, embora em si mesmo a extensão do conhecimento não aparece como determinante para a personalidade; por essa razão, incidentalmente, o cultivo da personalidade não pode ser reduzido ao treinamento, ao acúmulo de conhecimento.

A formação da personalidade pressupõe um desenvolvimento dos processos de formação de objetivo e, correspondentemente, o desenvolvimento das ações do sujeito. Ações, se tornando cada vez mais ricas, ultrapassam aquele círculo de atividade que elas realizam e entram em uma contradição com os motivos que as engendram. Os fenômenos de tal ultrapassagem são muito bem conhecidos e repetidamente descritos na literatura sobre a psicologia do crescimento, embora em termos diferentes; esses fenômenos formam a chamada crise do desenvolvimento, a crise dos três anos, sete anos, adolescência, e a crise muito menos frequentemente estudada da maturidade. Como resultado, ocorre um deslocamento dos motivos para objetivos, uma mudança em sua hierarquia, e o engendramento de novos motivos, novos tipos de atividade; objetivos antigos são psicologicamente desacreditados e as ações que respondem a eles ou deixam completamente de existir ou são convertidos em operações impessoais.

Forças se movendo internamente desse processo residem na conexão dual original do sujeito com o mundo e na mediação dual deles, a atividade do objeto e o contato social. Seu desenvolvimento engendra não somente uma dualidade de motivação de ações, mas, devido a isso, também a subordinação deles depende dos relacionamentos objetivos que se abrem diante do sujeito no qual ele entra. O desenvolvimento e multiplicação dessas subordinações, que são especiais em suas naturezas, aparecendo somente nas condições de vida do homem em sociedade, ocupa um longo período que pode ser chamado de estágio espontâneo do desenvolvimento da personalidade, não direcionado pela auto consciência. Neste estágio, que continua até quase o começo da adolescência, o processo de formação da personalidade, entretanto,

⁰ Veja Selivanov (1970, pp. 425-433).

não é concluído; é somente uma preparação para o nascimento da personalidade auto consciente.

Na literatura pedagógica e psicológica tanto o período inicial pré-escolar ou o período pré-adolescente é indicado como um ponto de virada a este respeito. A personalidade na verdade nasce duas vezes; a primeira vez quando aparece na criança em formas claras poli-motivação e subordinação de suas ações (lembraremos do fenômeno do “amargo doce” e outros similares a ele) e uma segunda vez quando sua personalidade consciente aparece. No primeiro caso temos em mente um tipo de reconstrução especial da consciência. O problema surge com relação ao entendimento da necessidade para essa reconstrução e no que ela consiste especificamente.

Essa necessidade é criada pela circunstância de que quanto mais ampla as conexões do sujeito com o mundo, mas elas serão entrelaçadas umas com as outras. Suas ações, realizando uma de suas atividades, um relacionamento, objetivamente parecendo realizar também algum outro tipo de relacionamento seu. Uma possível não conformidade ou contradição deles, entretanto, não cria alternativas que são simplesmente resolvidas através de uma “aritmética de motivos”. Uma situação psicológica real engendrada por um cruzamento de lações do sujeito com o mundo no qual, independentemente dele, cada uma de suas ações e cada um de seus atos de contato com outras pessoas são desenhados, requer dele uma orientação no sistema dessas conexões. Em outras palavras, o reflexo psíquico ou consciência não pode, neste ponto, se tornar orientador para somente algumas ações de um assunto; também deve refletir ativamente a hierarquia dessas conexões, o processo subordinação se desenvolvendo e subordinação cruzada de seus motivos. E isso requer um movimento interno especial da consciência.

Nos movimentos da consciência individual, descritos anteriormente como um processo de transição mútua do conteúdo e significados diretamente sensoriais adquirindo um ou outro sentido, dependendo dos motivos da atividade, também é agora revelado um movimento de uma dimensão. Se o movimento descrito anteriormente é apresentado figurativamente como um movimento no plano horizontal, então o novo movimento ocorre como se verticalmente. Ele consiste de motivos correlacionando um com o outro: alguns ocupam um lugar subordinando outros a si mesmos e, como se elevando si mesmos, outros, pelo contrário, descem para uma posição de subordinação ou até mesmo perda completa de sua função formadora de sentido. A criação desse movimento expressa em si mesma a criação de um sistema conectivo de sentidos pessoais, a criação da personalidade.

Naturalmente, a formação da personalidade representa em si mesma um processo contínuo que consiste em uma série de estágio sequencialmente em mudança, as características qualitativas que dependem de condições e circunstâncias concretas. Por essa razão, observando seu caminho sequencial, observamos somente deslocamentos separados. Mas se olharmos para ele a partir de uma certa distância, então a transição que marca o genuíno nascimento da personalidade apareceria como um evento mudando o caminho de todo o subsequente desenvolvimento psíquico.

Muitos fenômenos existem que marcam essa passagem. Primeiramente é uma reconstrução da esfera de relações com outras pessoas e com a sociedade. Se em estágios iniciais a sociedade é descoberta em contatos cada vez mais amplos que aqueles ao redor da pessoa e, por essa razão, predominantemente em suas formas personificadas, então neste momento essa situação se inverte: as pessoas ao redor começam cada vez mais a agir através das relações sociais objetivas. A transição sobre a

qual estamos falando também inicia mudanças que determinam a coisa principal no desenvolvimento da personalidade, em seu destino.

A necessidade do sujeito de orientar si mesmo no sistema cada vez mais amplo de suas conexões com o mundo é agora revelado em seu novo significado: como aquilo que dá origem ao processo de desdobramento da essência social do sujeito. Em toda sua plenitude esse desdobramento constitui uma perspectiva do processo histórico. Em conformidade com a formação da personalidade em um ou outro estágio do desenvolvimento da sociedade e dependendo do lugar que o indivíduo ocupa no sistema de relações sociais atuais, essa perspectiva aparece somente como eventualmente contendo dentro de si mesma o “ponto final” ideal.

Uma das mudanças por trás da qual a nova reconstrução da hierarquia de motivos se esconde mostra si mesma em uma perda do valor intrínseco para o adolescente de relações no círculo íntimo de seus contatos. Assim, requisições vindas até mesmo dos adultos mais próximos agora preservam suas funções formadoras de sentido somente se elas são incluídas em uma esfera motivacional social mais ampla; em outras circunstâncias elas evocam “rebelião psicológica”. Essa entrada do adolescente em um círculo mais amplo de contatos de forma alguma significa, entretanto, que o íntimo e o pessoal agora são relegados a um plano secundário. Pelo contrário, é nesse período e por essa razão que ocorre um desenvolvimento intensivo da vida interna: lado a lado com a amizade casual se desenvolve a amizade verdadeira nutrida pela confiança mútua; o conteúdo de cartas muda, elas perdem seu caráter estereótipo e descritivo, e relatos de experiências aparecem nelas; tentativas são feitas para manter diários íntimos e aparece o primeiro amor.

Ainda mais profundo, as mudanças marcam os níveis subsequentes de desenvolvimento até o nível que o sistema de relações sociais objetivas e sua expressão adquirem um sentido pessoal próprio. Naturalmente, fenômenos ocorrendo neste nível são ainda mais complexos e podem ser realmente trágicos, mas até mesmo aqui a mesma coisa ocorre: quanto mais a sociedade se revela para a personalidade, mais pleno se torna seu mundo interno.

O processo de desenvolvimento da personalidade sempre permanece profundamente individual, único. Ele produz grandes deslocamentos junto com a abscissa do crescimento e, algumas vezes, evoca a degradação social da personalidade. A coisa principal é que ela procede completamente individual e depende das condições concretas-históricas, do pertencimento do indivíduo a um ou outro ambiente social. É particularmente dramático sob condições de uma sociedade de classe com sua inevitável alienação e parcialização da personalidade, com suas alternativas entre trabalho e gerência. É entendido que as circunstâncias de vida concretas deixam sua marca no processo de desenvolvimento da personalidade mesmo em uma sociedade socialista. Eliminando as condições objetivas que formam uma barreira para o retorno de sua verdadeira essência para o homem, para um desenvolvimento harmonioso e bem equilibrado de sua personalidade, faz disso um prospecto real pela primeira vez, mas não reconstrói automaticamente uma personalidade. A mudança fundamental reside em outra coisa, no aparecimento de um novo movimento: uma luta da sociedade pela personalidade humana. Quando dizemos, “em nome do homem, para o homem”, isso significado não simplesmente para seu uso, mas para sua personalidade, embora aqui é entendido, naturalmente, que ao homem deve ser assegurado bom material e alimentação mental.

Se retornarmos mais uma vez aos fenômenos marcando a transição do período de preparação da personalidade para o período de seu desenvolvimento, então devemos indicar ainda outra transformação transitória. É a transformação da expressão de características de classe da personalidade e, falando mais amplamente, características que dependem da diferenciação social da sociedade. O sujeito é pertencente a condições de classe até mesmo no início do desenvolvimento de suas conexões com o mundo ao redor, um segmento maior ou menor de sua atividade prática, seus contatos, seu conhecimento e sua aquisição de normas de comportamento. Tudo isso são aquisições das quais a personalidade é criada no estágio de sua formação inicial. É possível e é necessário, de acordo com isso, falar sobre o caráter de classe da personalidade? Sim, se mantermos em mente aquilo que a criança assimila do ambiente; não, porque nesse estágio ela é somente um objeto, se pode ser expresso dessa forma, de sua classe, de seu grupo social. Mais tarde a situação é invertida e ela se torna o sujeito da classe e grupo. Então e somente então sua personalidade começa a ser formada como uma personalidade de classe em um significado diferente, verdadeiro da palavra: no começo, talvez inconscientemente, então conscientemente, mas mais cedo ou mais tarde ela irá tomar sua posição – mais ou menos ativa, decisiva ou vacilante. Por essa razão, sob condições de confronto de classe, ela simplesmente não “mostra si mesma”, mas toma seu lugar em um lado ou outro da barricada. Outra coisa se torna evidente, especificamente, que a cada giro de sua forma de vida, ela deve libertar si mesma de alguma coisa, confirmar alguma coisa em si mesma, e ela deve fazer tudo isso e não simplesmente “submeter ao efeito do ambiente”.

Finalmente, junto a essa linha ocorre outra mudança, que também muda o próprio “mecanismo” que forma a personalidade. Anteriormente eu falei sobre a atividade cada vez mais ampla que realmente existe para o sujeito. Mas ela existe também no momento – na forma de seu passado e na forma do futuro que ele vê diante dele. Naturalmente, primeiramente temos em mente a primeira coisa – a experiência individual do sujeito, a função que parece ser, por assim dizer, sua personalidade. E isso novamente ressuscita a fórmula sobre a personalidade como um produto das propriedades inatas e aquisição de experiência. Em estágios iniciais do desenvolvimento essa fórmula pode ainda parecer verossímil, especialmente se não é simplificada e se toda a complexidade dos mecanismos que vão na formação da experiência é considerada. Sob condições de hierarquização de motivos, entretanto, ela continuamente perde seu significado e no nível da personalidade ela parece tombar.

O fato é que neste nível as impressões do passado, experiência e verdadeiras ações do sujeito não aparecem para ele como camadas dormentes de sua experiência. Elas são o assunto de suas relações e suas ações e por essa razão sua contribuição é transformada em personalidade. Uma coisa no passado morre, perde seu sentido e é convertido em simples condição e meios da atividade do sujeito: as aptidões desenvolvidas, habilidades e estereótipos de comportamento; tudo mais aparece para o sujeito em uma luz completamente nova e adquire um novo significado, que ele não percebeu antes; finalmente, algo do passado pode ser ativamente rejeitado pelo sujeito e psicologicamente deixa de existir para ele, embora permaneça no compêndio de sua memória. Essas mudanças ocorrem gradualmente, mas elas podem ser concentradas e pode englobar rupturas morais. A reavaliação resultante do passado que é estabelecida na vida leva ao homem rejeitar de si mesmo o fardo de sua biografia. Isso por si mesmo não indica que as contribuições da experiência do passado para a personalidade eram dependentes da própria personalidade e se tornaram sua função?

Isso parece ser possível porque o novo movimento interno que surgiu no sistema da consciência individual, que eu figurativamente chamei movimento “na vertical”. Mas não se deve pensar que as grandes mudanças na personalidade no passado foram produzidas pela consciência; a consciência não produz elas, mas simplesmente as medeia; elas são produzidas pelas ações do sujeito, algumas vezes até mesmo ações externas rompem os antigos contatos, uma mudança de profissão, uma entrada prática em novas circunstâncias. Isso foi lindamente descrito por Makarenko: roupa velha usada por órfãos em um orfanato é publicamente queimada por elas em uma fogueira.

Apesar de sua prevalência, a consideração da personalidade como um produto da biografia do homem é insatisfatória, confirmando assim o entendimento fatalista de seu destino (um cidadão pensa assim: a criança roubou; portanto, ele será um ladrão!). Essa visão, naturalmente, permite a possibilidade de mudar alguma coisa no homem, mas somente pelo preço da interferência externa, a força que supera a acumulação de sua experiência. Essa é uma concepção da primazia da punição e não arrependimento, recompensa e não a ação que recompensa. O fato psicológico principal é ignorado, especialmente, que o homem entra em relações com seu passado, que entra variavelmente em seu presente – na memória de sua personalidade. Tolstói aconselhou: observe o que você lembra e o que você não lembra; por esses sinais você irá reconhecer si mesmo⁰.

Essa visão é incorreta também porque uma expansão da atividade para o homem ocorre não somente na direção do passado, mas também na direção do futuro. Assim como o passado, o futuro está também presente na personalidade. A perspectiva de vida se abrindo diante do homem não é simplesmente um produto de um “reflexo deixado para trás”, mas também sua propriedade. Nisso reside a força e a verdade do que Makarenko escreveu sobre a importância estimulante desenvolvimentista das perspectivas próximas e de perspectivas mais distantes. Isso também é verdade para adultos. O que segue é uma parábola que ouvi uma vez de um velho cavaleiro nos Urais: quando um cavalo em uma estrada difícil começa a tropeçar, então é necessário não chicoteá-lo, mas levantar sua cabeça mais alto para que ele possa ver mais à frente.

Uma personalidade é criada por circunstâncias objetivas, mas de nenhuma outra forma que não através de todo o agregado da atividade que realiza suas relações com o mundo. As características da atividade também formam aquilo que determina o tipo de personalidade. Embora as questões da psicologia diferencial não são uma parte do problema aqui, a análise da formação da personalidade, não obstante, leva ao problema da abordagem geral da investigação dessas questões.

A primeira base da personalidade que nenhuma concepção diferencial-psicológica pode ignorar é a riqueza das conexões do indivíduo com o mundo. Essa riqueza também distingue um homem cuja vida engloba um círculo amplo de várias atividades, desde aquele professor de Berlin cujo “mundo se estende desde Moabite até Kionenik e que está trancado atrás dos portões de Hamburgo, seus relacionamentos com aquele mundo sendo reduzidos a um mínimo por sua lamentável posição na vida” (Marx e Engels, 2007). É entendido que estamos falando sobre relacionamentos reais e não sobre relacionamentos alienados do homem, que resistem a ele ou o subordinam a si mesmos. Psicologicamente, expressamos esses relacionamentos reais através de um entendimento da atividade, seus motivos formadores de sentido, e não na linguagem dos estímulos e operações completadas. Deve ser adicionado aqui que as atividades

⁰ Veja Tolstói (1935, p. 31).

formando a base da personalidade incluem em si mesmas também atividades teóricas, e que ao longo do desenvolvimento seu círculo pode não somente expandir, mas também contrair; na psicologia empírica isso é chamado “uma contradição de interesses”. Algumas pessoas não notam essa contradição; outras, como Darwin, queixam-se sobre isso como um infortúnio⁰.

As diferenças que existem aqui não são somente quantitativas, expressando a medida da extensão que o mundo abre diante do homem no espaço e tempo, em seu futuro. Por trás delas residem as diferenças em conteúdo desses relacionamentos objetivos e sociais que são mandatados pelas condições objetivas da época, nação e classe. Por essa razão, a abordagem da tipologia das personalidades, mesmo se se considera somente um parâmetro, na terminologia atual, só pode ser concreta-histórica. Mas a análise psicológica não para nisso, pois as conexões da personalidade com o mundo podem tanto ser mais pobres do que aqueles que definem as condições objetivas ou podem superar substancialmente elas.

Um segundo e mais importante parâmetro da personalidade é o grau com o qual as atividades e seus motivos são arranjados hierarquicamente. Esse grau pode ser bastante diferente independentemente de a base da personalidade formando as conexões do sujeito com o ambiente é estreita ou ampla. As hierarquias de motivos existem sempre em todos os níveis de desenvolvimento. São esses motivos que formam unidades relativamente independentes da vida da personalidade, e elas podem ser menores ou maiores, dividir um a partir de outra ou dentro de uma única esfera motivacional. Divisão dessas unidades de vida que são hierarquicamente arranjadas dentro de si mesmas cria composição psicológica de uma pessoa vivendo fragmentariamente, primeiro em um “campo”, então em outro. Por outro lado, um grau superior de hierarquização de motivos é expresso no fato de que o homem parece medir suas ações contra seus motivos principais, objetivos e então encontra que alguns desses estão em contradição direta com um determinado motivo, e outros respondem diretamente a ele, e ainda outros levam para longe dele.

Quando o motivo principal que estimula o homem está sob consideração, então geralmente estamos falando sobre o objetivo de vida. Esse motivo é, entretanto, sempre adequadamente revelado para a consciência? Essa questão não pode ser respondida levemente porque sua percepção na forma de entendimento da ideia ocorre não de si mesmo, mas naquele movimento da percepção individual através da qual sozinho o sujeito é capaz de interpretar o que é interno para ele através de um sistema de significados ou conceitos assimilados. Já falamos sobre isso e sobre a luta que é travada na sociedade para a consciência do homem.

Unidades de significado de vida podem se reunir como se em um fluxo, mas essa é uma caracterização figurativa. A questão que permanece mais importante é qual lugar é ocupado por aquele ponto no espaço extensivo que constitui a realidade genuína, real, embora nem sempre aparente para o indivíduo. Toda a vida do Cavaleiro Avarento⁰ era direcionada a um objetivo: adquirir o “poder do ouro”. Esse propósito foi alcançado (“Quem sabe quantas amargas abstenções, paixões contidas, pensamentos pesados, dias de preocupação, noites sem dormir, tudo isso custou?”), mas a vida terminou em nada e o objetivo pareceu sem sentido. Pushkin termina a tragédia do Cavaleiro Avarento com as palavras, “Horível era! Terrível coração!”.

⁰ Veja Darwin (1957, pp. 147-148).

⁰ [Скупой рыцарь (1904) – Ópera Russa de um ato com música de Sergei Rachmaninoff, com libreto baseado no drama de mesmo nome de Alexander Pushkin – M.S.]

Uma personalidade diferente com um destino diferente é criada quando o motivo-objetivo principal é elevado a um nível verdadeiramente humano e não enfraquece o homem, mas funde sua vida com a vida das pessoas, com seu bem. Dependendo das circunstâncias que são o destino do homem, tais motivos de vida podem adquirir conteúdo bastante diferentes e importância objetiva diferente, mas somente eles são capazes de criar uma justificação psicológica interna para sua existência, que engloba o sentido e felicidade da vida. O ápice nesse caminho é o homem tendo se tornado, nas palavras de Gorki, um homem do Homem.

Aqui abordamos o parâmetro mais complexo da personalidade: o tipo geral de sua estrutura. A esfera motivacional do homem, mesmo em seu desenvolvimento mais superior, nunca se parece com uma pirâmide rígida. Ela pode ser deslocada, excêntrica no que diz respeito ao verdadeiro espaço da realidade histórica, e então descrevemos ela como uma personalidade unilateral. Isso pode, por outro lado, se desenvolver como uma personalidade de muitos lados incluindo um amplo círculo de relacionamentos. Mas no primeiro caso assim como no outro, necessariamente reflete a não conformidade objetiva desses relacionamentos, as contradições entre eles, e a mudança de lugar que eles ocupam.

A estrutura da personalidade representa em si mesma uma configuração relativamente estável das linhas motivacionais principais organizadas hierarquicamente dentro de si mesma. Estamos falando aqui sobre o fato de que a “direção da personalidade” é descrita incompletamente, incompletamente porque até mesmo na presença de uma linha predominante distinta de vida em um homem, ainda não pode ser a única linha. Servindo o objetivo ou ideal selecionado não exclui nem extingue outros relacionamentos de vida do homem, que por sua vez formam os motivos formadores de sentido. Falando figurativamente, a esfera motivacional da personalidade sempre aparece com vários andares, assim como aquele sistema objetivo de conceitos axiológicos que caracterizam a ideologia de uma determinada sociedade, uma determinada classe ou estrato social que é comunitarizado [Коммуницируясь] e assimilado (ou rejeitado) pelo homem.

Relacionamentos internos das linhas motivacionais principais na atividade agregada do homem formam como se um “perfil psicológico” geral da personalidade. Algumas vezes assumem a configuração de um achatamento desprovido de ápice real; então o que é pequeno na vida o homem toma como algo grande, e as coisas grandes ele absolutamente não vê. Tal pobreza de personalidade pode sob certas condições sociais ser combinada com uma satisfação de um círculo bastante amplo de necessidades diárias. Nisso, incidentalmente, reside a ameaça psicológica que a sociedade consumidora moderna impõe para a personalidade do homem.

Uma estrutura diferente do perfil psicológico da personalidade é criada pelo paralelismo dos motivos de vida, frequentemente combinado com o surgimento dos picos imaginários formados somente por “motivos familiares” – estereótipos de ideais, desprovido de sentido pessoal. Tal estrutura, entretanto, é transiente: desde o início o paralelismo de linhas de vários relacionamentos de vida entra subsequentemente nas conexões internas. Isso ocorre inevitavelmente, mas não de si mesmo; é resultado de um trabalho interno sobre o qual falei anteriormente e que aparece na forma de um movimento específico da consciência.

Relacionamentos multifacetados nos quais o homem entra com a realidade são objetivamente contraditórios. Suas contradições engendram conflitos que sob certas circunstâncias são fixados e entram na estrutura da personalidade. Assim, uma

separação que surge historicamente da atividade teórica interna não somente dá origem a um desenvolvimento unilateral da personalidade, mas pode levar a desordens psicológicas, a divisão da personalidade em duas esferas estranhas uma a outra – a esfera de sua aparência na vida real e a esfera de sua aparência na vida que existe somente como uma ilusão, somente no pensamento autista. É impossível descrever tal distúrbio psicológico mais penetrantemente do que fez Dostoiévski, a partir de uma existência miserável preenchida com questões sem sentido, seu herói escapa em uma vida de imaginação, em sonhos; diante de nós existe como se duas personalidades, uma, a personalidade de um homem que é humilhantemente covarde, um excêntrico que se fecha em sua toca, a outra, uma personalidade romântica e até mesmo heroica aberta a todos os prazeres da vida. E essa é a vida de um e mesmo homem; por essa razão, inevitavelmente chega um momento quando os sonhos são dissipados e seguem anos de solidão sombria, melancolia e desânimo.

A personalidade do herói de *Noites Brancas* também é especial, até mesmo um fenômeno único. Mas, através dessa singularidade é evidente uma verdade psicológica geral. Essa verdade é que a estrutura da personalidade recai nem às riquezas de conexões entre homem e o mundo, nem ao grau que eles são arrançados em hierarquias, que sua caracterização reside na correlação de vários sistemas desenvolvidos pelos relacionamentos de vida que engendram conflitos entre eles. Algumas vezes, esse conflito ocorre em formas externamente imperceptíveis, ordinariamente dramáticas por assim dizer, e não perturba a harmonia da personalidade ou seu desenvolvimento; afinal, uma personalidade harmoniosa não é uma personalidade que não conhece qualquer tipo de luta interna. Algumas vezes, entretanto, essa luta interna se torna a coisa principal que determina toda a composição do homem; tal é a estrutura da personalidade trágica.

Assim, a análise teórica permite um isolamento de pelo menos três parâmetros básicos da personalidade: a extensão das conexões do homem com o mundo, o grau que eles são arrançados em hierarquias e sua estrutura geral. Naturalmente, esses parâmetros não dão a tipologia psicológica diferencial; eles podem somente servir como um plano esquelético, que deve ainda ser lavrado com um conteúdo concreto-histórico vivo. Mas, este é um problema para uma investigação específica. Entretanto, não ocorrerá sob essas circunstâncias uma substituição da psicologia sociológica, o “psicológico” na personalidade não será perdido?

Essa questão surge porque a abordagem sobre a qual estamos falando difere da abordagem antropologista usual (ou cultural-antropológica) da psicologia da personalidade, que considera a personalidade como um indivíduo tendo traços psicofisiológicos e psicológicos que são transformados no processo de sua adaptação ao ambiente social. Nossa análise, pelo contrário, requer considerar a personalidade como uma nova qualidade engendrada pelo movimento dos sistemas de relações sociais objetivas nas quais sua atividade é elaborada. A personalidade, assim, não mais parece ser o resultado de uma estratificação direta de influências externas; aparece como algo que o homem cria de si mesmo, confirmando sua vida humana. Ele confirma ela em casos e contatos diários, assim como em pessoa as quais ele dá alguma parte de si mesmo sobre as barricadas da luta de classes, assim como nos campos de batalha por seu país, e algumas vezes ele conscientemente confirma ela até mesmo ao preço de sua vida física.

Na medida em que estamos preocupados com tais “subestruturas psicológicas da personalidade” como temperamento, necessidades e inclinações, experiências e interesses emocionais, objetivos, hábitos e costumes, traços morais etc., é entendido que

eles no mínimo não desaparecem. Eles são somente evidentes de formas diferentes: ou como condições ou em suas origens e transformações, em mudanças de seus lugares na personalidade, que ocorre no processo de desenvolvimento deles.

Assim, as características do sistema nervoso inquestionavelmente representam traços individuais e, ao mesmo tempo, bastante estáveis; esses traços, entretanto, não forma a personalidade humana. Em suas ações o homem conscientemente ou inconscientemente lida com os traços de sua constituição assim como ele lida com as condições externas de suas ações e com os meios que ele possui para alcança-los. Caracterizando o homem como um ser natural, os traços, entretanto, não podem desempenhar o papel de forças que determinam a motivação da formação da atividade e objetivo que estão se formando nele. O único problema real – embora surja secundariamente aqui – o problema da psicologia da personalidade, é um problema da formação de ações do sujeito direcionada para suas próprias características inatas ou adquiridas, que não entram diretamente na caracterização psicológica de sua esfera da personalidade.

Podem ainda menos serem considerados como subestruturas os fatores ou “modos” da personalidade, como necessidades e propósitos. Eles aparecem somente como abstraídos da atividade do sujeito no qual suas metamorfoses ocorrem; mas não são essas metamorfoses que criam a personalidade; pelo contrário, eles próprios são engendrados pelo movimento do desenvolvimento da personalidade. Esse movimento está sujeito à mesma fórmula que descreve a transformação das necessidades humanas. Começa a partir da ação do sujeito a fim de sustentar sua existência; leva ao sujeito sustentando sua existência a fim de agir, para executar os negócios de sua vida, para alcançar seu próprio humano. Essa inversão, concluindo o estágio do estabelecimento da personalidade, também revela as perspectivas ilimitadas para seu desenvolvimento.

“Necessidades para si mesmo” objeto-material tendo sido satisfeitas, essa satisfação leva a elas serem reduzidas ao nível de condições de vida, que são percebidas a menos pelo homem quanto mais habitual elas se tornam. Por essa razão, a *personalidade não pode se desenvolver dentro da estrutura da necessidade; seu desenvolvimento necessariamente pressupõe um deslocamento de necessidades por criação, que sozinho não conhece limites.*

Isso deve ser enfatizado? Certamente que deve, porque o sentido ingênuo e, em essência, residual algumas vezes representa uma transição ao princípio, “de acordo com a necessidade”, quase como uma transição para a sociedade consumidora superpróspera. Perdido de vista aqui está o fato de que é necessário também passar por uma transformação do consumo material, de que a possibilidade para todos de satisfazer essas necessidades elimina o valor intrínseco das coisas que as satisfazem e elimina aquela função antinatural que elas preenchem na sociedade de propriedade privada – uma função de confirmar através delas o próprio homem, seu próprio “prestígio”.

A última questão teórica que considerarei é a questão de perceber si mesmo como uma personalidade. Na psicologia é colocado como uma questão da auto consciência, uma questão do processo de seu desenvolvimento. Existe um grande número de trabalhos dedicados a uma investigação desse processo. Eles contêm dados detalhados caracterizando os estágios de formação na ontogênese de representações sobre si mesmo. Estamos falando sobre a formação do chamado plano do corpo, os potenciais para localizar no interior de alguém o aspecto externo reconhecendo si mesmo em um espelho ou em uma fotografia. Cuidadosamente observado é o processo de desenvolvimento nas crianças da avaliação de outras e de si mesmas em que

características físicas são isoladas primeiro e então características psicológicas e morais são adicionadas a elas. Uma mudança que ocorre paralela a isso é que a caracterização parcial de outras e si mesmo rende para a caracterização que é mais completa, uma que engloba o homem como um todo e seus traços essenciais que o distinguem. Tal é o retrato empírico do desenvolvimento do auto reconhecimento, do reconhecimento dos próprios traços, propriedades e potenciais individuais. Esse retrato, entretanto, responde a questão sobre o desenvolvimento da autoconsciência, da percepção do “eu”?

Sim, se entendemos a auto percepção somente como conhecimento sobre si mesmo. Como todo conhecimento, o autoconhecimento começa com isolar as propriedades superficiais externas e é o resultado de comparação, análise e generalização, de isolar o essencial. Mas a consciência individual não é somente conhecimento, não é somente um sistema de conhecimento ou conceitos adquiridos. Sua propriedade é um movimento interno que reflete o movimento da vida real do próprio sujeito, que ela medeia; já vimos que somente nesse movimento o conhecimento encontra sua relevância para o mundo objetivo e sua eficácia. A questão é também a mesma quando o objeto da consciência são os traços, características e ações ou condições do próprio sujeito; neste caso também é necessário distinguir entre conhecimento sobre si mesmo e conhecer a si mesmo.

Conhecimento, representações sobre si mesmo, começa a se acumular até mesmo na primeira infância; em formas imperceptíveis ela evidentemente existe também em animais superiores. Autoconhecimento, percepção do próprio “eu”, é outra questão. É o resultado, o produto, da formação do homem como uma personalidade. Representando em si mesmo a conversão fenomenológica das formas dos relacionamentos verdadeiros da personalidade e seu imediatismo, aparece como sua causa e assunto.

O problema psicológico do “eu” surge tão logo colocamos a questão: para qual tipo de realidade está relacionado tudo que sabemos sobre nós mesmos, e tudo que sabemos sobre nós mesmos relacionado a essa realidade? Como que em uma realidade eu encontro meu “eu” e em outra eu perco ele (até mesmo dizemos, “Não sou eu mesmo...”) ? A não correspondência do “eu” e aquilo que o sujeito representa como um objeto de seu próprio conhecimento de si mesmo é psicologicamente evidente. Além disso, a psicologia que origina de uma posição organista não pode dar uma explicação científica dessa não coincidência. Se o problema do “eu” é proposto nela, então é somente na forma de uma afirmação de existência de um caso especial dentro da personalidade – um homem pequeno dentro do coração que no momento propício “puxa as cordas”. É entendido que rejeitar a possibilidade de atribuir substancialmente a esse caso especial, a psicologia termina por evadir o problema, em dissipar o “eu” na estrutura da personalidade, e suas interações com o mundo ao redor. Não obstante, ele ainda permanece, mostrando si mesmo agora na forma de uma unidade para penetrar no mundo, na necessidade de “efetivar si mesmo” que está dentro do indivíduo (Nuttin, 1925, p. 234).

Assim, o problema da autoconsciência da personalidade, percepção do “eu”, permanece não resolvida na psicologia. E isso não é, de forma alguma, um problema imaginário; pelo contrário, é um problema de grande importância vital coroando a psicologia da personalidade.

V. I. Lenin escreveu sobre o que distingue um “simples escravo” de um escravo que está reconciliado com sua posição de um escravo que se rebelou⁰. Essa

⁰ Veja Lenin (1974, p. 230).

diferença reside não em conhecer seus próprios traços individuais, mas em perceber si mesmo em um sistema de relações sociais. Perceber o próprio “eu” não significa qualquer coisa além disso.

Nos tornamos acostumados a pensar que o homem representa um centro no qual estão focadas as influências externas e a partir do qual se estendem linhas de suas conexões, suas interações com o mundo externo, que este centro, dado consciência, é realmente este “eu”. Mas isso não é, de forma alguma, a questão. Vimos que as atividades multifacetadas do sujeito são entrelaçadas uma com a outra e conectadas em nós por relacionamentos objetivos, sociais por natureza, na qual ele entra necessariamente. Esses nós, suas hierarquias, também forma aquele “centro de personalidade” secreto, que chamados “eu”; em outras palavras, esse centro reside não no individual, não sob a superfície de sua pele, mas em seu ser.

Assim, a análise da atividade e consciência inevitavelmente leva a uma rejeição do entendimento tradicional, para a psicologia empírica, egocêntrica, “Ptolomaico”, do homem a favor do “Copérnico”, que considera o “eu” humano como incorporado em um sistema geral de interconexões de pessoas na sociedade. É somente necessário enfatizar aqui que a inclusão no sistema não significa ser dissolvido nele, mas, pelo contrário, significa encontrar e revelar nele a força da ação de alguém.

Em nossa literatura psicológicas as palavras de Marx são frequentemente citadas de que o homem não nasceu um filósofo fichtiano, que o homem olha para outro homem como se em um espelho e somente por se comportar diante dele como se comportaria diante de si mesmo que ele começa a se comportar diante de si mesmo como para um homem. Essas palavras são frequentemente entendidas somente no sentido de que o homem forma sua imagem de acordo com a imagem de outro homem. Mas nessas palavras é expresso um significado muito mais profundo. A fim de entender isso, é suficiente reestabelecer seu contexto.

“Em certas relações”, começa Marx no comentário citado, “o homem lembra uma mercadoria”. O que são essas relações? Evidentemente elas são aqueles relacionamentos discutidos no texto que acompanha o comentário citado. Esses são as relações de custo das mercadorias. Esses relacionamentos são baseados no fato de que o corpo natural de uma mercadoria se torna a forma e reflete o custo de outra mercadoria, i.e., eles são os relacionamentos de tal qualidade superficial que o corpo da mercadoria nunca é penetrado. Marx termina essa observação assim: “No entanto, até mesmo Paul enquanto tal, em toda sua fisicalidade pavloviana, se torna para ele uma forma de revelar o gênero *homem*” (Marx, 2013, grifos meus). Mas, para Marx, o homem como um ser genérico não é a espécie biológica *Homo sapiens*, mas uma sociedade humana. Nele, em suas formas personificadas, o homem também vê si mesmo como um homem.

O problema do “eu” humano pertence a um número de problemas que têm sido negligenciados pela análise psicológica científica. Acesso a isso está fechado por muitas representações falas compiladas na psicologia no nível empírico da investigação da personalidade. Neste nível a personalidade inevitavelmente aparece como um indivíduo complicado, mas não transformado pela sociedade, isto é, encontrando nela novas propriedades sistêmicas. Mas exatamente nelas, suas propriedades “suprasensorial”, ele corporifica um assunto para a ciência psicológica.

Conclusão

CONCLUSÃO

Embora eu chame essas páginas de conclusão, a tarefa aqui não é de resumir o trabalho, mas sim observar futuras perspectivas. Em minha visão, elas aparecem como uma investigação daquelas transições que podem ser chamadas de transições interníveis.

Sem dificuldade isolamos vários níveis de estudo do homem: o nível biológico sobre o qual ele aparece como um ser físico, natural, o nível psicológico sobre o qual ele aparece como um sujeito da atividade da vida, e, finalmente, o nível social sobre o qual ele aparece como realizando relações sociais objetivas, o processo sócio-histórico. A existência desses níveis coloca um problema sobre os relacionamentos internos que conectam o nível psicológico com o biológico e o social.

Embora este problema confrontou a psicologia por um longo tempo, até mesmo hoje não pode ser considerado resolvido. A dificuldade é que para uma solução científica uma abstração preliminar é necessária para aquelas interações e conexões específicas do sujeito que engendra o reflexo psíquico da realidade no cérebro humano. A categoria de atividade na verdade contém essa abstração, e isso, é entendido, não somente não destrói a totalidade do sujeito concreto como o vemos no trabalho, em sua família, ou até mesmo em nossos laboratórios, mas, pelo contrário, retorna ele para a psicologia.

Retornando o homem total para a psicologia, entretanto, pode ser alcançado somente com base em uma investigação especial das intertransições de certos níveis em outros, que ocorre ao longo do desenvolvimento. Tal investigação deve rejeitar a ideia de considerar esses níveis como superimpostos um sobre o outro, e até mesmo mais fortemente aquela de reduzir um nível em outro. A obviedade disso é particularmente evidente no estudo da ontogênese. Se, nos passos iniciais do desenvolvimento psicológico da criança, suas adaptações biológicas (que dão uma contribuição decisiva para o estabelecimento de suas percepções e emoções) aparecem no plano primário, então subsequentemente essas adaptações são transformadas. Isso, naturalmente, não significa que elas simplesmente param de funcionar; significa outra coisa, especificamente que elas começam a realizar outros níveis superiores de atividade sobre as quais a quantidade que elas contribuem a cada estágio determinado do desenvolvimento depende. Nossa tarefa dual consiste, portanto, em investigar a possibilidade (ou limitação) que elas corporificam. No desenvolvimento ontogenético este problema se repete constantemente, algumas vezes em uma forma bastante nítida quando ela está, por assim dizer, no período de puberdade quando das mudanças biológicas ocorrem, que desde o começo possuem uma já transformada expressão psicológica, e quando a questão total é qual tipo de expressões elas serão.

Mas vamos colocar de lado a questão do desenvolvimento da psicologia. Todo o princípio sobre o qual as relações interníveis dependem consiste no fato de que o nível superior disponível sempre se torna dominante, mas ele não pode ser realizado exceto com a ajuda de níveis mais inferiores e é assim dependente deles.

O problema das investigações interníveis, então, é estudar as formas multifacetadas dessas realizações devido as quais os processos de nível superior não estão somente concretizados, mas também individualizados.

A questão principal que não pode ser perdida de vista é que nas investigações interníveis nós lidamos não com algo que é somente unilateral, mas com algo que tem dois lados e que tem um movimento com uma forma espiral: com a formação de níveis superiores e o “abandono” ou alternância de níveis inferiores, que por sua vez serve a possibilidade de posterior desenvolvimento do sistema como um todo. Assim, as investigações interníveis, sendo interdisciplinar, também exclui entende-las como

reduzindo um nível em outro ou tentando encontrar suas conexões e coordenações correlativas. Eu especialmente enfatizei isso porque se em sua época N. N. Lange falou sobre o paralelismo psicofisiológico como sobre um pensamento “terrível”, então atualmente o reducionismo se tornou um pensamento realmente terrível para a psicologia. Um reconhecimento disso está penetrando cada vez mais na ciência ocidental. A conclusão geral a partir de uma análise do reducionismo foi formulada bastante nitidamente por autores ingleses na última edição (1974) do periódico internacional *Cognition*: a única alternativa para o reducionismo é o materialismo dialético (S. Rose e H. Rose, v.2, n.4). Isso é realmente assim. A resolução científica do problema, biológica e psicológica, psicológica e social, é simplesmente impossível fora do sistema marxista de análise. Por essa razão, mesmo o programa positivista “Ciência Unificada” (com letras maiúsculas!), fingindo unir o conhecimento por meios de esquemas (modelos) multi-matemáticos e cibernéticos universais, sofreram uma clara derrota.

Embora esses esquemas sejam realmente capazes de comparar qualitativamente diferentes fenômenos entre si mesmos, ainda eles não são efetivos em determinado nível de abstração, no nível das especificidades desses fenômenos e suas intertransformações. Na medida em que a psicologia está preocupada, existe definitivamente quebras com o caráter concreto do homem.

Naturalmente, tendo dito tudo isso, tenho em mente a maioria das relações entre os níveis de investigação psicológico e morfofisiológico. Pode-se pensar, entretanto, que a questão também é a mesma na conexão que existe entre os níveis social e psicológico.

Infelizmente, especificamente aqueles problemas sócio-psicológicos que permanecem os menos pesquisados em nossa ciência que são os mais cheios de concepções e métodos elaborados por pesquisas externas, isto é, por pesquisas subordinadas ao problema de encontrar uma base psicológica para justificar e imortalizar as relações inter-humanas engendradas pela sociedade burguesa. Mas, uma reconstrução da ciência sócio-psicológica a partir do ponto de vista marxista não pode ocorrer independentemente de um ou outro entendimento sócio-psicológico do homem, e o papel em sua formação de conexões vitais do homem com o mundo engendrado por essas relações sociais na qual ele age.

Por essa razão, pensando sobre as perspectivas da ciência psicológica como centrando em si mesma abordagens multifacetadas do homem, deve-se não ser distraído do fato de que essa centralização ocorre sobre o nível social – assim como é nesse nível que o destino humano é decidido.

Referências

ALLPORT, Gordon. **Pattern and Growth in Personality** [*Padrão e Crescimento na Personalidade*]. Nova Iorque, 1961.

ANNANIEV, Boris Gerasimov. **Человек как предмет познания** [*O Homem como um Objeto do Conhecimento*]. Leningrado, 1968.

BAGBY, Y. W. A Cross-Cultural Predominance of Perceptual Binocular Rivalry [*Predominância Cultural Transversal da Rivalidade Binocular Perceptiva*]. In: **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 54. 1957.

BARNES, Harry. **Outstanding Contributions to Anthropology, Culture, Culturology, and Cultural Evolution** [*Contribuições Relevantes para a Antropologia, Cultura, Culturologia e Evolução Cultural*]. Nova Iorque, 1960.

BASSIN, F. B. К развитию проблем значения и смысла [*Sobre o Desenvolvimento do problema de Significado e Sentido*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*]. 1973.

BEER, T. e UEXKÜLL, Jakob Johann von. Vorschläge zu einer objektiv Nomenklatur [*Propostas para uma Nomenclatura Objetiva*]. In: **Biologisches Zentralblatt**, v.19, 1899.

BERGER, Gaston. **Caractère et Personnalité** [*Caráter e Personalidade*]. PUF, 1959.

BERNSTEIN, Nikolai Aleksandrovich. Физиология движения [*Fisiologia do Movimento*]. In: KONRADI, G. P.; SLONIM, A. D.; FARFEL, V. S. **Физиология труда** [*Fisiologia do Trabalho*]. Moscou, 1934.

BERNSTEIN, Nikolai Aleksandrovich. **О построении движений** [*A Estrutura do Movimento*]. Moscou, 1947.

BLONSKI, Pavel Petrovich. **Психологические очерки** [*Ensaio Psicológicos*]. Moscou, 1927.

BOZOVICH, Lidia Ilinichna. Проблема развития мотивационной сферы ребенка [*O Problema do Desenvolvimento da Esfera Motivacional na Criança*]. In: **Изучение мотивации поведения детей и подростков** [*O Estudo do Comportamento Motivacional em Crianças e Adolescentes*]. Moscou, 1972.

BOZOVICH, Lidia Ilinichna; MOROZOVA, Natalia Nikolaievna; SLAVINA, Lia Solomonovna. Развитие мотивов учения у советских школьников [*Desenvolvimento de Motivos para a Aprendizagem em Pupilos Soviéticos*]. In: **Известия Академии педагогических наук РСФСР** [*Anais da Academia de Ciências Pedagógicas da RSFSR*], n.36. Moscou, 1951.

BRUSHLINSKI, A. V. O некоторых методах моделирования в психологии [*Alguns Métodos de Modelagem na Psicologia*]. In: **Методологические и теоретические проблемы психологии** [*Os Problemas Teóricos e Metodológicos da Psicologia*]. Moscou, 1969.

CATTELL, Raymond Bernard. **Personality** [*Personalidade*]. Nova Iorque, 1950.

CHISTOVICH, L. A.; ALYAKRINSKI, V. V.; ABULYAN, V. A. Временные задержки при повторении слышимой речи [*Pausas Temporárias para Repetição do Discurso Audível*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*], 1960.

CHISTOVICH, L. A., KLAAS, Yu. A.; ALEKSIN, R. O. О значении имитации для распознавания звуковых последовательностей [*Sobre a Importância da Simulação para o Reconhecimento de Sequências Sonoras*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*], 1961.

DARWIN, Charles. **Воспоминания о развитии моего ума и характера. Автобиография** [*Memórias do Desenvolvimento da Minha Mente e do Caráter. Autobiografia*]. Moscou, 1957.

DESCARTES, René. **Рассуждение о методе. С приложениями: Диоптрика. Метеоры. Геометрия** [*Discurso sobre o Método. Anexos: Óptica, Meteoros, Geometria*]. Moscou, 1953.

ELKONIN, Daniil Borisovich. К проблеме периодизации психического развития советского школьника [*O Problema da Periodização do Desenvolvimento Psíquico dos Pupilos Soviéticos*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*], 1971.

ENGELS, Friedrich. Princípios do Comunismo. In: **MECW**, v.6, [1847].

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

EYSENCK, Hans. **The Dimensions of Personality** [*As Dimensões da Personalidade*]. Londres, 1947.

EYSENCK, Hans. **The Structure of Personality** [*A Estrutura da Personalidade*]. Londres, 1960.

FOLEY, J. B. An Experimental Investigation of the Visual Field in the *Rhesus* Monkey [*Uma Investigação Experimental do Campo Visual em Macaco Resus*]. In: **Journal of Genetic Psychology**, n. 56, 1940.

FRAISSE, Paul. Les Émotions [As Emoções]. In: **Traité de Psychologia Expérimentale** [Tratado de Psicologia Experimental], v.5. PUF, 1965.

GAFFRON, Mercedes. Perceptual Experience: An Analysis of its Relation to the External World Through Internal Processing [Experiência Perceptiva: Uma Análise de sua Relação com o Mundo Externo Através do Processamento Interno]. In: **Psychology: A Study of a Science**, v.4. 1963.

GALPERIN, Piotr Ya. Развитие исследований по формированию умственных действий [O Desenvolvimento das Investigações da Formação das Ações Mentais]. In: **Психологическая наука в СССР** [Ciência Psicológica na U.R.S.S.], v.1. Moscou, 1959.

GALPERIN, Piotr Ya. Психология мышления и учение о поэтапном формировании умственных действий [A Psicologia do Pensamento e o Estudo da Formação Gradual de Ações Mentais]. In: **Исследования мышления в советской психологии** [Investigações do Pensamento na Psicologia Soviética]. Moscou, 1966.

GELLHORN, E.; LOOFBOURROW, J. **Эмоции и эмоциональные расстройства** [Emoções e Desordens Emocionais]. Moscou, 1966.

GIBSON, James Jerome. **Perception of the Visual World** [Percepção do Mundo Visível]. Boston, 1950.

GIPPENREITER, Yulia B.; LEONTIEV, Alexei Nikolaevich; OVCHINNIKOV, O. V. Овчинникова. Анализ системного строения восприятия [Análise da Estrutura Sistêmica da Percepção]. In: **Доклады АПН РСФСР** [Anais da Academia de Ciências Pedagógicas da RSFSR]. Moscou, 1957-1959.

GIPPENREITER Yulia B.; PEAK, G. L. Фиксационный оптокинетический нистагм как показатель участия зрения в движениях [Fixação Nistagmo Optocinético como um Indicador do Papel da Visão no Movimento]. In: **Исследование зрительной деятельности человека** [Estudo da Atividade Visual Humana]. Moscou, 1973.

GIPPENREITER, Yulia B.; ROMANOV, V. Ya.; SAMSONOV, I. S. Метод выделения единиц деятельности [Um Método de Isolar Unidades da Atividade]. In: **Восприятие и деятельность** [Percepção e Ação]. Moscou, 1975.

GUNDERSON, K. Robot, Consciousness, and Programmed Behavior [Robô, Consciência e Comportamento Programado]. In: **The British Journal for the Philosophy of Science**, v.19, n.2. 1968.

GURGENIDZE, G. S.; ILIENKOV, Evald Vasilievich. Выдающееся достижение советской науки [Realizações de Destaque na Ciência Soviética]. In: **Вопросы философии** [Questões Filosóficas]. 1975.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopédia de Ciências Filosóficas, *Mente Subjetiva*. In: **Соч., т. IV** [Obras, v.4]. Moscou, 1959.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. Идеальное [Ideal]. In: **Философская энциклопедия** [Enciclopédia Filosófica], v.2. Moscou, 1962.

JAMES, William. Существует ли сознание? [A Consciência Existe?]. In: **Новые идеи в философии** [Novas Ideias em Filosofia]. Moscou, 1910.

JANET, Pierre. **L'évolution de Caractère et Personnalité** [A Evolução do Caráter e Personalidade]. Paris, 1929.

KONSTANTINOV, Fedor Vladimir (Org.). **Философская энциклопедия** [Enciclopédia Filosófica], v.2. Moscou, 1962.

KONSTANTINOV, Fedor Vladimir (Org.). **Ленинская теория отражения и современная наука** [Teoria do Reflexo e da Ciência Moderna de Lenin]. Moscou, 1967.

KORNILOV, Konstantin Nikolaevich. **Современная психология и марксизм** [A Psicologia Moderna e o Marxismo]. Leningrado, 1923.

LANGE, Nikolai Nikolaevich. **Психологические исследования** [Estudos Psicológicos]. Odessa, 1893.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm von. **Новые опыты о челоическом разуме** [Novos Experimentos sobre a Mente Humana]. Moscou-Leningrado, 1936.

LEKTORSKY, V. A. **Проблема субъекта и объекта в классической и современной буржуазной философии** [O Problema do Sujeito e Objeto na Filosofia Burguesa Clássica e Contemporânea]. Moscou, 1965.

LENIN, Vladimir Ilitch. Reformism in the Russian Social-Democratic Movement [Reformismo no Movimento Social-Democrata Russo]. **Lenin Collected Works**, v.17. Moscou: Progress Publishers, 1974, pp. 229-241.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos Sobre a Dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Materialismo e Empiriocriticismo**: Notas Críticas Sobre uma Filosofia Reaccionária. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Очерк развития психики** [Esboço do Desenvolvimento da Psique]. Moscou, 1947a.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Психологические основы дошкольной игры [*Fundamentos Psicológicos do Jogo Pré-Escolar*]. In: **Дошкольное воспитание** [*A Educação na Primeira Infância*]. 1947b.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. О механизме чувственного отражения [*O Mecanismo do Reflexo Sensorial*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*]. 1959.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Автоматизация и человек [*Automação e Pessoas*]. In: **Психологические исследования** [*A Pesquisa Psicológica*], 2.ed. Moscou, 1970a.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Образ и модель [*Imagem e Modelo*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*]. 1970b.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Потребности, мотивы и эмоции** [*Necessidades, Motivos e Emoções*]. Moscou, 1972a.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Проблемы развития психики** [*Problemas do Desenvolvimento da Mente*]. Moscou, 1972b.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich; ZAPOROZHETS, Alexander Vladimirovich. **Восстановление движения** [*Recuperação do Movimento*]. Moscou, 1945.

LEWIN, Kurt. **A Dynamic Theory of Personality** [*Uma Teoria Dinâmica da Personalidade*]. Nova Iorque, 1928.

LINTON, Ralph. **The Cultural Background of Personality** [*O Fundo Cultural da Personalidade*]. Nova Iorque, 1945.

LIPPS, Theodor. **Пути психологии**. Доклад на V Международном психологическом конгрессе [*Tendências em Psicologia. Relatório Sobre o V Congresso Internacional de Psicologia*], 1905.

LOGVINENKO, Alexander Dimitrievich. Инвертированное зрение и зрительный образ [*Visão Invertida e Imagem Visual*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*]. 1974.

LOGVINENKO, Alexander Dimitrievich. Перцептивная деятельность при инверсии сетчаточного образа [*Atividade Perceptiva Durante a Inversão da Imagem da Retina*]. In: **Восприятие и деятельность** [*Percepção e Atividade*]. Moscou, 1975.

LOGVINENKO, Alexander Dimitrievich; STOLIN, Vladimir Viktorovich. Perception under Conditions of Inversion of the Visual Field [*Percepção sob Condições de Inversão do Campo Visual*]. In: **Эргономика. Труды ВНИИТЭ** [*Ergonomia. Anais*

REFERÊNCIAS

do Instituto de Investigação Científica Nacional de Técnicas Estéticas], v.6. Moscou, 1973.

LURIA, Alexander Romanovich. **Высшие корковые функции человека** [*Funções Corticais Superiores no Homem*]. Moscou, 1969.

MADSEN, K. B. **Theories of Motivation**: A Comparative Study of Modern Theories of Motivation [*Teorias da Motivação: Um Estudo Comparativo das Teorias Modernas da Motivação*]. Copenhagem, 1974.

MAMARDASHVILI, Merab Konstantinovich. Анализ сознания в работах Маркса [*A Análise da Consciência nos Trabalhos de Marx*]. In: **Вопросы философии** [*Questões Filosóficas*]. Moscou, 1968.

MARX, Karl. **Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner**. 1881.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse** - Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Posfácio da Segunda Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MASLOW, Abraham. **Motivation and Personality** [*Motivação e Personalidade*]. Nova Iorque, 1954.

MEAD, Margaret. **Coming of Age in Samoa** [*Maioridade em Samoa*]. Nova Iorque, 1963.

MENDELSON, Jack H.; KUBZANSKY, Philip E.; LEIDERMAN, P. Herbert; WEXLER, Donald; SOLOMON, Philip. Physiological and Psychological Aspects of Sensory Deprivation: A Case Analysis [*Aspectos Fisiológicos e Psicológicos da Privação Sensorial: Análise de Caso*]. In: SOLOMON, Philip; KUBZANSKY, Philip E.; LEIDERMAN, P. Herbert; MENDELSON, Jack H.; TRUMBULL, Richard; WEXLER, Donald (Orgs.). **Sensory Deprivation**: An Investigation of Phenomena Suggesting a Revised Concept of the Individual's Response to His Environment – A Symposium at Harvard Medical School [*Privação Sensorial: Uma Investigação de*

Fenômenos Sugerindo um Conceito Revisado da Resposta do Indivíduo ao Seu Ambiente – Um Simpósio na Escola Médica de Harvard]. Massachussets: Cambridge, 1961, pp. 91-113.

MESHCHERIAKOV, Alexander Ivanovich. **Слепоглухонемые дети** [*Crianças Surdocegas*]. Moscou, 1974.

NATORP, Paul. **Einleitung in die Psychologie** [*Introdução à Psicologia*]. Berlim, 1888.

NUTTIN, Joseph. **La Structure de la Personalité** [*A Estrutura da Personalidade*]. Paris, 1925.

PAVLOV, Ivan Petrovich. **Павловские среды** [*Ambiente Pavloviano*] v.1. Moscou, 1934.

PAVLOV, Ivan Petrovich. **Полн** [*Obra Completa*], v.3, t.1. Leningrado, 1951.

PAVLOV, Ivan Petrovich. **Павловские клинические среды** [*Ambiente Clínico Pavloviano*] v.1. Moscou-Leningrado, 1954.

PIAGET, Jean. Роль действия в формировании мышления [*O Papel da Ação na Formação do Pensamento*]. In: **Вопросы психологии** [*Questões Psicológicas*], 1965.

PIAGET, Jean. Характер объяснения в психологии и психофизиологический параллелизм [*Natureza da Explicação em Psicologia e Paralelismo Psicofisiológico*]. In: **Экспериментальная психология** [*Psicologia Experimental*]. Moscou: Editora P. Press e J. Piaget, v.1 e v.2, 1966.

PIAGET, Jean. **Избранные психологические труды** [*Obras Psicológicas Seleccionadas*]. Moscou, 1969.

POLITZER, Georges. **Revue de Psychologie Concrète** [*Jornal de Psicologia Concreta*]. Paris, 1929.

GREGORY, Richard Langton. **Разумный Глаз** [*O Olho Pensante*]. Moscou, 1972.

ROSENTHAL, M. M. (Org.). **История марксистской диалектики** [*História da Dialética Marxista*]. Moscou, 1971.

RUBINSTEIN, Sergey Leonidovich. Проблемы психологии в трудах Карла Маркса [*Problemas da Psicologia nos Trabalhos de Karl Marx*]. In: **Советская психотехника** [*Psicotecnologia Soviética*], 1934.

RUBINSTEIN, Sergey Leonidovich. **Основы общей психологии** [*Fundamentos da Psicologia Geral*]. Moscou, 1940.

REFERÊNCIAS

RUBINSTEIN, Sergey Leonidovich. **Бытие и сознание** [*Ser e Consciência*]. Moscou, 1957.

RUBINSTEIN, Sergey Leonidovich. **Принципы и пути развития психологии** [*Princípios e Desenvolvimento da Psicologia*]. Moscou, 1959.

RUBINSTEIN, Sergey Leonidovich. **Проблемы общей психологии** [*Problemas da Psicologia Geral*]. Moscou, 1973.

SECHENOV, Ivan Mikhailovich. **Избранные произведения** [*Obras Escolhidas*], v.1. Moscou, 1952.

SELIVANOV, Vladimir Ivanovich. Личность и воля [*Personalidade e Vontade*]. In: **"Проблемы личности". Материалы симпозиума** [*Anais do Simpósio "Problemas da Personalidade"*]. Moscou, 1970.

SÈVE, Lucien. **Marxisme et Theorie de la Personnalite** [*Marxismo e Teoria da Personalidade*]. Paris, 1972a.

SÈVE, Lucien. **Марксизм и теория личности** [*Marxismo e Teoria da Personalidade*]. Moscou, 1972b.

SHOROKOV, Caterine Vasilievna. Некоторые методологические вопросы психологии [*Algumas Questões Metodológicas na Psicologia*]. In: **Проблемы личности. Материалы симпозиума** [*Problemas da Personalidade. Anais do Simpósio*], v.1. Moscou, 1969.

SOKOLOV, A. N. **Внутренняя речь и мышление** [*Discurso Interno e Pensamento*]. Moscou, 1968.

STOUT, George Frederick. **Аналитическая психология** [*A Psicologia Analítica*]. Moscou, 1920.

STRATTON, George Malcolm. Some Preliminary Experiments in Vision without Inversion of the Retinal Image [*Alguns Experimentos Preliminares da Visão sem a Inversão da Imagem da Retina*]. In: **Psychological Review**. 1897.

TÓLSTÓI, Leo. **Полн. собр** [*Obra Completa*], t.54. Moscou, 1935.

TSVETKOV, Lyubov Semenovna. **Восстановительное обучение при локальных поражениях мозга** [*Estudos de Reabilitação de Dano Local no Cérebro*]. Moscou, 1972.

TYUKHTIN, V. S. Отражение и информация [*Reflexo e Informação*]. **Вопросы философии** [*Problemas da Filosofia*]. 1967.

UZNADZE, Dimitri Nikolaevich. **Психологические исследования** [*Investigações Psicológicas*]. Moscou, 1966.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. Сознание как проблема психологии поведения [*Consciência como um Problema da Psicologia Comportamental*]. In: **Психология и марксизм** [*Psicologia e Marxismo*]. Moscou, 1924.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Мышление и речь** [*Pensamento e Linguagem*]. Moscou, 1934.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Избранные психологические произведения** [*Obras Psicológicas Seleccionadas*]. Moscou, 1956.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Развитие высших психических функций** [*O Desenvolvimento das Funções Mentais Superiores*]. Moscou, 1960.

WATSON, John Broadus. Psychology as the Behaviorists Views It [*Psicologia como os Behavioristas a Veem*]. In: **Psychological Review**, v.20, 1913.

WATSON, John Broadus. **The Ways of the Behaviorism** [*Os Caminhos do Behaviorismo*]. Nova Iorque, 1928.

WHITE, Leslie. **The Science of Culture** [*A Ciência da Cultura*]. New York, 1949.

WIENER, Norbert. **Кибернетика** [*Cibernética*]. Moscou, 1968.

WUNDT, Wilhelm. **Основания физиологической психологии** [*Fundamentos da Psicologia Fisiológica*]. Moscou, 1880.

YAKOBSON, Paul Maksimovic. **Психологические пероблемы мотивации поведения человека** [*Os Problemas de Motivação Psicológica no Comportamento Humano*]. Moscou, 1969.

YIN, Robert K. Looking at Upside-Down Faces [*Olhando para Rostos de Cabeça para Baixo*]. In: **Journal of Experimental Psychology**, v.81, n.1, 1969, pp. 141-145.

ZAPOROZHETS, Alexander Vladimirovich; WENGER, L. A.; ZINCHENKO, Pyotr Ivanovich; RUZA, A. G. **Восприятие и действие** [*Percepção e Ação*]. Moscou, 1967.

ZDRAVOMISLOV, A. G.; ROZHII, V. N.; YADOV, V. Ya. **Человек и его работа** [*Homem e sua Obra*]. Moscou, 1967.

ZINCHENKO, Pyotr Ivanovich. О микроструктурном методе исследования познавательной деятельности [*O Método Microestrutural de Investigação da Atividade Cognitiva*]. In: **Труды ВНИИТЭ** [*Anais do Instituto de Investigação Científica Nacional de Técnicas Estéticas*], v.3. Moscou, 1972.

Atividade e Consciência

Ao examinar este problema, o primeiro ponto que devemos considerar é a questão do significado da categoria atividade em qualquer interpretação de como a consciência humana é determinada.

Existem duas abordagens para esta grande questão. Uma delas postula a dependência direta dos fenômenos da consciência nas várias influências exercidas sobre os sistemas receptores do homem. Esta abordagem foi expressa com clássica clareza na psicofísica e fisiologia dos órgãos sensoriais do século XIX. A principal tarefa da pesquisa naqueles dias era estabelecer a dependência quantitativa de sensações, independente dos elementos da consciência, nos parâmetros físicos dos estímulos afetando os órgãos sensoriais. Estas pesquisas eram então baseadas no padrão “estímulo-resposta”.

As limitações desta abordagem residem no fato de que assume, de um lado, coisas e objetos, e, do outro lado, um sujeito passivo influenciado por eles. Em outras palavras, esta abordagem ignora o elemento significante das verdadeiras relações do sujeito com o mundo objetivo; ignora sua atividade. Tal abstração é, naturalmente, admissível, mas somente dentro de limites de um experimento com a intenção de descobrir certas propriedades de certos processos mentais. O momento que alguém vai além desses limites estreitos, entretanto, percebe a inadequação desta abordagem, e foi isso que compeliu os primeiros psicólogos a explicar os fatos psicológicos com base em forças especiais, tais como as da apercepção ativa, intenção ou vontade interior etc., isso quer dizer, apelar para a natureza ativa do sujeito, mas somente em uma forma mistificada, interpretada idealisticamente.

Existiram muitas tentativas de superar as dificuldades teóricas criadas pelo postulado de imediaticidade subjacente à abordagem que acabamos de mencionar. Por exemplo, é enfatizado que os efeitos das influências externas são determinados não imediatamente pelas próprias influências, mas dependem de suas refrações pelo sujeito. Em outras palavras, atenção é concentrada no fato que causas externas agem através do meio de condições internas. Mas esta noção pode ser interpretada de várias maneiras, dependendo do que se entende por condições internas. Se são tomadas para significar a troca de estados internos do sujeito, a noção nos oferece nada de essencialmente novo. Qualquer objeto pode mudar seus estados e assim se manifestar de diferentes maneiras em sua interação com outros objetos. Pegadas aparecem em chão macio, mas não em chão duro; um animal faminto reage à comida diferentemente de um que está bem alimentado; a reação de uma pessoa alfabetizada a uma carta é diferente da de um analfabeto. É outra questão se por “condições internas” entendemos as características especiais dos processos que estão ativos no sujeito. Mas então a questão principal é o que estes processos são que medeiam as influências do mundo objetivo refletido no cérebro humano.

A resposta básica para esta questão reside no reconhecimento de que estes processos são aqueles que realizam uma vida verdadeira da pessoa no mundo objetivo pelo qual ela está cercada, seu ser social em toda sua riqueza e variedade de suas formas. Em outras palavras, estes processos são sua atividade.

Esta proposição requer a próxima definição, de que por atividade entendemos não a dinâmica dos processos fisiológicos, nervosos, que realizam esta atividade. Uma distinção deve ser traçada entre a dinâmica e estrutura dos processos mentais e da linguagem que os descreve, por um lado, e a dinâmica e estrutura da atividade do sujeito e a linguagem os descrevendo, por outro.

Assim, ao lidar com o problema de como a consciência é determinada, somos confrontados com a seguinte alternativa, tanto aceitar a visão implicada no “axioma da imediaticidade”, i.e., proceder de um padrão “objeto-sujeito” (ou o padrão “estímulo-resposta”, que é a mesma coisa), ou proceder de um padrão que inclui um terceiro vínculo conectivo – a atividade do sujeito (e, correspondentemente, seus meios e modo de aparecimento), um vínculo que medeia suas interconexões, isso quer dizer, proceder do padrão “sujeito-atividade-objeto”.

Na forma mais geral, esta alternativa pode ser apresentada como segue. Ou tomamos a posição de que a consciência é determinada diretamente por coisas e fenômenos que rodeiam o sujeito, ou postulamos que a consciência é determinada pelo ser, que, nas palavras de Marx, não é nada que senão o processo da *verdadeira vida das pessoas*.

Mas o que é essa verdadeira ou real vida das pessoas?

Ser, a vida de cada indivíduo é feita da soma total ou, para ser mais exato, um sistema, uma hierarquia de atividades sucessivas. É em atividade que a transição ou “tradução” do objeto refletido em imagem subjetiva, em ideal, ocorre; ao mesmo tempo, é também em atividade que a transição é alcançada do ideal em resultados objetivos da atividade, seus produtos, em material. Considerada deste ângulo, atividade é um processo de intertráfico entre polos opostos, sujeito e objeto.

Atividade é uma unidade não-aditiva da vida material, corpórea, do sujeito material. Em um sentido estreito, i.e., no plano psicológico, é uma unidade de vida, mediada pelo reflexo mental, por uma *imagem*, cuja função real é orientar o sujeito no mundo objetivo.

Entretanto, não importam as condições e formas nas quais a atividade do homem procede, não importam quais estruturas adquire, não pode ser considerada como algo extraído de relações sociais, da vida da sociedade. Apesar de toda sua diversidade, todas as suas características especiais, a atividade do indivíduo humano é um sistema que obedece o sistema de relações da sociedade. Fora destas relações, a atividade humana não existe. *Como ela existe* é determinada pelas formas e meios da comunicação material e espiritual que são geradas pelo desenvolvimento da produção e não podem ser realizadas exceto na atividade de indivíduos específicos. É lógico que a atividade de todo indivíduo depende de seu lugar na sociedade, em suas condições de vida.

Isso precisa ser mencionado por causa dos persistentes esforços dos positivistas para opor o indivíduo à sociedade. A visão deles é que a sociedade provê somente um ambiente externo ao qual o homem precisa se adaptar para sobreviver, assim como um animal precisa se adaptar ao seu ambiente natural. A atividade do homem é moldada pelo sucesso ou fracasso de sua adaptação, mesmo que isso possa ser indireto (por exemplo, através da atitude tomada quanto a isso no grupo de referência). Mas a coisa principal é ignorada, que na sociedade o homem encontra não somente suas condições externas as quais ele deve adaptar sua atividade, mas também que aquelas mesmas condições sociais carregam em si mesmas os motivos e objetivos de sua atividade, as maneiras e meios de sua realização; em uma palavra, a sociedade *produz* a atividade humana. Isso não é dizer, naturalmente, que a atividade do indivíduo meramente copia e personifica os relacionamentos da sociedade e sua cultura. Existem algumas ligações cruzadas muito complexas que excluem qualquer redução estrita de um ou de outro.

A característica básica constituinte da atividade é que ela tem um *objeto*. Na verdade, o próprio conceito de atividade (*fazer*, *Tätigkeit*) implica o conceito de objeto

da atividade. A expressão “atividade sem objeto” não tem sentido algum. Atividade pode parecer não ter objeto, mas a investigação científica da atividade necessariamente demanda a descoberta de seu objeto. Além disso, o objeto da atividade aparece em duas formas: primeiro, em sua existência independente, comandando a atividade do sujeito, e segundo, como uma imagem mental do objeto, como o produto da “detecção” do sujeito de suas propriedades, que é efetuada pela atividade do sujeito e não pode ser efetuada de outra forma.

A natureza circular dos processos efetuando a interação do organismo com o ambiente tem sido geralmente reconhecida. Mas a coisa principal não é a estrutura circular enquanto tal, mas o fato de que o reflexo mental do mundo objetivo não é gerado diretamente pelas próprias influências externas, mas pelos processos através dos quais o sujeito chega ao contato prático com o mundo objetivo, e que, por conseguinte, necessariamente obedece suas propriedades, conexões e relações independentes. Isso significa que o agente aferente, que controla o processo da atividade, é *primariamente* o próprio objeto e, somente *secundariamente*, sua imagem como o *produto subjetivo* da atividade, que registra, estabiliza e carrega em si o conteúdo objetivo da atividade.

A forma geneticamente inicial e *fundamental* da atividade humana é atividade externa, atividade prática. Esta proposição tem implicações importantes, particularmente enquanto a psicologia, tradicionalmente, tem sempre estudado a atividade do pensamento e da imaginação, atos de memória, e assim por diante, desde que somente tal atividade interna era considerada psicológica. Psicologia, por conseguinte, ignorou o estudo da atividade sensorial, prática. E mesmo que a atividade externa figurou em alguma extensão na psicologia tradicional, o fez somente como uma expressão da atividade interna, a atividade da consciência.

O que exatamente temos em mente quando falamos de atividade? Vamos considerar o processo mais simples, o processo de perceber a resiliência de um objeto. Este é um processo aferente ou externo-motor, que pode buscar, ao realizar uma tarefa prática, por exemplo, a deformação do objeto. A imagem que surge ao longo do processo é, naturalmente, uma imagem mental e é, por conseguinte, indubitavelmente qualificada para o estudo psicológico. Mas, para entender a natureza desta imagem eu preciso estudar o processo que a gera, e no caso dado este é um processo externo e prático. Goste ou não, sou compelido a incluir o processo como parte do objeto de minha investigação psicológica.

Naturalmente, o mero estabelecimento da necessidade de uma investigação psicológica para estender à esfera da atividade objetivada externa não resolve o problema, porque pode ser assumido que, embora a atividade objetivada externa surja dentro de um intervalo de investigação psicológica, tal atividade desempenha um papel secundário, desde que é guiado por processos psicológicos internos que residem para além dele, e por essa razão a investigação psicológica, na verdade, não provê para a investigação desta atividade.

Este é um ponto a ser contado, mas somente se é assumido que a atividade externa é unilateralmente dependente da imagem que a controla, e que pode ou não ser reforçada pelo resultado de sua atividade. Mas não é assim. Atividade é obrigada a encontrar objetos que resistem ao homem que a desviam, mudam e enriquecem. Em outras palavras, é a *atividade externa que destrava o círculo de processos mentais internos*, que o abre para o mundo objetivo.

Será prontamente apreciado que a realidade com a qual o psicólogo está preocupado é essencialmente mais rica e mais complexa do que o simples esboço da

forma como a imagem surge do contato com o objeto que acabamos de traçar. Mas não importa quão remoto a realidade psicológica pode estar deste padrão rude, não importa quão profunda pode ser a metamorfose da atividade, atividade, sob todas as circunstâncias, permanecerá o materializador da vida de qualquer indivíduo dado.

A velha psicologia estava preocupada somente com processos internos, com a atividade da consciência. Além disso, por um longo tempo ignorou a questão da origem dessas atividades, i.e., suas verdadeiras naturezas. Hoje a proposição de que processos internos do pensamento são produzidos a partir do externo tem se tornado quase geralmente reconhecida. Em primeiro lugar, por exemplo, processos mentais internos tomam a forma de processos externos envolvendo objetos externos e, enquanto se tornam objetos internos, *estes* processos externos não mudam simplesmente sua forma, mas sofrem uma certa transformação, tornando-se mais gerais, contraídos, e assim por diante. Tudo isso é bem verdade, naturalmente, mas deve-se enfatizar que a atividade interna é *atividade* genuína, que retém a estrutura geral da atividade humana, não importa qual forma ela assume. Uma vez que reconhecemos a estrutura comum da atividade prática, externa, e atividade mental, interna, podemos entender a troca de elementos que constantemente ocorrem entre elas, podemos entender que certas ações mentais podem se tornar parte da estrutura da atividade material, prática, e, reciprocamente, operações externo-motoras podem servir para o desempenho da ação mental na estrutura da atividade puramente cognitiva. Na época atual, quando a integração e interpenetração destas formas de atividade humana estão ocorrendo diante dos nossos olhos, quando a oposição histórica entre elas tem sido constantemente e cada vez mais apagada, a importância da proposição é evidente.

Até agora falamos sobre atividade em geral, significado coletivo deste conceito. Na verdade, entretanto, temos que lidar com *atividades específicas, concretas*, cada uma das quais satisfaz uma necessidade definida do sujeito, é orientada em direção ao objeto desta necessidade, desaparece como resultado de sua satisfação e é reproduzida talvez em condições diferentes e em relação a um objeto transformado.

A principal coisa que distingue uma atividade de outra reside na diferença entre seus objetos. É o objeto da atividade que a dota de certa orientação. Na terminologia que tenho usado o objeto da atividade é seu *motivo*. Naturalmente, ele pode ser tanto material quanto ideal; pode ser dado na percepção ou pode existir somente na imaginação, na mente.

Assim, atividades diferentes são distinguidas por seus motivos. O conceito de atividade é necessariamente ligado ao conceito de motivo. Não existe tal coisa como atividade sem um motivo; atividade “desmotivada” não é atividade que não possui motivo, mas atividade com um motivo subjetivamente e objetivamente escondido.

Os “componentes” básicos de atividades humanas separadas são as *ações* que as realizam. Consideramos ação o processo que corresponde à noção do resultado que deve ser atingido, isto é, o processo que obedece um objetivo consciente. Assim como o conceito de motivo está correlacionado com o conceito de atividade, o conceito de objeto é correlacionado com o de ação.

Historicamente, a aparência na atividade de processos de ação orientados a um objetivo foram o resultado do surgimento de uma sociedade baseada no trabalho. A atividade de pessoas trabalhando juntas é estimulada por seus produtos, que, em primeiro lugar, correspondem diretamente às necessidades de todos os participantes. Mas a mais simples divisão técnica de trabalho que surge no processo, necessariamente leva ao surgimento de resultados parciais, intermediários, que são obtidos pela

participação individual na atividade de trabalho coletiva, mas que *por elas mesmas* não podem satisfazer a necessidade de cada participante. Essa necessidade é satisfeita não por resultados “intermediários”, mas pela partilha do produto da atividade total que cada um recebe, graças aos relacionamentos entre os participantes que surge no processo de trabalho, isto é, as relações *sociais*.

Será facilmente entendido que este resultado “intermediário” que forma o padrão dos processos de trabalho do homem podem ser identificados por ele também subjetivamente, na forma de uma ideia. Isto é, na realidade, a definição do objetivo, que determina o método e caráter da atividade do indivíduo.

A identificação destes objetivos e a formação de atividades designadas para atingi-los leva a um tipo de divisão das funções que eram antes previamente unidas em seus motivos. Vamos assumir que a atividade de uma pessoa é estimulada por comida, este é seu motivo. Entretanto, para satisfazer a necessidade por comida, ele deve desempenhar ações que não são diretamente voltadas a obter comida. Quer ele mesmo use mais tarde o mecanismo que criou ou passe para outros participantes na caçada e receba parte do que foi apanhado ou morto, em ambos os casos seu motivo e objetivo não coincidem diretamente, exceto em casos particulares.

A separação das ações orientadas a um objetivo como componentes da atividade humana, naturalmente levantam a questão de suas relações internas. Como já dissemos, atividade não é um processo de adição. Consequentemente, ações não são coisas separadas que são incluídas na atividade. Atividade humana existe como ação ou uma corrente de ações. Se fossemos subtrair mentalmente da atividade as ações que a realizam, não sobraria nada da atividade. Isso pode ser expresso de outra forma. Quando consideramos o desdobramento de um processo específico – externo ou interno – a partir do ângulo do motivo, aparece como atividade humana, mas quando consideramos como um processo orientado a um objetivo, aparece como uma ação ou um sistema, uma corrente de ações.

Ao mesmo tempo, atividade e ação são ambas genuínas e, além disso, realidades não coincidentes, porque uma e a mesma ação pode realizar várias atividades, pode passar de uma atividade para outra, assim revelando sua relativa independência. Isso é devido ao fato de que uma dada ação pode ter motivos bastante diferentes, i.e., pode realizar atividades completamente diferentes. E um e o mesmo motivo pode gerar vários objetivos e assim várias ações.

Assim, no fluxo geral da atividade que forma a vida humana em sua mais alta manifestação (aquelas que são mediadas pelo reflexo mental), análises identificam primeiramente atividades separadas, de acordo com o critério de diferença de seus motivos. Então os processos de ação obedecendo objetivos conscientes são identificados e, finalmente, as operações que são imediatamente dependentes das condições para sua realização de um objetivo específico.

Estas “unidades” de atividade humana formam sua macroestrutura. A análise pelas quais elas são identificadas não é um processo de desmembramento de atividade viva em elementos separados, mas de revelar as relações que caracterizam essa atividade. Tal sistema de análise simultânea exclui qualquer possibilidade de bifurcação da realidade que está sendo estudada, desde que lida não com processos diferentes, mas sim com planos diferentes de abstração. Assim, pode ser impossível à primeira vista, por exemplo, julgar se estamos lidando, em um caso dado, com ação ou com operação. Além disso, atividade é um sistema altamente dinâmico, que é caracterizado por transformações ocorrendo constantemente. Atividade pode perder o motivo que a

evocou, no caso em que torna-se uma ação que percebe talvez um relacionamento bastante diferente do mundo, uma atividade diferente; reciprocamente, ação pode adquirir uma força motivacional independente e se tornar um tipo especial de atividade; e, finalmente, ação pode se transformar em um meio de alcançar um objetivo capaz de realizar ações diferentes.

O fato inquestionável permanece, de que a atividade do homem é regulada por imagens mentais da realidade. Qualquer coisa no mundo objetivo que se apresenta ao homem, como os motivos, objetivos e condições de sua atividade, deve, de uma forma ou de outra, ser percebida, entendida, retida e reproduzida por sua memória; isso também se aplica aos processos de sua atividade, e a ele mesmo, seus estados e características individuais.

Assim, segue que a consciência do homem em sua imediaticidade é o retrato do mundo que se desdobra para ele, um retrato no qual ele próprio, suas ações e estados, estão incluídos.

Para a pessoa não iniciada, a existência deste retrato subjetivo não vai, naturalmente, dar origem a qualquer problema teórico; ele é confrontado com o mundo, não o mundo e um retrato do mundo. Este realismo espontâneo contém um elemento real, até mesmo ingênuo, de verdade. É uma questão diferente quando equacionamos reflexo mental com consciência; isso não é mais que uma ilusão de nossa introspecção. Essa ilusão surge de um aparente alcance da consciência. Quando nos perguntamos se estamos cientes deste ou daquele fenômeno, nos damos a tarefa de tornarmos cientes disso e, naturalmente, na prática completamos instantaneamente essa tarefa. Foi necessário elaborar uma técnica especial de usar um taquistoscópio para separar experimentalmente o campo da percepção do campo da consciência.

Por outro lado, certos fatos bem conhecidos, que podem ser facilmente reproduzidos em condições laboratoriais, nos mostram que o homem é capaz de complexos processos adaptativos em relação a objetos do ambiente, sem estar consciente de suas imagens; ele negocia obstáculos e até mesmo manipula coisas sem realmente “vê-las”.

É uma questão diferente se ele deve fazer ou mudar uma coisa de acordo com um padrão ou *representar*, retratar algum conteúdo objetivo. Quando eu moldo, vamos dizer, um pentágono a partir do arame, ou desenho ele, eu devo, necessariamente, comparar a noção que tenho dele com as condições objetivas, com os estágios de sua realização no produto; devo medir internamente um contra o outro. Tais medições ou acessórios demandam que minha noção deveria para mim parecer ser, por assim dizer, no mesmo plano do mundo objetivo e ainda assim não fundir com ele. Isso é particularmente evidente nos casos quando estamos lidando com problemas que precisam ser resolvidos por desempenhar preliminarmente “em nossas cabeças” o mútuo deslocamento espacial de imagens de objetos que precisam ser correlacionados. Tal é, por exemplo, o tipo de problema que demanda a virada mental de uma figura inscrita em outra figura.

Historicamente, a necessidade por tal “apresentação” da imagem mental para o sujeito surge somente durante a transição da atividade adaptativa dos animais para a atividade laboral, produtiva, que é peculiar ao homem. O produto ao qual a atividade é agora direcionada não existe ainda. Assim, ela pode regular a atividade somente se é apresentada ao sujeito de tal forma que o permita compará-la com o material original (objeto do trabalho) e com suas transformações intermediárias. Ainda mais, a imagem mental do produto como um objetivo deve existir para o sujeito de tal maneira que ele

pode *agir* com esta imagem – modificá-la de acordo com as condições à disposição. Tais imagens são imagens conscientes, noções conscientes, ou, em outras palavras, os fenômenos da consciência.

Nela mesma a necessidade por fenômenos da consciência surgirem na cabeça do homem não nos diz qualquer coisa sobre o processo pelo qual eles surgem. Entretanto, nos dá um alvo claro para nosso estudo destes processos. O ponto é que, em termos do padrão díade “objeto-sujeito” tradicional, a existência de consciência no sujeito é aceita sem quaisquer explicações, a não ser que contemos as interpretações que assumem a existência em nossas cabeças de algum tipo de observador contemplando os retratos tecidos por processos cerebrais.

O método de análise científica da geração e funcionamento da consciência humana – social e individual – foi descoberto por Marx. O resultado foi que o estudo da consciência mudou seu alvo, da subjetividade do indivíduo para os sistemas sociais de atividade.

É evidente que a explicação da natureza da consciência reside nas características peculiares da atividade humana que criam a necessidade disso – no caráter produtivo, objetivo, da atividade. Atividade laboral está impressa, perpetuada em seu produto. Lá ocorre, nas palavras de Marx, uma transição da atividade em uma propriedade estática. Essa transição é o processo de corporificação material do conteúdo objetivo da atividade, que agora se apresenta para o sujeito, isso quer dizer, surge diante dele na forma de uma imagem do objeto percebido.

Em outras palavras, uma aproximação grosseira da geração de consciência pode ser esboçada assim: a representação controlando a atividade, quando corporificada em um objeto, adquire sua segunda, “objetivada”, existência, que pode ser sensorialmente percebida; como resultado, o sujeito, por assim dizer, vê a si mesmo representado no mundo externo. Quando tiver sido assim duplicado, é entendido conscientemente. Este padrão não é válido, entretanto. Ele nos leva de volta ao ponto de vista prévio, particularmente idealístico, subjetivamente empírico, que enfatiza acima de tudo o fato de que essa transição particular é pressuposto *na consciência*, no sujeito tendo certas representações, intenções, planos mentais, padrões ou “modelos”, isso quer dizer, fenômenos mentais objetivados na atividade e em seus produtos. Já a própria atividade do sujeito, é controlada pela consciência e desempenha em relação ao seu conteúdo somente uma função de transferência e a função de seu “reforço e não-reforço”.

Mas a questão principal não é indicar o papel controlador, ativo, da consciência. O problema principal reside em entender a consciência como um produto subjetivo, como uma manifestação em uma forma diferente de relações essencialmente sociais que são materializadas pela atividade do homem no mundo objetivo. Atividade não é, de maneira alguma, simplesmente aquela que expressa e o veículo da imagem mental objetivada em seu produto. O produto grava, perpetua não a imagem, mas a atividade, o conteúdo objetivo que ele objetivamente carrega dentro de si.

As transições sujeito-atividade-objeto formam um tipo de movimento circular, assim pode parecer insignificante quais de seus elementos ou momentos são tomados como o inicial. Mas isso não é, de maneira alguma, movimento em um círculo fechado. O círculo abre, e abre especificamente na própria atividade prática sensorial. Entrando em contato direto com a realidade objetiva e submetendo a ela, a atividade é modificada e enriquecida; e é nessa forma enriquecida que ela é cristalizada no produto. Atividade materializada é mais rica, mais verdadeira do que a consciência a antecipa. Além disso,

para a consciência do sujeito as contribuições feitas por sua atividade permanecem escondidas. Assim vem que a consciência pode aparecer como sendo a base da atividade.

Vamos colocar de uma maneira diferente. O reflexo dos produtos da atividade objetivada que materializa as conexões e relacionamentos entre indivíduos sociais aparece para ele como sendo fenômenos das conexões e relacionamentos objetivos acima mencionados, não em uma forma clara e óbvia, mas em uma forma suprassumida, escondida do sujeito. Ao mesmo tempo, os fenômenos da consciência constituem um elemento *real* no movimento da atividade. É isso que os fazem *essenciais*, isso quer dizer, a imagem consciente desempenha a função da *medida ideal*, que é materializada na atividade.

Essa abordagem da consciência faz uma diferença radical na forma com a qual o problema da correlação da imagem subjetiva e do objeto externo é colocado. Ela se livra da mistificação deste problema, que o postulado da imediaticidade cria. Se alguém procede a partir da assunção de que influências externas nos evocam *imediatamente*, diretamente, em nosso cérebro, uma imagem subjetiva, esse alguém é imediatamente confrontado com a questão de como acontece dessa imagem parecer existir fora de nós, fora de nossa subjetividade, nas coordenadas do mundo externo.

Em termos do postulado da imediaticidade, esta questão pode ser respondida somente ao assumir um processo de projeção secundária, por assim dizer, da imagem mental no mundo externo. A fraqueza teórica de tal assunção é óbvia. Além disso, está claramente em contradição com os fatos, que testemunham que a imagem mental é desde o início “relacionada” com a realidade, que é externa ao cérebro do sujeito, e que não é projetada no mundo externo, mas sim extraída, *escavada* dele. Naturalmente, quando falo “escavada”, isso não é mais que uma metáfora. Ela, entretanto, expressa um processo real que pode ser pesquisado cientificamente, o processo da assimilação do sujeito do mundo objetivo em sua forma ideal, a forma de seu reflexo consciente.

Este processo surge, originalmente, no sistema de relações objetivas nas quais ocorre a transição do conteúdo objetivo da atividade em seu produto. Mas, para este processo ser percebido, não é suficiente que o produto da atividade, tendo absorvido essa atividade, deve se apresentar ao sujeito como suas propriedades materiais; uma transformação deve ocorrer que o permita emergir como algo que o sujeito está ciente, isso quer dizer, em uma forma ideal. Essa transformação é afetada por meios da linguagem, que é o produto e meio de comunicação de pessoas ocorrendo na produção. A linguagem carrega em seus significados (conceitos) um certo conteúdo objetivo, mas um conteúdo completamente liberado de sua materialidade.

Assim, a consciência individual, como uma forma especificamente humana de reflexo subjetivo da realidade objetiva, pode ser entendida somente como um produto daquelas relações e mediações que surgem ao longo do estabelecimento e desenvolvimento da sociedade. Fora do sistema dessas relações (e fora da consciência social) a existência da mentalidade individual, a psique, na forma de consciência é impossível, especialmente quando até mesmo o estudo dos fenômenos da consciência em termos de atividade humana nos permitem entendê-los somente na condição de que a própria atividade do homem é reconhecida como um processo incluído no sistema de relações, um processo que percebe seu ser *social*, que é o meio de sua existência também como uma criatura corpórea, natural.

Naturalmente, as condições e relações acima mencionadas que geram a consciência humana caracterizam ela somente nos estágios iniciais. Subsequentemente,

enquanto a produção material e comunicação se desenvolvem, a consciência das pessoas é liberada da conexão direta com suas atividades laborais práticas imediatas e a instrumentalização da linguagem. O alcance do que foi criado constantemente aumenta, assim a consciência do homem torna-se a forma universal, apesar de não a única, de reflexo mental. Ao longo deste processo ela sofre certas mudanças radicais.

Para começar, a consciência existe somente na forma de uma imagem mental revelando ao sujeito o mundo ao redor. Atividade, por outro lado, ainda permanece prática, externa. Em um estágio mais adiante a atividade também se torna um objeto da consciência; o homem se torna ciente das ações de outros homens e, através deles, de suas próprias ações. Eles são agora comunicáveis por gestos ou discurso oral. Essa é a pré-condição para a geração de ações e operações internas que ocorrem na mente, no “plano da consciência”. *Imagem-consciência* torna-se também *atividade-consciência*. É nesta plenitude que a consciência começa a parecer emancipada da atividade sensorial prática, externa, e, ainda mais, parece controlá-la.

Outra mudança fundamental que a consciência sofre ao longo do desenvolvimento histórico consiste na destruição da coesão original da consciência do trabalho coletivo e aquela de seus membros individuais. Isso ocorre porque o alcance da consciência aumenta, tomando fenômenos que pertencem à esfera das relações individuais, constituindo algo *especial* na vida de cada um deles. Além disso, a divisão de classe da sociedade coloca as pessoas em relações opostas, desiguais, quanto aos meios de produção e o produto social, conseqüentemente suas consciências experimentam a influência desta inequidade, esta oposição. Ao mesmo tempo, noções ideológicas são desenvolvidas e entram no processo pelo qual indivíduos específicos tornam-se cientes de suas relações reais de vida.

Assim surge um retrato complexo de conexões internas, entrelaçamento e intertráfico, gerado pelo desenvolvimento de contradições internas, que, em forma abstrata, torna-se aparente na análise das relações mais simples, caracterizando o sistema de atividade humana. À primeira vista, a imersão da pesquisa neste intrincado retrato pode parecer desviar da tarefa do estudo psicológico específico da consciência, e levar para a substituição da sociologia pela psicologia. Mas este não é o caso. Pelo contrário, as características psicológicas da consciência individual podem ser entendidas somente através de suas conexões com as relações sociais nas quais o indivíduo torna-se envolvido.

Nos fenômenos da consciência descobrimos, acima de tudo, seus tecidos sensoriais. É este tecido que forma a composição sensorial da imagem específica da realidade – na verdade percebida ou surgindo na memória, referida ao futuro ou talvez somente imaginada. Estas imagens podem ser distinguidas por suas modalidades, seus tons sensoriais, graus de clareza, mais ou menor persistência, e assim por diante.

A função especial das imagens sensoriais da consciência é que elas adicionam realidade ao retrato consciente do mundo revelado ao sujeito. Em outras palavras, é graças ao conteúdo sensorial da consciência que o mundo é visto pelo sujeito como existindo não em sua consciência, mas fora dela, como o “campo” objetivo e objeto de sua atividade. Esta asserção pode parecer paradoxal porque o estudo dos fenômenos sensoriais tem, desde tempos imemoriais, procedido de posições que levam, ao contrário, à ideia de suas “subjetividades puras”, suas “naturezas hieroglifas”. Da mesma maneira, o conteúdo sensorial das imagens não foi visto como algo afetando “a conexão imediata entre consciência e o mundo externo”, mas sim como uma barreira entre eles.

No período pós-Helmholtz, o estudo experimental dos processos de percepção alcançou grande sucesso. A psicologia da percepção é agora inundada com fatos de hipóteses individuais. Mas a coisa surpreendente é que, apesar desse sucesso, a posição teórica de Helmholtz permanece inabalada. Reconhecidamente, em muitos estudos psicológicos está presente de maneira invisível, como plano de fundo, por assim dizer. Somente alguns psicólogos discutem ela seriamente e abertamente, como Richard L. Gregory, por exemplo, o autor do que é provavelmente o mais absorvente dos livros modernos sobre percepção visual⁰.

A robustez da posição de Helmholtz reside no fato de que, ao estudar a fisiologia da visão, ele entendeu a impossibilidade de inferir as imagens dos objetos diretamente das sensações, de identifica-las com os padrões desenhados pelos raios de luz na retina do olho. Em termos de estrutura conceitual da ciência natural nos dias de hoje, a solução para o problema proposta por Helmholtz, sua proposição de que o trabalho dos órgãos sensoriais é necessariamente suplementado pelo trabalho do cérebro, que constrói a partir de dicas sensoriais suas hipóteses (“inferências”) sobre a realidade objetiva, era a única possível.

O ponto é que as imagens objetivas da consciência foram pensadas como fenômenos mentais dependendo de outros fenômenos para suas causas externas. Em outras palavras, a análise procedeu do plano da abstração dual, que foi expressa, por um lado, na exclusão dos processos sensoriais a partir do sistema da atividade do sujeito e, por outro lado, na exclusão das imagens sensoriais a partir do sistema da consciência humana. A ideia do objeto do conhecimento científico como um sistema não foi elaborada adequadamente.

Em contraste a esta abordagem, que considera os fenômenos em isolamento um do outro, o sistema de análise da consciência necessita de que os “elementos formativos” da consciência sejam estudados em seus relacionamentos internos, gerados pelo desenvolvimento das formas de conexão que o sujeito tem com a realidade e, conseqüentemente, primariamente a partir do ponto de vista da função que cada um deles cumpre nos processos de apresentar o retrato do mundo para o sujeito. Os dados sensoriais incorporados no sistema de consciência não revelam suas funções diretamente; subjetivamente esta função é expressa somente indiretamente, em um não-diferenciado “sentido da realidade”. Entretanto, se revela imediatamente tão logo exista qualquer interferência ou distorção na recepção de influências externas.

A natureza profunda das imagens sensoriais mentais reside em suas objetividades, no fato de que elas são geradas no processo da atividade, formando a conexão prática entre o sujeito e o mundo objetivo externo. Não importa quão complexas essas relações e as formas de atividade que as realizam se tornam, as imagens sensoriais retêm suas referências objetivas iniciais.

Naturalmente, quando comparamos com a imensa riqueza de resultados cognitivos da atividade humana desenvolvida, as contribuições feitas diretamente por nossas percepções sensoriais, nossa sensibilidade, a primeira coisa que nos impressiona é quão limitadas são, quase desprezíveis. Ainda mais, descobrimos que as percepções sensoriais constantemente contradizem nossa visão mental. Disso surge a ideia de que as percepções sensoriais provêm somente o empurrão que coloca nossas habilidades cognitivas em movimento, e que as imagens dos *objetos* são geradas por operações internas do pensamento, inconsciente ou consciente; em outras palavras, que não deveríamos perceber o mundo objetivo se não o concebêssemos. Mas, como

⁰ Ver Gregory (1970).

conceberíamos este mundo se ele, em primeiro lugar, não se revelar para nós em sua objetividade sensorialmente dada?

Imagens sensoriais são uma forma universal de reflexo mental gerado pela atividade objetivada do sujeito. Mas no homem imagens adquirem uma nova qualidade, nomeadamente, seus significados ou valores. Valores são assim os “elementos formativos” mais importantes da consciência humana.

Como sabemos, uma lesão nos sistemas sensórios principais – visão e audição – não destrói a consciência. Até mesmo surdo, mudo e cego, crianças que dominaram as operações especificamente humanas de atividade e linguagem objetivas (o que só pode ser feito através de ensino especial, naturalmente), adquirem uma consciência *normal*, diferente da consciência normal de pessoas que podem ver e ouvir, somente em sua textura sensorial, que é extremamente pobre. É uma questão diferente quando, por uma razão ou outra, esta “hominização” da atividade e relações não ocorre. Neste caso, apesar do fato de que a esfera sensorio-motora possa estar inteiramente intacta, a consciência não surge.

Assim, significados refratam o mundo na consciência do homem. O veículo do significado é a linguagem, mas linguagem não é o demiurgo do significado. Oculto atrás dos significados linguísticos (valores) estão modos socialmente desenvolvidos de ação (operações), no processo pelo qual pessoas mudam e conhecem a realidade objetiva. Em outras palavras, significados são a forma ideal materializada e linguisticamente transmutada de existência do mundo objetivo, suas propriedades, conexões e relações reveladas pela prática social agregada. Significados neles mesmos, isso quer dizer, em abstração de seus funcionamentos na consciência individual, são tão “psicológicos” quanto a realidade socialmente conhecida que reside para além deles.

Significados são estudados – em linguística, semiótica e lógica. Ao mesmo tempo, como um dos “elementos formativos” da consciência individual, eles são obrigados a entrar no alcance dos problemas da filosofia. A principal dificuldade do problema filosófico do significado reside no fato de que ele reproduz todas as contradições envolvidas no problema mais amplo da correlação entre o lógico e o psicológico no pensamento, entre a lógica e a psicologia dos conceitos.

Uma solução para este problema, oferecida pela psicologia empírica-subjetiva, é que conceitos (ou significados verbais) são um *produto psicológico*, o produto da associação e generalização de impressões na consciência do sujeito individual, os resultados que tornam-se ligados às palavras. Este ponto de vista, como sabemos, encontrou expressão não somente na psicologia, mas também em concepções que reduzem lógica a psicologia.

Outra alternativa é reconhecer que conceitos e operações com conceitos são controlados por leis lógicas objetivas, que a psicologia está preocupada somente com os desvios destas leis para serem observados no pensamento primitivo, em condições de patologia ou grande *stress* emocional, e que é tarefa da psicologia estudar o *desenvolvimento ontogenético* dos conceitos e pensamento. Realmente, o estudo deste processo predomina na psicologia do pensamento. É suficiente mencionar os trabalhos de Piaget, Vigotski e os numerosos estudos soviéticos e estrangeiros da psicologia do ensino.

Estudos de como crianças formam conceitos e operações (mentais) lógicas deram uma grande contribuição para este campo. Foi mostrado que a formação de conceitos no cérebro da criança não segue o padrão de formação de imagens genéricas sensoriais. Tais conceitos são o resultado de um processo de assimilação do “não

original”, significados historicamente desenvolvidos, e este processo ocorre na atividade da criança durante seu relacionamento com as pessoas ao seu redor. Ao aprender a desempenhar certas ações, a criança domina as operações correspondentes, que são, na verdade, uma forma idealizada, comprimida, representada no significado.

É lógico que, inicialmente, o processo de assimilação de significados ocorre na atividade externa da criança com objetos materiais e no relacionamento prático que isso requer. Nos primeiros estágios, a criança assimila certos significados objetivos específicos, diretamente referenciáveis; subseqüentemente, ela também domina certas operações lógicas, mas também em suas formas exteriorizadas externas – caso contrário elas não seriam comunicáveis. Enquanto são interiorizadas, elas formam significados ou conceitos abstratos, e seus movimentos constituem atividade mental interna, atividade “no plano da consciência”.

Consciência como uma forma de reflexo mental, entretanto, não pode ser reduzida ao funcionamento de significados externamente assimilados, que então desdobram e controlam a atividade interna e externa do sujeito. Significados e operações envoltas neles e não *neles mesmos*, isso quer dizer, em suas abstrações a partir das relações internas do sistema de atividade e consciência, de qualquer parte do tema da psicologia. Eles assim o fazem somente quando são considerados dentro dessas relações, nas dinâmicas de seus sistemas.

Isso deriva da própria natureza dos fenômenos mentais. Como dissemos, o reflexo mental ocorre devido à bifurcação dos processos vitais do sujeito em processos que realizam suas relações bióticas diretas e os processos “de sinalização” que os medeiam. O desenvolvimento das relações internas geradas por esta divisão é expresso no desenvolvimento da estrutura da atividade e, nesta base, também no desenvolvimento das formas de reflexo mental. Subseqüentemente, no nível humano, estas formas estão tão alteradas que, enquanto elas se tornam estabelecidas na linguagem (ou linguagens), elas adquirem uma existência quase independente como fenômenos ideais objetivos.

Além disso, elas são constantemente reproduzidas pelos processos que ocorrem nas cabeças dos indivíduos específicos, e é isso que constitui o “mecanismo” interno de suas transmissões de geração para geração, e uma condição de seus enriquecimentos por meios das contribuições individuais.

Neste ponto chegamos ao problema que é sempre uma pedra no caminho da análise da consciência. Este é o problema da natureza específica do funcionamento do conhecimento, conceitos, modelos conceituais etc., no sistema de relações sociais, na consciência social, por um lado, e, por outro lado, na atividade do indivíduo que percebe suas relações sociais, na consciência individual.

Este problema inevitavelmente confronta qualquer análise que reconhece as limitações da ideia de que significados na consciência individual são somente mais ou menos projeções completas dos significados “supraindividuais” existentes em uma dada sociedade. O problema não é, de forma alguma, removido por referências ao fato de que significados são refratados por características específicas do indivíduo, sua experiência anterior, a natureza única de seus princípios pessoais, temperamento, e assim por diante.

Este problema surge a partir da dualidade real de existência dos significados para o sujeito. Esta dualidade reside no fato de que os significados se apresentam eles mesmos para o sujeito, tanto em suas existências independentes – como objetos de sua consciência – e ao mesmo tempo como os meios e “mecanismo” de compreensão, isto é, quando funcionando nos processos que apresentam a realidade objetiva para o sujeito.

Nessa função, os significados necessariamente entram em um relacionamento interno ligando-os com outros “elementos formativos” da consciência individual; é somente nestes relacionamentos sistêmicos internos que eles adquirem características *psicológicas*.

Vamos colocar isso de uma forma diferente. Quando os produtos da prática sócio-histórica, idealizada em significados, se torna parte do reflexo mental do mundo pelo sujeito individual, eles adquirem novas qualidades sistêmicas. A maior dificuldade aqui é que significados possuem uma vida dupla. Eles são produzidos pela sociedade e têm suas histórias no desenvolvimento da linguagem, na história do desenvolvimento de formas de consciência social; eles expressam o movimento da ciência e seus meios de conhecimento, e também as noções ideológicas da sociedade – religioso, filosófico e político. Nesta existência objetiva deles, significados obedecem as leis sócio-históricas e, ao mesmo tempo, a lógica interna de seus desenvolvimentos.

Entretanto, apesar de toda riqueza inexaurível, toda a diversidade desta vida de significados (é disso que todas as ciências tratam), permanece escondida dentro dela outra vida e outro tipo de movimento – seus funcionamentos nos processos de atividade e consciência de indivíduos específicos, mesmo que eles só possam existir nestes processos. Nessa segunda vida, significados são individualizados e “subjetivizados” somente no sentido de que seus movimentos no sistema de relações sociais não estão *contidos diretamente* neles; eles entram em outro sistema de relacionamentos, outro movimento. Mas a coisa notável é que, ao fazê-lo, eles não perdem suas naturezas sócio-históricas, suas objetividades.

Um aspecto do movimento dos significados na consciência dos indivíduos específicos reside em seus “retornos” à objetividade sensorial do mundo que foi mencionado acima. Enquanto em seus caracteres abstratos, em suas “supraindividualidades”, significados são indiferentes às formas de sensorialidade nas quais o mundo é revelado ao indivíduo específico (pode ser dito que neles mesmos, significados são desprovidos de sensorialidade), seus funcionamentos na percepção do sujeito do verdadeiro relacionamento na vida necessariamente pressupõem suas referências às influências sensoriais. Naturalmente, a referência sensória-objetiva que significados possuem na consciência do sujeito não precisa ser necessariamente direta; ela pode ser percebida através de todos os tipos de intrincadas correntes de operações mentais, envolvidas nelas, particularmente quando esses significados refletem uma realidade que aparece somente em suas formas oblíquas, remotas. Mas, em casos normais, essa referência sempre existe, e desaparece somente nos produtos de seus movimentos, em suas exteriorizações.

O outro lado do movimento dos significados no sistema da consciência individual reside em suas subjetividades especiais, que são expressas na *parcialidade*, no viés que eles adquirem. Este lado é revelado, entretanto, somente por análises das relações internas que ligam significados com ainda outro “elemento formativo” da consciência – o significado pessoal.

Vamos considerar esta questão um pouco mais de perto. A psicologia empírica tem descrito a subjetividade, a parcialidade da consciência humana, por séculos. Ela tem observado em atenção seletiva, na coloração emocional de ideais, na dependência dos processos cognitivos sobre necessidades e inclinações. Foi Leibniz em sua época que expressou esta dependência em seu bem conhecido aforismo do efeito de que “[...] se a geometria fosse contradizer nossas paixões e nossos interesses como a moral o faz,

então nós discutiríamos contra ela e a violaríamos apesar de toda evidência de Euclides e Arquimedes [...]” (Leibniz, 1936, p. 88).

A dificuldade reside na explicação psicológica da parcialidade da cognição. Os fenômenos da consciência parecem ter uma determinação dual – externa e interna. Eles estão conformemente interpretados como pertencentes a duas esferas mentais diferentes, a esfera dos processos cognitivos e a esfera das necessidades, de afeição. O problema de correlacionar estas duas esferas, seja se foi resolvido no espírito das concepções racionalistas ou de profundos processos psicológicos, foi invariavelmente interpretado a partir de uma posição antropológica, uma posição que assumiu a interação dos fatores ou forças essencialmente heterogêneas.

Entretanto, a verdadeira natureza da aparente dualidade dos fenômenos da consciência individual reside não em suas obediências a estes fatores independentes, mas nas características específicas da estrutura interna da própria atividade humana.

Como já dissemos, a consciência deve sua origem à identificação no decurso do trabalho de ações cujos resultados cognitivos são abstraídos do todo vivo da atividade humana, e idealizados na forma de significados linguísticos. Enquanto eles são transmitidos, eles se tornam parte da consciência dos indivíduos. Isso não os priva de suas qualidades abstratas, porque eles continuam a implicar os significados, condições objetivas e resultados de ações, independentemente da motivação subjetiva da atividade das pessoas nas quais eles foram formados. Nos estágios iniciais, quando as pessoas participando do trabalho coletivo ainda possuíam motivos comuns, significados como fenômenos da consciência social e como fenômenos da consciência individual correspondiam diretamente uma a outra. Mas este relacionamento não dura em um desenvolvimento adicional. Ele desintegra junto com a desintegração dos relacionamentos originais entre indivíduos e as condições materiais e meios de produção, junto com o surgimento da divisão social do trabalho e propriedade privada⁰. O resultado é que significados socialmente desenvolvidos começam a viver um tipo de vida dupla na consciência dos indivíduos. Ainda outro relacionamento, outro movimento de significados no sistema de consciências individuais é trazido à existência.

Este relacionamento interno específico se manifesta nos fatos psicológicos mais simples. Por exemplo, todas as crianças alunas mais velhas sabem o significado de uma nota de prova e as consequências que isso tem. Não obstante, uma nota pode aparecer na consciência de cada pupilo individual de maneiras essencialmente diferentes; ela pode, por exemplo, aparecer como um passo em direção (ou obstáculo) ao caminho de sua profissão escolhida, ou como um meio de se afirmar aos olhos das pessoas a sua volta, ou talvez de alguma outra maneira. É isso que compele a psicologia a distinguir entre o significado objetivo consciente e seu significado *para o sujeito*, ou o que prefiro chamar de “significado pessoal”. Em outras palavras, uma nota de prova pode adquirir significados pessoais diferentes na consciência de pupilos diferentes.

Embora esta interpretação do relacionamento entre os conceitos do significado e significado pessoal tem repetidamente sido explicada, é ainda mal interpretada bastante frequentemente. Pareceria ser necessário, portanto, retornar à análise do conceito de significado pessoal mais uma vez. Primeiro de tudo, algumas poucas palavras sobre as condições objetivas que levam a diferenciação de significados e significados pessoais na consciência individual. Em seu bem conhecido artigo criticando Adolf Wagner⁰, Marx observa que os objetos do mundo externo conhecidos

⁰ Ver Marx (2003).

⁰ Ver Marx (1881).

pelo homem eram originalmente designados como os *meios de satisfazer suas necessidades*, isso quer dizer que eles eram para ele “bens”. “[...] Eles dotam um objeto com o caráter de utilidade embora utilidade fosse intrínseca ao próprio objeto”, escreve Marx (2013). Este pensamento põe em relevo uma característica muito importante da consciência nos estágios iniciais do desenvolvimento, nomeadamente o fato de que objetos são refletidos na linguagem e consciência como parte de um todo único, junto com as necessidades humanas que eles concretizam ou “reificam”. Esta unidade é, entretanto, subsequentemente destruída. A inevitabilidade de sua destruição está implicada nas contradições objetivas da produção de mercadoria, que gera uma contradição entre o trabalho concreto e abstrato e leva à alienação da atividade humana.

Não iremos entrar nas características específicas que distinguem as várias formações sócio-econômicas a este respeito. Para a teoria geral da consciência individual, a coisa principal é que a atividade de indivíduos específicos está sempre “confinada” (*insére*) nas formas atuais de manifestação destes opostos objetivos (por exemplo, trabalho concreto e abstrato), que encontram suas expressões fenomênicas, indiretas, na consciência dos indivíduos, em seu movimento interno específico.

Historicamente, a atividade do homem não muda sua estrutura geral, sua “macroestrutura”. A cada estágio do desenvolvimento histórico, ela é percebida pelas ações conscientes nas quais os objetivos tornam-se produtos objetivos, e obedecem os motivos pelos quais foram estimuladas. O que muda radicalmente é o caráter dos relacionamentos que conectam os objetos e motivos da atividade. Estes relacionamentos são psicologicamente decisivos. O ponto principal é que para o próprio sujeito a compreensão e realização de objetivos concretos, seu domínio de certos modos e operações de ação é uma forma de afirmar, preencher sua vida, satisfazendo e desenvolvendo suas necessidades materiais e espirituais, que estão reificadas e transformadas em motivos de sua atividade. Não faz diferença se o sujeito está consciente ou inconsciente de seus motivos, se eles declaram suas existências na forma de interesse, desejo ou paixão. Suas funções, consideradas a partir da posição da consciência, é para “avaliar”, por assim dizer, o significado vital para o sujeito das circunstâncias objetivas e suas ações nessas circunstâncias, em outras palavras, para dotá-las de significado pessoal, o que não coincide diretamente com seus significados objetivos entendidos. Sob certas condições, a discrepância entre significados pessoais e significados objetivos na consciência individual pode equivaler a alienação ou até mesmo oposição diametral.

Em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, esta alienação é obrigada a surgir; além disso, surge entre pessoas nos dois extremos da escala social. O trabalhador empregado, naturalmente, está ciente do produto que ele produz; em outras palavras, ele está ciente de seu significado objetivo (*Bedeutung*) ao menos na extensão necessária para ele ser capaz de desempenhar suas funções laborais de forma racional. Mas isso não é o mesmo que o significado pessoal (*Sinn*) de seu trabalho, que reside nos salários pelos quais ele está trabalhando. “As doze horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar etc., mas representam unicamente o meio de *ganhar* o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama” (Marx, 2010, p. 36). Esta alienação também se manifesta no polo social oposto. Para o comerciante de minerais, Marx observa, minerais não possuem o *significado pessoal* de minerais⁰.

⁰ Ver Marx (2004, p. 110).

A abolição das relações de propriedade privada acaba com esta oposição entre significado e significado pessoal na consciência dos indivíduos; mas a discrepância entre eles permanece.

A necessidade desta discrepância está implicada na profunda pré-história da consciência humana, na existência, entre animais, de dois tipos de sensibilidade que medeiam seus comportamentos no ambiente objetivo. Como sabemos, a percepção do animal é limitada às influências que possuem uma conexão baseada em sinais com a satisfação de suas necessidades, mesmo que tal satisfação seja somente eventual ou possível⁰. Mas, necessidades podem desempenhar a função de regulação mental somente quando elas agem como objetos motivacionais (incluindo os meios de adquirir tais objetos ou se defender deles). Em outras palavras, na sensorialidade dos animais, as propriedades externas dos objetos e suas habilidades para satisfazerem certas necessidades não estão separadas uma da outra. Como sabemos, a partir do famoso experimento de Pavlov, um cachorro responde à influência do estímulo condicionado por comida ao tentar alcança-la e lambe-la⁰. Mas o fato de que o animal não é capaz de separar a percepção da aparência externa do objeto das necessidades que ele experimenta, não implica, de maneira alguma, sua completa coincidência. Pelo contrário, no decurso da evolução de suas conexões se tornam cada vez mais móveis e extremamente complexas; somente sua separação uma da outra permanece impossível. Tal separação ocorre somente no nível humano, quando significados verbais cavam um fosso entre as conexões internas de dois tipos de sensibilidade.

Eu tenho usado o termo *cavar um fosso* (embora talvez tenha sido melhor dizer “intervêm”) somente para acentuar o problema. Na verdade, em suas existências objetivas, isto é, como fenômenos da consciência social, significados refratam objetos para o indivíduo independentemente de seus relacionamentos com a vida dele, necessidades e motivos *dele*. A palha cujo homem que está se afogando se agarra permanece em sua consciência como uma palha, independentemente do fato de que esta palha, se apenas como uma ilusão, adquire para ele naquele momento o significado pessoal de um meio de resgate.

Nos estágios iniciais da formação da consciência, significados objetivos fundem com significado pessoal, mas já existe uma discrepância implícita nesta unidade que inevitavelmente assume sua própria forma explícita. É isso que torna necessário distinguir significado pessoal em nossa análise como ainda outro “elemento formativo” do sistema de consciência individual. São esses significados pessoais que criam o que L. Vigotski chamou de plano “escondido” da consciência, que é frequentemente interpretado na psicologia não como um elemento formativo na atividade do sujeito, no desenvolvimento de sua motivação, mas como algo que é supostamente uma expressão direta das forças essenciais, intrínsecas, originalmente implantadas na própria natureza humana.

Na consciência individual, os significados assimilados de fora se separam, por assim dizer, e ao mesmo tempo unem os dois tipos de sensibilidade: as impressões sensoriais da realidade externa na qual a atividade do sujeito procede, e as formas de experiência sensorial de seus motivos, a satisfação ou não-satisfação das demandas que residem por trás deles.

⁰ Este fato deu a certos escritores alemães terreno para fazerem uma distinção entre ambiente (*Umwelt*), como aquele que é percebido por animais, e o mundo (*Welt*) que é percebido somente pela consciência humana.

⁰ Ver Pavlov (1951, p. 151).

Em contraste aos significados objetivos, os significados pessoais, como o tecido sensorial da consciência, não têm existência “supraindividual”, não-psicológica. Enquanto que a sensorialidade externa associa significados objetivos com a realidade do mundo objetivo na consciência do sujeito, o significado pessoal os associa com a realidade de sua própria vida neste mundo, com suas motivações. É o significado pessoal que dá à consciência humana sua parcialidade.

Já mencionamos o fato de que significados são “psicologizados” na consciência individual quando eles retornam para a realidade sensorialmente dada do mundo. Outro fator, e, além disso, decisivo, que torna os significados objetivos em uma categoria psicológica é o fato de que, por funcionar no sistema da consciência individual, eles realizam não eles mesmos, mas o movimento do significado pessoal que corporifica si mesmo neles, o significado pessoal que é o ser-por-ele-mesmo do *sujeito concreto*.

Psicologicamente, isso quer dizer, no sistema da consciência do sujeito, e não como seu tema ou produto, significados em geral não existem exceto na medida em que eles realizam certos significados pessoais, assim como as ações e operações do sujeito não existem exceto na medida em que eles realizam alguma atividade do sujeito evocada por um motivo, uma necessidade. O outro lado da questão reside no fato de que o significado pessoal é sempre o significado de *algo*, um significado “puro”, sem objetivo, é tão sem sentido quanto uma existência sem objetivo.

A corporificação do significado pessoal em significados objetivos é um processo profundamente íntimo, psicologicamente significante e, de forma alguma, automático ou instantâneo. Esse processo é visto em toda sua plenitude em trabalhos de literatura e na prática da educação moral e política.

É mais claramente demonstrada nas condições da sociedade de classes, no contexto da luta ideológica. Neste contexto, os significados pessoais refletem os motivos engendrados por relacionamentos vivos de uma pessoa real podem falhar em encontrar significados objetivos que os expressem plenamente, e eles então começam a viver em roupas emprestadas, por assim dizer. Imagine a contradição fundamental que essa situação acarreta. Em contraste à sociedade, o indivíduo não tem uma linguagem especial sua com significados que ele desenvolveu por si mesmo. Sua compreensão da realidade pode ocorrer somente por meios dos significados “não originais” que ele assimila de fora – o conhecimento, conceitos e visões que ele recebe através de relações, nas várias formas de comunicação individual e de massa. É isso que torna possível introduzir em sua consciência ou até mesmo impor sobre essa consciência noções ou ideias distorcidas ou fantásticas, incluindo aquelas que não têm base na experiência viva prática, real, mas, ao mesmo tempo, tendo alguns *estereótipos*, eles adquirem a capacidade de qualquer estereótipo de resistir, de modo que somente os grandes confrontos da vida podem quebra-los. Mas, até mesmo quando eles são quebrados, a desintegração da consciência, sua inequidade, não é removida; nela mesma a destruição dos estereótipos causa somente uma devastação que pode levar a um desastre psicológico. Deve haver também uma transformação dos significados pessoais subjetivos na consciência do indivíduo em outros significados objetivos que adequadamente os expressem.

Uma análise mais de perto desta transformação dos significados pessoais em significados objetivos adequados (ou mais adequados) mostra que isso ocorre no contexto da *luta* pela consciência das pessoas que é travada na sociedade. Por isso eu quero dizer que o indivíduo não “para” simplesmente em frente a uma exibição de

significados, onde ele tem somente que fazer sua própria escolha, que estes significados – noções, conceitos, ideias – não esperam passivamente sua escolha, mas explodem agressivamente em suas relações com as pessoas que formam o círculo de sua verdadeira relação. Se o indivíduo é forçado a escolher em certas circunstâncias, a escolha não é entre significados, mas entre as posições sociais conflitantes expressas e compreendidas através desses significados.

Na esfera das noções ideológicas, este processo é inevitável e universal somente na sociedade de classes. Mas, de uma maneira ela continua a estar ativa em qualquer sistema social, porque as características específicas da vida do indivíduo, as características específicas de suas relações pessoais, ligações e situações também sobrevivem, porque suas características especiais como um ser corpóreo e certas condições externas específicas que não podem ser identificadas por todos permanecem únicas.

Não existe desaparecimento (nem poderia existir) da discrepância constantemente proliferante entre significados que carregam a intencionalidade, a parcialidade da consciência do sujeito, e os significados objetivos, que, apesar de “indiferentes” a eles, são os únicos meios pelos quais os significados pessoais podem ser expressos. É por isso que o movimento interno do sistema desenvolvido da consciência do indivíduo está cheio de momentos dramáticos. Estes momentos são criados por significados pessoais que não podem “expressar a si mesmos” em significados objetivos adequados, significados que foram destituídos de suas bases em vida e, portanto, algumas vezes agonizando, desacreditam si mesmos na consciência do sujeito; tais momentos também são criados pela existência de motivos ou objetivos conflitantes.

Não precisa ser repetido que este movimento interno da consciência do indivíduo é engendrado pelo movimento da atividade objetivada de uma pessoa, que por trás dos momentos dramáticos da consciência reside os momentos dramáticos de sua vida real, e, que por essa razão, uma psicologia científica da consciência é impossível sem a investigação da atividade do sujeito, as formas de sua existência imediata.

Em conclusão, eu sinto que devo tocar em um problema que algumas vezes é chamado de “psicologia da vida”, a psicologia da experiência, que mais uma vez é discutida na literatura. A partir do que foi dito neste artigo, segue que, embora uma psicologia científica nunca deve perder de vista o mundo interior do homem, o estudo deste mundo interior não pode estar divorciado de um estudo de sua atividade e não pode constituir qualquer tendência especial da investigação psicológica científica. O que chamamos experiências são os fenômenos que surgem na superfície do sistema de consciência e constituem a forma na qual a consciência está imediatamente aparente para o sujeito. Por essa razão, as experiências de interesse ou tédio, atração ou dores de consciência, não revelam por si mesmos suas naturezas para o sujeito. Embora elas pareçam ser forças internas estimulando sua atividade, suas funções reais são somente para guiar o sujeito em direção a suas fontes verdadeiras, para indicar o significado pessoal dos eventos que ocorrem em sua vida, para compeli-lo a parar por um momento, por assim dizer, o fluxo de sua atividade e examinar os valores essenciais que se formaram em sua mente, para assim encontrar si mesmo neles, ou, talvez, revisá-los.

Para resumir, a consciência do homem, como sua atividade, não é aditiva. Não é uma superfície plana, nem mesmo uma capacidade que pode ser preenchida com imagens e processos. Também não são as conexões de seus elementos separados. É o movimento interno de seus “elementos formativos” orientados a um movimento geral

da atividade que afeta a vida *real* do indivíduo na sociedade. A atividade do homem é a substância de sua consciência.

Referências

GREGORY, Richard Langton. **The Intelligent Eye** [*O Olho Inteligente*]. Londres, 1970.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm von. **Новые опыты о челвоеческом разуме** [*Novos Experimentos sobre a Mente Humana*]. Moscou-Leningrado, 1936.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner**. 1881.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Posfácio da Segunda Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAVLOV, Ivan Petrovich. **Полн** [*Obra Completa*], v.3, t.1. Leningrado, 1951.